

Missões

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DIREITOS HUMANOS E
DESIGUALDADES DE
CLASSE, RAÇA,
GÊNERO E GERAÇÃO



ISSN:2447-0244

EQUIPE EDITORIAL**Editor Gerente**

Dr. Ronaldo Bernardido Colvero, Universidade Federal do Pampa, Brasil

Editor Assistente

Ewerton da Silva Ferreira, Universidade Federal do Pampa, Brasil

Apoio Técnico

Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado, Universidade Federal do Pampa, Brasil

Eduardo Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ricardo Macuglia, Universidade da Região da Campanha, Brasil

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos, Universidade de Passo Fundo, Brasil

Capa

Eduardo Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Conselho Editorial

Dra. Adriana Dorfman, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Dra. Ana Sofia Antunes das Neves, Instituto Universitário da Maia, Portugal

Dr. Alfredo Gugliano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Dr. Augusto Junior Clemente, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Dr. Astor Antônio Diehl, Universidade de Passo Fundo, Brasil

Dr. Carlos Schmidt Arturi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Dra. Cristina Pereira Vieira, Universidade Aberta, Portugal

Dra. Dália Maria de Sousa Gonçalves da Costa, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. Giorgio Sacchetti, Università di Roma Tre, Itália

Dr. Luiz Carlos Tau Golin, Universidade de Passo Fundo, Brasil

Dr. Davide Carbonai, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Dra. Eli de Fátima Napoleão de Lima, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Dra Rita de Cássia Greco dos Santos, Universidade Federal de Rio Grande, Brasil

SOBRE A REVISTA

A MISSÕES: Revista de Ciências Humanas é um periódico quadrimestral que tem por objetivo a publicação de artigos, resenhas e produtos técnicos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais.

FOCO E ESCOPO

A Revista Missões foi criada em 2015, com a proposta de construir um espaço amplo de divulgação de produções científicas inéditas nas áreas das ciências humanas e sociais. Publicamos artigos, resenhas, entrevistas e produtos técnicos oriundos de programas pós graduação strictu sensu a nível profissional e acadêmico.

APRESENTAÇÃO

O dossiê que apresentamos tem como objetivo realizar a divulgação científica e a socialização dos conhecimentos produzidos por diversos/as pesquisadores/as e profissionais sobre a temática dos direitos humanos e as desigualdades de raça, classe, gênero e geração. O conjunto de artigos buscam promover uma base analítica, capaz de abranger a diversidade das experiências humanas no que tange as relações de exploração e opressão e a efetividade dos Direitos Humanos na sociedade contemporânea.

Inspirado nos profícuos diálogos, estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Intersccionalidade, Direitos Humanos e Fronteira da Universidade Federal do Pampa, o presente dossiê apresenta múltiplas perspectivas de abordagens teórico-metodológicas, para a apreensão analítica dos sistemas de dominação que produzem diversas desigualdades na sociedade brasileira.

Organizado a partir de ensaios teóricos, revisão sistemática de literatura e resultados da pesquisa, as reflexões possuem como ponto de partida a categoria direitos humanos, em que se destacam as desigualdades de classe, raça, gênero e geração.

Importante referir a participação de diversas instituições de ensino superior, cuja participação dos/as autores/as faz circular as múltiplas perspectivas que as temáticas provocam, oportunizando diálogos plurais para apreensão crítica das temáticas abordadas no dossiê.

Nosso agradecimento a todos/as os/as autores/as que compartilharam suas experiências e incursões analíticas por meio dos artigos que compõe o corpus deste dossiê. Agradecemos aos editores da Revista Missões que prontamente acolherem a nossa proposta.

A você leitor/a, esperamos que encontre nessa coletânea inspiração para as empreitadas políticas de enfrentamento aos sistemas de dominação, que reverberam cotidianamente diversas formas de opressão e exploração.

Prof^a Dr^a Monique Soares Vieira

Prof^a Dr^a Simone Barros de Oliveira
Organizadoras

**DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA
DISCUSSÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**HUMAN RIGHTS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: A DISCUSSION ON
SOCIAL PARTICIPATION**

Monique Soares Vieira¹
Renata Gomes da Costa²

Resumo: Este artigo busca refletir a importância da participação social de crianças e adolescentes em espaços de construção de políticas públicas, tais como: conselhos, conferências, audiências públicas, assembleias, etc. O artigo é fruto de uma revisão bibliográfica e documental. Entende-se que as abordagens naturalizantes sobre a infância e adolescência contribuem para a não efetivação do direito à participação social da população infanto-adolescente. Nesse sentido, torna-se necessário a construção de estratégias que visem despertar estes sujeitos para a vida política, por meio de ações concatenadas às suas particularidades e diversidade. Conclui-se, que os processos de empoderamento são um vetor importante para o fortalecimento político e social das crianças e adolescentes na sociedade brasileira.

Palavras Chave: Participação Social; Direitos Humanos; Criança e Adolescente.

Abstract: This article seeks to reflect the importance of the social participation of children and adolescents in spaces for the construction of public policies, such as: councils, conferences, public hearings, assemblies, etc. The article is the result of a bibliographic and documentary review. It is understood that naturalizing approaches on childhood and adolescence contribute to the non-realization of the right to social participation of the children and adolescents. In this sense, it is necessary to build strategies that aim to awaken these subjects to political life, through actions linked to their particularities and diversity. In conclusion, the empowerment processes are an important vector for the political and social strengthening of children and adolescents in Brazilian society.

KeyWords: Social Participation; Human Rights; Child and Teenager.

INTRODUÇÃO

A participação de crianças e adolescentes, nos processos de decisões coletivas, encontra-se entre as tendências e debates mais recentes na área dos direitos humanos. O direito à participação social dessa população é reconhecida pela Convenção das Nações

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta II na Universidade Federal do Pampa (Campus São Borja). Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Direitos Humanos e Fronteira. E-mail: moniquevieira@unipampa.edu.br

² Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta I da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: renata.costa@unirio.br

Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), nos seguintes artigos: direito à livre expressão e direito de terem as opiniões respeitadas (artigos 12 e 13); direito à associação (artigo 15); direito à liberdade de pensamento e à escolha da religião (artigo 14).

O direito à participação de crianças e adolescentes no Brasil é resguardado no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.060/1990), que em 2020 completou 30 anos da promulgação. O Estatuto introduziu um novo paradigma jurídico ao conceber as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

No ECA, a participação está prevista nos artigos 15, 16 e 53, que dispõem sobre o direito ao exercício da cidadania de crianças e adolescentes materializado nos seguintes direitos: à organização e participação, à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento. Além disso, garante a essa população o gozo dos direitos civis, humanos e sociais, de opinião, expressão e de participação na vida familiar e comunitária, sem discriminação.

Na sociedade, as crianças historicamente são os sujeitos mais susceptíveis às violações de direitos, especialmente, às pobres e às negras. Quando interseccionadas as relações de classe social, gênero e raça, desnuda-se quem são e de onde advêm as que são o foco de violações. Nesse sentido, é preciso revelar a dinâmica das opressões que assolam cotidianamente milhares de crianças e adolescentes no país. Para isso, as ações devem reconhecer as particularidades de cada território e como a cultura local faz ascender as desigualdades geracionais que reproduzem diversas violências contra as crianças e adolescentes.

A não discriminação (social, religiosa, racial e de gênero), como um direito humano de crianças e adolescentes, deve ser balizadora na elaboração de propostas metodológicas que busquem garantir a participação social dessa população. É preciso comprometimento da sociedade e do poder público em assegurar uma participação ativa e crítica de crianças e adolescentes nos espaços democráticos de decisão.

A representatividade de crianças e adolescentes em conselhos, comitês, assembleias, audiências públicas e demais espaços de construção de políticas públicas é fundamental, pois permite a esses sujeitos formularem as preferências, expressarem as reais necessidades, dialogarem e negociarem quais respostas públicas atendem a sua realidade. Além disso, a representatividade contribui para a criação de uma identidade política, ao possibilitar que as

vozes de crianças e adolescentes sejam escutadas e, conseqüentemente, reconheça-se que aquele espaço público de decisão pode e deve ser ocupado por elas.

Nessa direção, caminham as reflexões do presente artigo, que buscam fornecer subsídios teóricos e mediações que reflitam sobre as possibilidades concretas de efetivação da participação como um direito de crianças e adolescentes para o exercício da cidadania. Entende-se que o rompimento com a cultura de dominação adulta e de silenciamento das crianças e adolescentes, deve ser premissa para uma educação crítica e política, transgressora da centralização do poder e libertadora para a transformação social.

Acredita-se que o desenvolvimento de habilidades e do pensamento crítico acontecerá por meio de metodologias que desenvolvem nas crianças e adolescentes processos de empoderamento, entendido como:

[...] elemento fundamental na educação de Direitos Humanos é promover os processos de “empoderamento”, principalmente orientados aos atores sociais que historicamente tiveram menos poder na sociedade, poucas possibilidades de influir nas decisões e nos processos coletivos. O empoderamento começa por liberar o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social (CAUDAU, 2003, p. 10).

Os processos de empoderamento surgem como potencialidade para empoderar grupos minoritários, como crianças e adolescentes. Para Berth (2019, p. 25), os processos de empoderamento consistem em “uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento as práticas do sistema de dominação machista e racista”, acrescentando-se também a esse sistema o adultocentrismo. Vale ressaltar que não se considera que o empoderamento por si só garantirá consciência crítica e ampliação dos direitos, mas sim um vetor importante de movimentação interna que perpassa o processo de participação política.

A construção analítica do presente artigo fundamenta as reflexões a partir de uma revisão bibliográfica e documental, em produções que abarcam interpretações sobre a infância e a adolescência, trazendo as contribuições e, especialmente, indicando as limitações como produtos histórico-científicos.

Desse modo, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento realiza-se um percurso conceitual sobre os significados de infância e adolescência,

trazendo a perspectiva sócio-histórica como contraponto as abordagens naturalizantes que não aprendem o universo infanto-adolescente a partir das interações sociais, mas somente pela matriz biológica.

No segundo momento, reflete-se sobre a importância da participação social de crianças e adolescentes para a construção de sua identidade política. Nesse sentido, as discussões voltam-se pela defesa da participação como contributo à valorização da voz política de crianças e adolescentes bem como uma importante estratégia para o enfrentamento das desigualdades geracionais e das violações de direitos. Na sequência, são tecidas as considerações finais.

INFÂNCIAS E ADOLESCÊNCIAS: DO NÃO SER PARA O SER

A infância assim como a adolescência são construções sociais, que perpassam por diferentes contextos e transformam-se a depender do período histórico, espaços geográficos, práticas sociais e culturais, onde a criança/adolescente se encontra. Ora, “o olhar sobre a infância e a criança e ainda sua valorização nas sociedades não ocorrem e nem ocorreram sempre da mesma maneira, e sim da forma como a organização de cada sociedade e suas estruturas culturais, sociais e econômicas acontecem [...]” (MAIA, 2012, p. 30).

Nessa perspectiva, a história da infância caracteriza-se:

[...] pela dependência funcional dos adultos e cuja duração está vinculada a diferentes condições de existência dos indivíduos, mas fundamentalmente a natureza das relações entre os adultos e as crianças. Dessa maneira, evidentemente, é impossível uma história homogênea dessas relações. Isso porque as caracterizações das distinções geracionais norteadoras dos processos de apreensão das relações adultos e crianças são produções sócio-históricas, compondo o conjunto de mudanças e permanências de comportamentos, hábitos e valores constituidores da identidade de uma sociedade. Destaca-se, ainda, que as relações da sociedade e da cultura com a infância são produções elaboradas pela racionalidade adulta, na qual estão presentes aspectos não somente relacionados à dependência funcional, como a dependência social (VEIGA, 2007, p. 43).

Os estudos sobre a infância, por um longo período, sofreram com a influência do adultocentrismo. A criança nessas abordagens surge castrada da potencialidade de criação,

como alguém incapaz de possuir identidade e autonomia relativa, estando naturalmente dependente³ do adulto até chegar à racionalidade, na fase adulta.

Para Kramer (2009, p. 86), a dependência da criança em relação ao adulto consiste em um fato social e não natural, ou seja, “a distribuição desigual de poder entre adultos e crianças têm razões sociais e ideológicas, que repercutem no controle e na dominação de grupos”. Ainda que os primeiros anos de vida da criança sinalizem a dependência aos cuidados dos adultos, ela não pode ser transformada em “coisa” ou “objeto de posse”.

Para Hooks (2019, p.182) as respostas na vida adulta das crianças que sofrem com relações opressoras na família são ambivalentes entre a omissão e a reprodução das agressões. Mas para a autora feminista, não há dúvidas de que “será difícil distinguir entre uma situação segura e uma perigosa, um gesto de amor e um gesto violência, de indiferença”, já que a opressão vem mascarada de proteção.

Pensar criticamente sobre as concepções de infância e adolescência, permite romper com as abordagens tradicionais, que visam entender crianças e adolescentes, como seres passivos, desprovidos de identidade e protagonismo.

Assim como a infância, a adolescência aparece como uma fase natural no desenvolvimento humano, sem considerar as influências socioculturais nesse processo. Para Bock (2007), em diversos estudos a adolescência foi patologizada como uma fase difícil, carregada de conflitos naturais.

A perspectiva sócio-histórica difere das análises naturalizantes e entende que:

A adolescência não é vista como uma fase natural do desenvolvimento e uma etapa natural entre a vida adulta e a infância. A adolescência é vista como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento. É um momento significado, interpretado e construído pelos homens. Estão associadas a ela marcas do desenvolvimento do corpo. Essas marcas constituem também a adolescência enquanto fenômeno social, mas o fato de existirem enquanto marcas do corpo não deve fazer da adolescência um fato natural (BOCK, 2007, p. 68).

³ Nos primeiros anos de vida as crianças estabelecem uma relação de dependência extrema aos adultos, por isso, os cuidados parentais são vitais para a sua sobrevivência. A autonomia das crianças vai desenvolvendo-se gradualmente, possuindo características diversas em cada idade. Mas para o seu desenvolvimento saudável faz-se necessário não somente o atendimento as necessidades de sobrevivência, mas a proteção e o afeto que são construídos na dinâmica de cuidado entre crianças e adultos.

As abordagens naturalizantes e liberais irão explicar a adolescência, a partir de um único modelo de adolescente homem-branco-burguês-racional-ocidental, procedente em geral da Europa ou dos Estados Unidos (SANTOS, 1996). Essa perspectiva desconsidera a diversidade que envolve o “ser adolescente”, e afirma que a adolescência, como constructo social, é determinada pelo contexto social, econômico, político e cultural. É imprescindível considerar a diversidade de sujeitos e representações que são construídas por ele e sob ele.

Quando se nega a existência de outros grupos e busca-se generalizar essa categoria a partir de um modelo tão específico que se torna hegemônico, tudo aquilo que não se “encaixa” nessa padronização é tomado como anormal, e, portanto, um problema de ordem psicossocial.

Para Bock (2007, p. 66), o desenvolvimento de perspectivas naturalizantes não possibilita “leituras críticas da sociedade e para a construção de políticas adequadas para a juventude, responsabilizando, com a leitura, o próprio adolescente e seus pais pelas questões sociais que envolvem jovens, como a violência e a drogadição”.

Contrapondo-se a essa matriz interpretativa, que desconsidera a multiplicidade de representações da adolescência, a perspectiva sócio-histórica, fundamenta-se no marxismo, entendendo que o ser humano se desenvolve a partir da relação que estabelece com o mundo social, material e cultural.

A partir da abordagem crítica, a adolescência passa a ser uma construção social e não um fenômeno meramente natural, e é identificada a partir do sujeito histórico – o/a adolescente -. Esse sujeito, na visão sócio-histórica, constrói dialeticamente a relação com o mundo.

Em *A ideologia alemã* (1845-1846), Marx e Engels (2009) irão entender o ser humano como um ser que se revela ativo, tendo no trabalho a força motriz da atividade humana. Nesse sentido, ao mesmo tempo que o ser humano modifica a natureza por meio do trabalho, é por ela modificado. O ser humano, para a análise marxiana, é produto histórico do meio em que vive e, é construído a partir das relações sociais, oriundo de uma série de mediações.

Os homens são os produtores das suas representações, ideias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam [*die wirklichen, wirkenden Menschen*], tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações [*Verkehrs*] que a estas corresponde até suas formações

mais avançadas. Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos [*Reflexe*] e ecos ideológicos desse processo de vida (MARX; ENGELS, 2009, p. 31).

A construção do ser humano na perspectiva sócio-histórica supera as explicações naturalizantes, que entendem o desenvolvimento humano apenas pela biologia. Nessa abordagem, a sociedade passa a ser elemento importante para compreender como as/os adolescentes constroem-se ao construir a própria realidade. Assim, as interações psicológicas são apreendidas também como um fenômeno histórico, fruto da interação entre o mundo individual e social.

Não se pode conhecer o humano se não for pela sua relação com as formas de vida e as relações sociais. O próprio fenômeno psicológico é histórico, permitindo que se entenda o que está aí como padrão, como algo mutável, resultante de um determinado padrão de relações e de critérios dominantes que respondem a interesses sociais de imposição de uma determinada visão de saúde. O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem. A linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade. O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social. Conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em um processo de conversão do social em individual; de construção interna dos elementos e atividades do mundo externo (BOCK, 2007, p. 67).

Nesse contexto analítico, cabe ressaltar que as crianças e adolescentes não estão implicadas apenas na construção das próprias vidas. Para Ferreira (2010), elas também se inter-relacionam com o mundo que as cerca, experimentando novas formas de aprender e de enfrentar os obstáculos impostos pelo cotidiano. Desse modo, elas devem ser apreendidas como:

Atores sociais auto e hetero-construídos no plano cognitivo e cultural, (re)produzem sentidos na/sobre a vida social cuja proliferação e manutenção com e ao lado de interações intra e intergeracionais em contextos concretos influenciam as suas circunstâncias sociais de existência, são por elas influenciados e podem ainda

instituir outras que alteram o próprio espaço social da infância (FERREIRA, 2010, p. 156-157).

Por conseguinte, o desafio é entender as crianças e adolescentes como sujeitos que vivenciam um período de desenvolvimento humano, mas que são atravessados por processos que constituem as experiências subjetivas e sociais.

As práticas educativas devem subverter essa ordem, tentando entendê-las a partir de seu ponto vista, identificando-as como sujeitos que são produzidos pela cultura, mas também que a produzem, assim como criam conhecimento.

O estudo sobre as infâncias e as adolescências contribui para uma mudança paradigmática na forma de apreender os sujeitos dessas categorias sociais – crianças e adolescentes. Discutir crianças e adolescentes e a complexidade das relações por eles constituídas e constitutivas contribui para a transformação dos processos de socialização embasados no modelo adultocêntrico e construção de percepções que os valorize como sujeitos políticos, protagonistas na produção de sua história.

A PARTICIPAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A participação e a formação social de crianças e adolescentes têm se revelado como um importante meio para o fortalecimento da cidadania dessa população no Brasil. O reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e a ruptura com a concepção menorista, de subalternidade no campo social e de punição no campo normativo, possibilitou a criação de mecanismos de proteção e garantidores do desenvolvimento pleno desse segmento social.

Um dos grandes questionamentos sobre a participação de crianças e adolescentes nos processos decisórios diz respeito a se esses sujeitos teriam ou não capacidade de construir respostas coletivas e qual o nível de entendimento destes para que isso ocorra.

Ainda que pese as prerrogativas dos artigos 3º e 4º do Código Civil (2002) e do artigo 14º da Constituição Federal (1988) que arrola os direitos políticos à possibilidade de votar e ser votado, ou seja, do alistamento eleitoral, facultativo aos 16 e obrigatório aos 18 anos, Filho (2013, on-line) entende que “criança e o adolescente podem e devem participar do

processo democrático e político num sentido amplo, o que nos permite falarmos em direitos políticos infanto-juvenis”.

Para o autor, a interpretação literal dessas leis incita ao entendimento que a pessoa que tem menos de 16 anos seria desprovida de direitos políticos. Desse modo, o indivíduo que possui idade inferior a 16 anos é incapaz de exercer a vida civil, adquirindo capacidade relativa, após os 16 anos.

No entanto, Filho (2013) alerta que as regras que impõem limitações ao exercício dos direitos civis não são absolutas, podendo ser relativizadas através de outros dispositivos legais. Assim, toma-se como exemplos: o trabalho, podendo ser exercido na condição de aprendiz a partir dos 14 anos e a antecipação da maioridade antes dos 16 anos.

Importante salientar, que apesar das limitações postas anteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz o fundamento legal que dá o direito para que as crianças e os adolescentes possam participar de processos de decisão e construção de políticas públicas garantidoras de direitos delas.

A concepção ampliada de direitos políticos permite entendê-los para além do voto, situando-os juntamente com os direitos civis e sociais como possibilidade para a construção de uma democracia substantiva e não “meramente institucional”, como afirma Lamounier (2015).

Outro elemento fundamental para garantir a participação social das crianças e dos adolescentes, diz respeito à vontade política para que esse direito seja efetivado. Para entender esse processo de edificação da vontade política, é preciso alçar a seguinte pergunta: Os adultos detentores dos espaços decisórios possuem o desejo de compartilhá-los com as crianças e adolescentes?

Posto isso, é preciso ponderar que muitos valores e concepções inferiorizantes das crianças e adolescentes decorrem de teorias tradicionais que não os concebe como sujeitos políticos, mas apenas pelo cariz da dependência e incapacidade. Essas teorias penetram o cotidiano e são disseminadas pelo senso comum, que logo se encarrega de criar estigmas que obstaculizam as potencialidades de preparar as crianças e adolescentes para o exercício pleno da cidadania.

Destaca-se que a superação dessas teorias ganha fôlego quando crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos com a promulgação do

ECA. No entanto, somente a norma não basta para que esse *status* efetive-se no cotidiano de vida desses sujeitos. É preciso que ações concretas sejam construídas e que ampliem a participação da população infanto-adolescente nos processos decisórios.

Nesse sentido, a formação política é uma condição essencial para despertar nas crianças e adolescentes uma consciência comprometida com a cidadania e a democracia no país. Para Iasi (2011, p. 12), o processo de consciência deve ser entendido como um “movimento e não como algo dado”. A partir dessa acepção, pode-se entender que a tomada de consciência não é algo linear e pronto, mas uma construção subjetiva dos sujeitos determinada pelas condições objetivas.

Seguindo nessa perspectiva, é possível afirmar que as crianças e adolescentes somente ocuparão os espaços coletivos de decisão se forem educados e estimulados para a participação. Não basta que esses sujeitos ocupem os espaços de maneira forjada, é necessária a construção de alternativas que garantam a real participação em todos os processos. O direito à informação de forma acessível, respeitando as peculiaridades da faixa etária, é importante para garantir que as crianças aprendam significativamente e desenvolvam sensibilidade crítica e engajamento sociopolítico.

Ressalta-se que é essencial formular estratégias de formação política concatenadas ao ritmo e ao nível de apreensão cognitiva de cada faixa etária. Assim, o uso de técnicas lúdicas, colaboram para que as crianças desenvolvam a criatividade e o pensar crítico sobre temas que são importantes para a vida em sociedade, tais como: cidadania, racismo, educação sexual, desigualdades, educação crítica, comunicação não violenta, direitos humanos, dentre outros.

Os princípios que sustentam a participação infantil indicam que é necessário investir na autonomia infantil, o que não significa incentivar o surgimento de pequenos tiranos, nem a submissão dos adultos à vontade das crianças. Pensar desta forma seria inverter a situação que hoje se verifica sem nenhum ganho desenvolvimental ou social. A verdadeira autonomia é regulada por um compromisso recíproco entre os sujeitos [...] É muito mais produtivo imaginar um sistema complexo de interações que se configura em torno da iniciativa e das responsabilidades compartilhadas durante a condução do processo decisório de realização das ações de um determinado projeto. Crianças e adultos assumir o responsabilidades diferentes (nem por isso necessariamente menos importantes) ao longo de todos os momentos, desde o surgimento de uma ideia, sua discussão e realização. No entanto, é necessário alertar que os critérios utilizados atualmente para separar o mundo entre crianças e adultos não facilitam este tipo de configuração e compartilhamento de responsabilidade e compromissos (PIRES; BRANCO, 2007, p. 317).

Embora, em termos normativos, crianças e adolescentes tenham conquistado diversos direitos que garantem respeito à condição peculiar de desenvolvimento, esses sujeitos ainda enfrentam muitos obstáculos para efetivá-los. A garantia da autonomia como base para o exercício à liberdade requer, conforme Pires e Branco (2007), o estabelecimento de um compromisso recíproco entre adultos e crianças/adolescentes. Tal compromisso reforça a responsabilidade dos adultos com os cuidados socioafetivos à criança e ao adolescente no estabelecimento de limites, orientação de responsabilidades e reconhecimento de suas necessidades.

Alguns fenômenos comportamentais, como a “Síndrome do Imperador”, (a criança transforma-se em uma pequena tirana, obrigando os responsáveis, especialmente, pais/mães a realizarem seus desejos e vontades sob ameaças e atos de birras e agressões verbais e físicas), são utilizados como subterfúgios para a defesa de práticas educacionais baseadas na opressão física e psicológica das crianças.

Importante salientar que o aparecimento de síndromes comportamentais como a referida, não significa alteração na hierarquia familiar ou centralidade da criança na família. Ao contrário, a falta de atenção dos responsáveis, o não acuro no cuidado afetivo, dedicação a momentos interativos e afetivos e atenção às reais necessidades da criança, estão entre as causas para esse tipo de comportamento.

Pode-se inferir que o efetivo comprometimento dos adultos (professores, líderes comunitários, conselheiros, pais, orientadores) para a construção de processos educativos que visem o rompimento com tendências individualistas e tenham como horizonte a justiça social, irá incidir potencialmente para uma efetiva e legítima participação das crianças e adolescentes nos espaços democráticos de decisão.

A participação passa pelo conhecimento, por isso a importância de que a educação possa não somente transmitir informações, mas construa coletivamente saberes concatenados as experiências e as questões relacionadas a vida das crianças e adolescentes. Os processos de empoderamento de crianças e adolescentes não podem ser aprendidos pela lógica meramente do dar poder, ou seja, os adultos estariam dando poder e autorizando as crianças e adolescentes a participarem dos espaços e discussões.

Contrapondo-se a essa lógica, que se institui pela subjugação de crianças e adolescentes, os processos de empoderamento “não visam retirar poder de um para dar a outro

a ponto de se inverter polos de opressão, e sim uma postura de enfrentamento a opressão para a eliminação da situação injusta e equalizações de existências sociedade” (BERTH, 2019, p.23). Portanto, empoderar é pensar em caminhos para a construção democrática da participação de crianças e adolescentes nas diversas dimensão da vida social.

A construção do protagonismo infanto-adolescente somente será possível se forem criados processos de empoderamento que lhes possibilitem se autoconhecerem, conhecerem criticamente a realidade e despertarem as potencialidades criativas para a busca de uma sociedade menos desigual.

O protagonismo de crianças e adolescentes, parte do pressuposto de que estes sujeitos têm a competência para pensar, manifestar-se e agir, transcendendo os limites do seu entorno pessoal e familiar, influenciando nos acontecimentos da sua comunidade. Desta forma, esta postura protagonista pode gerar mudanças decisivas na realidade social, política, cultural e demais áreas onde este indivíduo encontra-se inserido. Em suma, este protagonismo se faz pelo envolvimento em processos de discussão, decisão e execução de ações (FILHO, 2013, on-line).

Importante pensar que a participação social ou política não é algo abstrato ao cotidiano do segmento infanto-adolescente, mas que pode ser observada nas práticas cotidianas, existindo várias formas destes participarem da vida social e política da comunidade. Além disso, a participação social, não se restringe a dinâmica do votar e ser votado, características do pleito eleitoral.

Quanto à participação na vida política, apesar de a CF especificar, em seu art.14, § 1º, II que o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos de idade, não existe cargo ou função política para os menores de 10 anos; todavia, este impedimento jurídico não impede a liberdade de participação da vida política, pois a política pode ser exercida por intermédio de participação nos movimentos sociais, grêmios estudantis, conselho escolar, grupos religiosos, organizações não governamentais, conferências em áreas da juventude e outros, nos quais a criança, o adolescente e o jovem podem manifestar seus anseios e interesses, provocando mudanças e assumindo diretamente a postura de transformar a realidade em que estão inseridos (FILHO, 2013, on-line).

A participação das crianças e adolescentes pode acontecer em fóruns, conselhos, comitês, redes juvenis, em instâncias colegiadas de deliberação e controle de políticas públicas. A participação nos espaços de construção, monitoramento e avaliação das ações públicas possibilita a eles: exercerem sua cidadania; serem estimulados a pensar a realidade e

propor alternativas para a mudança; desenvolver o potencial criativo; e oportunizar a participação na vida política.

A participação é um movimento que conduz a sociedade à democracia, uma vez que busca a integração social dos sujeitos nos processos decisórios, desmontando posturas autoritárias. A participação social de crianças e adolescentes é propulsora para a ampliação da cidadania, bem como para a construção do espaço público democrático, no qual os cidadãos tornam-se protagonistas dos processos decisórios, que envolvem as demandas sociais, as quais a comunidade vivencia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o direito à participação social de crianças e adolescentes não é uma agenda apenas para os conselhos de direitos, mas para todas as instâncias de gestão e da sociedade em geral. No Brasil, a cultura de participação e organização social sofre constantemente com os ataques conservadores que buscam calar as vozes de sujeitos que reivindicam o desmantelamento do sistema de privilégios baseados na raça, classe, gênero e geração.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento inovador ao defender o direito à participação de crianças e adolescentes nos espaços de decisão. O ECA entende que esses sujeitos não podem ser apenas ouvidos. É preciso que participem ativamente dos processos de formulação, deliberação e avaliação das políticas públicas a quais são destinatários.

Hoje, no Brasil, a política de atendimento da criança e do adolescente enfrenta diversos desafios que vão desde os baixos recursos orçamentários à ausência do envolvimento dos sujeitos destinatários nos processos de elaboração dos programas. Pensar em ações garantidoras de direitos, sem considerar as particularidades e diversidades das infâncias e adolescências existentes no país, é não primar pela integralidade no atendimento e anular os avanços em níveis normativos da participação social.

A ampla inclusão social e política de crianças e adolescentes exige transformações estruturais na educação. A base para a construção de uma sociedade participativa, que respeite e crie condições concretas para a legítima participação de crianças e adolescentes, deve

defender uma educação que os prepare para a vida em sociedade e não restrita à qualificação da força de trabalho.

A preparação de crianças e adolescentes para a participação social perpassa não somente os espaços formais, mas a cotidianidade da vida em família e em comunidade. Esses espaços carregam consigo potências de transformação de subjetividades que buscarão transgredir as fronteiras do conformismo e da vida apolítica ou poderão ser mecanismos extremamente potentes para a manutenção de um *status quo* de inferiorização da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, Volume 11 Número 1 Janeiro/Junho 2007, p. 63-76. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v11n1/v11n1a07.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

FERREIRA, Manuela. “- Ela é nossa prisioneira!” – Questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul. V.18, n2, p.151-182, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/35092/2/86504.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2020.

FILHO, Helio Feltes. **Criança e adolescente: participação e protagonismo na democracia brasileira**. 2013. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-117/crianca-e-adolescente-participacao-e-protagonismo-na-democracia-brasileira/>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

HASENBALG, Carlos; SILVA; Nelson do Valle (orgs). **Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Erguer a Voz: Pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. IN: BAZILIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, Educação e Direitos Humanos.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JARES, Xésus R. **Educar para a paz em tempos difíceis.** São Paulo: Palas Athena, 2007.

LAMOUNIER, Bolívar. O que é que se constrói quando se constrói a democracia. IN: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs). **Sistema Político Brasileiro: Uma introdução.** 3.ed. São Paulo: Editos Unesp, 2015.

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil.** 135p. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia.pdf>. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

MARX, Karl; ENGELS. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MILLER, Alice. *Prisoners Of Childhood: The Drama of the Gifted Child and the Search for the True Self.* New York: Basic Books, 1996.

PIRES, S. F. S; BRANCO, A. Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. **Paidéia.** v. 17, n. 38, p. 311-320, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n38/v17n38a02.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

SANTOS, B. R. **Emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias.** Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18409>. Acesso em: 15 de jan. 2013.

SILVEIRA, Ana Maria da. **Adoção de Crianças Negras: Inclusão ou Exclusão?** São Paulo. Veras Editora, 2005.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson de Souza (orgs). **Análise da Violência contra a criança e do adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil: Conceitos, Dados e Proposições.** São Paulo: Global, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura escrita: representações da criança e o imaginário de infância: Brasil, século XIX. IN: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (Orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

“A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA OU NÃO SERÁ”: NOTAS SOBRE O FEMINISMO PARA OS 99%

“THE REVOLUTION WILL BE FEMINIST OR IT WON’T BE”: NOTES ON FEMINISM FOR THE 99%

Ruby Garcia¹
Milena Carlos de Lacerda²

Resumo: O Movimento Feminista possui diversas frentes e ramificações que se desdobram em distintas formas de organização e atuação. Norteadas pelas contribuições do Manifesto “Feminismo para os 99%”, este estudo pauta a visibilidade do movimento transnacional feminista que vem emergindo a partir de 2015 com o processo de reinvenção das greves e mobilizações. Objetiva-se lançar reflexões sobre a legitimação deste movimento em termos de organização, temporalidade e território, enfatizando os objetivos no contexto da crise social, econômica, política, ética e ambiental, particularizadas com a ofensiva conservadora e autoritária no Brasil. Ancoradas no materialismo histórico dialético e nos estudos feministas, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a temática e uma análise aprofundada do manifesto. À vista dessas considerações, o “feminismo para os 99%” propõe atuações que sejam anticapitalistas, antirracistas, antilgbtfóbicas e ecossocialistas, buscando compreender a totalidade das mulheres diante das relações sociais da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Greves; Feminismo; Capitalismo.

Abstract: The Feminist Movement has several faces and branches that unfold on multiple actions and means of organization. Guided by the contributions of the “Feminism for the 99%” manifest, the paper works on the transnational feminist movement visibility that has been emerging since 2015 with the reclaiming of strikes and mobilizations. We aim cast a reflection on the legitimacy of such movement regarding its organization, temporality and territory, emphasizing it’s goals on the context of a social, economic, ethical, political and environmental crisis compounded by the authoritarian and conservative rising in Brazil. Rooted on the historical dialectical materialism and on feminist studies e review the bibliography on the theme. Having such considerations, “Feminism for the 99%” proposes actions that are anticapitalists, antiLGBTphobics, antiracist and ecossocialists aiming to understand the totality of women upon capitalist society social relations.

Keywords: Strikes; Feminism; Capitalism.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Mestranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Bolsista CNPq e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética, Violência e Direitos Humanos – NEPEVEDH. E-mail: rubya_garcia@hotmail.com

² Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Doutoranda em Serviço Social no PPGSS/UERJ da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” (UFT). E-mail: milenalacerdaseso@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Movimento Feminista é a principal estratégia de organização e resistência que as mulheres encontraram ao longo dos séculos para reivindicarem as demandas frente aos ditames da desigualdade patriarcal. Desde a primeira visibilidade de organização política, esse movimento vem se reformulando e agregando novas bandeiras de luta.

Referenciado temporalmente como primeira onda do Feminismo, datada no final do século XIX, na Europa e na América do Norte, este conjunto de mobilizações impulsionou a luta por direitos iguais e cidadania, em termos formais e legais, a partir da lógica da igualdade sexual (PISCITELLI, 2009). Nessa primeira onda, as mulheres buscavam garantir direitos para auferir a igualdade com os homens, pelo acesso à educação, ao mercado de trabalho e ao voto universal, para que as disparidades pudessem desaparecer, no intuito de emergir uma simetria nas relações de gênero, principalmente dentro do casamento (DAVIS, 2016).

Desde então, mulheres de vários países, de todas as classes sociais, raças/etnias e geração têm se articulado em movimentos, associações e organizações para buscar garantir a igualdade/equidade de acordo com as reivindicações. A greve insere-se neste cenário, a partir da experiência de atuação do operariado, configurando-se como uma grande força política e impacto social.

As mulheres protagonizaram inúmeras greves ao redor do mundo, acirradas desde o início do século XX até os dias atuais. Nessa quadra histórica, essa forma de mobilização vem se ressignificando desde a greve na Islândia no ano de 1975, quando cerca de 90% das mulheres do país interromperam as tarefas cotidianas para irem às ruas por seus direitos (BREWER, 2015).

Por meio desses movimentos, a sociedade pôde vislumbrar, ainda que paulatinamente, a importância que possui o trabalho que é executado pelas mulheres, tanto dentro, como fora de casa, no âmbito da produção, quanto da reprodução social. É nessa perspectiva que o “Feminismo para os 99%” foi tomando forma, dando ênfase à importância das greves como instrumento real de articulação política entre mulheres no mundo todo.

Nesse sentido, este artigo busca identificar as principais características do movimento que surge através das recentes greves feministas, a partir da análise do Manifesto do Feminismo para os 99% de autoria da Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, lançado em 2019 no Brasil. Esse Manifesto Internacional Feminista articula o anticapitalismo com as questões de gênero, raça/etnia, sexualidades e ainda a emergência da proteção do meio ambiente em tempos de exploração massiva do modo de produção capitalista.

No intuito de apreender essa abordagem à luz das experiências grevistas das mulheres feministas ao redor do mundo e especialmente na América Latina, no contexto do espraiamento da extrema direita na cartografia mundial, buscou-se esmiuçar o significado deste manifesto para entender as relações sociais que se desenrolam na conjuntura atual brasileira, a partir duma perspectiva de totalidade.

Vale ressaltar que este estudo, ainda aproximativo, insere-se na interlocução das relações de gênero, raça, classe e meio ambiente em tempos de barbárie do capital, agudizadas com a dinâmica da neoliberalização, financeirização e precarização do trabalho, perfazendo a crítica ao feminismo liberal. Sob esse prisma, a contradição entre o trabalho e capital é chave analítica para problematizar o projeto da acumulação flexível, somada às nuances epidêmicas de precarização da vida social, principalmente no contexto econômico e político contemporâneo, atingindo de forma particularizada as mulheres, a população negra e as pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais).

A partir desses aspectos, pontuou-se que este estudo vincula-se às iniciativas de pesquisadoras/es do campo de gênero e sexualidade do Movimento Feminista, Movimento Negro e LGBTI que pautam o desmantelamento do heterocissexismo e da branquitude como sistema de poder que se pretende universal, por meio do enfrentamento ao capitalismo.

O GRITO DO FEMINISMO PARA OS 99%: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

O borbulhamento das mobilizações, passeatas e ações reivindicatórias em várias partes do mundo configurou-se como fio condutor para as reflexões empreendidas na obra “Feminismo para os 99%: Um manifesto” das autoras Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser³. No intuito de compreender as contribuições teóricas e políticas deste manifesto para a agenda feminista, esboçar-se-á, ainda que brevemente, o conteúdo e as principais críticas, diante das contradições agudizadas na atual fase do capitalismo mundial.

A elaboração é composta por 11 teses que fundamentam essa nova face do feminismo na cena contemporânea. Na obra, as autoras desenvolvem as teses de que: 1) Uma nova onda

³ As autoras do livro possuem uma trajetória de discussão e militância em torno da opressão e a exploração de gênero no capitalismo a partir de diversas perspectivas. Cinzia Arruzza é professora de filosofia em Nova Iorque, autora de diversos livros sobre feminismo e marxismo, foi uma figura de grande atuação na organização da Greve Internacional de Mulheres nos Estados Unidos. Tithi Bhattacharya volta suas pesquisas para a reprodução social de forma crítica, é professora da Universidade *de Purdue* em Indiana, nos EUA, e também teve forte presença na organização da greve. Ambas as autoras citadas fazem parte do coletivo editorial da *Viewpoint Magazine*. Por fim, Nancy Fraser, responsável por cunhar a frase “feminismo para os 99%” estuda as crises capitalistas e os conceitos de capitalismo, é professora de filosofia e política em Nova Iorque e também teve forte atuação e apoio na greve internacional.

feminista está reinventando a greve; 2) O feminismo liberal está falido. É hora de superá-lo; 3) Precisamos de um feminismo anticapitalista – um feminismo para os 99%; 4) Vivemos uma crise da sociedade como um todo – e sua causa originária é o capitalismo; 5) A opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa ao lucro; 6) A violência de gênero assume muitas formas sempre enredadas nas relações sociais capitalistas; 7) O capitalismo tende regular a sexualidade; 8) O capitalismo nasceu da violência racista e colônia. O feminismo para os 99% é antirracista e anti-imperialista; 9) Lutando para reverter a destruição da Terra pelo capital, o feminismo para os 99% é ecossocialista; 10) O capitalismo é incompatível com a verdadeira democracia e paz: Nossa resposta é o internacionalismo feminista; 11) O feminismo para os 99% convoca todos os movimentos radicais a se unir em uma insurgência anticapitalista comum.

A escolha de lançar um Manifesto partiu diretamente da inspiração do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels (1999) que reivindicou a participação política dos/as trabalhadores/as para transformação social rumo ao espectro do comunismo, identificando as mazelas e contradições do modo de produção capitalista. Por se tratar de um manifesto feminista marxista, o número de teses referência às Teses de Feuerbach escritas por Marx, em que ele refuta o idealismo do autor. Essa referência reivindica a práxis política para a ação revolucionária, ao passo que Marx e Engels, ao longo da elaboração teórica, evocam que “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras: o que importa é transformá-lo” (2009, p.122).

Nessa linha argumentativa, as autoras assinalam, a partir da maturação da experiência dos Movimentos Feministas, os eixos constitutivos para alcançar uma sociedade mais democrática, livre e igualitária que não está circunscrita aos limites liberais e que envolva a parcela majoritária da população. A partir de um feminismo combativo, a programática afasta-se das compreensões do feminismo corporativo, meritocrático e servil ao individualismo do capitalismo.

Ao fazer a crítica ao feminismo liberal-burguês, a crítica marxiana, desnudou o caráter ilusório da conquista de direitos às mulheres no seio do capitalismo para o alcance da plena emancipação, pois as conquistas dos direitos civis, políticos e sociais, em geral, restritas a uma parcela da sociedade, configuram-se como limitada emancipação parcial (INÁCIO, 2018).

Em 8 de março de 2019, por homenagem ao Dia Internacional das Mulheres, o “Manifesto para os 99%” foi publicado em diversos países, incluindo o Brasil, corporificado a

partir das mobilizações feministas transnacionais que organizaram uma série de paralisações e marchas desde o ano de 2016. A partir da experiência conjunta na Greve Internacional das Mulheres, as autoras alinharam-se em bandeiras de luta e resistência para o enfrentamento às refrações da crise estrutural do capital, acionando o feminismo crítico com a “consciência de classe para si”.

Essa crise rebate ostensivamente na vida social das mulheres da classe trabalhadora, propiciando, inclusive, o cenário para o desenvolvimento de um movimento feminista anticapitalista. Entretanto, é necessário ressaltar que não é apenas por conta da crise que urge a necessidade de uma luta feminista contra o capital, mas reside na contradição básica e fundamental do próprio sistema em regulamentar as relações de opressão e exploração e a relação intrínseca com as demais dimensões da vida social.

Na arquitetura intelectual da obra marxiana, o capitalismo é referenciado como um modo de produção econômico-social nucleado na divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, na contradição da apropriação do trabalho pelo capital. Grosso modo, o capitalismo trata-se de uma dinâmica de acumulação e valorização do capital, por meio da exploração da força de trabalho. Segundo as autoras, o capitalismo refere-se a:

[...] uma ordem social institucionalizada que abrange relações aparentemente não econômicas e práticas que mantém a economia oficial. Por trás das instituições oficiais do capitalismo – trabalho assalariado, troca e sistema financeiro – estão os suportes que lhes são necessários e as condições que as possibilitam: famílias, comunidades, natureza; Estados territoriais, organizações políticas e sociedades civis; e, em especial, enormes quantidades e múltiplas formas de trabalho não assalariado e expropriado, incluindo muito do trabalho de reprodução social, ainda executado predominantemente por mulheres e muitas vezes sem compensação. Esses também são elementos constitutivos da sociedade capitalista – e lugares de luta em seu interior (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 102).

É importante sublinhar que a fase expansiva do capitalismo maduro começa a dar sinais de esgotamento com a recessão que pôs fim aos “anos dourados” do estado de bem-estar social, iniciando a adesão às prerrogativas neoliberais através do processo de refuncionalização do Estado na relação com o capital e a sociedade (HARVEY, 1993).

Em reação teórica e política ao Estado Intervencionista e de Bem-Estar nas economias centrais e a suposta incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições do capitalismo, abre-se um processo de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho e da reconfiguração do Estado. Nessa nebulosa, Harvey (1993) apresenta as alterações no processo produtivo capitalista, por meio de novas técnicas de gestão da força

de trabalho manifestadas pela dinâmica da reestruturação produtiva, que incorpora as tecnologias resultantes de avanços científicos. Segundo tal entendimento, neste período da acumulação flexível – operam as condições necessárias para o crescimento do capital como condição para acumulação, independente de consequências sociais, políticas e ecológicas.

A partir da exacerbação das contradições internas desse modo de produção no cenário atual, tem-se como resposta a proliferação dos Movimentos Sociais no campo da esquerda. Ao considerar o conjunto das relações sociais e a ascensão do conservadorismo, a marola feminista, nos termos das autoras, insere-se nessas mobilizações desdobrando-se na conhecida “Primavera Feminista”.

O estopim da Primavera Feminista ocorreu na Polônia, no mês de outubro de 2016, quando milhares de mulheres saíram às ruas reivindicando o aborto legal que estava sendo ameaçado por um projeto de lei que o proibia, ainda que em caso de estupro (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Essa greve das mulheres polonesas teve como inspiração a greve das mulheres na Islândia datada em 1975, onde cerca de 90% das mulheres pararam por um dia em greve, tanto nos trabalhos fora de casa, como nos trabalhos domésticos para reivindicar o fim da desigualdade sexual no mercado de trabalho, a igualdade de salários com os homens e para dar visibilidade ao trabalho reprodutivo como parte integrante da economia (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2018).

Na altura desses acontecimentos, ocorreu na Argentina o assassinato brutal da jovem Lucia Pérez, na ocasião, a jovem de 16 anos foi drogada e violentada, chegando a ser empalada por seus algozes. Logo após, eles a levaram a uma unidade de saúde, alegando que a jovem teria sofrido uma overdose (EL PAÍS, 2016). Tal acontecimento acabou por dar início a uma mobilização das mulheres de forma intensa contra o feminicídio e impulsionando uma onda de manifestações nos países⁴ da América Latina. Conhecido pela nomenclatura de “*Ni Una a Menos*”, o movimento repercutiu em países tanto do Sul Global, como em outros continentes por meio das mídias e das *hashtags* usadas para a divulgação no cenário tecnológico-informacional.

No ano de 2018, a Argentina vivenciou a chamada “onda verde” popularizada pelos coletivos feministas em torno da descriminalização do aborto que ocupava a pauta das lutas

⁴Nos últimos anos, a avalanche de movimentações das tropas feministas foi sentida em vários países da América Latina, com destaque para o México, Chile, Argentina, Venezuela, Colômbia, Nicarágua. Para maior detalhamento, consultar: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-08/feminismo-finca-raizes-na-politica-da-america-latina.html> Acesso em: 22 Jul. 2020.

sociais no último decênio, cujo lema era: “educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer” (DiP, 2020, on-line).

No Brasil, estima-se que o número de abortos induzidos seja de 1 milhão por ano. Desse total, cerca de 250 mil mulheres são hospitalizadas por complicações. Duas mil mulheres foram a óbito no país, nos últimos 10 anos, por conta de abortos clandestinos, causando 203 mortes de mulheres em 2016, num somatório de uma morte a cada dois dias por esse motivo (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2018).

Os abortos induzidos são feitos por mulheres de diversas classes sociais, entretanto, quando reporta-se à gravidade das situações e dos números de mortes, quem mais se prejudica nesse processo são mulheres negras e jovens, majoritariamente solteiras e com baixo nível de escolaridade e salarial (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM apud SOUZA, 2018).

No Código Penal brasileiro, está previsto no artigo 124, a penalidade cabível ao considerado crime de aborto, que varia de 1 a 3 anos em casos de consentimento que alguém execute, bem como se a própria mulher o fizer (BRASIL, 1984). O que acontece é que as mulheres recorrem à clandestinidade para fazê-lo (BARIONI et al., 2016).

A pauta da descriminalização do aborto no Brasil é histórica para as organizações feministas e alcançou o debate público nas audiências do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018 no Brasil, trazendo à luz uma discussão qualificada baseada em dados científicos sobre a desigualdade social e racial que acarretam as altas taxas de mortalidade e o punitivismo penal de mulheres que realizam o aborto clandestino no país.

A internacionalização desses movimentos aconteceu com as paralisações adjacentes ao dia 8 de março de 2017, em que mulheres de todo o mundo decidiram parar em greve por seus direitos. No que concerne ao principal dia de luta do movimento de mulheres do mundo, Inácio (2018) recupera-o como um marco importante nas lutas das mulheres socialistas para a celebração de uma jornada internacional que remonta as manifestações das mulheres na Rússia.

Esse movimento culminou no chamado 8M, redimensionando o sentido da data ao real significado, ora tomado pelo capitalismo como um incentivo ao consumo por meio de homenagens às mulheres, a partir da naturalização de atributos da maternidade, da fragilidade e da submissão.

A feminilização dos comportamentos das mulheres está intimamente ligada à maneira como são socializadas pelos ditames patriarcais, por um padrão normativo. Mulheres são constantemente ensinadas desde o nascimento a comportarem-se como pessoas

compreensivas e dóceis, enquanto aos homens é necessário ensinar os ideais de assertividade e força (SAFIOTTI, 2015). Essas premissas acabam por essencializar os papéis sexuais, limitando-os e fixando a partir da lógica do biológico.

Na esteira dos Movimentos de Mulheres, é válido mencionar que as greves são estratégias do feminismo desde as suas primeiras formas de organização política no século XX, através da reflexão política e teórica sobre as formas concretas do trabalho feminino nas sociedades capitalistas, e da restauração das raízes ligadas à classe trabalhadora e ao feminismo socialista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2018).

Segundo as autoras, essas iniciativas redirecionaram o entendimento do trabalho assalariado, enfatizando que o trabalho doméstico e as atividades da reprodução social executados pelas mulheres também fazem parte da cadeia da economia capitalista, expandindo, assim, o horizonte sobre a exploração de trabalho no sistema capitalista.

Essa compreensão dialoga com Silvia Federici (2019, p. 42), ao longo do projeto intelectual, ao tratar o trabalho doméstico como manipulação mais disseminada e a violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. Essa autora argumenta que o salário que é pago ao trabalho remunerado oculta o trabalho por trás da execução deste, ainda que seja um fato que permite ao trabalhador a reivindicação por salários melhores ou por condições de trabalho, enquanto à mulher não é permitido, tampouco reconhecido.

Neste debate, podem-se referenciar as atividades de cuidado no seio da economia capitalista, pelos processos de redefinição do estado em torno da implementação de políticas assistenciais, que responsabilizam as mulheres pelo cuidado da unidade familiar e repercutem no barateamento da força de trabalho e na consequente extração da mais valia.

Ao ponderar sobre a divisão sexual do trabalho e a questão do cuidado, Flávia Biroli (2018) expõe que, embora a configuração de família venha se modificando ao longo das últimas décadas, a responsabilidade do cuidado com relação à família e ao ambiente doméstico ainda prevalece depositada nas mulheres.

A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizavam a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas (BIROLI, 2019, p. 27).

Para além do debate da reprodução social e da dimensão do cuidado, a família sacralizada (singularizada no pai, mãe e filhos) adquire centralidade em termos econômicos para acumulação e valorização capitalista, tornando-se o elemento organizativo para o conjunto da sociedade.

[...] não é algo espontâneo, tampouco natural, mas socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho patriarcal, ao imputar às mulheres uma responsabilização sobre as expressões da questão social, assim como assegurar grande parte da reprodução da força de trabalho por meio de atividades remuneradas e não remuneradas, vinculadas ao “cuidado”, ao trabalho doméstico e às atividades extensivas ao mesmo (CISNE; SANTOS, 2018, p. 151).

Cabe ressaltar que as greves aludidas anteriormente, não se centraram apenas na pauta dos salários, mas também em questões como violência de gênero nas múltiplas dimensões, na defesa da liberdade à sexualidade, aos direitos reprodutivos e das liberdades democráticas. Diante desse cenário, o feminismo para os 99% coloca-se avesso ao feminismo liberal do “tudo posso”, argumentando que:

A grande mídia continua a equiparar o feminismo, em si, com o feminismo liberal. Longe de oferecer uma solução, contudo, o feminismo liberal é parte do problema. [...] Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar de restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia. Em vez de buscar abolir a hierarquia social, visa “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas” para ascender ao topo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37-38).

Entretanto, a crítica ao feminismo liberal não nasce dessas novas movimentações e articulações do feminismo, pelo contrário, já no século XX, diante dos movimentos da primeira onda, já se esboçava essa crítica. Rosa Luxemburgo em uma análise ferrenha expõe em um de seus textos sobre a “A proletária” que

A mulher burguesa não tem nenhum interesse real em direitos políticos pois não exerce uma função econômica na sociedade, pois usufrui dos frutos acabados da dominação de classe. A reivindicação, por igualdade de direitos femininos é, onde ela se manifesta nas mulheres burguesas, mera ideologia de alguns grupos fracos, sem raízes materiais, um fantasma da oposição entre a mulher e o homem, uma esquisitice. Por isso, o caráter anedótico do movimento das sufragetes (LUXEMBURGO, 1914, on-line).

É evidente que as organizações feministas de bases liberais reconhecem as desigualdades mais imediatas das disparidades de gênero, mas não conseguem articular o gênero com os demais marcadores de diferença, tampouco apontar o núcleo da exploração e opressões. Tais expoentes estabeleceram desde o prelúdio das manifestações que a problemática central das mulheres concentrava-se exclusivamente na falta de participação delas no meio público “e reivindicavam reformas relacionadas com a inclusão no mercado de trabalho. Desde o princípio, tiveram um setor destinado a formar e promover as mulheres para ocupar cargos públicos” (GARCIA, 2015, p. 85).

Sob a perspectiva de que o feminismo não representa um todo unificado, dadas as trajetórias marcadas por distintas clivagens, em momentos específicos e em relação às aproximações teóricas e práticas políticas, surge a crítica aos objetivos e conceituações que reforçavam a suposta universalização das pautas feministas. O principal contrapondo com esse ideário mistificado, advém da crítica forjada pelas feministas negras que problematizam a universalização das pautas feministas em torno da categoria mulher, do acesso à educação e a ascensão no mercado de trabalho.

Sueli Carneiro (2019) afirma que o atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres no país, enegrecendo as reivindicações. Paralelamente, a autora aponta que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada a qual o discurso clássico sobre a opressão das mulheres não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão, sobretudo colonial, teve na identidade e na vivência dessas mulheres.

Absorvendo essas contribuições, o manifesto para os 99% visa transgredir as barreiras do corporativismo neoliberal que apenas administra a dominação do trabalho, igualando essa exploração à desigualdade de gêneros, com discurso de que as mulheres precisam também ocupar cargos do alto escalão, desconsiderando a estrutura socioeconômica e a violação colonial que permeia as realidades diversas.

Baseadas nessas questões, as autoras recorrentemente questionam a quem serve esse tipo de feminismo, que ao falsear a realidade e universalizar as demandas das mulheres, desconsidera a diversidade e diferenças que compõem a heterogeneidade das classes sociais.

Distante de criar um universalismo que torne homogêneo todos os segmentos sociais e até desconsiderá-los, o feminismo para os 99% entende que a articulação entre classe, raça e

gênero e sexualidade é imprescindível para avançar no combate às desigualdades históricas do desenvolvimento da sociedade capitalista.

[...] a nova onda feminista tem potencial para superar a oposição obstinada e dissociadora entre “política identitária” e “política de classe”. Desvelando a unidade entre “local de trabalho” e “vida privada”, essa onda se recusa a limitar suas lutas a um desses espaços. E, ao definir o que é considerado “trabalho” e quem é considerado “trabalhador”, rejeita a subvalorização estrutural do trabalho - tanto remunerado como não remunerado – das mulheres no capitalismo. No geral, o feminismo das grevistas antecipa a possibilidade de uma fase nova e sem precedentes de luta de classes: feminismo internacionalista, ambientalista e antirracista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 34).

Gouvêa e Mastropaolo (2018) sustentam a impossibilidade da crítica radical e práxis política com a negação do racismo e do patriarcado como fundamentais a estrutura desse modo de produção. Em outras palavras, “não é possível superar de fato a opressão de classe capitalista sem a superação da forma capitalista de todas as opressões concretas. E não é possível superar a forma capitalista destas opressões sem superar a opressão de classe” (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2018, p. 16).

Ainda nessa direção, o manifesto reivindica as garantias fundamentais que são alijadas da população, tais como moradia, alimentação digna, saúde, educação e o direito às terras de povos originários. Para o movimento, essas lutas estão intrinsecamente ligadas às pautas demandadas pelas mulheres, porque ambas são importantes para a reprodução e são afetadas pelo modo de produção. É por esta razão que o manifesto propõe a união de reivindicações em prol de uma luta anticapitalista coletiva coadunando-se com os demais movimentos de resistência (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Com base nessa premissa, as autoras denunciam os elementos centrais para superar os dilemas e desafios da conjuntura atual: de um lado perfazem a crítica a esquerda reducionista, que insiste na unidade de classe, considerando na sobreposição neutra da “classe social” e secundarizando as diferenças que se desenvolvem na materialidade das relações sociais capitalistas. O outro aspecto dessa problemática refere-se à apropriação das desigualdades pelo capitalismo que se utiliza da diversidade e das diferenças para lucrar e valorizar capital (Idem).

No próximo tópico, abordar-se-á, a partir da crítica do feminismo para os 99%, os discursos falaciosos e mistificadores de recuperação da economia, cujas propostas inserem-se no circuito de precarização do trabalho e congelamento de gastos públicos, acarretando a exacerbação da questão social, do sucateamento e mercantilização das políticas sociais. Cabe

ressaltar que a análise decorre de uma perspectiva à luz da sociedade brasileira, acoplando dados aproximativos da realidade que se relacionam com os temas discutidos pelo feminismo para os 99% no intuito de justificar a importância desse movimento na realidade concreta do Brasil.

“UN VIOLADOR EN TU CAMINO”⁵: A PERSPECTIVA DO FEMINISMO PARA OS 99% DIANTE DOS DESAFIOS ATUAIS

Neste tópico, são atrelados os elementos fundamentais do Manifesto “Feminismo para os 99%” como única alternativa possível para enfrentar a ofensiva conservadora em curso no contexto brasileiro contemporâneo. Vale sublinhar que na quadra contemporânea, os retrocessos no campo dos direitos sexuais, raciais e de gênero afloram a sua plenitude, autorizados e fortalecidos nas feições institucionalizadas e cotidianas do racismo brasileiro, na LGBTfobia institucional e das práticas crescentes de feminicídio, do aumento da violência contra as mulheres, na disseminação das políticas de extermínio e do genocídio da população negra.

O projeto político econômico de acumulação e valorização do capitalismo, mencionado no tópico anterior, filia-se a uma escalada conservadora, nacionalista e religiosa, marcada pelo recrudescimento da dependência ao imperialismo. Essa crise antidemocrática se aprofunda com o golpe jurídico parlamentar que destituiu a primeira mulher presidenta do Brasil e se intensificou com o advento de um governo ultraconservador, com explícita inspiração fascista.

Essa tendência se fortalece com o espraiamento dos movimentos autoritários e conservadores com conotação de supremacia racial e perseguição aos “esquerdistas”, desnudando os valores e práticas anti-democráticas, heteronormativas, racistas e patriarcais arraigadas na nossa formação social e econômica.

A eleição do líder ultraconservador para a Presidência da República, no ano de 2018, no Brasil, acompanha a cartografia da extrema direita em outras partes do globo. Como observado por Corrêa (2018) a guinada política mais à direita que se deu nas recentes eleições brasileiras é drástica, mas está longe de ser excepcional, cuja restauração conservadora vinha sendo gestada desde os anos 2000, vinculada ao projeto de neoliberalização e financeirização da economia.

⁵ Referência à performance do Lastesis (Coletivo Feminista de Valparaíso no Chile) que se tornou um hino mundial contra o feminicídio e a violência de gênero.

As formações autoritárias que tomaram corpo na paisagem política brasileira, segundo a autora, devem ser também interpretadas como reações às transformações políticas que tiveram lugar nas ordens de gênero, sexualidade e raça no decorrer da reconstrução democrática. O ataque à díade “gênero e comunismo” (Idem, 2018, p. 3) ocupa o centro da campanha eleitoral do atual presidente e perfaz a atuação política no âmbito do executivo, direcionado pelo capital financeiro e neoliberal, que implementa um conjunto de reformas no âmbito das políticas sociais e do trabalho.

No contexto histórico, a abertura ao capital internacional intermediada pela consolidação do neoliberalismo no Brasil, aumentou os níveis de desemprego e expropriações, acirrando a pobreza e a violência, bem como o sucateamento das políticas de educação, habitação, assistência social, saúde e previdência (SANTOS, 2008). Entende-se que no interior do movimento circunscrito pela história, marcado pelas lutas entre capital e trabalho no contexto neoliberal “é possível observar a submissão dos direitos sociais à disponibilidade orçamentária e aos interesses econômicos, defendidos pelo Estado e pelo grande capital.” (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014, p.10).

Acompanhando a refuncionalização e contrarreforma do Estado, Antunes (2018) apresenta as modificações na regulação do trabalho que culminaram na explosão do trabalho informal, intermitente, flexível, terceirizado e precarizado. Ao indagar sobre a nova morfologia do trabalho no Brasil, o autor problematiza os principais vilipêndios, adoecimentos, terceirizações que atingem a população trabalhadora. Especialmente, com a devastação, desregulamentação e corrosão dos direitos sociais e erosão das conquistas trabalhistas no Brasil, assegurados pela Constituição Federal.

Na esteira destes fenômenos, o feminismo para os 99% identifica-se anticapitalista, dado que as mulheres trabalhadoras do mundo inteiro sofrem com a exploração da sua mão de obra, com a informalidade, jornada extenuante de trabalho, disparidade salarial e falta de oportunidade.

Em uma sociedade na qual os indivíduos possuem condições tão díspares, não pode haver competição de igual para igual. Em termos intelectuais, somos todos igualmente capazes. Socialmente, entretanto, a ausência de privilégios de uns e acúmulo de privilégios por outros torna as jornadas dramaticamente diferentes. Isso não quer dizer, é claro, que apenas os mais privilegiados possam “chegar lá”. Quer dizer que eles encontrarão muito menos dificuldades no caminho. E esse chegar lá mudará continuamente de lugar para que os mais abastados possam manter uma posição de superioridade e prestígio social em relação aos menos favorecidos. (BARIONI et. al., 2016, p. 71).

A natureza do feminismo para os 99% constitui-se anticapitalista ainda, porque possui consciência crítica e revolucionária para compreender que as raízes do capitalismo produzem as desigualdades que afetam, de diferentes formas, as mulheres em todos os cantos do mundo.

No seio da guinada conservadora que ataca ostensivamente as políticas públicas, há a propagação da cruzada da ideologia de gênero, cuja fabricação alia-se às forças direitistas e fundamentalistas, forçando condições favoráveis para que a racionalidade conservadora e neoliberal se imbriquem, fertilizem-se mutuamente e capturem de maneira mais eficazes os corações e mentes (CORRÊA, 2018).

Notadamente, a ideologia de gênero incorpora discursos religiosos e laicos para construção de um artefato retórico e persuasivo ligado ao livre mercado para reconquistar o centro do debate público e político numa batalha inflamada e espetacularizada em torno da família tradicional (patriarcal, monogâmica e heterossexual), culminando no cerceamento a direitos e garantias fundamentais (JUNQUEIRA, 2018).

Segundo tal entendimento, a ideologia de gênero catalisa a naturalização do ser humano, do sexo, da sexualidade e das relações sociais pautando a hierarquização das diferenças, através da rebiologização essencializadora da concepção singular da família patriarcal e monogâmica, pela sacralização do matrimônio, do ideal normativo da maternidade para as mulheres, da filiação biológica, da heterossexualidade compulsória e da diferença sexual binária, fixa, inalterável e hierarquizada (Idem, 2018).

Esse arranjo desenrola-se numa perseguição ideológica aos considerados inimigos políticos da pátria, da família e da religião numa constante ameaça ao Estado de Direito. Nesse ínterim, há um conjunto de retrocessos para as políticas de proteção para as mulheres, como o deslocamento da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM) e do Conselho Nacional dos Direitos da mulher (CNDM) para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos comandados por uma pastora que se apresenta pela pauta antiaborto. Além disso, essa tônica naturaliza o crescente feminicídio, a virulência dos crimes contra a população LGBTI e o genocídio da população negra.

O ponto fulcral observar que a violência de gênero está presente em todas as esferas da sociedade, perpassando todas as classes, tornando-se ainda mais intensa em momentos de crise do modo de produção dado os impactos que isso ocasiona nas classes trabalhadora. A violência contra a mulher é uma relação que se impõe por meio das normatizações da sociedade patriarcal e do capitalismo que legitima a dominação e a exploração. Nesse sentido,

a violência contra mulher é composta por inúmeras facetas na atualidade podendo variar entre violência física, sexual, psicológica e patrimonial.

Cabe aqui ressaltar o feminicídio como manifestação mais acentuada da violência contra a mulher, crime que consiste no “assassinato de mulheres por homens motivados pelo ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade, ou pelo simples fato de serem mulheres” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p. 3079).

A última edição do Atlas da Violência, lançada em 2019, registra um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, é o maior número registrado desde 2007. Esses dados não dão conta da totalidade das situações de violência fatal contra mulheres, principalmente quando associamos ao fator raça/etnia, uma vez que há uma ausência de protocolos que exijam a designação do feminicídio para o assassinato de mulheres, ocultando a real dimensão desse fenômeno no país (COSTA; GARCIA; VIEIRA, 2020).

Dessa feita, o feminismo para os 99% coloca-se como antirracista, porque luta contra um sistema colonial, oligárquico e repleto de resquícios escravistas que produzem o genocídio e encarceramento de vidas negras todos os dias, que reserva às mulheres negras os postos de trabalho mais precarizado e o suplício do trabalho doméstico explorado, do “quartinho nos fundos”, pois “se o regime colonial foi rompido, não houve ruptura com as relações coloniais de poder” (PETRONE, 2019, p. 17).

As feministas para os 99% reconhecem abertamente essa vergonhosa história e estão determinadas a romper com ela. Compreendemos que nada que mereça o nome de “liberação das mulheres” pode ser alcançado em uma sociedade racista, imperialista. Ao mesmo tempo, compreendemos que a raiz do problema é o capitalismo, do qual o racismo e o imperialismo são parte integrante. Esse sistema social que se orgulha do “trabalho livre” e do “contrato salarial” só pôde ter início devido à violenta pilhagem colonial e à “caça comercial de peles negras” na África, seu recrutamento forçado para a escravidão no “Novo Mundo” e a expropriação de povos indígenas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 77-78).

O Feminismo para os 99% é antirracista, porque entende que o movimento deve assumir uma posição. Esse feminismo coloca-se impreterivelmente contra a sexualização dos corpos, contra a seletividade do encarceramento, ao genocídio da população negra e da justiça retributiva do país que condena mulheres negras a uma vida marginalizada sem ter a oportunidade de justiça social e de ressignificar as próprias trajetórias.

Partindo de uma análise feminista marxista, Davis (2016) relata que as mulheres negras fizeram-se presentes nas lutas sociais e se uniram para lutar contra a violência racista,

sendo que as mesmas tiveram ao longo da história uma tradição associativa que se liga às causas progressistas mais cruciais: a sobrevivência e a dignidade. Ao criar o termo “Dororidade” que remete à solidariedade entre mulheres negras que sentem e vivenciam a dor do racismo, Trindade (2017) enfatiza que:

O Brasil não é um país racista, afirma a maioria. Somos todas todos iguais. Utopia. O Racismo é imobilizador. Aliás, essa é a função dele – continuar existindo para manter a Branquitude, como projeto ideológico, cada vez mais consistente, dominador excludente (TRINDADE, 2017, p. 12).

Torna-se fundamental submeter as identidades de poder que se vendem como universais à crítica teórica como uma ferramenta de ação política, pois é preciso problematizar o sentido histórico das hierarquias sociais, raciais e de gênero que estruturam os privilégios sociais, tais como a noção de branquitude, a cisgeneridade, a heteronormatividade e a dominação masculina patriarcal.

Assim, o manifesto entende que os entrelaçamentos das relações sociais não podem ser analisadas de forma isolada uma das outras, ao passo que estão envoltas na dinâmica da divisão racial, sexual e social do trabalho, da produção e reprodução da vida social, permeada por antagonismos, hierarquias, explorações e complexidades que, por sua vez, expressam-se nas variadas formas de opressão (CISNE; FALQUET, 2020).

Esse pensamento leva ao entendimento de que o feminismo crítico e combativo reivindica-se antiLGBTfóbico, uma vez que se coloca à frente da defesa das mulheres trans, lésbicas, bissexuais, travestis, ao considerar que as mulheres têm direito incondicional sobre sua sexualidade, sobre quem amar e se relacionar afetivo-sexualmente, sobre seus corpos e principalmente sobre suas vidas.

O relatório de crimes contra LGBTI no Brasil realizado pelo Grupo Gay da Bahia – GGB (2018), revela que o Brasil vem ocupando o primeiro lugar entre os países que mais comete crime contra essa população. O Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil (2018) argumenta que 2017 foram registrados 54 óbitos de mulheres lésbicas. “Houve um aumento de mais de 237% no número de casos de 2014 para 2017 e de 80% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foi o maior número de casos registrados em toda a história das pesquisas sobre lesbocídios no Brasil” (DIAS; PERES; SOARES; 2018, p. 62).

A plataforma Gênero e Número aponta que, no ano de 2019, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia no Brasil, caracterizando o segmento da população LGBTI que mais sofre

com esse tipo de violência, e as mulheres negras são a maioria nessa contextualização (SILVA, 2019).

O empenho na análise crítica exige o reconhecimento do lugar subalternizado em que as pessoas LGBTI e, de forma particularizada, as pessoas trans, ocupam nesse quadro econômico e social. De acordo com o Dossiê, os crimes perpetrados contra travestis e transexuais no Brasil em 2018, colocam o país já a 3 anos como o líder dentre os que mais matam transexuais no mundo, totalizando 167 assassinatos, sendo 41% do percentual mundial de homicídios (DIAS; PERES; SOARES; 2018).

Além do preconceito e da violência física que sofrem nas ruas, a comunidade LGBTI enfrenta desafios também no mundo do trabalho e do acesso aos direitos civis, políticos e sociais. O mercado capitalista possui um padrão, e esse padrão é excludente, não é por acaso que 90% das travestis e transexuais busquem meios de sobrevivência na prostituição. Do número de transexuais mortas em 2018, 65% delas trabalhavam como profissionais do sexo, e que 60% foram mortas na rua (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

De toda sorte, a retórica assumida na agenda governamental de “mais família e menos estado” que galgou espaço numa parte considerável da sociedade brasileira repudia com veemência:

[...] a ações voltadas a reconhecer as mulheres como sujeito, legalizar o aborto, combater o feminicídio, criminalizar a homotransfobia, legalizar o casamento entre pessoas de mesmo sexo ("gaymônio") e garantir-lhes o direito de adotar, ampliar o acesso a novas tecnologias reprodutivas, assegurar a jovens e adolescentes informações sobre saúde sexual, promover o sexo seguro, despatologizar a transexualidade, reconhecer o direito à autodeterminação da identidade de gênero e à mudança de sexo, implementar políticas educacionais de igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual. Divórcio, contracepção, equidade salarial entre homens e mulheres e coibição de violência física ou psicológica por parte dos pais na educação dos/as filhos/as também costumam figurar entre os alvos da indignação desses cruzados. (JUNQUEIRA, 2018, p. 457).

Por essa razão, torna-se inegociável a “luta para libertar a sexualidade não apenas das formas de família procriadora, nuclear e normativa, mas também das restrições de gênero, classe e raça e das deformações do estatismo e do consumismo” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 73), considerando que, mesmo com avanços em alguns quesitos de igualdade, os direitos permanecem em uma constante ameaça e individualizados pela ótica neoliberal.

Um feminismo que se denomina anticapitalista não pode se esquivar da defesa do meio ambiente. Corroborando com o processo de devastação socioambiental, a direita

conservadora e apoiadora dos agronegócios e dos grandes latifundiários no Brasil trilham um amplo impulso para drenar e capitalizar os recursos naturais que sustentam o planeta.

De acordo com a sessão Igualdades da Revista Piauí (2020)⁶, o Brasil caminha na contramão do mundo: enquanto o planeta deve reduzir suas emissões de carbono em 6% até o fim de 2020, o Brasil corre risco de aumentar as suas em até 20%, segundo uma estimativa feita pelo Observatório do Clima. Isso se deve ao avanço do desmatamento e das queimadas na região amazônica para garimpo e pecuária extensiva.

Nessa acepção, o feminismo para os 99% assume uma postura ecossocialista, porque entende que milhares de pessoas, sobretudo mulheres, defensoras dos direitos humanos e ambientais são brutalmente assassinadas nas próprias terras, povos originários são dizimados, recursos naturais são extraídos ilegalmente, territórios são invadidos e retirados de seus povos, para alimentar o sistema latifundiário que explora violentamente o(a) trabalhador(a) rural (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Nessa lógica, o ecossocialismo, segundo Löwy (2011, on-line) “é uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista”. Para este autor, a crise ecológica coloca em perigo a sobrevivência da vida humana neste planeta, provocado pela lógica expansiva e destruidora do capitalismo que pode resultar nas próximas décadas, numa catástrofe sem precedente na história da humanidade (LÖWY, 2011)).

Considerando que a crise do capital não é apenas econômica, mas também uma crise ecológica, “o projeto ecossocialista implica uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico” (LÖWY, 2011, s.p).

Por todos os motivos elencados acima, o feminismo para os 99% contrapõe-se ao feminismo do 1%, opondo-se ao liberalismo corporativista que serve ao capital e a fração minoritária dos detentores dos meios de produção (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), comprometendo-se com uma luta anticapitalista, ecossocialista, antirracista, anti-LGBTtífica.

⁶Salientamos que este número está inserido na pandemia do Corona vírus que, em outros países, poupou o lançamento de gás carbono na atmosfera devido ao período de quarentena. A matéria completa está disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/menos-carbono-na-quarentena/> Acesso em: 24 Jul. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões tecidas ao longo do presente artigo buscaram refletir sobre as contribuições do Manifesto “Feminismo para 99%” para apreensão crítica da conjuntura contemporânea diante da crise capitalista, pautando-se nas experiências de revitalização do feminismo verificado na eclosão de protestos globais.

A abordagem deste estudo reivindica um feminismo anti-imperialista e internacionalista pautado na consciência de classe e em constante articulação com os Movimentos de Esquerda, a fim de compreenderem que as opressões possuem um núcleo fundamentado na exploração do capital.

Em meio à crise civilizatória que se vivencia, o feminismo para os 99% associa-se aos movimentos que reivindicam questões estruturais que afetam toda população, vinculadas às necessidades fundamentais dos(as) trabalhadores(as). Compreendendo que os sentidos de gênero, de raça e de sexualidade são manifestos nas relações de trabalho assalariado e não assalariado em torno da exploração e da opressão, tendo em vista, o processo de apropriação dessas disparidades para intensificação da exploração e barateamento da força de trabalho.

Caracteriza-se como um feminismo de enfrentamento as desigualdades e da ofensiva neoliberal, que por sua vez, foi se disseminando de país em país, em um momento de crise do capital, ameaçando substantivamente os direitos sociais.

Nesse cenário, o manifesto pauta uma atuação que compreenda as dimensões de geração, gênero, raça/etnia e sexualidade, entendendo que a negação acarreta numa leitura fragmentada e homogeneizada da classe social, desqualificando as lutas sociais a partir do argumento de que as pautas identitárias dividem a unidade das classes sociais, considerando-as como dimensões menos importantes e acessórias.

À vista dessas considerações, pondera-se a importância e urgência de materialização do Feminismo para os 99% no cotidiano das mulheres, ao passo que se faz necessário refletir acerca de quais maneiras esse movimento poderá alcançar efetivamente os 99% ao qual se refere. E nesta esteira, essa obra, ao lado da produção acadêmica e política do Movimento Feminista, representa um importante marco de contribuição para as organizações sociais e lutas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo. Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. O significado de uma greve de mulheres. *Revista Movimento*. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/03/o-significado-de-uma-greve-de-mulheres/>. Acesso em: 4 Jul. 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: DF, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em: 25 Jun. 2020.

BARIONI, Paola; LARA, Bruna de; MALAQUIAS, Thaysa; MOURA, Gabriela; RANGEL, Bruna. *MEU AMIGO SECRETO: feminismo além das redes*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Associação nacional de travestis e transexuais do Brasil (ANTRA). Instituto brasileiro trans de educação (IBTE). Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf> Acesso em: 25 Jun. 2020.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 2018.

BREWER, Kirstie. A greve geral de mulheres que tornou Islândia o país ‘mais feminista do mundo’. *BBC*, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151102_islandia_feminismo_hb. Acesso em: 25 Jun. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-32.

CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista-materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. *Serviço Social em Revista*, v. 22, n.02, 2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38003> Acesso em: 25 Jun. 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. *Feminismo, diversidade e Serviço Social*. – São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca Básica de Serviço Social).

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. *Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro, diz Ministério da Saúde*. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-cao-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html. Acesso em: 25 Jun. 2020.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? *Sexuality Policy Watch*, Rio de Janeiro, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf> Acesso em: 10 Jun. 2019.

COSTA, Renata Gomes; GARCIA, Rubya Souza; VIEIRA, Monique Soares. Desigualdade de gênero e revenge porn: a culpabilização da mulher diante da violência. In: COLVERO, R.; JOVINO, D.; PANIAGUA, E. *Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades 4*. São Borja: Unipampa – Universidade Federal do Pampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Clara; PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 3 Jul. 2020.

DiP, Andrea. “2020 será o ano do aborto legal, não temos dúvida quanto a isso, é irreversível que se torne lei”, diz María Florencia Alcaraz. Agência Pública de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/2020-sera-o-ano-do-aborto-legal-nao-temos-duvida-quanto-a-isso-e-irreversivel-que-se-torne-lei-diz-florencia-alcaraz/#:~:text=Fruto%20de%20muitos%20encontros%2C%20reuni%C3%B5es,mulheres%20em%20abortos%20ilegais%20inseguros> Acesso em: 24 Jul. 2020.

EL PAÍS. *Brutal assassinato com estupro de adolescente reacende luta contra o feminicídio na Argentina*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/internacional/1476717704_725902.html. Acesso em: 2 Jul 2020.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo. Elefante, 2019.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo. Claridade. 2015.

GASPAROTTO, Geovana Prante; GROSSI; Patrícia Krieger; VIEIRA, Monique Soares. *O ideário neoliberal: A submissão das políticas sociais aos interesses econômicos*, 2014. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8153/2/evento_006%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf. Acesso em: 20 Jul. 2020.

GOUVÊA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. In: Marx e o marxismo 2019: marxismo sem tabus – Enfrentamento opressões, 2019, Niterói, RJ. *Anais do Seminário Internacional Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus – Enfrentando opressões*, 2019. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC271.pdf>. Acesso em: 25 Jul. 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2018*. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 3ª ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1993, 349 p.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. A questão da emancipação das mulheres: contribuições e dilemas da tradição marxista e feminista. In: *Marxismo, Política Social e Direitos*. BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Ivanete, LIMA, Rita de Lourdes. – 1 ed.- São Paulo: Cortez, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 Jul. 2020.

LOWY, Michael. Ecosocialismo por Michael Lowy. Blog da Boitempo. Publicado em 01/03/2011. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/03/01/1003/>. Acesso em: 25 Jun. 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. A proletária. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MENEGHEL, Stela; PORTELLA, Ana Paula. *Feminicídios: conceitos, tipos e cenários*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf> Acesso em: 25 Jun. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Painel Temático Saúde da Mulher*. Disponível em: <http://www.redeblh.fiocruz.br/media/painelmulher.pdf>. Acesso em: 25 Jun. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro. *Tese (doutorado)* – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp062620.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

SILVA, Vitória Régia. No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. *Plataforma Gênero e Número*. Disponível em: <http://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulheres-lesbicas-sao-estupradas-por-dia/> Acesso em: 25 Jun. 2020.

PETRONE, Talíria. Prefácio. In: ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo. Boitempo, 2019.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. Editora Nós. 2017.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-146

MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE OS VENEZUELANOS EM CUIABÁ

MIGRATION AND HUMAN RIGHTS: JOURNALISTIC COVERAGE ON VENEZUELAN IN CUIABÁ

Recebido em: 16/07/2020

Aceito em: 28/09/2020

Cristóvão Domingos de Almeida¹
José Elias Antunes Neto²

Resumo: Este artigo aborda a situação dos venezuelanos em Mato Grosso, especialmente na capital do estado, Cuiabá. Trata-se de uma análise sob a luz dos princípios éticos do jornalismo e tem como base as reportagens sobre a acolhida dos venezuelanos, veiculadas em 2018 e 2019, numa das emissoras de maior audiência do estado, a TV Centro América, afiliada da rede Globo. Buscou-se entender de que forma se deu a cobertura jornalística dos acontecimentos sobre a presença dos venezuelanos e os efeitos de sentidos produzidos, principalmente, pelas instituições de apoio aos migrantes. Evidenciou-se que as narrativas da mídia ocorreram pelo viés da crise humanitária e pela vulnerabilidade dos migrantes. Com isso, os direitos dos venezuelanos foram ressaltados por conta das ausências, busca pela sobrevivência, desconsiderando a resistência e a particularidade cultural dos povos em deslocamentos.

Palavras-chave: Migração, Direitos Humanos, Comunicação e Jornalismo.

Abstract: This article addresses the situation of Venezuelans in Mato Grosso, especially in the state capital, Cuiabá. It is an analysis under the light of the ethical principles of journalism, based on the reports on the welcome of Venezuelans broadcast, in 2018 and 2019, on one of the most watched broadcasters in the state, TV Centro América, affiliated with the Globo network. We seek to understand how journalistic coverage of events about the presence of Venezuelans and the effects of meanings produced mainly by institutions that support migrants took place. We show that the media narratives occurred due to the bias of the humanitarian crisis and the vulnerability of migrants. As a result, the rights of Venezuelans were emphasized due to their absences, the search for survival, disregarding the resistance and cultural particularity of peoples on the move.

Keywords: Migration, Human Rights, Communication and Journalism.

INTRODUÇÃO

¹ Docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e no curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: cristovaoalmeida@ufmt.br

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso e jornalista da TVCA. E-mail: jo.elias@terra.com.br

A migração é uma questão que desafia as políticas socioeconômicas ao longo dos tempos. Canclini (1997, p. 312) afirma que “não é por acaso que a reflexão mais inovadora sobre a desterritorialização esteja se desenvolvendo na principal área de migrações do continente, a fronteira do México com os Estados Unidos”.

Canclini (1997) refere-se aos anos setenta, sobre a luta pelo “sonho americano” em uma “aventura” dos latinos que nunca deixaram de se arriscar para entrar nos Estados Unidos. Muitos deles ingressaram de forma ilegal, com o apoio dos coiotes. Entretanto, a migração vem se configurando como uma temática internacional, cada vez mais complexa, em decorrência de diversos fatores, entre eles, o crescimento populacional e as demandas necessárias para garantir a estabilidade humana, como emprego, renda, saúde, educação, segurança e moradia. Diante dessa realidade, a migração torna-se um tema inerente a todos os cidadãos que vivem e participam do destino da humanidade.

Diante dessa perspectiva, a mídia tem grande relevância para contribuir com a interpretação das políticas de apoio aos migrantes, dos direitos, da trajetória e das condições que deixaram suas pátrias e atravessaram as fronteiras, das realidade em que eles chegam e a luta pela sobrevivência e pelas melhorias das condições de vida. Uma pergunta chave para os jornalistas envolvidos na cobertura do tema é: como noticiar o fluxo migratório sobre os venezuelanos e de que forma os imigrantes veem-se, sendo divulgadas suas condições, situações e realidades.

Dessa forma, o artigo visa refletir sobre essas realidades e pontuar as coberturas jornalísticas como possibilidade de fomentar acolhida, sociabilidade e tratamento digno e harmonioso entre as pessoas. E, no caso em questão, os deslocamentos dos venezuelanos, por necessidade e não por vontade própria, exige-se cuidado ainda mais apurado do jornalista porque eles chegam desassistidos, sem recursos financeiros e nem condições para o recomeço. Os imigrantes trazem os diferentes problemas inerentes aos que deixam os países de forma intempestiva: a fome, as doenças e perseguições.

A realidade dos que chegam em solo brasileiro exige várias etapas para resolução dos problemas ou para, pelo menos, minorar as dificuldades e serem incluídos nas dimensões socioculturais e dos direitos humanos. Desse modo, os fluxos migratórios, com essas realidades de exclusões e ausências, desencadeiam reportagens sobre o assunto. Neste artigo, pontuar-se-ão três reportagens veiculadas na TV Centro América, filiada da Rede Globo,

abordando a chegada dos venezuelanos e, assim, poder-se-á compreender a crise humanitária, as exclusões sociais, a luta pela sobrevivência e a dimensão da esperança de dias melhores, fator mobilizador para se reconquistar a dignidade.

COMUNICAÇÃO E MIGRAÇÕES

A noticiabilidade é fundamental; por isso, articula-se com o pensamento de Wolton (2006, p. 26), no sentido de que “comunicar é sempre desejar compreender o mundo. Isso pressupõe que o homem possa abrir-se para o mundo”.

Em se tratando dos venezuelanos que migraram para o Brasil para fugirem da crise que se instalou na Venezuela, os profissionais da comunicação caminham em uma linha tênue para noticiarem e contarem as histórias dos que chegam em solo brasileiro. A narrativa percorre sentimentos, valores familiares e culturais, segurança, saúde, trabalho e moradia. Um tema constante é a fragilidade humana dos que chegam. Ainda que não se fale com frequência a palavra fragilidade, ela se faz presente nas narrativas diante do que os venezuelanos precisam passar, para que tenham garantidas, minimamente, as condições necessárias para que permaneçam nos países onde eles escolheram para reconstruir e melhorar as condições de vida. É importante dizer que, em condições subalternas e mais fragilizados, estão os indígenas venezuelanos. Sobre essa situação, há reportagens noticiando que “um grupo de imigrantes venezuelanos está acampado nas proximidades da Rodoviária Engenheiro Cássio Veiga de Sá, em Cuiabá, desde o dia 1º de janeiro”.

Diante do exposto, é imprescindível que se busque conhecer o outro, no caso, venezuelanos indígenas ou não, ainda que o idioma seja uma das barreiras para o entendimento e acolhida, mas é importante divulgar as histórias, permitir acesso e oportunidades, tendo como fonte os próprios imigrantes. Martins (2001, p. 43) afirma que “conhecer é atividade especificamente humana. Ultrapassa o mero ‘dar-se conta de’, e significa ‘a apreensão, a interpretação’.

No campo comunicacional, é imprescindível que se conheça o outro, a luta, a trajetória, a história e a cultura do ser humano como a razão principal da notícia. Diante dessas observações, a prática da comunicação realiza-se com responsabilidade social,

contribuindo para a garantia dos direitos e deveres de cada cidadão, seja ele nativo, originário ou migrante.

Entende-se por migrante quem faz o deslocamento, muda o lugar de residência para habitar e viver em outro. Segundo Sayad (1998, p. 15)

[...] a imigração é em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico (...) Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião).

O autor, ao aplicar essa definição com esse grau de simplicidade, que pode ocorrer ou não em condições de normalidade socioeconômico e político. No contexto instável de mobilidade, o migrante transforma-se em um indivíduo fragilizado e se desloca quase sempre pela força do caos. Na instabilidade, muitos são obrigados a deixar os países de origem. É o caso dos que deixaram a Venezuela depois da crise iniciada no governo de Hugo Chaves e se agravou na administração de Nicolás Maduro.

O Brasil foi um dos países onde os venezuelanos procuraram abrigo, emprego e renda para o processo de reconstrução da vida. Sem pretender reduzir a história, apoia-se na observação de imigrantes que chegaram na Capital de Mato Grosso, Cuiabá, como ponto principal de referência para a nossa análise. Apesar do recorte da abordagem, a temática em impacto no contexto geral.

É o que demonstram os acontecimentos dessa natureza, ao longo dos anos, ao redor do mundo e que se agravaram nas últimas décadas. Os números divulgados pela agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2020) dão conta de que, até o fim de dois mil e dezenove, o mundo tinha 79,5 milhões de pessoas que se encontravam em situação de deslocamento forçado, entre eles 42,5% refugiados ou solicitantes de refúgios. Esse número, em relação a 2010, é quase o dobro, uma vez que, naquele ano, eram 41 milhões de indivíduos.

Nesse levantamento, os venezuelanos se apresentam como parte dessa realidade, ainda de acordo com os números da agência da ONU, com base nos números do Comitê Nacional dos Refugiados.

A crise na Venezuela também está por trás dos números do refúgio no Brasil: o país tem atualmente 43 mil estrangeiros nessa condição, segundo balanço do Comitê

Nacional para os Refugiados (Conare). (...) Desse total, cerca de 88% são venezuelanos, quase todos aprovados nos últimos seis meses.

O documento da ONU demonstra ainda que oitenta milhões de pessoas deslocadas pelo mundo deixaram as próprias casas para fugir de perseguição, violência, conflitos e violações de direitos humanos.

A COBERTURA JORNALÍSTICA E ACOLHIDA DOS VENEZUELANOS EM CUIABÁ

Fevereiro de dois mil e dezoito foi o ponto de partida para as narrativas sobre uma nova realidade que mudaria a paisagem de Cuiabá. Para isso, é importante compreender as condições da saída em massa de homens, mulheres, crianças e idosos da Venezuela. Localizada no norte da América do Sul, a Venezuela é um país que faz fronteira com o Brasil, Colômbia, Guiana Francesa e é banhado pelo mar do Caribe. No início do século XX, passou a viver uma nova realidade econômica com a descoberta de reservas de petróleo em seu território. Membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEPE), com uma das maiores reservas do mundo. O produto transformou-se no principal *commodity* de sustentação do país.

A queda do preço do petróleo no mercado internacional foi um dos motivos para a crise econômica, agravada com a questão política. Em junho de dois mil e catorze, o preço do barril do petróleo era de US\$111,87 e, em janeiro de dois mil e quinze, caiu para US\$48,07, com reflexo direto no Produto Interno Bruto do país. Com ausência de recursos financeiros, o governo parou de comprar produtos básicos do cotidiano da população, dentre eles, remédio e alimentação. Os problemas estruturais e políticos chamaram a atenção do mundo para a Venezuela, que entrou no foco do noticiário internacional.

Fatores externos também contribuíram para complicar ainda mais a situação, entre os quais, a pressão do capitalismo. Em dois mil e dezessete, os Estados Unidos da América, liderados pelo presidente Donald Trump, impuseram uma série de sanções econômicas contra o governo de Nicolás Maduro. Com as sanções, além de faltar os itens alimentação e remédio, o pouco que se encontrava tinha preços exorbitantes.

Diante dessa realidade, o país passou a viver uma das maiores crises da história, vivencia também as dificuldades políticas, obrigando um número sem precedente de famílias

ao êxodo. Deixaram a própria terra em busca de guarida ao redor do mundo. São várias as modalidades de êxodos, como o rural, pessoas que deixam o campo para a cidade; internacional, de um país para o outro. Na Venezuela, ocorreram as duas formas para o âmbito externo e, também, houve mobilidade interna.

É importante recordar que, no Brasil, já ocorreu em grande escala o êxodo interno. Inúmeras pessoas, por diversas razões, foram motivadas a exercer essa retirada do campo para a cidade. Inicialmente, um dos motivos seria a busca de melhores condições de vida nos centros urbanos. Ao longo dos anos, surgiram outros motivos, como a mecanização, a monocultura nos latifúndios e, por último, a informatização com a produção em larga escala de alimentos para atender as necessidades do mercado internacional e os conglomerados econômicos. Esse assunto foi tratado por Castro (2008, p. 269).

Em face da fraqueza do poder público central, os interesses colonialistas manipularam no sentido de que o processo econômico se limitasse a ampliar os lucros de um pequeno número de proprietários agrícolas, associados em sua aventura colonial, sem atingir, no entanto, o conjunto da população. (...) Por outro lado, a consequência da centralização e da política de fachada da República foi o quase abandono do campo e o surto de urbanização que se processou entre nós a partir dos fins do século passado.

O êxodo urbano, caracterizado por pessoas que deixam a cidade para o campo existe, porém em escala menor. Os deslocamentos são fenômenos humanos que existem desde antes de Cristo. Moisés haveria liderado o povo hebreu para a saída das terras egípcias em direção à Canaã, a “Terra Prometida”. Com o passar dos tempos, conflitos internos nos países de origem obrigaram os habitantes de diferentes nações a buscarem refúgio ou tentarem uma nova vida em territórios estrangeiros. Há também os que migram por livre e espontânea vontade e, nesse caso, normalmente, em busca de novos conhecimentos e espaços para reconstruir a vida.

Diferentemente dos cidadãos estrangeiros que tentam entrar nos Estados Unidos pela fronteira com o México na modalidade êxodo internacional, os vizinhos venezuelanos não tiveram dificuldades para adentrar em solo brasileiro. Quem consegue adentrar os Estados Unidos pelas mãos dos “coiotes”, grupos ilegais que vendem a ilusão da segurança e apoio logístico durante a travessia, vive na clandestinidade em uma das maiores economias do mundo, com o risco de ser preso e deportado. Canclini (1997, p. 312) fala sobre essa situação:

[...] Seriam dois milhões, de acordo com as cifras mais tímidas, os sul-americanos que por perseguição e sufocamento econômico abandonaram nos anos 70 a Argentina, o Brasil e o Uruguai? Não é por acaso que a reflexão mais inovadora sobre a desterritorialização esteja se desenvolvendo na principal área de migrações do continente, a fronteira do México com os Estados Unidos.

Como já se pontuou, o número de pessoas deslocadas ampliou-se nos últimos anos. No caso da presença dos Venezuelanos em solo brasileiro, pode-se tirar uma estimativa pelo número de emissão de carteira de trabalho entre 2010 e 2018, foram 49.498 documentos emitidos (OBMIGRA, 2019), evidentemente que pode ter mais venezuelanos sem documentos oficiais, especialmente, na região fronteiriça.

Esse deslocamento dos novos tempos, intimamente ligado às crises humanitária, exige um novo olhar dos jornalistas que contam as histórias de quem chega. A rapidez na forma como ocorre o processo de mudanças traz à lume uma necessidade de cobertura diária. Trigueiro (2003, p.7) fala que “a maior parte do noticiário veiculado na grande mídia traz informações que envelhecem rápido, que são relevantes apenas para o dia de hoje”. Nesse contexto, é que se processou a cobertura diária do fenômeno migratório que se deu com os venezuelanos em Mato Grosso e, conseqüentemente, no Brasil e nos outros países que os acolheram.

Antes da chegada dos primeiros venezuelanos no estado, o assunto já estava no “mapa” dos noticiários. Era preciso contar ao telespectador para se preparar para receber os novos habitantes e, nesse contexto, a essência da comunicação é o ser humano. As outras formas de vida que compõem os sistemas naturais têm o poder de responder por elas sem a nossa interferência, porém, é o ser humano que as escutam e contam a história. Diante dessa realidade, a cobertura jornalística para temas como venezuelanos exige a sensibilidade no trato com as pessoas, por não se tratar apenas de número, mas de sentimentos de quem cuja identidade encontra-se abalada. Ribeiro (2015, p. 27) afirma que “o ser humano é o único capaz de compreender o ser e essa é a característica e o fato fundamental da existência humana. Trata-se, contudo, de caracterizar o homem por sua capacidade de compreendê-lo”.

AS REPORTAGENS SOBRE OS VENEZUELANOS: O INÍCIO

Sem a pretensão de julgar, vamos percorrer pelo fio condutor das reportagens em busca de entendimento sobre o tratamento da mídia para com os venezuelanos para refletir sobre os direitos humanos. Para dar a ideia de evolução dos fatos, abordaremos alguns acontecimentos de forma cronológica. No dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, a emissora afiliada à Rede Globo noticiava que Cuiabá receberia um grupo de venezuelanos que, para fugir da crise econômica do país, tentava uma nova vida no Brasil, a partir da estaca zero, dizia a cabeça de matéria, o texto que é dedicado ao apresentador e prosseguia afirmando que eles iriam precisar de muita solidariedade dos moradores de Cuiabá.

Uma intervenção da ONU sinalizou a importância do abrigo para os “refugiados”. A Organização para as Nações Unidas, teria ligado para a Pastoral do Migrante em Cuiabá com um pedido para que a entidade recebesse cerca de cem venezuelanos que foram para Boa Vista, em Roraima, em busca de emprego, moradia e comida. Durante a reportagem, disponível no portal globoplay.com.br, com o título “venezuelanos devem vir para Cuiabá”, o responsável pela Pastoral, padre Pedro Freitas, afirmou: “se a gente pudesse, acolhia mais. Temos quatro quartos, três estão lotados, um têm catorze camas, outros têm cinco camas. Temos o salão e temos a capela aonde vai servir de alojamento” (depoimento em 23/02/18).

No histórico recente da pastoral, havia o acolhimento aos haitianos que vieram para o Brasil depois do terremoto de dois mil e dez. Na pastoral, o estrangeiro pode ficar por até quarenta e cinco dias, mas, diante da dificuldade para conseguir um trabalho, o termo de permanência pode ser estendido. A reportagem dizia ainda que o principal desafio para a Pastoral é o de dar estabilidade financeira para quem chega, o que depende da oferta de emprego para atender a demanda.

O responsável pela Casa do Migrante disse ainda ser necessário receber doativos, como colchões, lençóis e materiais de higiene. Um dos haitianos que ainda se encontrava no abrigo contou sobre as dificuldades encontradas por uma pessoa que deixa o seu país de forma intempestiva em consequência de uma catástrofe ambiental como o terremoto, Omillos disse “uma pessoa, quando sai do seu país em busca de trabalho, deve ter paciência e esperar até que consiga trabalho e se pode entrar com sua família aqui” (depoimento em 23/02/18).

A cobertura jornalística sobre os migrantes evoluiu de acordo com a chegada de novos grupos. A pauta era tratada também nas entradas ao vivo dos telejornais direto dos locais onde se registrava a presença de venezuelanos, recebendo os primeiros atendimentos. Era preciso

trazer o momento, já que no dia seguinte seria necessário narrar novos acontecimentos gerados pela presença dos estrangeiros. Nesse caso, o fenômeno da migração acelerou ainda mais a forma de se fazer jornalismo.

Para Trigueiro (2003, p. 79) representa “o *timing* do noticiário, portanto, é acelerado, e com a evolução das tecnologias na área da comunicação tende a ser cada vez mais instantâneo e interativo”. Ferramentas como *WhatsApp* e transmissões por telefone celular via *Internet* fazem essa interatividade em tempo real. O primeiro grupo chegou a Cuiabá em abril de dois mil e dezoito e eram tratados como mais um grupo em busca de oportunidades.

Entretanto, a presença dos venezuelanos foi se ampliando. No dia vinte e quatro de junho, a edição noturna da TV Centro América, o MT2, noticiava: “Mais um grupo de venezuelanos chegou hoje a Cuiabá. Os refugiados vieram de Roraima e desembarcaram no fim da manhã”. A notícia seguiu com o chamamento de uma repórter, ao vivo, em um ponto movimentado da cidade que contava com um novo elemento no cotidiano, as vítimas da crise no país de origem.

O texto, apresentado a partir do *link*, trazia algumas ações anunciadas pelos governos estadual e federal para atender todos que chegavam. “Os vinte e quatro venezuelanos foram trazidos de Boa Vista, capital de Roraima, em um avião da Força Aérea Brasileira”, ainda segundo o texto da repórter: “Todos haviam sido vacinados, passaram por exames de saúde e tiveram a situação regularizada, inclusive com CPF e carteira de trabalho”. A esse ponto da história, milhares já haviam saído da Venezuela por causa da grave crise socioeconômica e política naquele país. Só em Cuiabá, eram noventa e cinco. Nesse mesmo dia, São Paulo, Rio e Brasília também receberam venezuelanos.

VENEZUELANOS E OS DIREITOS HUMANOS

A garantia dos direitos humanos é o principal desafio para os governos sob todos os aspectos. Em se tratando de povos em mobilidade por questões socioeconômicas e políticas, a observância desses direitos pode ser um dos pontos mais delicados do percurso. As vítimas da crise na Venezuela são de diferentes estratificações sociais e níveis de instrução e, ainda assim, é necessário que se aproxime do que diz a declaração universal dos direitos humanos de mil novecentos e quarenta e oito. Entre os trinta artigos da declaração, o vigésimo quinto é o que mais representa os anseios dos migrantes.

[...] Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.³

Arifa (2016) reflete sobre a aplicabilidade dos direitos humanos em vários sentidos. Entre os problemas apresentados, está a prática do reducionismo de temas complexos, como a questão dos direitos humanos.

[...] A proteção do ser humano contra todas as formas de dominação ou do poder arbitrário é da essência do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Orientado essencialmente à proteção das vítimas, reais (diretas e indiretas) e potenciais, regula as relações entre desiguais, para os fins de proteção, e é dotado de autonomia e especificidade própria.

Esse discurso é facilmente apropriado pelo campo jurídico nos tribunais em defesa dos mais diversos interesses. Em se tratando de migrantes, estamos falando de povos sem tribunais, que se tornam órfãos dos direitos quando a crise se instala. As violações começam em situações como a perda de salários, direito à moradia, à saúde, à educação, à segurança e à vivência cotidiana entre os seus.

[...] um direito humano, por definição, é um direito moral universal, algo que todos os homens em todos os lugares, em todos os tempos, devem ter, algo de que ninguém pode ser privado sem uma afronta grave à justiça, algo que é devido a cada ser humano simplesmente porque ele é humano (ARIFA, 2016, p. 149).

Assim como as leis, a questão dos direitos humanos também é um tema que gera interpretações dos próprios operadores do direito, da população e dos que são atingidos pelas diferenças sociais. Tudo depende do referencial de cada ser que traz com isso diferentes valores.

Com o passar do tempo, apareceram as dificuldades, inclusive na capacidade de atendimento dessas pessoas pelo sistema burocrático brasileiro. No dia trinta e um de janeiro de dois mil e dezenove, um ano depois da chegada dos primeiros grupos de venezuelanos, a

³ <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>

emissora afiliada à Rede Globo em Mato Grosso trazia uma nova realidade vivenciada pelas famílias que atravessaram a fronteira para tentar a vida no Brasil. A matéria dizia:

[...] De janeiro do ano passado até hoje, quase quatrocentos venezuelanos chegaram a Cuiabá fugindo da crise no país. Só que muitos não podem nem procurar trabalho porque não têm documentos. Os pedidos de refúgio na Polícia Federal estão demorando até três meses para serem analisados e, sem isso, eles não conseguem tirar a carteira de trabalho (TVCA, 2019).

Com isso, a reportagem aproveitou para mostrar a situação de venezuelanos em situação de rua, pedintes nas esquinas das ruas movimentadas de Cuiabá. Tomou, inicialmente, como exemplo a história do casal Ramires Lopez e Palácios Gusman, marido e mulher com dois filhos autistas. Reclamavam que não conseguiam atendimento na rede pública por falta de documentos. O Pai, Ramirez, que trabalhava em um supermercado onde morava, não conseguia trabalhar em Cuiabá, porque o único documento que havia conseguido era o CPF. Outro personagem da matéria, Pedro Urbano, havia chegado no Brasil fazia uma semana e estava pedindo dinheiro na rua. O pai de Pedro já estava há um ano trabalhando legalmente em Cuiabá, mas o filho ainda não podia procurar trabalho formal. Pedro relatou que foi à polícia federal para pedir o refúgio, mas tudo que conseguiu foi uma senha para ser atendido um mês depois.

De acordo com a reportagem, para tirar a carteira profissional, era preciso fazer o pedido de refúgio na PF. A alta demanda atrasava esse processo. A espera para receber o documento girava em torno de três meses. Por sua vez, a coordenadora do abrigo da pastoral do migrante explicou que sempre prestou ajuda aos migrantes, como preencher os documentos necessários. Com isso, a própria auditora fiscal do Ministério do Trabalho passou a dar expediente todas as tardes dentro do abrigo para encaminhar os migrantes para uma vaga de emprego.

É importante ressaltar que a Casa do Migrante só em 2018 prestou atendimento a 385 venezuelanos. Destes, 164 foram enviados pelo Governo Federal, mas a maioria era de pessoas que se deslocaram por conta própria. A narrativa do repórter prossegue dizendo que, de acordo com a Organização Internacional para Imigração das Nações Unidas, um em cada quatro venezuelanos que chegavam tinham curso superior, mas poucos conseguiram continuar trabalhando na área. A grande dificuldade é validar os diplomas no Brasil. Sobre a qualificação dos migrantes, a coordenadora da pastoral afirma, eles “são enfermeiros,

advogados, professores. Mas, eles já sabem que não vão conseguir um trabalho na sua profissão nesse primeiro momento”. Essa informação coaduna com o relatório OBmigra (2019) que apresenta queda dos trabalhadores venezuelanos qualificados em posto de trabalho no país.

Em seminário realizado na Universidade Federal de Mato Grosso sobre identidade que teve como uma das protagonistas a venezuelana Robelli Rojas, uma policial no país de origem, que veio para o Brasil em consequência da crise. Um dos pontos destacados por Rojas que, segundo ela, nem sempre é noticiado, é a qualificação dos migrantes. Para Rojas (2019) “grande número dos que atravessaram a fronteira já concluíram pelo menos duas faculdades, portanto, são preparados”. (depoimento pessoal).

REPORTAGEM SOBRE OS VENEZUELANOS: OS MAIS VULNERÁVEIS

Vários autores, dentre eles Freire (1997), identificou os excluídos como oprimidos, marginalizados e os últimos no estrato social. Isso ocorre também com os venezuelanos. Os indígenas venezuelanos trouxeram a representatividade da maior fragilidade e vulnerabilidade social dos migrantes. Com laços familiares e culturais fortes, eles apresentavam mais dificuldades para sobreviver em lugares desconhecidos. Desde antes dessa grande retirada dos povos originários de suas terras, já vivenciavam conflitos com o governo.

Diante dos acontecimentos políticos e sociais nos Estados Unidos, Europa e Ásia, os outros países da América Latina se configuram como uma “segurança” para os venezuelanos, vítimas da crise em seu país de origem. Cidadãos que, conforme relatos por meio da mídia, tinham as vidas consolidadas. Porém, havia uma outra parcela de migrantes em situação ainda mais fragilizada, os indígenas. Estes figuram entre os mais necessitados e chamam a atenção da imprensa, principalmente, pela vulnerabilidade a que estão expostos.

Os waraos, a segunda maior população indígena da Venezuela, tiveram de percorrer mais de 800 km do norte do país até a fronteira com o Brasil. Desnutrição e uma alta taxa de contaminação do vírus da Aids complicam a situação deles. Indígenas Pemones e Panares, do Sul da Venezuela, também começaram a chegar ao Brasil. Tradicionalmente vulneráveis em seu próprio país, no território brasileiro esses indígenas enfrentam outros desafios, como a dificuldade de se comunicar, já que não falam português.

Segundo reportagem da BBC, os índios Pemone já travavam em conflito com o governo de Nicolás Maduro por causa da decadência do turismo na região onde eles habitavam, desde os ancestrais. O turismo havia sido a maior fonte de renda dos Penome. Porém, com a crise humanitária no país, os turistas desapareceram da localidade, situação que obrigaram a explorar as riquezas minerais nas terras indígenas, conflitando com os interesses do governo.

Entre as denúncias, os Pemone afirmavam que a região teria sido militarizada para garantir a exploração garimpeira na região. O extermínio desses povos originários também pode ser visto como planos de ampliação econômica das classes dominantes.

Desde que começou a perder receitas do setor petrolífero e a sofrer sanções econômicas dos Estados Unidos, Maduro tem dito que a combalida economia venezuelana sobreviverá graças à exportação de riquezas minerais. Em 2016, o governo criou a Zona de Desenvolvimento Econômico Nacional do Arco Mineiro do Orinoco. Trata-se de uma tentativa de criar uma fonte alternativa de renda com base nas minas desta região, que se estende desde a fronteira com a Guiana, ao leste, até o Brasil, ao sul. Além de ouro, a região tem ferro, bauxita, diamantes e coltan (um tipo de minério rico em nióbio e em tântalo) em abundância (BBC, 2019).

Assim como os que saíram dos centros urbanos da Venezuela, os índios também fizeram o mesmo caminho, entrando por Pacaraima, em Roraima, e chegaram a Mato Grosso, buscando abrigo, principalmente, em Cuiabá, a capital do estado.

Em vinte e quatro de janeiro de dois mil e vinte, uma reportagem chamou atenção para um acampamento em frente à rodoviária de Cuiabá. Tratava-se dos indígenas venezuelanos que também buscavam moradia e trabalho. No caso, todos eram da etnia Warao. O grupo composto de uma família de vinte e uma pessoas, quinze adultos e seis crianças, que vivem de doações. De acordo com a reportagem, eles já estavam no Brasil fazia mais de um ano. Sem documentos, tiveram dificuldades para conseguir emprego.

Hector José Moreno, um dos componentes do grupo, informou que eles estão acostumados a carregar peso, a ajudar no que for preciso e que queriam trabalhar para conseguirem algo melhor. Henrique Lopes, um dos líderes do grupo, relatou: *“Na Venezuela, é muito difícil morar. Se você trabalha só dá para um dia. O preço dos alimentos é muito caro”* (depoimento em 24/01/2020). Eles procuraram a Casa do Migrante, mas no período, a casa com capacidade para cem pessoas abrigava cento e trinta. A coordenadora disse: *“eles são uma célula familiar muito unida. Então, eles não se separam, e isso é muito complicado*

porque no abrigo às vezes a gente tem três, quatro vagas, tem para uma família aqui, outra família em outro abrigo. Para todos no mesmo local é muito difícil.” (depoimento em 24/01/2020). Por sua vez, até a secretaria de assistência social do município foi acionada, e os próprios indígenas não aceitaram ir para os albergues do município, porque homens, mulheres e crianças não ficam nas mesmas unidades.

Diante dos fatos narrados sobre os indígenas, é possível observar que, além da luta pelos direitos, torna-se imprescindível a análise de elementos que vão muito além do processo migratório, do fator cultural e da luta pela garantia do direito pelas terras herdadas dos ancestrais. Sobre isso Krenak (2019, p. 26) diz:

Esse território está sendo assolado pelo garimpo, ameaçado pela mineração, pelas mesmas corporações perversas que já mencionei e que não toleram esse tipo de cosmos, tipo de capacidade imaginativa e de existência que um povo originário como os Yanomami é capaz de produzir.

A narrativa de Krenak se articula com as histórias dos Pemone e Warao. Tudo passa pela cultura das etnias que preservam os laços familiares por questões afetivas e, provavelmente, pela segurança do grupo, situações que fazem da proximidade e do contato físico ainda mais significativos.

A originalidade da comunicação do outro como rosto/corpo encontra-se, portanto, na convocação e eleição que o outro inaugura diante da subjetividade para que possa se constituir como responsabilidade. Por isso, a linguagem da aproximação do outro como corpo/rosto traz consigo a significância ética ao se fazer próximo (RIBEIRO, 2015, p. 101).

Diante do exposto, fica evidenciado que a migração é um tema de profunda complexidade, por se tratar de fatores que dizem respeito aos valores mais singulares do ser humano, entre eles, a dignidade. As notícias veiculadas apresentam um panorama real das dificuldades registradas, tanto pelos migrantes como pelos setores que os atenderam em solo brasileiro, a partir das entradas pela fronteira em Roraima. Entretanto, o venezuelano é acolhido e facilmente identificado pela imagem latina, mas a história é contada muito mais por outros do que por ele próprio; no caso, os repórteres e as autoridades, situação que o coloca na condição de subalterno.

Nesse contexto, Spivak (2010, p. 40) levanta uma questão relevante. “São mudos aqueles que agem e lutam, em oposição àqueles que agem e falam? e conclui: “esses problemas imensos estão encravados nas diferenças das “mesmas” palavras: consciousness e conscience em inglês, representação e “re-presentação”. Acredita-se que seja provável que se trate de um modelo de comunicação que ainda encontra respaldo nos relatos trágicos e de fragilidades, mas é preciso, que as próprias fontes tenham o direito a se expressar, comunicar e falar a própria versão e visão de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a cobertura jornalística faz o esforço e busca se isentar de análise acerca do que é noticiado por parte do jornalista, porém, a noticiabilidade do acontecimento e a condução do assunto permite ao telespectador construir opiniões e tirar as conclusões. Entretanto, o lugar de fala do principal interessado dentro da peça jornalística, neste estudo, o migrante, as suas narrativas não são contempladas. Percebe-se, nesse caso, que o personagem principal se encontra também numa situação de subalternidade, o que é entendido por Spivak (2010) como a história dos excluídos e subalternos contada por outros agentes sociais e tem muito pouco da fala do próprio sujeito.

O encadeamento das falas, imagens e outros recursos de edição fazem a lógica da notícia. A partir de levantamentos e compilação de dados, constroem-se as reportagens com personagens da história e autoridades que respondem pelas instituições responsáveis para atender os migrantes no estado, nos municípios e nas entidades de apoio. Ainda que se registre um distanciamento de um conteúdo analítico, o que demonstra a linha editorial do veículo, vários pontos que exigem resolução pela relevância das questões apresentadas ficam claros, como as necessidades urgentes de trabalho, moradia e a falta de documentação, fatores que levam à exclusão e à perda dos direitos universais.

Entre os problemas que aparecem na evolução da cobertura, está a desigualdade entre os venezuelanos, ainda que todos estivessem em situação idêntica, como refugiados. A desigualdade mais acentuada é demonstrada entre os que vieram dos centros urbanos e os indígenas, situação que gera inclusive uma crise institucional, já que se torna ainda mais difícil até para a acomodação dessa parcela de migrantes pertencentes aos povos originários.

Os indígenas, além de pensarem de forma orgânica, são fortemente ligados aos laços familiares. Trazem um histórico da luta pelas terras.

Por fim, considera-se que a violação dos direitos humanos fica patente nas narrativas, a partir do momento em que os venezuelanos deixam o país de origem em consequência de uma crise humanitária. Fatores como desemprego, agravados pela inflação e escassez de alimentos, haveriam gerado, além da fome, a insegurança sob todos os aspectos. Dessa forma, evidencia-se que é imprescindível que a mídia trabalhe e aborde as demais fontes da notícia para cumprir com o seu papel e ser um elo importante entre as instituições e os atores que fazem a notícia, dando a oportunidade de a população adquirir o poder de análise e discernimento da realidade.

REFERÊNCIAS

- ARIFA, Bethânia, I, A. O conceito e o discurso dos direitos humanos: realidade ou retórica? **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 17 – n. 51, p. 145-173 – jan./jun. 2018.
- CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 1997.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: 2008.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** ed. 9, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MARTINHO, C. L. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- RIBEIRO L, M. **A subjetividade e o outro**: Ética da responsabilidade em Emanuel Levinas. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo. EDUSP, 1998.
- SPIVAK, G, C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21**. Rio de janeiro: Sextante, 2003.

VIDIGAL, Lucas. Total de pessoas deslocadas no mundo quase dobram em 10 anos. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/18/total-de-pessoas-deslocadas-no-mundo-quase-dobra-em-10-anos-diz-agencia-da-onu.ghtml>. Acesso em 18/06/2020.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA, DIREITOS HUMANOS E CULTURA DE PAZ EM INTERFACES

NON-VIOLENT COMMUNICATION, HUMAN RIGHTS AND PEACE CULTURE IN INTERFACES

Recebido em: 16/07/2020

Aceito em: 28/09/2020

Simone Barros de Oliveira¹

Renan Alves Mendonça²

Maria Fernanda Avila Coffi³

Resumo: O trabalho objetiva dialogar a Comunicação Não Violenta como forma de resolução de conflitos, enraizados no cenário contemporâneo, marcado pelas violências estruturais e conjunturais. Destaca as origens e os elementos centrais da CNV na obra de Marshall Rosenberg. É produto do trabalho de revisão bibliográfica do Grupo de Pesquisa: Educação, Direitos Humanos e Fronteira da Universidade Federal do Pampa. Apresenta a comunicação como cerne das relações humanas articulando as dimensões pessoal, interpessoal e social com expressões mais autênticas, absorvidas por meio de alterações nas conexões humanas, e tem por base a empatia que emerge de valores humanos compartilhados. O artigo estimula a interlocução prática entre CNV e direitos humanos a partir da pluralidade conceitual de ambas as categorias.

Palavras Chaves: Comunicação Não Violenta; Cultura; Direitos Humanos; Interfaces

Abstract: The work aims to dialogue with Non-Violent Communication as a form of conflict resolution, rooted in the contemporary scenario, marked by structural and cyclical violence. It highlights the origins and central elements of CNV in the Work of Marshall Rosenberg. It is the product of the bibliographic review work of the Research Group: Education, Human Rights and Frontier at the Federal University of Pampa. It presents communication as the core of human relationships, articulating the personal, interpersonal and social dimensions with more authentic expressions absorbed through changes in human connections, based on the

¹ Professora Associada da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA, Mestre, Doutora e Pós-doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Conciliadora, Mediadora e Facilitadora Judicial, líder do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira. Email: simoneoliveira@unipampa.edu.br

² Assistente Social Residente em Saúde Mental pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Maria -UFSM no Hospital Universitário de Santa Maria - HUSM. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA; campus São Borja (RS). Pesquisador pelo Grupo de Pesquisa: Educação, Direitos Humanos e Fronteira; da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus São Borja (RS) E-mail: renan12nio@gmail.com

³ Discente do Curso de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa- Campus São Borja. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação Direitos Humanos e Fronteira. E-mail: mariacoffi.aluno@unipampa.edu.br

empathy that emerges from shared human values. The article encourages practical dialogue between CNV and human rights based on the conceptual plurality of both categories.

Keywords: Non-violent Communication; Culture; Human Rights; Interfaces.

INTRODUÇÃO

Ao estudar a Comunicação Não Violenta na interface com os direitos humanos, é fundamental a compreensão de categorias centrais como: comunicação, violência e cultura. Para tanto, faz-se necessário resgatar a origem dessas categorias com maior precisão. A fim de se apreender os elementos constitutivos da Comunicação Não Violenta-CNV, a partir do referencial teórico de Marshall Rosenberg (2008), tem-se na práxis comunicacional a forma concreta de articular a abordagem viva e orgânica da intervenção em direitos humanos, pelas demandas que emergem do diálogo com a realidade social nas formas multifacetadas de desigualdades social no contexto do capitalismo moderno. O artigo apresenta-se como subsídio técnico para o adensamento teórico dessa forma de abordagem comunicacional pelo sistema de linguagem, e guarda em si um sentido técnico, ético e político a respeito da visão de homem e de mundo que se relaciona pelos códigos de sinais. Nesse sentido, serve tanto para a manutenção de uma determinada natureza de poder do *estatus quo*, quanto para o enfrentamento em forma de microrevoluções, isto é, em forma de resistência, na passagem do estado *em Si* para um estado *para Si*.

UM DEBATE EPISTEMOLÓGICO NECESSÁRIO SOBRE COMUNICAÇÃO

A humanidade, devido à necessidade genérica de se comunicar, utiliza um sistema próprio de linguagem como instrumento de comunicação, a partir de aprendizagens culturais. Magalhães (2003) afirma que

[...] O homem se comunica através de signos, e estes são organizados através de códigos e linguagens. Pelo processo socializador, ele desenvolve e amplia suas aptidões de comunicação, utilizando os modos e usos de fala que estão configurados no contexto sociocultural dos diferentes grupos sociais dos quais faz parte. (MAGALHÃES 2003, p. 22)

A atividade de se comunicar é humano genérica, e tal exercício advém da práxis social como resultado de vivências e processos sociais que se transformam em processos particulares e se objetivam em uma determinada forma de se comunicar, que tem a violência como uma das formas de comunicação, por meio da produção e reprodução nas formas mais

perversas e violadoras da liberdade e dignidade humana. Ao mesmo tempo, é a expressão mais visível de comunicação, inclusive para justificar manifestações equivocadas de “amor”.

Ao introduzir a Comunicação Não Violenta como abordagem viva e orgânica no processo de relacionamento interpessoal e intervenção profissional, propõe-se o resgate do conceito de violência de Hannah Arendt, que é amplo na comparação com o conceito de violência tradicional que se limita à violência física. A autora refere que

[...] Se nos voltarmos para os debates sobre o fenômeno do poder, descobriremos logo que existe um consenso entre os teóricos políticos da esquerda e da direita de que a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder. (ARENDR 2004, p.22)

Arendt associa a categoria violência ao uso do poder sobre alguém, que pelo poder do outro sobre si, torna-se oprimido e dominado. Dessa forma, as relações de poder perpassam as relações interpessoais, assim como as relações entre Estado e sociedade civil, em constante processo de tensão ideopolítica e econômica, na lógica da produção e reprodução patrimonialista e patriarcalista que geram relações de dominação, materializadas na cultura tradicional de mando e subserviência. A partir do sentido ampliado da violência, que vai muito além da violência física, é que se dá a análise da tríade da violência atribuída aos estudos de Galtung (1990), que são: violência direta- observada de forma visível-, violência estrutural- que perpassa a estrutura da sociedade a partir dos processos de desigualdades vinculadas à distribuição desigual da riqueza socialmente produzida- e violência cultural – ligada diretamente à vida humana materializada na simbologia, e que justificam e legitimam as outras formas de violência: direta e estrutural.

A discussão da dimensão político, ideológica e cultural da comunicação é fundamental, frente às desigualdades sociais vivenciados no modo societário moderno, no qual os discursos de uma determinada forma de linguagem materializam-se. Pois, contribui para desmistificar as formas abstratas e classistas do sistema de comunicação que estigmatizam modos e condições de vida. Nessa perspectiva, coaduna-se com Chauí, que apresenta a comunicação como

[...] Um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vem do alto para baixo da sociedade, unificando verticalmente e espalhando-se no interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado. (CHAUÍ 1998, p. 16)

A autora desnuda o sistema linguístico tradicional e enseja a análise da violência presente código comunicacional da cultura moderna. Bourdieu (2004) define a comunicação como um sistema linguístico que se manifesta através de um aparelho ideológico. Logo, desvelar a contradição do sistema linguístico burguês é necessário para que se possa avançar na construção de um sistema de linguagem que analise criticamente a realidade. Ao indicar a análise do sistema linguístico comunicacional, isto é, dos signos vigentes na sociedade, provoca-se o olhar para a realidade social em que ela se insere. Nesse sentido, os signos como: liberdade, direito, consciência, trabalho, família, escondem em si a subsunção da alienação burguesa em detrimento da meritocracia e da moral, pois trazem em si toda a carga subjetiva dos processos particulares e dos processos sociais que produzem e se reproduzem entre outros, nos modos de falar e escrever.

Pelo exposto, reafirma-se que a cultura perpassa valores, princípios e modo de vida dos sujeitos e das relações interpessoais, manifestadas no sistema de linguagem, quer seja pela comunicação violenta ou não. Como refere a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura:

[...] A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO 2002, p. 2).

A cultura é um produto social, construído por um modo de vida coletivizado que prima por um sistema de comunicação, em que os símbolos dialogam com todos os membros da comunidade. Nesse momento, é fundamental pensar o modelo de sociedade que se deseja para reconstruir linguagens com signos que traduzam a vontade social, e não apenas de parte desta.

Outra categoria que emerge no sistema de linguagem é a categoria paz, não a paz liberal burguesa; mas a paz que não se permite lesar pelo silêncio, inércia, passividade, mas que rompe com toda a lógica de opressão e dominação e exclusão promovida nesse sistema de injustiça social, denominada de Cultura de Paz, que tem relação direta com a garantia e materialização dos direitos humanos.

Fala-se de dois tipos de paz: negativa e positiva. Segundo Galtung (1990, p.298) “a paz negativa é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade”. E a paz positiva vem a ser não somente uma forma de

prevenção contra a guerra, “mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social”. Implica necessariamente, processos coletivos, mudança na educação formal e não formal para novas formas de sociabilidade.

O signo “paz positiva” emerge como um elemento da comunicação a partir de uma dimensão ético-política, na práxis da fala como conceito repleto de significado e compromisso com a justiça social. A partir dessa análise, surgem novas formas de enfrentamento à triangulação da violência – direta, estrutural e cultural- que se personifica na figura do Estado Moderno. Ou seja, a paz positiva caracteriza-se como meio de um processo educativo para uma cultura de paz.

Nesse cenário de disputa e tentativa de avançar em proposições que premiem a resolutividade das demandas sociais, surge a Comunicação Não Violenta/CNV, em uma abordagem viva e orgânica no intuito de oportunizar uma educação para além das necessidades do modo de produção capitalista. Como afirma Paulo Freire:

[...] A paz é fundamental, indispensável, mas paz implica lutar por ela. A paz se cria, se constrói na e pela superação das realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças, o torna opaco e tenta miopisar suas vítimas (FREIRE, apud, GUIMARÃES, 2005, p. 74).

O grande mestre da educação, deixa claro que a paz que nasce da justiça social, é perene provoca pensar uma educação que supere o conceito de paz tradicional- paz negativa. Mészáros (2008) argumenta que:

[...] a abordagem educacional deve adotar a totalidade das práticas políticas – educacionais -culturais na mais ampla concepção do que seja uma transformadora emancipação. É desse modo que uma contraconsciência, estrategicamente concebida como alternativa necessária a internalização dominada colonialmente, poderia realizar uma grandiosa missão educativa (MÉSZÁROS 2008, p. 58).

Em um movimento contracorrente, que visa resistir e superar a lógica tradicional da comunicação, abre-se a perspectiva para uma nova educação, uma educação que promova o Ser Social para além dos limites de uma educação conteudista e mercadológica.

DIREITOS HUMANOS E CULTURA DE PAZ

É notório que a história humana e a história da luta pelos Direitos Humanos historicamente se confundem. Guimarães (2005, p. 96) afirma que “as esperanças, as

angústias, as lutas, as buscas de cada homem e cada mulher, o cotidiano e os grandes momentos, encontram-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Dessa forma, os Direitos Humanos valem para todos os seres humanos; por isso, possuem caráter universal e refletem a luta e a conquista de toda a humanidade, são inalienáveis, não têm valor de troca, nem tampouco se vendem, fazem parte da dignidade do ser humano.

A temática Direitos Humanos tem, no contexto contemporâneo, desafiado os gestores públicos e a sociedade como um todo, destacando-se e reafirmando-se no cenário internacional. Ao historicizar o caminho dos Direitos Humanos⁴ - DH, depara-se com o período da década de 1940, que levou à promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 10 de dezembro de 1948; (ONU,1948) que congrega em si o ideário humanista e iluminista com os princípios de igualdade, fraternidade e solidariedade. Dessa data aos dias atuais, as nações têm desenvolvido estratégias de desenvolvimento humano com base nos Direitos Humanos, que se materializam a partir de tratados, planos, programas e projetos, por todos os recantos do globo terrestre.

A DUDH nasce e se fortalece para garantir o respeito ao ser humano na complexa relação entre o individual e o universal, considerando as singularidades dos cidadãos do mundo, principalmente no que se refere à diversidade cultural. O ser humano, como sujeito de seu ser, busca incessantemente desenvolver a autonomia individual, entrelaçada com a pluralidade e, ao mesmo tempo, interdependente (Fischmann, 2001).

Os DH promoveram, em âmbito mundial, a inauguração de movimentos sociais de luta e defesa intransigente dos direitos fundamentais, sociais e políticos. Nas Américas, esses movimentos visibilizam-se nos cenários de redemocratização dos regimes militares que inauguram profundas reformas legislativas no ordenamento jurídico dos Estados Nação. Dessa forma, o conjunto jurídico legal instaura novos modelos de governos, centrados nos estatutos de cidadania, no caso brasileiro, na Constituição Federal de 1988, marco legal, denominada de Constituição Cidadã. Tecido alguns fios da historicidade dos DH com o advento da cidadania materializada pelas legislações, observa-se que inúmeras foram as

⁴[...] É uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem ele a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida. [...] Para entendermos com facilidade o que significa direitos humanos, basta dizer que tais direitos correspondem a necessidades essenciais da pessoa humana. Trata-se daquelas necessidades que são iguais para todos os seres humanos e que devem ser atendidos para que a pessoa possa viver com a dignidade que deve ser assegurada a todas as pessoas (DALLARI, 2004, p.12-13):

iniciativas para promover mudanças, com a instauração do paradigma da cidadania, como lócus de garantia de direitos.

A cultura centrada nos sujeitos de direitos, isto é, no/a cidadão/ã com a participação deles/as, pelo exercício formal da cidadania em uma cultura protetiva e ampliada, em última instância, em uma cultura de paz; tornou-se plataforma inaugural de processos de efetivação dos DH. Para isso, resgatam-se algumas das premissas da DUDH, como a integralidade entre eles, evidenciadas no artigo 30:

[...] Todos os direitos na DUDH estão ligados uns aos outros e são igualmente importantes. Todos eles têm que ser seguidos, e nenhum vence os outros. Esses direitos são inerentes a toda mulher, homem e criança, de modo que não podem ser posicionados em uma hierarquia ou exercidos isoladamente (ONU, 1948 s/p).

A efetivação da integralidade entre os DH está para além da elaboração e incorporação da norma escrita, como é contemplado nos artigos da declaração; efetivar premissas como liberdade, igualdade, luta contra qualquer forma de preconceito, defesa da vida como premissa fundamental e o enfrentamento de qualquer tipo de dominação, exploração, escravidão é um desafio que conforma práticas de uma contracultura, ou de uma adesão a uma nova cultura.

A contracultura, como afirma Mézaros (2008), propõe a ruptura e superação da cultura centrada nos valores de mercado, isto é, na sociabilidade capitalista; perpassa uma educação para além do capital, em detrimento dos DH, do exercício da liberdade e dos direitos de cidadania. Nesse sentido, pautado pelas obras freirianas, entende-se que é pela cultura emancipadora, isto é, cultura libertadora, que homens e mulheres se conectam com as demandas cívicas, políticas e sociais, no sujeito coletivo, que pensa instrumentos para as práticas de liberdade (FREIRE, 1987; 1992; 1996).

Na conjuntura atual, é necessário reler a história e aferir que, passados mais de 70 anos da vigência dos DH, ainda hoje há violação de direitos promovida pela desproteção social, criminalização política, entre outros, que ferem indiscriminadamente a garantia de direitos. Apenas uma profunda mudança cultural, legitimada pela linguagem emancipadora, isto é, comprometida com os sujeitos é que se fará frente às violações dos DH.

Quando se tem no horizonte a erradicação de qualquer forma de exclusão, opressão, dominação e exploração de homens e mulheres, passa-se a pensar: como ultrapassar as barreiras do paradigma posto pela sociabilidade moderna e romper com o status quo burguês? Para Merhy (2003), uma das estratégias é apostar nas “tecnologias leves” como formas

estratégicas de materializar proposições que poderão “ressignificar processos” como sustenta Pichon de Riviere (1998) em sua obra.

Na análise de Bourdieu (2001) sobre o valor simbólico, há pistas para aferir o impacto da linguagem na subjetividade e objetividade da reprodução humana. O que de certa forma resgata o olhar sobre a sociabilidade burguesa, que pode ser simples reprodução alienada da vida; ou de ruptura com a construção de processo de identificação da ideologização. A comunicação oral possibilita o processo de ressignificar a cultura em sua simbologia, pela adesão prática de uma nova forma de falar e escrever ressignificando modos de viver não mais alienados e idealizados. Merhy (2003) argumenta que, ainda que no âmbito da singularidade, é possível retomar as construções para promover o processo de contracultura.

Nesse sentido, Gramsci (1968) refere-se à necessidade de que agentes educacionais assumam o papel central de construção de uma nova cultura, como “intelectuais orgânicos” que passam concatenar o político, o social e o econômico nas intervenções profissionais. E Mézaros (2008) desafia para a construção de uma cultura “para além do capital” centrada na condição humana para que se garanta a dignidade em todas as dimensões da vida. Tem-se buscado nesta discussão sobre cultura de paz, a abordagem de defesa dos DH; no cotidiano de vida de homens e mulheres no campo hermenêutico e semântico da comunicação humana, pelas vias da Comunicação Não violenta, como práxis oral, escrita e simbólica. Dessa forma, a CNV constitui-se como ferramenta comunicacional que se soma ao arcabouço instrumental para investigações e intervenções em sociabilidade, pois desafia a respostas para os dilemas sociais presentes no concreto das relações singulares, particulares e universais.

Dessa forma, em uma perspectiva consoante com os DH, a CNV tem interfaces com a cultura, educação e pelo processo de linguagem; redirecionando a análise para uma mudança que se relaciona tanto com a estrutura social, mas também com os processos no âmbito do cotidiano. Compartilha-se a posição de Candau (2002), ao afirmar que

(...) para transformar a realidade é necessário trabalhar o cotidiano em toda a sua complexidade. É no tecido diário de relações, emoções, perguntas, socialização e produção de conhecimentos e construção de sentido que criamos e recriamos continuamente nossa existência (CANDAU, 2002, p. 110).

Portanto, Cultura de Paz e Direitos Humanos indissociáveis e se potencializam com a abordagem pela comunicação não violenta. É inegável que os conflitos presentes nas relações humanas devem ser explorados, agregando a CNV como forma prática de comunicação para

conhecimento e garantia de direitos, dada a importância como potencialidade em estabelecer conexões e reconexões pacíficas e agregadoras dentro do contexto das relações humanas conflitivas. Por isso, torna-se pertinente aproximar-se do que vem a ser o conflito.

É importante referir que todas as reflexões e conquistas no campo dos Direitos Humanos dão-se por meio de lutas históricas, constitucionalmente garantidas, o que não significa que essas conquistas estejam materializadas. A questão dos Direitos Humanos e a relação direta com a atuação de profissionais das áreas de humanas e sociais aplicadas, ainda precisa ganhar mais espaço dentro e fora destas áreas, devido à efervescência e a necessidade de ampliação da temática. (OLIVEIRA; GUINDANI; HOPNER, 2014).

Nessa perspectiva, entende-se que a categoria violência é a base da ausência de ampliação e garantia de direitos, uma vez que necessidades humanas não são atendidas em potencial gerando conflitos de ordem diversas, ampliando demasiadamente grandes desafios da garantia de direitos, em contraponto à violação deles. Vive-se em um cenário de altíssimos índices de injustiças sociais nos diversos níveis de desigualdade. A violação está indo na contramão da garantia dos direitos e a primeira está cada vez mais ganhando espaço em detrimento da segunda. O modo como o Estado está organizado, por meio das influências e ações, assim como a forma como vem conduzindo as políticas oriundas desses direitos, faz com que haja maior publicização das inquietações que permeiam a realidade social a partir de atores sociais diversos.

É possível perceber que limites e fronteiras não são linhas que separam e segregam e sim o ponto de encontro que pode vir a agregar mutuamente entre os seres humanos, é um exercício que ressignifica o conceito de poder. A Cultura de paz pressupõe ações competentes e transformadoras e que revisita modelos sobre os quais já se tem a certeza de que não funcionam dentro do cenário da cultura tradicional e, portanto, não seriam eficazes em continuar sendo replicados (MIGLIORI, 2016).

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: ABORDAGEM VIVA E ORGÂNICA

A Comunicação Não Violenta tem a base teórica e prática nas vivências humanas. Pensar em Comunicação Não Violenta é se reportar à figura que cunhou esse instrumento como meio para a resolução de conflitos; Marshall Rosenberg (2006), que a mais de 40 anos vem atuando em mais de 50 países, com facilitadores das mais diversas áreas profissionais.

Marshall Rosenberg, ao apresentar a CNV, resgata o que já se tem, como se verifica na afirmação:

[...] A CNV se baseia em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas. Ela não tem nada de novo: tudo que foi integrado à CNV já era conhecido havia séculos. O objetivo é nos lembrar do que já sabemos - de como nós, humanos, deveríamos nos relacionar uns com os outros - e nos ajudar a viver de modo que se manifeste concretamente esse conhecimento (ROSENBERG, 2006, p. 21).

O grande educador brasileiro Paulo Freire enfatiza que a forma como se comunica tem extrema relevância para as relações interpessoais sejam em família, comunidade ou sociedade. Ele refere que

[...] Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam em conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Em relação dialógica-comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam, como já vimos, através de um mesmo sistema de signos linguísticos. É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito (FREIRE 1983, p. 45).

Pensar a comunicação é fundamental para apreender o sentido semântico e hermenêutico da palavra comunicação, isto é, do sentido na origem: comum + ação = comunicação. Essa ação comum tem um reforço quando, parte-se da origem no latim, isto é, “*communicatio*” que tem significa encarregado de. Dessa maneira, pode-se aferir que a comunicação pode ser imersa na lógica alienante da subjetividade tecnicista - mecanicista que está alienada de sua dimensão social, restringindo-se na condição *em Si*, alienada de uma proposição *para Si*. Souza (2008) afirma que:

[...] as linguagens construídas são produtos do processo de socialização dos seres humanos, o que remete a uma concepção social das diferentes linguagens existentes em uma mesma sociedade: elas (as linguagens) indicam modos de ser e de viver de classes e grupos sociais diferentes entre si. Em outras palavras, a linguagem possibilita a construção da identidade de um determinado grupo social (SOUZA 2008, p.125).

Tomada a comunicação como trabalho humano genérico, introduz a essa discussão a práxis na comunicação, como expressão de processo dialético e dialógico com o meio em que se vive. Como forma de interação do ser social com os pares, o homem genérico, isto é, o Ser

social entendendo comunicação como práxis social, rompe com a alienação simbólica, semântica e hermenêutica e ressignifica a relação com os seus, no enfrentamento político, ético e técnico em favor da hermenêutica emancipatória.

Como se pode verificar, a CNV tem alinhamento com a totalidade do ser social, que é um todo social, emocional, biológico, psicológico e espiritual. Ao buscar o instrumento dentro de Si, encontra-se logo o coração como lócus para a Comunicação Não Violenta. É no movimento de ouvir e falar que se estabelece um canal da empatia, do acesso e atendimento das necessidades coletivas na resolução de conflitos. O autor apresenta uma abordagem nova das relações interpessoais pela comunicação, como se verifica no relato:

[...] identifiquei uma abordagem específica da comunicação – falar e ouvir - que nos leva a nos entregarmos de coração, ligando-nos a nós mesmos e aos outros de maneira tal que permite que nossa compaixão natural floresça. Denomino essa abordagem Comunicação Não-Violenta, usando o termo "não-violência" na mesma acepção que lhe atribuí Gandhi -referindo-se a nosso estado compassivo natural quando a violência houver se afastado do coração (ROSENBERG, 2006, p. 21).

Para além de uma forma de se comunicar, a CNV apresenta-se oportunizando um diálogo franco aberto na resolução de conflitos, o que gera uma expectativa, devido a um contexto cheio de contradições e desafios em uma sociedade de classes.

No processo de relacionamentos, destacam-se duas posições, a do quem fala e a de quem ouve em um movimento de troca, objetivando resolutividade coletiva dos conflitos interpessoais. A abordagem em CNV desenvolve-se a partir de quatro etapas: 1) Observação; 2) Sentimentos; 3) Necessidades; 4) Pedido; são essas etapas um conjunto que compõe o todo das sucessivas aproximações para a construção orgânica e viva de uma resposta a necessidade comum. O quadro nº 1 explicitará a dinâmica na lógica dialógica e dialética que se imprime a CNV.

Comunicação Não Violenta

CNV



Figura produzida a partir do livro: Comunicação Não Violenta de Marshall Rosenberg (2006).

Fonte: Autor

Para que se aprenda a CNV e os elementos constitutivos, tem-se que partir da “Empatia” como fundamento para todas as etapas, como afirma o autor:

[...] Nossas palavras, em vez de serem reações repetitivas e automáticas, tornam-se respostas conscientes, firmemente baseadas na consciência do que estamos percebendo, sentindo e desejando. Somos levados a nos expressar com honestidade e clareza, ao mesmo tempo que damos aos outros uma atenção respeitosa e empática (ROSENBERG, 2006, p. 21-22).

Nesse momento em que se decide por uma postura empática para se estabelecer a comunicação como meio para a resolutividade de conflitos, explora-se cada etapa em uma via dialógica e dialética. A dialógica rompe com toda pré-disposição para o conflito, pois se desloca ao diálogo do campo minado do conflito e da culpa, para a resolução e para as necessidades humanas não atendidas. E para que esse objetivo comum se realize, é fundamental o compromisso das partes envolvidas em investir energia nesse objetivo humano genérico, cujas relações dão-se de forma dialética. Quanto à dialética, não é subalterna a dialógica e nem imperiosa, antes é componente orgânico da análise e intervenção na realidade social, atravessada pela luta de classes. Fundamentalmente conecta em um movimento de ir do singular para o universal e vice versa, na apreensão das particularidades da intervenção e investigação da realidade.

A partir dessa pontuação, tem-se no primeiro elemento constitutivo da CNV, a “Observação” a exigência do observador, observar sem avaliar, para que a consciência seja

capaz de apreender, captar, abstrair da comunicação verbal, e não verbal os componentes da mensagem que expressão a necessidade não atendida. Nesse sentido, é necessário que se rompa com qualquer tipo de julgamento, e que os envolvidos não se deixem afetar por instintos, emoções, sentimentos e sim, na observação do outro, como enfatiza

[...] O primeiro componente da CNV acarreta necessariamente separar observação de avaliação. Precisamos observar claramente, sem acrescentar nenhuma avaliação, o que vemos, ouvimos ou tocamos que afeta nossa sensação de bem-estar (ROSENBERG 2006, p. 50)

Segundo o autor, é fundamental o compromisso das partes envolvidas na CNV com a “observação”, pois dela é que se desenvolvem os demais, como forma a oportunizar uma forma viva e orgânica da relação interpessoal. Ao evitar uma avaliação julgadora, moralizante, premia-se a realização empática da comunicação não violenta. Nesse momento, prima-se pela criação das condições para que a comunicação desenvolva-se sem ruídos.

Já no segundo elemento, o “Sentimento”, trabalha-se com o conjunto real de possibilidades humanas quanto à dimensão emocional que são sentir e entender o que se sente, assim como responsabilizar-se pelos sentimentos, ao ponto de romper com processo da alienação de Si mesmo. O autor, a partir das reflexões, expõe:

[...] Ouço regularmente afirmações como: "Não me interprete mal, sou casada com um homem maravilhoso, mas nunca sei o que ele está sentindo". Uma dessas mulheres insatisfeitas trouxe o marido a um seminário, durante o qual ela lhe disse: "Sinto como se estivesse casada com uma parede". O marido então fez uma excelente imitação de parede: ficou sentado, calado e imóvel. Exasperada, ela se virou para mim e exclamou: "Veja! É isso que acontece o tempo todo. Ele fica sentado e não diz nada. É exatamente como se eu estivesse vivendo com uma parede" (ROSENBERG, 2006, p. 55).

Nesse exemplo, pode-se verificar que a comunicação dos sentimentos não ocorre, o que impossibilita uma relação dialógica do casal, reforçando uma relação estéril, a partir de uma comunicação sem vida, sem sentimento, sem significado, pois o silêncio também comunica a fragilidade da comunicação e de processos objetivos e subjetivos das relações. Nesse contexto, o autor afirma que

[...] Os benefícios de enriquecer o vocabulário de nossos sentimentos são evidentes não apenas em relacionamentos íntimos, mas também no mundo profissional (ROSENBERG, 2006, p. 66).

O que fica evidente é o esforço emocional, que é o que nos revela humanos, traduzidos na forma como se expressa o que se sente a exemplo do amor, do ódio, da raiva, do carinho. É com a manifestação dos sentimentos, que a existência se mostra intensa, cheia de vida, o que possibilita ser verdadeiros, únicos e humanos. Segundo Rosenberg (2006),

“Quando alguém nos dá uma mensagem negativa, seja verbal, seja não verbal, temos quatro opções de como recebê-la.” Entre elas: a) Como algo pessoal com foco na crítica e na acusação; b) Culpando o interlocutor; c) abrindo-nos para nossos sentimentos e necessidades; d) invertendo o foco, abrindo-nos a necessidades e sentimentos do outro (ROSENBERG, 2006, p. 79).

Nesse momento, observa-se que nas três primeiras posições frente a uma mensagem negativa isenta-se de qualquer espécie de compromisso com o outro, antes o enxerga como algo, culpado quando não se fecha nas necessidades. O que a CNV apresenta é o outro como humano, digno como eu e cheio de necessidades como as minhas. E quando se reconhecem as responsabilidades pelo sentimento do outro, como fonte de reconhecimento das próprias necessidades humano genéricas e não de umas pessoas em específico, como consequência, tem-se a libertação emocional, pelo fato de que

[...] A libertação emocional envolve afirmar claramente o que necessitamos de uma maneira que deixe óbvio que estamos igualmente empenhados em que as necessidades dos outros sejam satisfeitas (ROSENBERG, 2006, p. 94).

O compromisso consigo mesmo e com o outro é o foco de intervenção da CNV, motivo pelo qual se faz necessária a abordagem dos “Sentimentos”. É na gestão dos sentimentos que se abre a capacidade de acolher as necessidades do outro assim como as próprias necessidades não atendidas.

Por fim, chega-se ao elemento do “Pedido”, que após as três primeiras etapas (Observação, Sentimento e Necessidade), apresenta-se como caminho para respostas empáticas para a solução de conflitos. Como afirma Rosenberg (2006)

[...] o quarto e último componente desse processo aborda a questão do que gostaríamos de pedir aos outros para enriquecer nossa vida. Quando nossas necessidades não estão sendo atendidas, depois de expressarmos o que estamos observando, sentindo e precisando, fazemos então um pedido específico: pedimos que sejam feitas ações que possam satisfazer nossas necessidades (ROSENBERG, 2006, p. 103).

O conflito termina somente com ações concretas que atendam às necessidades manifestadas consciente ou inconsciente de ambas as partes envolvidas. Para tanto, o pedido só é expresso após a vivência de todo o processo coletivo e dialógico entre ambas as partes, é utilizado para as necessidades e enriquecer a vida. Para tanto, é necessário que seja claro, objetivo, afirmativo, como exemplifica o autor:

“Gostaria que você me dissesse uma coisa que eu fiz de que você gostou”. A palavra *compreenda* não expressa claramente uma ação específica que está sendo solicitada. Em vez disso, a pessoa poderia ter dito: Quero que você repita para mim o que você me ouviu dizer (ROSENBERG, 2006, p. 103).

Com o amadurecimento humano é que se cria as condições necessárias ao pedido comum, assim se esperando uma resposta mais natural às necessidades não atendidas. O pedido deve ser uma afirmação clara e objetiva do que se necessita, o que oportuniza que ambos os envolvidos no conflito empenhem-se na busca de soluções que satisfaçam a todos. Nesse caminho da resolução não há intervenção perfeita, portanto, é fundamental entender a CNV como um instrumento que potencializa o diálogo e fortalece as relações. A adoção da comunicação não violenta é tão prática, que possibilita a transformação de conflitos em quatro níveis:

PESSOAL- Minimizar os efeitos destrutivos do conflito social e maximizar o potencial de crescimento e bem-estar da pessoa enquanto ser humano individual nos níveis físico, emocional, intelectual e espiritual. ESTRUTURAL - Compreender e tratar as causas subjacentes e condições sociais que dão origem à expressão violenta ou nociva do conflito. - Promover mecanismos não violentos que reduzam o confronto entre antagonistas e diminuam a violência, por fim eliminando-a. - Fomentar o desenvolvimento de estruturas que atendam às necessidades humanas básicas (justiça substantiva) e maximizem a participação popular em decisões que afetam suas vidas (justiça procedimental). RELACIONAL- Minimizar a comunicação disfuncional e maximizar o entendimento. - Trazer à tona e trabalhar os medos e esperanças em relação às emoções e à interdependência no relacionamento. CULTURAL - Identificar e compreender os padrões culturais que contribuem para o aumento das expressões violentas do conflito. - Identificar e construir, a partir de recursos e mecanismos do próprio contexto cultural, reações construtivas para lidar com o conflito (LEDERACH, 2012, p. 42).

As contribuições desse autor ratificam o conceito da paz positiva Galtungiana ao considerar que a ausência de violência não é o suficiente para que a paz aconteça, é indispensável uma interação e uma inter-relação positiva e dinâmica, apoio, confiança, a reciprocidade e a cooperação para a sua edificação (BRUM, 2017, p. 55).

A violência que se manifesta no processo de linguagem é presente nas diferentes formas de comunicação. Ela se dá quando se fala de um lugar de autoridade ou de arrogância em relações conflitivas nas quais um está certo e o/os outro(s) errado, um é bom, o é ruim, não se abre espaço para a escuta sincera de manifestação de sentimentos e necessidades. É no mundo real da vida que as reações acontecem e transformam. A cultura de paz, a partir da comunicação não violenta, aponta caminhos coletivos de relações mais humanizadas. A CNV apresenta a possibilidade real inovadora em que se valoriza a escuta e o olhar sensível, como humanos que somos, rompendo a subjetividade atribuída pelo contexto do modo de produção capitalista que coloca na selva dura das disputas pessoais e profissionais. Para tanto, a consciência crítica ao padrão cultural/educacional vigente é fundamental, sem isso, caminhar-se-á a passos lentos nas mudanças para se chegar a um mundo sem violência direta, estrutural e cultural.

Tem-se no uso da CNV uma ferramenta potente na defesa e garantia de direitos. A partir dos escritos de Marshall Rosenberg (2008), é que se reconhece a “*observação*” da realidade vivida como estrutura, conjuntura e cotidiano; na identificação dos “*sentimentos*” a dimensão intrínseca de satisfação coletiva ou individual, do reconhecimento de “*necessidades*” para construção de possibilidades resolutivas e do “*pedido*” para realização efetiva da garantia de direitos. Por fim, para além de fórmulas o que se apresenta é um caminho de mudança e adoção de um novo paradigma relacional que adota valores, sentidos e que se traduz em uma linguagem protetiva e não violenta (MARQUES, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marshall Rosenberg propõe formas de comunicação que torne as pessoas mais autênticas: falar a verdade, cuidando de si e do outro. A Comunicação Não Violenta-CNV nos sensibiliza e nos leva a estabelecer de uma nova perspectiva na resolução de conflitos. Essa nova perspectiva manifesta-se à medida em que se fazem observações em juízo de valor, entre sentimentos e opiniões, entre necessidades e estratégias, entre pedidos ou exigências. Os elementos essenciais da CNV ajudam a compreender de onde vem a fala e como ela pode gerar conexão ou desconexão com o outro. À medida em que se pratica, gradativamente vai mudando a vida da gente, o olhar sobre as situações e as pessoas, traz consciência sobre o que é nosso e o que é do outro, e a possibilidade de expressar-se de um modo autêntico.

Nesse contexto de perspectiva de novas formas de relações humanas, acredita-se que, para construir e fortalecer uma cultura de paz, é essencial agregar o debate acerca dos Direitos Humanos, presente nos espaços formais e informais de formação dos padrões culturais determinados socialmente. Reitera-se que, para construir e fortalecer uma cultura de paz, é essencial o debate sobre a educação, educação essa presente nos espaços formais e informais de formação dos padrões culturais determinados socialmente. A fim de garantir os direitos humanos, é imprescindível o diálogo constante, e sempre que oportuno, problematizar a forma como a educação em direitos humanos está sendo efetivada. É fundamental direcionar a educação que prime por processos coletivos e cooperativos, em que a empatia, antes de tudo, torne-se uma postura que prime pela condição humano-genérica e suas necessidades, que advém de qualquer contexto social econômico ou ideopolítico, e que a CNV torne-se uma ferramenta metodológica comunicacional naturalizada nas relações pessoal, interpessoal e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. 2004. site: <http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/02/harendtdv.pdf> acesso em: 21/08/17

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Sobre o poder simbólico. In: **BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

BRUM, Letícia Souza. **Círculos de Construção de Paz: Ferramentas para a construção de uma Cultura de Paz**. 2017. 65 f. Faculdade de Serviço Social, Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2017.

CANDAU, V. M. **Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectiva**. In: SACAVINO, S. Educação e direitos humanos: construir a democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Colóquio Interloquções com Marilena Chauí. **Ética e Violência**. São Paulo: 1998. Mimeo.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania – 2ª. ed. reform.** São Paulo: Moderna, 2004.

FISCHMANN, Roseli. **Educação, Direitos Humanos, Tolerância e Paz**. Padeia, 2001. 11(20) pg. 67-77.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. **Educação e mudança**. Coleção Educação e mudança vol.1.9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GALTUNG, J Hay **alternativas: Cuatro caminos hacia la paz y la seguridad**. Madrid: Tecnos, 1985.

_____. Cultural violence. **Journal of Peace Research**. Manoa, v.27, n.3, p.291-305, ago. 1990.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a Paz: Sentidos e Dilemas**. São Paulo: Educ, 2005.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LEDERACH, John Paul. **The little book of conflict transformation**. Clear articulation of the guiding principles by a pioneer in the field. Intercourse, Good Book, 2012.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.

MARQUES, Elídio A. B. Direitos Humanos: para um esboço de uma rota de colisão com a ordem da barbárie. In: **FORTI, Valeria e BRITES, Cristina Mª (Orgs.). Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 (Coletânea Nova de Serviço Social).

MERHY, E.E.; FRANCO, T.B. **Por uma composição técnica do trabalho em saúde centrado no campo relacional e nas tecnologias leves: apontando mudanças para os modelos tecno-assistenciais**. Saúde em Debate, v.27, n.65, p.316-23, 2003.

MÉSZÁROS, Isteván. **Educação para além do capital**. Ed. 2ª. São Paulo; Boitempo, 2008.

MIGLIORI, Regina. **Programa Capital Natural**. Cultura de paz. 2016. Duração: 28:40. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b3IP5UOSMkg> acesso em 23 de agosto 2017, 15:00 horas.

OLIVEIRA, Simone Barros de; GUINDANI, Evandro; HOEPNER, Charles Machado. **Ética, Serviço Social e Direitos Humanos: Desafios para a categoria profissional**. IN: OLIVEIRA, Simone Barros de. CANTINI, Adriana H. PESSOA, Elisangela Maia (Org.). **Direitos Humanos em perspectiva: análise interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não-Violenta violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais** Tradução: VILELA, Mário. São Paulo: Ágora, 2006.

_____. Marshall. Sobre a Comunicação Não-Violenta **CNV Brasil, 2006: www.cnvbrasil.org cbcnv@uol.com.br. <http://www.palathena.org.br/arquivos/conteudos/Sobre_a_CNV_Marshall_Rosenberg.pdf> acesso em: 21/08/17**

SOUZA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimentos, instrumentalidade e intervenção profissional**. In. Emancipação, Ponta Grossa, p.119-132, 2008. Disponível em: www.uepg.br/emacipacao.

UNESCO. **Declaração universal sobre a diversidade cultural** 2002. Site: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> acesso em: 27/08/17

A POLÍTICA PÚBLICA DE MEDIAÇÃO JUDICIAL COMO GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS

THE PUBLIC POLICY ON JUDICIAL MEDIATION AS A GUARANTEE OF HUMAN RIGHTS

Recebido em: 05/08/2020

Aceito em: 28/09/2020

Domingos Sávio Campos de Azevedo¹

Lisiane Scalco²

Vânia Vitória³

Resumo: Este presente trabalho versa sobre a mediação judicial enquanto política pública e uma forma de democratização do acesso à justiça. Assim, sendo um meio de garantia de direitos humanos fundamentais. Através da metodologia de pesquisa bibliográfica investiga-se como esse meio de resolução de conflitos pode contribuir para desenvolver uma sociedade mais participativa em relação à garantia de seus direitos. Esta perspectiva de humanização do processo judicial é essencial para fortalecimento de vínculos e promoção da cultura de paz. O objetivo deste artigo é fazer algumas considerações sobre como a mediação judicial como uma política de resolução de conflitos dentro do poder judiciário pode contribuir para desenvolver uma sociedade mais participativa em relação à garantia do direito humano de acesso a justiça.

Palavras-Chave: Mediação; Política Social; Direitos Humanos.

Abstract: This is the work on judicial mediation, as a public policy and a way of democratizing access to justice. Thus, being a means of guaranteeing fundamental human rights. Through the bibliographic research methodology, it is investigated how this means of conflict resolution can contribute to the development of a more participative society in relation to the guarantee of its rights. This perspective of humanizing the judicial process is essential for strengthening bonds and promoting a culture of peace. The purpose of this article is to make some considerations about how judicial mediation as a conflict resolution policy within the judiciary can contribute to developing a more participatory society in relation to guaranteeing the human right of access to justice.

Keywords: Mediation; Social Policy; Human Rights.

INTRODUÇÃO

No universo jurídico brasileiro do século XXI, três temas se destacam, são eles: os direitos humanos, as políticas públicas e a mediação judicial. Mas estes conceitos tem uma história marcada por três acontecimentos históricos que são: a Revolução Francesa, a Segunda Guerra Mundial e a Constituição Federal de 1988. Aos poucos estes conceitos, que hoje

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. E-mail: dsavio.azevedo@gmail.com

² E-mail: lisianiscalco@hotmail.com

³ E-mail: vrvitorio@tjrs.jus.br

parecem familiares para nós, foram ganhando destaque tanto na agenda jurídica como na política.

Com relação aos direitos humanos, o primeiro marco histórico foi a declaração dos direitos do homem e do cidadão que é um documento síntese da Revolução Francesa, nela se define os direitos individuais e coletivos dos homens como universais, ou seja, válidos e possíveis de serem reclamados em qualquer tempo e lugar, pois fazem parte da própria natureza humana. Outro marco importante, ainda na trajetória histórica dos direitos humanos, foi a Segunda Guerra Mundial, e mais precisamente os horrores do nazismo. Sob os impactos de tais fatos em 1948 foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual segue vigente e foi positivada na maioria das constituições dos países democráticos.

Quanto as políticas públicas, ainda que começassem a ser aplicadas e estudadas já na década de 30 nos EUA e na Europa, foi a partir da destruição causada pela guerra e já sob a disputa da guerra fria entre o capitalismo e o socialismo, que após 1945 se pensou num “Estado de Bem Estar”, onde todos os cidadãos pudessem contar com uma proteção social contra o desemprego, sem se tornarem alvos fáceis da propaganda socialista. Nele o Estado é o agente que regula toda a vida social, política e econômica do país, em parceria com a iniciativa privada. Cabe, ao Estado de bem-estar social, garantir os serviços públicos e a proteção da população, provendo dignidade aos cidadãos da nação.

Por fim, dentro do contexto histórico específico do Brasil, a Constituição Federal de 1988 introduziu uma série de mecanismos de gestão de políticas públicas, trazendo-as para o centro da agenda jurídica e política do Estado brasileiro. Sendo assim, com o objetivo de acabar com o problema público do acúmulo de processos no judiciário, que impede ou dificulta o acesso à justiça, o poder judiciário começou a implementar uma política pública de mediação judicial. O objetivo deste artigo é fazer algumas considerações sobre como a mediação judicial como uma política de resolução de conflitos dentro do poder judiciário pode contribuir para desenvolver uma sociedade mais participativa em relação à garantia do direito humano de acesso à justiça.

CONCEITUAÇÃO E APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Como área de conhecimento da ciência política, as políticas públicas, também denominadas no Brasil, pela palavra inglesa policy, que significa “ação de governo”; como diz Souza (2007, p. 66-67), “nasce nos Estados Unidos, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos nesta área, que se concentravam, então, mais na análise sobre

o Estado e suas instituições do que na produção dos governos”. Ela surge então, dentro do mundo acadêmico, e já com uma ênfase nos estudos com foco na ação dos governos.

Este movimento inicial da ciência política norte americana, tem como pressuposto para a análise da mesma, o que Souza refere como “aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes.” (SOUZA, 2007, p. 67). Ainda na década de 30 do século passado, H. Laswell criou a expressão “policy analysis” ou análise de políticas públicas; em 1957, Simon apresenta o conceito de racionalidade limitada dos decisores (policy makers); nesta mesma década, Lindblom propôs a inclusão no seu modelo de análise, de elementos como partidos políticos, eleições, grupos de interesse e burocracias.

Por fim, em 1965, Easton fez uma grande contribuição para esta área, para Souza, “ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.” (SOUZA, 2007, p. 68). Pelas suas contribuições para o desenvolvimento como área do conhecimento, estes quatro autores são considerados os pais das políticas públicas.

Para Secchi, “dois conceitos são fundamentais para entender o campo da política pública: o problema público e a política pública. O primeiro trata do fim ou da intenção de resolução. O segundo trata do meio ou mecanismo para levar a cabo tal intenção” (SECCHI, 2016, p. 5). O problema público pode ser definido como a diferença entre a situação real e a situação ideal. Já a política pública é um plano de ação elaborado para acabar ou diminuir com esta diferença entre as duas situações, a real e a ideal.

É comum o uso de uma metáfora médica para se explicar o que é uma política pública. Desta forma se diz que o problema público seria o equivalente a uma doença qualquer, enquanto a política pública seria o equivalente ao tratamento indicado para acabar com esta doença ou na pior das hipóteses, mitigar os seus efeitos. Sendo assim o primeiro passo para se pensar em uma política pública é o correto diagnóstico do problema público.

Segundo Souza (2007, p. 68), “muitas definições enfatizam o papel da política na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais [...], argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses.” Subjacente a esta discussão, parece estar uma visão “de cima para baixo” ou “top down”, de como implementar uma política pública; mas existem também os modelos de implementação de políticas públicas, ditos “de baixo para cima” ou

“bottom up”. Quando o usuário final participa da elaboração das soluções e da recomendação da política pública a ser apresentada, como sendo a melhor alternativa para a solução daquele problema público específico, a possibilidade de que estes usuários se comprometam com a implementação desta política aumenta, ainda que este processo nem sempre seja compatível com a urgência em resolver tal problema público.

Entendendo a política públicas como “ação de governo”, tal ação precisa ser organizada de forma racional em etapas para que sua elaboração possa ser planejada com antecedência. Esta organização racional da elaboração de uma política pública se chama: ciclo de políticas públicas. Para Secchi, “o ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpenetração que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (SECCHI, 2012, p. 33)

Ainda segundo o mesmo autor e mesma página, “o ciclo de políticas públicas é constituído dos seguintes fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. O ciclo de política públicas dificilmente representa o desenvolvimento real de uma política pública, suas fases, na maior parte das vezes, se apresentam sobrepostas e há uma alternância das sequencias, não mantendo assim a linearidade do modelo do ciclo.

Segundo Secchi (2012), uma situação pública passa a ser um problema público quando afeta negativamente a percepção de vários atores políticos importantes. A agenda é o conjunto de problemas públicos que são entendidos pelos tomadores de decisão como relevantes. Para formular as soluções é preciso estabelecer os objetivos e as estratégias e estudar as potenciais consequências de cada proposta de alternativa para a solução do problema público.

A atuação do Estado, seja qual for o ente federado, significa sempre a opção por determinada alternativa em detrimento de outras. Na implementação de uma política pública, os discursos se convertem em ação de governo. Na avaliação são medidos a utilidade e os resultados positivos desta ação de governo. Por fim, como nos diz Secchi, “uma vez concluída a avaliação, há necessidade de tomada de decisão que envolve três possibilidades sobre a política pública: sua continuidade, reestruturação ou extinção” (SECCHI, 2012, p. 90)

POLITICAS PÚBLICAS: MARCOS LEGAIS E DIREITOS HUMANOS

Evoluímos do governo dos homens para o governo da lei e mais recentemente para o governo das políticas. Como nos mostra Liberati, “é por isto que se entende que o aspecto funcional inovador de qualquer modelo de construção do poder político caberá, justamente, às

políticas públicas. As políticas são instrumentos de ação dos governos.” (LIBERATI, 2013, p.92). Elas aprimoram e desenvolvem o Estado democrático de direito. Segundo Liberati, “em face da natureza coletiva das políticas, introduz-se o conceito de políticas públicas como programa de ação, substituindo a concepção abstrata e geral da norma que movimenta o aparelho burocrático do Estado” (LIBERATI, 2013, p. 93).

Aqui surgem novos modelos de representação do Direito, Princípios e objetivos, junto com as regras, passam a dar base a técnicas de legislação e decisão. Para Liberati, “a função de governar por políticas públicas não exclui (e jamais poderá excluir!) o respeito a legalidade.” (LIBERATI, 2013, p. 94). As políticas públicas e as leis devem estar articuladas de tal forma que sejam incorporadas ao comando da lei, para que sejam reconhecidas pelo Direito e possam gerar efeitos jurídicos, tanto para as omissões como para os atos que fazer parte das políticas públicas.

Liberati nos diz que “a política pública não é lei e não se confunde com ela, mas ambas convivem e se complementam” (LIBERATI, 2013, p. 94). A validade de uma política não se confunde com a validade dos atos e das normas dos quais esta política é composta. Todas as políticas públicas se inserem nas ações de governo, cuja validação é feita pelo judiciário. Ainda para Liberati, “o Direito norteará a formulação e implementação das políticas públicas, cujo catálogo (sempre exemplificado) constará dos textos legais e principalmente da Constituição, oferecendo garantia e segurança jurídica à população” (LIBERATI, 2013, p. 95)

Para Dias, “foi a constituição brasileira de 1988 que instituiu diversos mecanismos de participação e controle social, entre os quais os “conselhos de política” em diversas áreas sociais, instrumentos importantes e peculiares de gestão” (DIAS, 2012, p. 165) Ainda para o mesmo autor e mesma página, “Os conselhos de políticas constituem ‘espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais” (DIAS, 2012, p. 165).

Para Liberati (2013), a formulação e gestão de políticas públicas, sempre apareceram como um grande desafio para a administração pública. A omissão do Estado em materializar um conjunto de ações que satisfaçam as necessidades dos cidadãos, deve representar uma completa afronta aos princípios constitucionais além de sérios prejuízos ao exercício dos direitos fundamentais. Esta omissão Estatal em garantir o pleno gozo dos direitos fundamentais, conduz o Estado à sua própria negação. O Estado passa a não existir enquanto um ente político, ao se omitir do seu dever principal de satisfazer de forma integral as necessidades dos cidadãos.

Mas, como nos diz Liberati (2013, p. 98), o Neoliberalismo impede a ação estatal de promover a universalização dos direitos fundamentais. O Estado neoliberal permite que o capital se sobreponha aos interesses comuns e universais de todo e cada cidadão. O neoliberalismo provoca uma significativa redução da máquina pública, diminuindo assim o espaço público e os investimentos em políticas públicas, e colocando em risco a garantia dos direitos fundamentais. Em especial para os grupos mais vulneráveis como idosos, adolescentes, crianças, e moradores de rua. A gestão de políticas públicas é fundamental na concretização dos direitos humanos fundamentais, pois é ela a ferramenta adequada para realizar este objetivo. Como nos diz Liberati (2013), o exercício dos direitos fundamentais se fara de acordo com o conjunto de políticas públicas colocadas pelo Estado a disposição das pessoas para o pleno exercício e gozo desses direitos.

Existe uma certa confusão entre os direitos fundamentais e os direitos humanos, os primeiros são aqueles essenciais ao ser humanos e que estão positivados no texto constitucional de uma determinada nação; já os direitos humanos são universais, ou seja, também são os direitos essenciais ao ser humanos, que estão para além das fronteiras, e tem sua validade garantida independentemente da sua positivação constitucional por qualquer Estado Nação. Para reconhecer e proteger todos os indivíduos, os Direitos Humanos exercem papel fundamental. De maneira que, tutelam e buscam garantir as mínimas condições para a vida dos indivíduos, visando a concretização da justiça e paz social.

O conceito de Direitos Humanos é resultante de um processo histórico de resistências, outorgamento e conquistas, para que todos possam tem as mínimas condições de uma vida digna, na sociedade. A nível de previsão legal, se tem a Declaração Universal dos Direitos humanos que surge afim de concretizar e materializar esses direitos fundamentais. Este documento é um marco nessa luta de conquista de direitos, foi elaborado por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo.

Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações, estabelecendo, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos, tendo sido firmada pelo Brasil na mesma data. A DUDH, desde sua adoção foi traduzida em mais de 500 idiomas – o documento mais traduzido do mundo – e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes. Portanto, pode-se asseverar que direitos humanos são princípios consagrados internacionalmente visando à proteção, garantia e respeito à pessoa humana.

Indubitavelmente, o processo de valorização e procura pela efetivação dos Direitos Humanos é um movimento universal que a partir da DUDH se tornou um tópico ainda mais relevante na pauta de grande parte dos países, da mesma forma que, o acesso aos Direitos Humanos se tornou de forma implacável um tema de interesse de todos e que, obviamente tem a necessidade de ser tutelado pelo Estado. A preocupação de toda sociedade com os Direitos Humanos foi tão evidente que se consolidou no preceito de diversas constituições, inclusive da nossa Constituição Federal de 1988 (CF/88), que somente quarenta anos após o Brasil assinar a DUDH, veio a garantir teoricamente a plena proteção aos direitos fundamentais do homem.

Naturalmente não se tem a pretensão de exaurir o tema, pois novas questões serão sempre levantadas, como resultado surgimento novos conceitos sobre as mais diversas matérias. Os Direitos Humanos estão consolidados na CF/88 no título que trata dos princípios fundamentais, no título sobre os direitos e garantias fundamentais, e entende-se válido transcrever o art. 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Foi exatamente na CF/88 que princípio da dignidade da pessoa humana foi inserido em nossa legislação, através do inciso III do artigo 1º. Mas, é inegável a complexidade para conceituar esse princípio. Segundo Ingo Sarlet (SARLET, 2010, p. 46-50), fazer uma conceituação clara sobre o que significa a dignidade da pessoa humana é uma tarefa difícil, visto que, diferentemente do que ocorre com as normas jusfundamentais, a dignidade não trata de aspectos específicos da existência humana, mas sim de uma qualidade atribuída a qualquer ser humano. Esse conceito está em construção permanentemente. O que se sabe a respeito, é que a dignidade humana é irrenunciável e inalienável, pois qualifica o homem.

Os constituintes em 1988 escolheram essa classificação, incluindo esse princípio na ordem jurídico-positiva, não existindo apenas aonde o Direito a adote. Essa qualificação constitui a dignidade humana como norma jurídico-positiva, bem como uma declaração com conteúdo ético e moral, elevando-a a condição de status constitucional formal e material, possuindo eficácia, alcançando, assim, valor jurídico fundamental. Ainda em seu artigo 1º a Constituição da República consagra o princípio da cidadania (inciso II), que “expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”, conforme afirma Dallari (DALLARI, 2004, p. 22).

A cidadania como hoje é entendida pela teoria dos direitos humanos engloba uma série de outros direitos, ela aglutina os direitos de primeira geração e alguns de segunda geração,

atualmente é cidadão aquele que pode usar e fruir de suas liberdades públicas, dos seus direitos socioeconômicos, dos direitos solidários, direito à vida, a privacidade, a igualdade, a liberdade (de expressão, a locomoção, a religião, a segurança pessoal, entre outras), à informação, à representação coletiva, à associação, a propriedade e seu uso social, à cultura, à educação, à saúde, ao meio ambiente equilibrado, ao asilo, ao devido processo legal, à presunção de inocência, entre outros.

No preâmbulo da CF/88 encontramos menção à sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, enquanto o dispositivo do art. 3º, inc. IV, abarca como objetivo da República Federativa do Brasil “a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e o art. 5ª determina que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição” (inc.I). Miracy Barbosa de Sousa Gustin nos oferta oportuna lição, quando afirma:

Sendo assim, políticas públicas deveriam considerar como imperativo humano de primeira ordem à igualdade de acesso a bens e serviços, ou seja, sem a realização das necessidades humanas mínimas não só estão descumpridos os direitos fundamentais e humanos, bem como estão sendo diminuídas todas as possibilidades de uma sociedade que, mesmo não convivendo na abundância, se dedica a distribuir os bens disponíveis àqueles que mais necessitam deles (GUSTIN, 2005, p. 181-216).

O artigo 5º, XXXV da CF/88, assim dispõe sobre acesso à justiça: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciária lesão ou ameaça de direito”. Tal princípio, também chamado de princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou princípio do direito de ação. Contudo, a problemática do acesso à justiça deve ser compreendida como acesso a um ordenamento jurídico justo, com a efetivação de garantias e direitos, de forma especial os Direitos Humanos – que se estenda a todos viabilizando a participação popular na gestão de seus conflitos e ofereça um tratamento adequado a questões envolvendo direitos, sejam elas individuais ou coletivas. Tratamos aqui de um direito humano e essencial ao completo exercício da cidadania. Mais que acesso ao judiciário, alcança também o acesso a aconselhamento, mediação, conciliação, consultoria, enfim, a justiça social.

A POLÍTICA PÚBLICA DE MEDIAÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM SÃO BORJA

Viver em sociedade é algo complexo e exigiu da civilização humana, para um mínimo de organização social, séculos de incontáveis discussões e sangrentas batalhas. Efetivas lides, entre povos defensores de distintas culturas e opiniões sobre questões vitais, como por exemplo,

os direitos e as garantias fundamentais. Nesta perspectiva, é fundamental discutir e refletir sobre uma prática ainda pouco utilizada no Brasil como meio de resolução de conflitos e que pode auxiliar na construção de uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres, onde os cidadãos possam vivenciar a justiça e a democracia, especificamente a mediação como direito humano fundamental e acesso à justiça, onde o cidadão por seu empoderamento tem a oportunidade de resolver seus conflitos por meio de técnicas desenvolvidas por um terceiro imparcial e escolhido pelas partes.

Ao longo da história, as sociedades desenvolveram inúmeras ferramentas para "resolução de conflitos". Um dos marcos do direito na Antiguidade, por exemplo, era o "Código de Hamurábi" - aquele do "olho por olho, dente por dente". Não vem ao caso, neste momento, estudarmos mais profundamente a história do direito, mas, para entender como chegamos ao atual universo jurídico, perpassar alguns pontos são necessários: o primeiro deles, é saber que não há uma forma única e natural do Direito, e que desde Hamurábi muita coisa mudou. Ou seja, em diferentes momentos históricos, as sociedades desenvolveram diferentes ferramentas para resolução de conflitos, e o atual universo jurídico é um resultado desses diferentes processos históricos.

As bases do que hoje conhecemos do funcionamento judiciário brasileiro remontam às origens do Estado moderno. E como se caracterizou o Estado moderno? Ora, desde Montesquieu compreendemos o Estado de uma perspectiva republicana, dividido em três poderes, dentre os quais está o judiciário. Enquanto ao executivo coube a função de gerir o Estado, e ao legislativo a de fiscalização e representação da sociedade civil; uma das funções do judiciário é a de "julgar" determinados acontecimentos que ferem as normas da sociedade civil.

Feito este breve parêntese sobre a história do direito, voltemos para o contemporâneo! Atualmente, um dos principais problemas do poder judiciário é o abarrotamento/inchaço de processos ou, em outras palavras, o número elevado de pedidos para serem julgados. Segundo o relatório "Justiça em números" do Conselho Nacional de Justiça, no ano 2016, apenas no âmbito criminal, ingressaram no Poder Judiciário 3 milhões de casos novos criminais. O Rio Grande do Sul foi o quarto estado em número de novos processos, com mais de 307 mil, perdendo apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente.

São Paulo, o líder das estatísticas, chegou ao absurdo de 450 mil novos processos apenas em 2016, sendo que já havia aproximadamente 2 milhões de processos pendentes (não concluídos) - tudo isso apenas no âmbito criminal. É neste contexto que surgem ferramentas

complementares de ação do judiciário, a exemplo da mediação judicial. Sobre a mediação Lilia Maia de Moraes Sales e Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves elucidam:

A mediação é um mecanismo de solução de conflitos, no qual um terceiro imparcial e com capacitação adequada facilita a comunicação entre as partes, sem propor ou sugerir quanto ao mérito, possibilitando o diálogo participativo, efetivo e pacífico, permitindo-se a construção de uma solução satisfatória pelas próprias partes. A mediação possibilita, por meio de técnicas próprias, utilizadas pelo mediador, a identificação do conflito real vivenciado, suas possíveis soluções (SALES e CHAVES 2014, p. 255-279).

A mediação, em síntese, busca o entendimento entre pessoas com relação de continuidade que se impõe cada vez mais como necessária no âmbito judicial, por respeitar em primeiro lugar a dignidade da pessoa humana, pois promove aproximação entre as partes e lhes confere protagonismo. Ou seja, oferta aos mediados a chance de buscar soluções consensuais para suas próprias demandas, sem imposições e com total liberdade para argumentar e apresentar seu ponto de vista. Nesta linha, Luis Alberto Warat, por sua vez, esclarece:

A mediação seria uma proposta transformadora do conflito porque não busca a sua decisão por um terceiro, mas, sim, a sua resolução pelas próprias partes, que recebem auxílio do mediador para administrá-lo. A mediação não se preocupa com o litígio, ou seja, com a verdade formal contida nos autos. Tampouco, tem como única finalidade a obtenção de um acordo. Mas, visa, principalmente, ajudar as partes a redimensionar o conflito, aqui entendido como conjunto de condições psicológicas, culturais e sociais que determinaram um choque de atitudes e interesses no relacionamento das pessoas envolvida (WARAT, 2001, p. 80).

Desse modo, não se pode perder de vista a questão afetiva no processo da mediação. Esta, sem sombra de dúvidas, normalmente o processo judicial não soluciona. A experiência das autoras as permite ir além, torna lícito afiançar que a questão afetiva tende a ser amenizada durante a mediação, pois o diálogo entre todos impera durante o procedimento, e na grande maioria dos casos viabiliza que tanto os mediados como o mediador saiam satisfeitos de uma sessão, as vezes sem que um acordo seja firmado, mas com a solução do conflito e não apenas o problema aparente. Nesse processo não se tem ganhadores nem perdedores, mas ocorre de maneira que beneficia os seres humanos envolvidos, possibilitando a compreensão da relevância da pacificação social decorrente desta política pública, que mesmo timidamente está sendo semeada.

Ademais, a mediação, se de fato assim for delineada, poderá auxiliar a findar com a forte descrença que a população tem, no sentido de que inexistente algo de eficaz que possa ser

feito a fim de buscar uma sociedade mais justa. Por esse motivo, a mediação não é um simples meio de resolução de conflitos alternativo junto ao Poder Judiciário. Nesse contexto de pacificação social, diferentes medidas têm sido tomadas pelo poder judiciário para modificar este cenário alarmante. Por exemplo, o novo Código de Processo Civil teve como principal objetivo a simplificação de alguns ritos para dar maior celeridade (mais rapidez) ao processo, evitando a quantidade elevada de pendências na justiça, além de buscar um efetivo “apaziguamento” entre os litigantes.

Eis que surge em todo o Brasil os CEJUSCs (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, atualmente Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos, Art.165 CPC). A difusão dos centros de mediação de conflitos, portanto, está diretamente vinculada a este atual cenário do poder judiciário brasileiro, uma vez que todo este abarrotamento gera um grande sentimento de "não justiça" nas partes, pela não resolução dos seus pedidos (seja pelo tempo, seja pela falta de recursos para manter um processo, etc). Além disso, os CEJUSCs representam também uma mudança paradigmática na forma de resolução de conflitos, pois, em vez de um processo, o principal instrumento é o diálogo entre as partes, sempre com intuito de composição/mediação. Vamos entender mais especificamente como funcionam os CEJUSCS a partir da realidade do nosso CEJUSC, aqui em São Borja.

O Cejusc de São Borja, instaurado em 26 de julho de 2016, atua no contexto de se estimular o uso de práticas cooperativas em processos de resolução de disputas, como no dizer de Tarso Genro em que “o acesso à Justiça deve, sob o prisma da autocomposição, estimular, difundir e educar seu usuário a melhor resolver conflitos por meio de ações comunicativas”. Passa-se a compreender o usuário do Poder Judiciário como não apenas aquele que, por um motivo ou outro, encontra-se em um dos polos de uma relação jurídico- processual – o usuário do poder judiciário é também todo e qualquer ser humano que possa aprender a melhor resolver seus conflitos por meio de comunicações eficientes - estimulados por terceiros, como na mediação ou diretamente, como na negociação.

O verdadeiro acesso à Justiça abrange não apenas prevenção e reparação de direitos, mas a realização de soluções negociadas e o fomento da mobilização da sociedade para que possa participar ativamente dos procedimentos de resolução de disputas como de seus resultados.” Para tanto, contamos com mediadores e conciliadores atuando em pré- processos e processos judiciais (processual ou endoprocessual), além de outros profissionais voltados para a área da cidadania e justiça restaurativa. Temos atualmente projeto ligado à Violência Doméstica, denominado “Liberdade das Marias” em que há o atendimento por profissional da

saúde, psicóloga, às vítimas que participam de audiências da Lei Maria da Penha, além de advogadas e professoras universitárias.

Em complementação, há capacitação, em andamento de profissionais que atuarão em Oficinas de Parentalidade (voltados ao direito de família e infância e juventude) e Grupo Reflexivo de Gênero. Somando-se a estes, a Justiça Restaurativa, em processo também de implantação, com a realização de círculos de paz em escolas e no presídio estadual de São Borja. Solucionar a poda de uma árvore em terrenos vizinhos, chegar a um consenso sobre o valor de bens em um inventário ou atender à vítima de violência doméstica que não conseguia segurar a xícara de chá ofertada, em virtude do medo e da vergonha. Entre outros, esses são apenas alguns exemplos de casos do Cejusc.

Existem casos em que encontrar uma mediação é mais simples do que outros. Quando envolve violência física e/ou psicológica é preciso ter muito cuidado para não prejudicar quem sofreu a agressão. Ainda que o Cejusc tenha como um dos objetivos evitar maior abarrotamento do poder Judiciário, nem sempre uma mediação será possível e é preciso sensibilidade de quem coordena o trabalho para não silenciar um direito da vítima de seguir com o processo em busca de uma sentença judicial. Ou seja, não podemos dar um caráter pragmático ao Cejusc, pois promover cidadania é um assunto complexo, repleto de intensidade, e portanto, para o serviço fazer sentido é preciso estar conectado com outros espaços de convívio que não apenas quatro paredes de um fórum. Por fim, tem-se na mediação, uma excelente via de acesso à cidadania, de forma que, se apresenta como um possível canal para a concretização e defesa dos Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui em nosso país, em que pese constatar-se a existência de movimentos em prol de políticas públicas para a promoção dos Direitos Humanos, tudo ainda ocorre de forma tímida, insuficiente a atingir de modo satisfatório a todas as camadas sociais. Especialmente nas comunidades em situação de vulnerabilidade social, de um modo geral, com forte histórico de exclusão. Todavia, não se pode negar, por tudo até então narrado, uma preocupação, um engajamento na busca de uma política pública que determina uma responsabilidade social na atuação do Poder Judiciário, com o objetivo buscar a preservação e a restauração dos vínculos existentes entre as pessoas, melhorando e tratando os cidadãos como são, ou seja seres humanos imperfeitos, todavia, possuidores de interesses e sentimentos que precisam ser resguardados na atuação do seu papel social.

Considerando que estamos discutindo e refletindo sobre a prática de resolução de conflitos ainda não podemos afirmar que esta política pública pode auxiliar na construção de uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres. Mas já podemos observar os cidadãos de São Borja vivenciando a justiça de forma regular, como direito humano fundamental, onde o cidadão por seu empoderamento tem a oportunidade de resolver seus conflitos por meio de técnicas desenvolvidas por um terceiro imparcial e escolhido pelas partes.

Atualmente, na comarca de São Borja e para tentar resolver um dos principais problemas públicos do Estado e do poder judiciário, que é o número elevado de processos para serem julgados por um corpo de magistrados que não tem condições estruturais de julgar com celeridade, foi implementada uma política pública de mediação judicial, que tem como objetivo possibilitar uma solução satisfatória pelo diálogo das próprias partes, por meio de técnicas próprias, utilizadas pelo mediador, para a identificação do conflito real vivenciado e suas possíveis soluções. Assim na comarca de São Borja o acesso a justiça se torna, em alguns casos, mais rápido e democrático.

A mediação, já pode estar auxiliando a acabar com a descrença da população com referência a eficácia do Estado como ferramenta para se buscar a ampliação do acesso a justiça e, por conseguinte uma sociedade mais justa, principalmente quando boa parte dos governos democráticos organiza a sua economia de forma neoliberal, deixando de lado os direitos humanos em detrimento do equilíbrio fiscal. Nos CEJUSCs, como o de São Borja, o principal instrumento é o diálogo entre as partes, sempre com intuito de mediação.

O CEJUSC de São Borja, foi implementado no segundo semestre de 2016, e da continuidade a crescente presença do Estado como promotor de políticas públicas de acesso aos direitos humanos. Assim, também, o Estado se afirma como estado, pois promove uma política pública que busca implementar o princípio da dignidade da pessoa humana. Ele atua no contexto de estimular o uso de práticas cooperativas e participativas em processos de resolução de conflitos.

Passamos a compreender o usuário do Poder Judiciário como qualquer ser humano que possa aprender a melhor resolver seus conflitos por meio de comunicações eficientes - estimulados por terceiros, como na mediação. Aqui mais uma vez o Estado afirma a utilização das políticas públicas como ferramenta de afirmação do direito a justiça. No atual estágio de implementação da política pública de mediação judicial, pensando no ciclo de políticas públicas, o SejusC de São Borja conta com mediadores capacitados pelo poder judiciário do estado do Rio Grande do Sul, atuando em pré - processos e processos judiciais.

Embora represente uma mudança paradigmática, ainda há muitas lacunas no serviço. É preciso maior integração de profissionais de diferentes áreas: psicólogos para qualificar o processo de escuta dos mediadores; assistentes sociais para ampliar o olhar sobre as saídas possíveis para resolver o conflito e assim por diante. Há espaço para todas as áreas do conhecimento em um centro de mediação, pois não se trata de um espaço apenas do direito. O cejusc está mais ligado com a promoção de cidadania, do que com o direito stricto sensu. E nesse sentido a Universidade Federal do Pampa – campus São Borja oferece os cursos de Serviço Social e Ciências Sociais – Ciência Política, ambos com grande potencial de articulação com esta política pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, André Gomma (org.). 2012. **Manual de Mediação Judicial** (Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº13.140/15**, de 26 de junho de 2015. dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm> Acesso em: 2 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº13.105/15**, de 16 de março de 2015. dispõe sobre o código de processo civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm> Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Resolução CNJ n. 125/2010**, de 08 de março de 2016. Altera e inclui artigos e os Anexos I e III da Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. <Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnj-atualiza-resolucao-125-e-cria-cadastro-de-mediadores-e-mediacao-digital/>> Acesso em: 3 jan. 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004, p. 22.
DIAS, Reinaldo. **Política públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **Resgate dos direitos humanos em situações adversas de países periféricos**. Revista da Faculdade de Direito. Belo Horizonte, nº 47, p. 181-216, jul-dez, 2005.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Políticas públicas no Estado constitucional**. São Paulo: Atlas, 2013.

MANUAL DE MEDIAÇÃO JUDICIAL AZEVEDO, André Gomma (org.). **Manual de mediação judicial**. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, 2009. p. 246.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitos_humanos.php> Acesso em: 16 nov.2008.

CHAVES, Emmanuela Carvalho Cipriano and SALES, Lilia Maia de Moraes **Mediação e conciliação judicial - a importância da capacitação e de seus desafios**. Sequência (Florianópolis) [online]. 2014, n.69, p.255-279.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na constituição de 1988**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. IN: HOCHMAN, Gilberto. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

WARAT, Luis Alberto. **O Ofício do Mediador**. Florianópolis, Habitus, 2001, p. 80.

**DIREITOS HUMANOS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: CONSTRUINDO NOVAS
RELAÇÕES**

**HUMAN RIGHTS AND CONFLICT MEDIATION: BUILDING NEW
RELATIONSHIPS**

Recebido em: 10/08/2020

Aceito em: 05/10/2020

Solange Emilene Berwig¹

Nathália de Carvalho Minosso²

Resumo: As relações sociais são permeadas de conflitos de natureza diversa, que podem desencadear processos de intolerância, violência, de ataque aos direitos fundamentais do ser humano – como os direitos humanos. Em um cenário tão complexo como das relações humanas e das violações decorrentes da sociabilidade, torna-se importante estabelecer novas formas para resolução dos conflitos emergentes. Seguindo este raciocínio, observamos neste estudo a mediação como mecanismo capaz de contribuir para mudanças no campo das relações e seus conflitos. Este trabalho apresenta uma reflexão teórica acerca da mediação de conflitos e seu potencial de aplicabilidade sobre o conjunto de demandas oriundas de uma sociabilidade violadora, tendo por objetivo oferecer subsídios para o entendimento e qualificação no uso da mediação enquanto prática interventiva. Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório, de natureza bibliográfica. Para atender ao proposto este artigo está organizado da seguinte forma: a) apresenta elementos de caracterização e qualificação da mediação; b) aborda as reflexões sobre as possibilidades no uso da mediação; e c) traz apontamentos nas considerações finais. A aproximação ao tema demonstra a importância da mediação para a transformação das relações sociais, contribuindo potencialmente para avançar e, talvez, até superar uma lógica culturalmente instituída da judicialização de situações conflituosas que possam ser resolvidas e ressignificadas no âmbito das relações interpessoais, sejam elas familiares, comunitárias, profissionais e/ou institucionais.

Palavras-chave: Mediação; Conflitos; Intervenção; Direitos Humanos.

Abstract: Social relations are permeated by conflicts of a different nature, which can trigger processes of intolerance, violence, and attacks on fundamental human rights - such as human rights. In a scenario as complex as human relations and the violations resulting from sociability, it is important to establish new ways to resolve emerging conflicts. Following this reasoning, we observe in this study mediation as a mechanism capable of contributing to changes. This is a qualitative, exploratory study of a bibliographic nature. To comply with the proposal, this article is organized as follows: a) it presents elements of characterization and qualification of mediation; b) addresses reflections on the possibilities in the use of mediation; and c) notes on final considerations. The approach to the theme demonstrates the importance of mediation for the transformation of social relations, potentially contributing to progress, and perhaps even overcoming a culturally established logic of the judicialization of conflicting situations that can

¹ Doutora em Serviço Social. Professora do curso de Serviço Social, pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina. Membro do GT Seguridad Social y Sistema de Pensiones CLACSO. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br

² Advogada, aluna da Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Fone: (55) 9 9967-5896. E-mail: nathaliaminosso@hotmail.com

be resolved and reframed within the scope of interpersonal relationships, whether they are family, community, professional and/or institutional.

Keywords: Mediation; Conflicts; Intervention; Human Rights.

INTRODUÇÃO

Em decorrência das transformações societárias e suas múltiplas formas de representação, direitos básicos fundamentais como liberdade (de pensamento, expressão, consciência, religião etc.), asilo, proteção, direito à vida, em ter outros, são violados diariamente no mundo todo sob os mais diversos pretextos. A ação humana capaz de acolher é a mesma ação capaz de manipular, e estabelecer relações violadoras o que demanda da sociedade a criação de novos mecanismos de defesa e fortalecimento dos já existentes. Tais relações sociais, excludentes, segregadoras, violadoras de direitos têm demandado historicamente a interferência da justiça para resolução de situações conflituosas, seja no âmbito individual ou coletivo. Logo, as transformações humanas, assim como as técnicas de soluções de conflitos perpassam diferentes períodos históricos, apresentando um conjunto de ações capazes de intervir na realidade social contribuindo para uma sociabilidade que respeite aos direitos humanos. No rol de ações construídas para a pacificação social – intimamente ligadas a preservação dos direitos humanos, destaca-se neste estudo o debate sobre a mediação, enquanto instrumento de acesso à justiça, avançando para uma prática de acolhida, e resolução de conflitos, com possibilidade de resultados que superam o estabelecimento de uma pena, ou sentença.

Ao se debruçar em estudos sobre a mediação, é possível identificar uma ampla produção com relação à mediação de conflitos enquanto ferramenta de intervenção sobre a violação dos direitos humanos. A produção acadêmica, difundida especialmente em cursos de formação e artigos científicos (em nível de Brasil), aponta para um amadurecimento que relaciona as temáticas dos direitos humanos e a mediação de conflitos. Com a pretensão de contribuir para o debate da mediação, este artigo apresenta a mediação como uma alternativa de acesso à Justiça para o tratamento dos conflitos, conceituando-a e analisando sua aplicabilidade e eficácia diante da atual conjuntura social que, com a consagração de novos direitos (individuais homogêneos, coletivos e difusos), refletiu em um aumento expressivo de litígios cada vez mais complexos, evidenciando ainda mais a ineficiência e incapacidades do Poder Judiciário, que, diante da sua morosidade processual, sua onerosidade excessiva, bem como por estar atrelado a questões estritamente formais, acaba por não atender as expectativas dos litigantes, protelando o acesso à Justiça efetiva.

Contudo, grande parte da sociedade ainda se baseia no pressuposto de que a justiça só é alcançada através de uma sentença judicial, de que o processo é o único meio para resolver um conflito. Ocorre que a sentença judicial muitas vezes não põe fim ao conflito interno subjetivo que permeia as relações sociais, podendo este ressurgir sob novas formas e novamente bater à porta do Judiciário. Para avançar na compreensão sobre o acesso à justiça e aos direitos somente pelo viés processual, alinhada à perspectiva do modelo estatal vigente – Estado Democrático de Direito, espera-se que o acesso à justiça seja compreendido a partir de um “[...] ordenamento jurídico justo, com a efetivação de garantias e direitos – especialmente os Direitos Humanos – para todos, que também possibilite a participação popular na gestão de seus conflitos” (ORSINI; SILVA, s.a., p. 02).

Logo, faz-se necessário oferecer um tratamento adequado e tempestivo a questões individuais e coletivas envolvendo direitos, que se tornam a cada dia mais complexas. Nesse viés, através da mediação é possível que haja uma compreensão de que os conflitos são inerentes às relações humanas, podendo, no entanto, ser resolvidos de forma pacífica e colaborativa, através da facilitação da reflexão e do diálogo pelo mediador, terceiro imparcial neutro, em uma dinâmica que visa o protagonismo das partes. Destaca-se que o fortalecimento da cultura do diálogo, por sua vez, permite o exercício da cidadania, consolidando a democracia, contribuindo para uma cultura de paz e para a concretização e defesa dos Direitos Humanos.

O presente artigo foi dividido em três partes, sendo a primeira reservada para analisar a evolução histórica do Instituto da mediação e a sua institucionalização no Brasil. Além disso, destacaram-se as diversas técnicas de acesso à Justiça, contextualizando a mediação de conflitos, apresentando a figura do mediador e sua importância, expondo ainda os princípios fundamentais dessa técnica.

Em seguida, no segundo capítulo, a mediação é analisada de forma mais detalhada, considerando as possibilidades de sua aplicação, bem como destacando a importância da interdisciplinaridade para o sucesso deste procedimento. Por fim, foram tecidas breves considerações sobre o poder de transformação dos conflitos através da mediação. A pesquisa foi realizada através da metodologia dedutiva, sendo utilizadas referências bibliográficas que dissertam sobre o tema, artigos científicos, documentos legislativos e a consulta à própria legislação brasileira, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo de Moraes (1999).

O estudo do instituto da mediação revela-se de suma importância, tendo em vista os numerosos processos que tramitam nas varas judiciais, esperando uma solução do Estado Juiz, que poderiam se valer da mediação para solucioná-los de forma pacífica e construtiva, sem

ganhadores e perdedores, estabelecendo uma relação de ganha-ganha através da facilitação do diálogo pelo mediador, para que, juntas, as partes possam chegar a um denominador comum, que seja aceitável para todos, transformando assim o conflito e contribuindo para a construção de uma cultura de paz, garantindo às partes mediadas os seus direitos e garantias fundamentais previstos na Carta Maior.

MEDIAÇÃO: APROXIMAÇÃO AO TEMA

É no âmbito de uma sociedade marcada pela violação dos direitos humanos que novas estratégias de intervenção legal vem sendo estabelecidas, comparecem neste cenário como medidas capazes de contribuir para uma nova ordem legal, sob a perspectiva de pacificação a justiça restaurativa, a mediação e a conciliação. Tais instrumentos são distintos entre si, contudo oferecem a possibilidade de avançar em relação as respostas tradicionais da justiça brasileira, estabelecendo um grau de resolutividade social, sentimento de empoderamento e de justiça as pessoas que foram vitimadas, restaurando laços e valores que superam o âmbito individual – laços e valores sociais. Logo, são instrumentos capazes de oferecer uma importante reflexão e mudanças em comportamentos frente a conduta de violação dos direitos humanos.

O cenário da justiça atual, caracterizado por seu sobrecarregamento e sua onerosidade excessiva, que a impedem de proporcionar uma efetiva prestação jurisdicional, somado com a atual conjuntura social e a complexidade das relações, trouxe a necessidade de rever muitos paradigmas, sobretudo no que diz respeito às formas de acesso à justiça, ampliando as técnicas de tratamento dos conflitos. Destaca-se que o acesso à justiça é considerado como um dos direitos humanos mais básicos; no entanto, o mesmo só será efetivo se houver uma justiça adequada, efetiva e, sobretudo, tempestiva, uma vez que uma justiça tardia não é justiça. Contudo, a jurisdição brasileira vem enfrentando diversas crises, que não permitem um tratamento adequado dos conflitos, não alcançando as expectativas dos cidadãos, correndo seus direitos.

Nesse contexto, tendo em vista a “incapacidade” do Poder Judiciário em solucionar os litígios de forma célere e efetiva, fez-se mister criar meios alternativos para o tratamento dos conflitos, que viabilizassem não tão somente o acesso à justiça, mas um acesso sobretudo “justo”, que objetiva a pacificação social. Dentre as formas alternativas que emergiram para tratamento dos conflitos, podemos destacar a arbitragem, a negociação, a conciliação e a mediação. Contudo, o presente artigo irá tratar somente da mediação, visto que seu objetivo é

demonstrar como a mesma pode ser efetiva para o tratamento e transformação do conflito, garantindo uma justiça mais humana e justa.

Assim, destaca-se que a mediação como alternativa para a resolução de conflitos é bastante antiga, sendo encontrada em diversas culturas ao redor do mundo. Segundo Cachapuz (2011), sua existência remonta à Antiguidade, por volta de 3000 a.C., na Grécia. Além disso, é possível encontrar algumas passagens que mencionam a figura do mediador na Bíblia, tendo como seu precursor Jesus Cristo.

Embora não haja um marco exato sobre o surgimento da técnica da mediação, a mesma foi bastante difundida e utilizada por diversos países ao longo da História para a resolução dos conflitos. Contudo, somente a partir do século XX é que a mediação passou a se estruturar, e desde então foi amplamente institucionalizada por diversos países. No Brasil, segundo Cachapuz (2011), há notícias da técnica da Mediação desde o século XIX; no entanto, a partir de 1980 a mesma passou a ser inserida na seara comercial, empresarial e trabalhista. Com esse novo caminhar para a resolução dos conflitos, a nossa Carta Maior promulgada em 1988 não se furtou do dever de criar mecanismos para tanto, ao prever em seu preâmbulo a solução pacífica dos conflitos, e indo mais além, prevendo em seu art. 226, §8º a criação de mecanismos por parte do Estado para coibir a violência das relações familiares.

Diante disso, sobretudo em razão de que as estruturas normativas passaram a ser revistas sob a luz da Constituição, foram realizadas diversas atualizações nas leis esparsas, bem como novos regramentos foram criados. Nesse sentido, o Código de Processo Civil de 2015 valorizou a adoção dos meios consensuais para resolução de conflitos, mencionando a mediação em diversos dispositivos. Além disso, a contribuição mais significativa para esse instituto deu-se com a elaboração da Lei da Mediação nº 13.140, publicada em 26 de junho de 2015, que veio corroborar essa nova era do Direito, alterando diversos dispositivos já previstos anteriormente no ordenamento jurídico, uma vez que a referida Lei é posterior e especial.

A Mediação, por seu turno, como meio alternativo de resolução de conflitos, não visa competir com o Poder Judiciário, ou ocupar seu espaço: pelo contrário, de forma diversa o que se propõe através dessa técnica é alcançar resultados positivos que reflitam no próprio Poder Judiciário, aperfeiçoando os instrumentos de acesso à Justiça, prevenindo a judicialização de conflitos e facilitando a resolução célere e justa dos mesmos, uma vez que os juízes teriam uma menor carga de processos, podendo dedicar-se à análise e decisão dos conflitos complexos que efetivamente necessitam do crivo judiciário, ou daqueles que não são compatíveis com outro modo.

Nesse sentido, não se pretende considerar a jurisdição como um monopólio estatal, mas sim, uma alternativa tempestiva e justa para resolução de conflitos, que caminha juntamente com outras técnicas de resolução, dadas as vantagens que apresenta. Impor decisões e mediar são processos distantes entre si: ao passo que o juiz não pode e não deve mediar, e o mediador não pode e não deve decidir.

Entretanto, apesar de todo esse avanço na legislação brasileira, ainda esbarramos em uma sociedade que vive em uma cultura arraigada no litígio, confiando apenas no Poder Judiciário para resolver suas demandas. Ocorre que a via judiciária muitas vezes acaba agravando o conflito, pois se encontra cada vez mais abarrotada e superlotada de processos, e a decisão muitas vezes acaba por acirrar os ânimos das partes, que tendem a formar novos conflitos (CACHAPUZ, 2011).

Destarte, os conflitos são intrínsecos às relações humanas. Muito embora sejam vistos como algo negativo, os conflitos caminham junto com a sociedade, desde os primórdios da civilização, devendo, contudo, ser vistos como algo positivo, frente ao seu poder de transformação:

Em resumo, o conflito é inevitável e salutar (especialmente se queremos chamar a sociedade na qual se insere de democrática), o importante é encontrar meios autônomos de manejá-lo fugindo da ideia de que seja um fenômeno patológico e encarando-o como um fato, um evento fisiológico importante, positivo ou negativo conforme os valores inseridos no contexto social analisado. Uma sociedade sem conflitos é estática (MORAIS, SPENGLER, 2012, p. 47).

Como destacado, é possível encarar os conflitos de forma positiva, conforme pontua Cachapuz (2011, p.108): “os contrastes existentes entre os seres nem sempre são destrutivos; o que é considerado negativo é a falta de habilidade de lidar com as discórdias”. É necessário encarar os conflitos, construindo novas possibilidades de resolvê-los, de forma a garantir o próprio crescimento social:

[...] o importante não é saber evitar ou suprimir o conflito, porque este costuma ter consequências danosas, paralisadoras; o propósito é encontrar a forma de criar as condições que estimulem uma confrontação construtiva e vivificante do conflito. É possível fazer uma diferenciação útil entre controvérsia enérgica e disputa nociva (WARAT, p. 14 *apud* CACHAPUZ, 2011, p. 109).

Nesse passo, destaca-se que as mudanças sociais refletiram na forma de se relacionar dos indivíduos, nas dissoluções de seus conflitos, nos mais diversos contextos sociais, o que foi

determinante para que a cultura do diálogo emergisse, trazendo novas formas de tratamento de conflitos, pautadas em uma comunicação saudável e efetiva.

Como dito anteriormente, além da mediação, que é o tema do presente artigo, há outros mecanismos alternativos para o tratamento dos conflitos de forma pacífica, são eles: a arbitragem, a conciliação e a negociação. A conciliação, judicial ou extrajudicial, de natureza processual, equivale à transação no direito material, onde um terceiro busca uma solução para resolver o litígio. A conciliação judicial é obrigatória, gerando cerceamento de defesa caso não seja utilizada, ao passo que a conciliação extrajudicial pode ser realizada a qualquer momento, dependendo da vontade das partes. Por sua vez, o conciliador deve buscar todas as soluções jurídicas para o caso concreto, demonstrando suas consequências, para que as partes possam tomar uma solução de imediato, uma vez que sua função é resolver o conflito através do acordo de vontades (CACHAPUZ, 2011).

De outra banda, a negociação é um processo que ocorre de forma voluntária, onde as partes buscam soluções para seus negócios, podendo haver a figura de um terceiro, ou ocorrer somente entre as partes. Na maioria dos casos é informal, não sendo necessária a presença de um conflito, podendo ocorrer a partir de uma situação imprevista ou algum esclarecimento (CACHAPUZ, 2011).

A arbitragem, amparada na Lei 9.307/96, é instituída por meio de cláusula arbitral e busca, através de um terceiro neutro (árbitro), escolhido pelas partes, a resolução do conflito. Destaca-se que prevalece a autonomia da vontade das partes, bem como se observa a presença de alguns princípios básicos. Além disso, a sentença proferida pelo árbitro gera título executivo judicial e tem força de coisa julgada (CARMONA, 2009).

A mediação, por seu turno, apresenta-se como uma nova forma de tratamento de conflito, onde um terceiro imparcial facilita a comunicação entre as partes, conduzindo-as a chegarem a um acordo comum:

A mediação surge como espaço democrático, uma vez que trabalha com a figura do mediador que, ao invés de se posicionar em local superior às partes, se encontra no meio delas, partilhando de um espaço comum e participativo, voltado para a construção do consenso num pertencer comum. Isso se dá porque a mediação não é uma ciência, mas uma arte na qual o mediador não pode se preocupar em intervir no conflito, oferecendo às partes liberdade para tratá-lo (MORAIS, SPENGLER, 2012, p. 147).

No processo de mediação, o mediador visa facilitar a reflexão das partes, despertando nelas novas visões da situação, sinalizando um repensar de atitudes, a fim de proporcionar

segurança e o resgate de suas autonomias, tornando mais fácil apontar as causas geradoras dos conflitos e definir parâmetros, trazendo sua proposta para que as partes cheguem a uma decisão capaz de perdurar no tempo, onde ambas as partes se sintam vencedoras. Como bem elucida Warat (2001, p. 87):

O mediador tem como função tentar recolocar o conflito no terreno das pulsões de vida. Ele tem que retirar o conflito do espaço negro das pulsões destrutivas (um território ao qual não escapa o Direito, suas normas e procedimentos de coerção e vingança). Ele tem que tentar “efetivar” o conflito, inscrevendo o amor, entre as pulsões destrutivas e no conflito [...].

Com efeito, a tarefa do mediador não se restringe somente em conduzir as partes a encontrar uma solução consensual para ambas, mas também orientar o seu tratamento, não permitindo decisões injustas e desfavoráveis:

Para que seja exitoso o procedimento de mediação, é necessário que exista equilíbrio das relações entre as partes: não obterá êxito a mediação na qual as partes estiverem em desequilíbrio de atuação. É fundamental que a todos seja conferida a oportunidade de se manifestar e garantida a compreensão das ações que estão sendo desenvolvidas. A prioridade do processo de mediação é a restauração da harmonia. Buscar-se-á harmonia através do favorecimento das trocas entre as partes, utilizando-se de um método conciliatório (MORAIS *apud* SPENGLER; SPENGLER NETO, 2012, p. 33).

Por oportuno, cumpre mencionar que a mediação é movida por princípios fundamentais que a norteiam, sendo diretrizes essenciais para o desenvolvimento do instituto, quais sejam: princípio da imparcialidade, da autonomia da vontade, da oralidade, da confidencialidade, da isonomia, da informalidade, da flexibilidade, dentre outros.

O princípio da imparcialidade evidencia que o comportamento do mediador deve ser imparcial, ou seja, não se pode deixar envolver por valores pessoais que possam vir a desviar o foco da sua real intenção, não favorecendo nenhum lado do conflito. Conforme aduz Vilas-Boas (2016), o mediador é imparcial, pois não está ao lado de nenhuma das partes, posto que não tem interesse nas questões que estão envolvidas nos conflitos, não podendo existir nenhum conflito capaz de alterar sua imparcialidade.

O princípio da autonomia da vontade traduz a liberdade da vontade das partes de procurar o instituto da mediação, dessa forma a autonomia deve persistir do início até o final. Ademais, este princípio demonstra que a decisão parte das pessoas que estão em conflito. O princípio da oralidade, por sua vez, promove a comunicação entre os mediados, ou seja, através do diálogo é possível dirimir os conflitos de forma célere e menos desgastante. O princípio da

confidencialidade possibilita que os mediados tenham segurança em saber que tudo a ser resolvido na mediação não poderá ser divulgado (CACHAPUZ, 2011).

Ademais, o princípio da isonomia trata da igualdade entre as partes conflitantes, ou seja, ambas terão as mesmas oportunidades no procedimento, não sendo permitido qualquer tratamento desigual. O princípio da informalidade revela a simplicidade técnica que a mediação oferece, pois não possui uma estrutura formal, de modo que as partes possuem liberdade e poder de decisão:

[...] não tendo que se ater a formalidades que engessam a sua atuação, o mediador pode se apartar da linguagem formal utilizada pelos profissionais do Direito e aproximar o gerenciamento dos conflitos das pessoas interessadas. Com efeito, a linguagem informal, sem a necessidade de utilização de termos técnico-jurídicos rebuscados, facilita a participação do interessado no processo, o que culmina na sua influência nas etapas do processo mediacional. Assim, a informalidade transforma cada sessão de mediação em um ato único, permitindo a humanização da resolução de disputas (ALMEIDA; PANTOJA; PELAJO, 2015, p. 114).

Vislumbra-se que, muito embora a mediação não possua uma formalidade rígida a ser seguida, os atos a serem seguidos devem ser precisos, proporcionando um ambiente seguro, ainda que simples, para que os indivíduos tomem suas decisões. O princípio da flexibilidade não permite radicalismos. Importante mencionar que flexível não significa passível de ser direcionado pela parte mais forte, e sim, ter a consciência de não manter posicionamentos radicais; no entanto, sem se distanciar da firmeza de um líder que não se deixa influenciar por narrativas construídas, no intuito de persuadir a uma decisão já elaborada (CACHAPUZ, 2011).

Neste deslinde, compreende-se a importância dos princípios como forma de garantir uma atuação exitosa do mediador, garantindo de forma segura o tratamento dos conflitos e a satisfação a todos que dela se utilizam. De posse da compreensão sobre o processo, observaremos a seguir as possibilidades da técnica da mediação para auxiliar em distintos conflitos.

A MEDIAÇÃO E SUAS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO

Faz-se mister afirmar que a mediação propõe aos conflitos um tratamento diferenciado, sobretudo porque leva os indivíduos a encontrarem suas próprias soluções, trabalhando o motivo do desentendimento, onde o mediador almeja a facilitação do diálogo entre as partes através de uma comunicação adequada, a fim de que possam construir uma solução consensual e satisfatória em conjunto com a outra parte, sem interferência do mediador, tornando-a uma

alternativa positiva, pois as duas partes saem ganhando – o que não acontece no Judiciário, onde os conflitos são conduzidos por seus procuradores de forma técnica e objetiva. Nesse contexto, a mediação apresenta-se como:

Uma forma consensuada de tratamento do litígio, uma vez que o terceiro mediador tem um “poder de decisão limitado ou não autoritário, e que ajuda as partes envolvidas a chegarem voluntariamente a um acordo, mutuamente aceitáveis com relação às questões em disputa”. Por isso não se pode perder de vista a importância dessa prática em uma sociedade cada vez mais complexa, plural e multifacetada, produtora de demandas que a cada dia superam qualitativamente e quantitativamente (SPENGLER; SPENGLER NETO, 2012, p. 32).

Destaca-se que o sucesso da mediação não decorre unicamente do acordo realizado, mas também da forma com que age no emocional das pessoas, permitindo o desenvolvimento da maturidade para buscar algo que é justo, sem pensar em vinganças, ódios e ressentimentos (CACHAPUZ, 2011).

[...] A mediação não se preocupa com o litígio, ou seja, com a verdade formal contida nos autos. Tampouco, tem como única finalidade a obtenção de um acordo. Mas, visa, principalmente, ajudar as partes a redimensionar o conflito, aqui entendido como o conjunto de condições psicológicas, culturais e sociais que determinaram um choque de atitudes e interesses no relacionamento das pessoas envolvidas. O mediador exerce a função de ajudar as partes a reconstruírem simbolicamente a relação conflituosa (WARAT, 2001, p. 80).

A mediação, como dito anteriormente, não visa necessariamente substituir a via judiciária, e sim, facilitar o procedimento utilizado pelo Poder Estatal de maneira efetiva, uma vez que é norteadada pelos princípios da nossa Carta Magna, possibilitando o tratamento dos conflitos de forma definitiva, uma vez que diminui a utilização de critérios objetivos para dar vazão aos sentimentos incontidos, tornando-os menos dolorosos, ofertando a construção de uma decisão conjunta e responsável, com a possibilidade de crescimento das partes. Corroborando o exposto,

Nessa medida, a vantagem da mediação sobre outros métodos é permitir a continuidade da relação entre as partes em uma perspectiva de futuro. Afinal, propõe que se finalize aquela situação controvertida sem comprometer fatalmente a relação interpessoal em sua integralidade (TARTUCE, 2008, p. 209).

A conscientização do problema, bem como a nova maneira de enxergá-lo, possibilita a construção de resultados almejados, ao passo que afasta concepções distorcidas, possibilitando

uma escolha mais adequada de comportamento, que proporcione um futuro promissor, com novas esperanças e expectativas de vida (CACHAPUZ, 2011).

Assim, as partes assumem uma postura responsável ativa e direta, deixando de atribuir a terceiros a responsabilidade de resolver sua vida, transformando a sua própria realidade. Nas palavras de Cezar-Ferreira (2011) sobre a mediação:

Genericamente, já se pode dizer que há uma certa concordância em que essa prática admite a existência de diferenças, respeita as individualidades e ajuda as pessoas em conflito, ou outras entidades sociais, a encontrarem soluções para seus problemas, sem que se revolva o passado. Ela põe o foco no presente com vistas a um melhor relacionamento futuro. O acordo será uma decorrência do processo mediativo, o qual deverá ter produzido mudanças efetivas na qualidade da relação, de forma a evitar que o conflito seja reeditado (CEZAR-FERREIRA, 2011, p. 149).

Nesse contexto, a mediação, como nova forma de tratamento de conflitos, busca redimensioná-los, para que seja possível realizar o seu tratamento a fim de transformá-lo, através de uma (re)aproximação das partes, sinalizando para um novo contexto, permitindo uma maior compreensão e entendimento, tanto no sentido emocional, quanto na forma de convivência. Como bem elucida Warat (2001):

Estamos falando de uma possibilidade de transformar o conflito e de nos transformarmos no conflito, tudo graças à possibilidade assistida de poder nos olhar a partir do olhar do outro, e colocarmo-nos no lugar do outro para entendê-lo a nós mesmos. Isso é o duplo olhar do outro; o olhar duplamente direcionado ao outro. É um olhar para o outro, que permita chegar à nossa reserva selvagem (com esse conceito aponto todos os componentes amorosos ou afetivos que ignoramos em nós mesmos) e a reserva selvagem do outro (o que o outro emocionalmente ignora de si mesmo). Enfim, é a alteridade, a outridade como possibilidade de transformação do conflito, produzindo no mesmo a diferença com o outro. A outridade afeta os sentimentos, os desejos, o lado inconsciente do conflito, sem que exista a preocupação de fazer justiça ou de ajustar o acordo às disposições do direito positivo. (WARAT, 2001, p. 83).

A mediação enquanto técnica/ferramenta para tratamento de conflitos oportuniza aos envolvidos estabelecer um diálogo e solucionar suas questões através de processos cooperativos e construtivos, podendo ser utilizada em situações diversas, como:

- Conflitos no contexto familiar – separação, divórcio, partilhas de bens, alimentos, cuidados com membro da família (filhos ou familiar idoso), empresas familiares, conflitos sucessórios, etc.
- Conflitos no contexto comunitário – entre vizinhança, conflitos entre comunidade e governo local, etc.

- Conflitos no contexto escolar – diversas situações conflituosas no ambiente escolar, seja entre estudantes ou trabalhadores.
- Conflitos no contexto laboral – conflitos entre trabalhadores, discriminações (de raça, gênero, orientação sexual), assédio, acordos coletivos, etc.
- Conflitos no contexto organizacional – problemas entre sociedades, departamentos, ou mesmo entre empresas, etc.

A literatura aponta ainda a possibilidade do uso da mediação em conflitos no contexto público – questões ambientais, intersetoriais, entre municípios, governos, etc.; no contexto penal – prevenção de situações de violência, rebeliões; e ainda, nas relações entre consumidores e fornecedores, contratos em geral, danos pessoais, etc. Contudo, é imperioso observar que tais situações apontam para relações institucionais que não demandam obrigatoriamente uma continuidade na relação, diferente do contexto comunitário e familiar. Quando observamos as demandas elencadas, podemos aferir que a violação dos direitos humanos se expressa de formas diversas no conjunto das relações sociais – na família, na comunidade, na sociedade -, e a mediação é, portanto, uma possibilidade instrumental para a proteção dos direitos humanos em distintas escalas.

O levantamento realizado aponta para as possibilidades de intervenção sob o uso da mediação. É possível ser sintetizado que tal ferramenta, ou estratégia de intervenção, tem sua ênfase na possibilidade de alteração das relações conflituosas onde há algum tipo de vínculo. Logo, as possibilidades de utilização da mediação podem estabelecer novas condutas nas relações interpessoais, sendo elas familiares, comunitárias, profissionais e/ou institucionais, tendo, assim, um potencial para a transformação de uma cultura instituída de judicialização dos conflitos.

Sendo assim, de acordo com Cachapuz (2011) tem-se que a Mediação é uma técnica ampla e extensa, que pode ser utilizada em diversas áreas, desde que a matéria admita a reconciliação, acordo ou transação, e principalmente nos casos em que há o interesse em que relações entre as partes envolvidas sejam preservadas, de modo a possibilitar o alcance de resultados positivos e da pacificação, colocando fim ao conflito no sentido mais completo, ou seja, em suas raízes emocionais.

Nesse sentido, tendo em vista que as emoções fazem parte dos conflitos, tem-se que, para auxiliar os indivíduos através da facilitação do diálogo, é imprescindível o suporte interdisciplinar, com capacitação adequada e criteriosa para os mediadores, uma vez que os

mesmos lidarão com os mais variados conflitos, permeados por aspectos que envolvem questões emocionais, legais, culturais, entre outros.

Ressalta-se de antemão que, muito embora o mediador seja um terceiro neutro na mediação, este atua como um catalisador, auxiliando e facilitando o diálogo entre as partes para que as mesmas consigam expor seus sentimentos, buscando contribuir para uma nova visão ou até mesmo para a ampliação da consciência do conflito e os motivos geradores do mesmo. Esta é a razão pela qual é necessário que haja a construção de uma relação de confiança, segurança, de sensibilidade, entre o mediador e os mediados, posto que é a partir desta construção que o mediador ampara sua atuação, conduzindo o processo.

Além disso, segundo Cachapuz (2011), o mediador deve estar preparado emocionalmente, bem como desenvolver as habilidades de escutar, conhecer e reconhecer, captando tudo o que foi falado no discurso, para que seja capaz de promover um novo elo entre as partes, respeitando, sobretudo, os seus interesses. Ao mesmo tempo, faz-se imprescindível a capacidade de percepção, pois é neste ponto que é possível detectar o que desencadeou a controvérsia, buscando promover o estabelecimento ou o restabelecimento do diálogo, promovendo um melhor gerenciamento dos recursos, para que as partes possam chegar a um acordo que as beneficie, superando assim o conflito.

Nesse sentido, ao passo que a mediação apresenta-se como um novo paradigma, a interdisciplinaridade apresenta-se como peça-chave para o sucesso desse processo, tendo em vista a necessidade de se abordar os conflitos em suas diversas faces e expressões. No entendimento de Dias (2010), é fundamental realizar uma abordagem pacífica para a resolução dos conflitos, que seja apropriada às demandas sociais.

Através da mediação interdisciplinar é possível que as expressões das questões que envolvem aspectos sociais, culturais, econômicos e psíquicos que permeiam os conflitos sejam compreendidas em sua dimensão subjetiva, desvelando a realidade que se apresenta sob diversas formas. De acordo com Cachapuz:

O mediador precisa ter uma formação que o capacite a intermediar os disputantes tendo em vista que ele não é um terapeuta que vai trabalhar com as emoções por tempo indeterminado, nem Juiz para que possa fazer um julgamento, muito menos um advogado que defende uma das partes, ele é, portanto, um profissional com o dever de utilizar seu melhor juízo e habilidade para encaminhar as partes a uma nova perspectiva de vida em harmonia (CACHAPUZ, 2011, p. 66).

Com efeito, os conhecimentos jurídicos não são suficientes para tratar conflitos complexos, com elevado grau de emoções, pois uma sentença não é capaz de apaziguar as partes, porquanto sempre evidencia um ganhador e um perdedor. Assim, o conflito interno - o subjetivo, coberto por sentimentos de mágoas, receios, temores - ainda permanece, podendo ressurgir sob outras formas.

Nesse trilhar, corroborando este entendimento, é imperioso destacar que o Código de Processo Civil previu que serão empreendidos todos os esforços para a solução consensual dos conflitos familiares, devendo o magistrado contar com o apoio de profissionais de outras áreas do conhecimento para realizar a mediação.

São inegáveis as vantagens de haver profissionais de diversas áreas envolvidos no processo da mediação, posto que o olhar de apenas um profissional acaba por engessar o conflito a um caráter simplista, diante da complexidade das relações e dos conflitos. Ou seja, a aplicação da letra fria da lei não resolve o conflito. Nesse passo, a presença de outros profissionais (psicólogos, psicanalistas ou assistentes sociais) garante um olhar mais humanizado, ampliando os horizontes do problema em si.

A ampliação dessa compreensão, de acordo com Groeninga (2011), dar-se-á através de uma escuta qualificada das demandas de forma mais abrangente e humana, e através da reflexão, ao invés de tão somente enquadrá-las em aspectos práticos, permitindo assim uma abordagem mais complexa por meio da interdisciplina. De acordo com a autora:

A formação em Mediação Interdisciplinar propõe o reconhecimento dos vários níveis, formas e limites em abordar o conflito e com isto uma maior abrangência, menos reducionismo, diminuindo a possibilidade de sua cronificação e, o que é a contribuição mais importante da Mediação - o reconhecimento das possibilidades transformadoras do conflito (GROENINGA, 2011, p. 67).

Assim, temos que a soma dos olhares das diversas áreas tem muito a contribuir para compreender o conflito em suas diversas nuances, para que o mesmo seja tratado de forma adequada e ampla, alcançando assim uma transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação, foco deste estudo, aparece junto a outros mecanismos mencionados (justiça restaurativa, conciliação) como de materialização do acesso à justiça como um direito humano. É concebido ainda, como instrumento potencial para a pacificação social, que potencializa o acesso à justiça em tempo distinto do que seria a condução pelas vias tradicionais, ainda mais

se observada a realidade da justiça brasileira – o Poder Judiciário não possui mecanismos de decidir de maneira correta e justa, uma vez que se encontra superlotado de processos, fazendo com que os conflitos perdurem no tempo, sobretudo porque a síndrome do perde-ganha coloca as partes em confronto pelo poder. Além disso, uma sentença prolatada por um terceiro não conhecedor dos sentimentos subjetivos que permeiam os conflitos, que está estritamente atrelado a questões objetivas, apenas resolve o problema momentaneamente, pois o conflito real, subjetivo e interno ainda persiste, podendo ressurgir no futuro sob outros aspectos.

Nesse trilhar, o Estado passou a buscar soluções para desafogar o Poder Judiciário, fomentando o uso de diversas técnicas para a resolução de conflitos, publicando novas legislações e resoluções que regulam e privilegiam tais meios, dentre elas pode-se destacar a Lei da Mediação, nº 13.140. Diante disso, a mediação surge como um novo meio de tratamento interdisciplinar de conflitos, mais humanizado e democrático, que, através de um terceiro imparcial, devolve o conflito às partes, responsabilizando-as para que o desmanchem e o transformem, conduzindo-as a buscar uma melhor solução para ambas, contudo, sem lhes impor nada, compreendendo o conflito de uma forma mais ampla, através do diálogo, caracterizando-se assim como uma importante ferramenta da emancipação social.

Vale ressaltar que a mediação não visa substituir o Poder Judiciário, mas tão somente aliar-se a este para a construção de um Direito mais justo, mais humano, que corresponda aos anseios sociais de forma democrática. Destaca-se que o instituto da mediação é regido por diversos princípios, de forma a garantir a dignidade da pessoa humana: dentre eles pode-se ressaltar o da imparcialidade do mediador, que, ao realizar o procedimento da mediação, não pode se deixar envolver por questões pessoais, que possam desviar a real intenção do instituto - o princípio da autonomia da vontade, que por sua vez é a própria liberdade das partes de procurar a mediação para tratamento dos seus conflitos, não sendo permitida sua imposição - bem como deve demonstrar que a decisão dos conflitos parte dos mediados. O princípio da confidencialidade permite que os mediados sintam-se seguros, sabendo que tudo o que acontecer na mediação não será divulgado. Do mesmo modo, o princípio da isonomia garante igualdade entre os mediados, não permitindo tratamento desigual.

Cumprе mencionar ainda que a aplicação da Mediação é recomendada para os conflitos de pessoas que possuam uma relação anterior, tendo como finalidade o restabelecimento ou preservação dessa relação, através do estabelecimento de uma comunicação adequada, prevenindo assim novos conflitos. Assim, tem-se que a mediação pode ser eficaz no tratamento dos conflitos familiares, escolares, de vizinhança, pois estes conflitos exigirão das partes a

continuidade de sua relação; logo, não dependerão da morosidade do Judiciário para “solucionar” o impasse. Outrossim, a sentença judicial que é proferida nos processos é autoritária e impositiva, não levando em consideração a realidade e a relação dos envolvidos, evidenciando sempre um perdedor e um ganhador.

Logo, através da mediação é possível tratar o conflito de forma efetiva, oportunizando às partes um ambiente para dialogar e expor seus sentimentos e, juntas, construir uma solução satisfatória para ambas, possibilitando o (re)estabelecimento de um relacionamento. Nesse sentido, imperioso mencionar ainda que é fundamental para o sucesso da mediação uma intervenção interdisciplinar, uma vez que é através da cooperação entre diversos saberes que se torna possível garantir um olhar integrado do conflito, conhecendo e avaliando a realidade para atuar nos diferentes níveis de complexidade característicos das relações interpessoais, a fim de que os conflitos possam ser tratados de forma ampla, adequada e justa.

Em vista disso, a mediação apresenta-se não apenas como uma forma de tratamento de conflitos alternativa à jurisdição, mas sim, um caminho para a construção de uma cultura de pacificação social, baseada, sobretudo, na compreensão e no diálogo, para que as partes em conflito construam em conjunto uma solução satisfatória, através do restabelecimento da comunicação, respeitando a individualidade das partes conflitantes, contribuindo para que as mesmas mantenham um relacionamento de forma digna e respeitosa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A. R.; PANTOJA, F. M.; PELAJO, S (cor.). **A mediação no novo código de processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal.

_____. Presidência da República. **Código Civil Brasileiro**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 18 mai. 2020.

_____. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CACHAPUZ, Rosane da Rocha. **Mediação nos conflitos & Direito de família**. Curitiba: 1ª ed. (ano 2003), 4ª reimpr/ Curitiba: Juruá, 2011.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CEZAR-FERREIRA, Verônica A. da Motta. **Família, separação e mediação**: uma visão psicojurídica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

DIAS, Maria Fonseca. **Mediação, cidadania e emancipação social**: a experiência da implantação do centro de mediação e cidadania da UFOP e outros ensaios. Belo Horizonte: Forum, 2010.

GROENINGA, Giselle Câmara. A Contribuição Da Mediação Interdisciplinar – Um Novo Paradigma – Para a Conciliação. **Revista do TRT da 2ª Região**, São Paulo, n. 8/2011, p. 29-70.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem**: alternativas à jurisdição. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Nathane Fernandes da. **Mediação para a Democracia**: Cidadania, Participação e Empoderamento no Âmbito da Resolução de Conflitos. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3006a068501fbf78>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (coord.). **Mediação enquanto política pública**: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008.

VILAS-BOAS, Renata Malta. **Os princípios norteadores da mediação e o mediador**. 2016. Disponível em: <http://conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=1635_&ver>. Acesso em: 15 ago. 2020.

WARAT, Luis Alberto. **O ofício do mediador**. Florianópolis: Habitus, 2001.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E O NOVO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE CRÍTICA E SOCIAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NO BRASIL (2020)

SOCIAL PROTECTION MEASURES AND THE NEW CORONAVIRUS: A CRITICAL AND SOCIAL ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF EMERGENCY AID IN BRAZIL (2020)

Recebido em: 12/08/2020

Aceito em: 15/10/2020

Marina dos Santos Landa¹
Elenize Trindade Pereira²
Ana Carolina Vaz dos Santos³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a implementação da medida de proteção social conhecida como Auxílio Emergencial, nos meses de março, abril e maio de 2020 no Brasil. O cerne da discussão centra-se nas desigualdades estruturais de classe, raça e gênero, marcadores sociais historicamente determinantes nas condições de vida da população brasileira, acentuados na situação de crise sanitária. Para tanto, foram analisados os resultados de investigações de grandes institutos de pesquisa sobre os efeitos econômicos e sociais da pandemia do novo coronavírus, bem como informações de revistas e jornais de grande circulação nacional. A partir dos aspectos abordados, as análises do artigo sugerem que o atual momento exige medidas protetivas que apontem para superação da pandemia e os efeitos devastadores, que não recaiam somente em políticas estatais compensatórias, pois não rompem com o ciclo de desigualdades e pobreza.

Palavras-chave: Proteção Social; Auxílio Emergencial; COVID-19; Desigualdade Social.

Abstract: This article aims to analyze the implementation of the social protection measure known as Auxílio Emergencial in the months of March, April and May 2020 in Brazil. The core of the discussion focuses on structural inequalities of class, race and gender, social markers historically determinants in the living conditions of the Brazilian population, accentuated in the situation of health crisis. Therefore, the results of investigations by major research institutes on the economic and social effects of the new coronavirus pandemic were analyzed, as well as information from magazines and newspapers of major national circulation. From the aspects discussed, the analysis of the article suggests that the current moment demands protective measures that aim to overcome the pandemic and their devastating effects, which do not fall only on compensatory state policies, as they do not break the cycle of inequality and poverty.

Keywords: Social Protection; Auxílio Emergencial; COVID-19; Social Inequality.

¹ Professora substituta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja/RS. Mestre em Ciência Política (PPCPOL-UFPEL) e doutoranda em Ciência Política pela mesma instituição. E-mail: marislanda@gmail.com

² Mestre em História (PPGH-UFRN) e doutoranda em História da América (Universidad de Salamanca). E-mail: elenizetp@usal.es

³ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja/RS. Mestranda em Serviço Social (PPGSS/PUCRS). E-mail: anacarolina.vaz13@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro tem vivenciado, neste ano de 2020, uma crise sanitária sem precedentes, devido à pandemia⁴ causada pela disseminação do vírus *Sars-Cov-2*, o novo coronavírus⁵. Diante da rápida propagação do vírus em vários países, o cenário internacional foi de evidente caos sanitário devido à falta de estrutura hospitalar para tratar os milhares de doentes. O surto da doença afetou até mesmo os países mais desenvolvidos como Itália, Espanha e Inglaterra.

As consequências mais imediatas da propagação do novo coronavírus, no Brasil, foram o aumento do desemprego e da pobreza. Esse quadro tornou-se particularmente avassalador em um contexto econômico já marcado pelas profundas desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade brasileira. Além disso, o histórico problema da falta de saneamento básico e condições mínimas de enfrentamento à pandemia acentuaram, de forma progressiva, a incapacidade de proteção da parte mais vulnerável da população.

Com o propósito de atenuar os efeitos econômicos e sociais da parada obrigatória de boa parte do setor produtivo e garantir a subsistência de milhões de famílias mais pobres, o governo brasileiro implementou uma medida excepcional de proteção social, enquanto a crise prevalecer. Denominado como Auxílio Emergencial, o benefício consiste na transferência mensal de uma renda emergencial destinada às populações em situação de vulnerabilidade, entre os mais afetados neste cenário estão os trabalhadores informais e os desempregados.

Nesse sentido, a proposta do artigo é analisar o processo de implementação do benefício durante os meses de março, abril e maio, dando ênfase às desigualdades estruturais de classe, raça e gênero, às quais historicamente a população brasileira está submetida. Como plano de fundo da discussão, há uma conjuntura social de falta de amparo estatal em decorrência da ofensiva neoliberal preponderante na regulação das relações sociais e que se mostra decisiva neste momento histórico, conforme se pontuará ao longo desta análise.

⁴A Organização Mundial da Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

⁵ Os primeiros casos de pessoas infectadas foram registrados na cidade chinesa de Wuhan e foram divulgados oficialmente pelo governo chinês no final de dezembro de 2019. Para evitar casos de xenofobia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) optou por denominar a doença causada pelo novo coronavírus como Covid-19, derivado de *Corona Virus Disease* (Doença do Coronavírus).

Ao longo do texto, propõe-se um exercício analítico sobre a implementação dessa medida de proteção social com base em dados de institutos de pesquisa com relevância nacional, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o Instituto Locomotiva, entre outros. Dessa maneira, a metodologia utilizada na construção do artigo está calcada na utilização das técnicas de pesquisa quantitativas utilizadas pelos institutos mencionados.

Para o desenvolvimento do corpo teórico do artigo, organizou-se o conteúdo através de uma revisão da literatura sobre os temas proteção social e desigualdade social. Assim, propõem uma análise teórico-reflexiva desenvolvida com base em levantamento bibliográfico, o qual teve como recorte a produção científica da área das ciências sociais e das ciências humanas. Dado o fato de o tema ser muito recente, a pesquisa também incluiu, como fonte de informações, matérias de jornais e revistas, que contribuíram com o diálogo de elementos para o estudo da arte. O presente artigo está estruturado em quatro partes as quais compõem, primeiro, esta introdução, em seguida, o exame sobre a implementação do Auxílio Emergencial, na sequência, a análise sobre a desigualdade social no Brasil com base nos marcadores sociais de classe, raça e gênero e, para encerrar, as considerações finais.

PROTEÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL

Para a análise da implementação do Auxílio Emergencial, faz-se necessário contextualizar a conjuntura que culminou na situação de agravamento da propagação da Covid-19. Por se tratar de um novo tipo de coronavírus, não existem tratamentos nem medicamentos específicos, além disso, vacinas para imunizar a população ainda estão em estágio de testes. Nesse sentido, as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar o contágio da doença envolvem, principalmente, evitar aglomerações humanas, já que o vírus é facilmente transmitido através do contato com fluidos de uma pessoa infectada. Atentando-se às recomendações, o governo, por meio do Ministério da Saúde, tomou as providências legais através da lei nº13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Assim, o marco legal

estabelece, no Art. 2, como estratégia para barrar a disseminação do vírus, as medidas de isolamento social⁶ e de quarentena⁷ no enfrentamento da emergência de saúde pública.

Para regulamentar as atividades que poderiam funcionar, o governo federal lançou o Decreto Presidencial nº10.282, de 20 de março de 2020; nele, estabeleceu quais serviços públicos e as atividades seriam consideradas essenciais a partir da classificação em categorias. O Decreto estabelece que a lei aplica-se às pessoas jurídicas de direito público interno, federal, estadual, distrital e municipal, e aos entes privados e às pessoas naturais. São considerados serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, ou seja, se não atendido colocam em risco a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Com as medidas de quarentena e isolamento social, milhões de trabalhadores sofreram as consequências, ao lidar com a parada temporária das atividades laborais, e outros 11 milhões ficaram desempregados entre os meses de março e maio, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸. Esse quadro impeliu o Estado Brasileiro a atuar diretamente no amparo à população mais vulnerável por meio da criação de uma medida de proteção social denominada Auxílio Emergencial. O objetivo do auxílio não é transformar as estruturas da profunda desigualdade social vigente no país, mas sim fornecer condições materiais mínimas de sobrevivência durante a pandemia.

O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro de proteção social destinado às pessoas diretamente afetadas pela situação extraordinária provocada pela pandemia do novo coronavírus - COVID-19. Foi sancionado através da lei nº.13.932 pelo presidente da República no dia 02 de abril de 2020. A lei é uma alteração na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre os parâmetros adicionais de caracterização da circunstância de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Sobre o tema da proteção social, Jaccoud (2009, p. 58) o conceitua como “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios

⁶ Separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus.

⁷ Restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

⁸ “Pandemia fez 1 milhão de brasileiros perderem o emprego em maio, diz IBGE” <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/16/pandemia-fez-177-milhoes-de-brasileiros-desistirem-de-procurar-emprego-na-ultima-semana-de-maio-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 20 de junho de 2020.

sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”. Além disso, vale mencionar que tais iniciativas protetivas também são utilizadas como uma estratégia essencial de atenuação da pobreza e de outras desigualdades sociais frente aos choques econômicos, sociais e ambientais da vida societal (SOUSA, 2016). É neste último ponto que reside o principal direcionamento das medidas de proteção social, diante de um contexto de transformações societárias e sob a égide da era neoliberal, as quais ocasionam a expansão do desemprego e exacerbação da pobreza. Predominam ações protetivas estatais com caráter de concessão monetária de uma renda mínima. O intuito desta é enfrentar as vulnerabilidades emergentes, como é o caso do Auxílio Emergencial no período da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Aqui cabe pontuar que o presente artigo utiliza o termo proteção social⁹ de maneira reduzida. Tal abordagem redimensiona a proteção social fornecida por mecanismos estatais via política de Assistência Social. Esta atua como garantidora da segurança de renda à população que tem interrompida a atividade produtiva por motivos de força maior e/ou a renda se mostra insuficiente e até mesmo inexistente. A proteção adotada pelo governo diz respeito à transferência de renda não contributiva, este tipo abarca a proteção dos indivíduos independentemente da existência ou não de vínculo aos sistemas previdenciários (SOUSA; WENDT, 2016).

O objetivo do auxílio é fornecer proteção emergencial aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. Dentro da classificação desses grupos, existe uma série de requisitos que deveriam ser preenchidos: não receber benefício previdenciário ou assistencial, seguro desemprego ou de outro programa que não seja o Bolsa Família. Além disso, a renda per capita não deve ultrapassar o valor de meio salário mínimo¹⁰ por pessoa (R\$ 522,50 reais) ou renda familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00 reais). De acordo com as informações da Caixa Econômica Federal, o benefício no valor de R\$ 600,00 reais inicialmente foi pago em três prestações mensais para até duas pessoas da mesma família. Há ainda uma especificidade para as famílias em que as mulheres sejam a única responsável pelas despesas da casa, o valor pago mensalmente foi de R\$ 1.200,00 reais.

⁹ Salienta-se que pela organização conceitual/constitucional do sistema de proteção social brasileiro pela política pública de Seguridade Social - que abarca saúde, previdência e assistência social - todas as medidas sanitárias e previdenciárias tomadas em razão ao combate da pandemia do COVID-19 também o integram.

¹⁰ De acordo com a Lei 14.013, o salário mínimo no Brasil em 2020 ficou estabelecido no valor de R\$ 1.045,00 reais.

A respeito do impacto desta distribuição de renda emergencial, o economista Cassiano Trovão aponta um duplo efeito para dois grupos diferentes de beneficiários: na base da pirâmide de distribuição de renda composta por pessoas desocupadas sem renda e beneficiários do Bolsa Família, a renda média vai aumentar; no caso dos trabalhadores informais e microempreendedores individuais, a renda vai diminuir, pois recebem, em média, valores superiores ao oferecido pelo Auxílio Emergencial (TROVÃO, 2020, p. 22). Esse cenário mostra que os dois segmentos sociais serão beneficiados em diferentes proporções, mas com o mesmo propósito, de garantia de uma proteção social mínima durante os meses críticos da pandemia.

É mister salientar que os critérios de elegibilidade para os beneficiários foram ampliados com o tempo para atender a um número maior de pessoas. A princípio, o benefício seria destinado apenas para trabalhadores autônomos de menor renda, nesse sentido, a equipe econômica do governo calculou que a medida atingiria cerca de 10 a 15 milhões de brasileiros. Em decorrência das mudanças nos critérios, ao final do mês de maio, o Ministério da Cidadania e a DATAPREV homologaram 112,5 milhões de requerimentos; destes, 59 milhões de brasileiros foram aprovados para receber o benefício. Contudo, outros grupos tornaram-se mais expostos às consequências econômicas da pandemia em decorrência do crescimento do desemprego e, posteriormente, também foram incluídas como beneficiárias do Auxílio Emergencial as mães solo menores de 18 anos¹¹.

De acordo com o IBGE, apenas no mês de maio de 2020, 1 milhão de pessoas perderam o emprego¹². O ponto estrutural da sociedade brasileira são as relações de trabalho, sobretudo, o fenômeno do desemprego. Para além da precariedade das relações empregatícias e do mercado de trabalho, a realidade brasileira produz uma perspectiva de insegurança para os trabalhadores. Posto que, de modo histórico o mercado de trabalho no Brasil possui contornos flexíveis com força de trabalho abundante, barata e com alto índices de rotatividade, além disso o desemprego no país também é marcado pelo baixo nível de proteção social (SANTOS, 2012).

¹¹ Alteração proposta pela Lei 13.988, de 14 de maio de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13998.htm#art2. Acesso em 20 de junho de 2020.

¹² “Pandemia fez 1 milhão de brasileiros perderem o emprego em maio, diz IBGE”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/16/pandemia-fez-177-milhoes-de-brasileiros-desistirem-de-procurar-emprego-na-ultima-semana-de-maio-diz-ibge.ghtml> Acesso em 20 de junho de 2020.

Nos últimos anos, a proteção social dispensada aos trabalhadores virou objeto da disputa entre capital e trabalho por meio de contrarreformas no âmbito estatal, como a que ocorreu na Consolidação das Leis de Trabalho - CLT no ano de 2017, que desmantelou direitos trabalhistas assegurados. Dessa forma, as relações de trabalho no Brasil foram construídas sob uma estrutura de exploração por meio de uma natureza de flexibilidade e precariedade. Somada a esses fatores, encontra-se a lógica capitalista de ajustes via desregulamentação estatal do receituário neoliberal, juntas conformam um ambiente para o mercado de trabalho ainda mais precarizado (SANTOS, 201). Cenário que já estava imposto antes mesmo das urgentes demandas decorridas do enfrentamento à pandemia.

Vale destacar que o desemprego e a informalidade já apareciam como uma tendência em ascensão na realidade brasileira. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) constatou no ano de 2019 cerca de 12,6 milhões de desocupados “número aproximadamente 85% maior que o observado em 2014, quando eram 6,8 milhões de pessoas sem trabalho. A informalidade atingiu 41% da população ocupada, o que equivale a mais de 38 milhões de pessoas” (DIEESE, 2020a, p. 2). Tal quadro revela-se alarmante e potencializa os problemas oriundos da crise sanitária, expondo a necessidade de reestruturação das próprias relações trabalhistas, que no sistema capitalista contemporâneo reforçam a desigualdade social e as opressões de classe, raça e gênero. Em especial, pelo crescimento do contingente de trabalhadores em situação de informalidade no mercado de trabalho, a qual está associada à limitação do acesso a algum tipo de proteção social, como a aposentadoria e a garantia de um salário mínimo. Destaca-se que,

Pode-se definir a “informalidade” (ou subemprego, como preferem alguns autores) nas relações de trabalho como um tipo de inserção laboral sem vínculos formais e/ou aqueles que não possuem registros em carteira de trabalho, agregando, nesses termos, os trabalhadores autônomos e outras ocupações cuja renda média auferida não ultrapassa o salário mínimo legal (SANTOS, 2012, p. 148).

O próprio modelo societário conota a naturalização do desemprego, inculcando a necessidade para o fortalecimento e a reestruturação do aparelho produtivo, principalmente, para o aumento da taxa de lucro. Dado que,

[...] as origens do desemprego capitalista são indissociáveis de um sistema econômico que prefere não produzir a produzir sem lucro; prefere recusar o direito ao emprego a uma franja social cada vez maior à falta de lugares propícios à acumulação de capital (IAMAMOTO, 2008, p. 127).

Tanto a situação de desemprego como a de informalidade dos trabalhadores desencadeiam uma série de repercussões na esfera da sociabilidade, como é o caso da pauperização - absoluta e/ou relativa¹³ - da população. Outrossim, a realidade nacional apresenta elevados patamares de desigualdade de renda, dados disponibilizados na Síntese de Indicadores Sociais e Análise das Condições de Vida da população brasileira (IBGE, 2019), revelam que os 10% da população mais rica se apoderaram sozinhos de 43% de toda a renda do país, alcançando o maior nível histórico de concentração desde que a pesquisa começou a ser realizada no ano de 1998.

Diante da iminência da crise sanitária, o governo brasileiro foi forçado a tomar uma série de medidas para que se pudesse atender de forma rápida e eficiente as necessidades da população. No entanto, a implementação do auxílio não ocorreu com a devida celeridade em virtude da crise econômica e a instabilidade política que se estabelece no país. Para instituir o valor do benefício os poderes Executivo e Legislativo travaram alguns embates até finalmente acordarem na renda mensal de R\$600,00 reais.

Em um primeiro anúncio, no dia 18 de março de 2020, o então ministro da economia, Paulo Guedes, havia afirmado em entrevista coletiva, uma série de medidas de estímulo fiscal e monetário para enfrentar os efeitos na atividade econômica. Entre as medidas, uma ajuda mensal de R\$200,00 reais para profissionais autônomos de baixa renda¹⁴. O montante desagradou os deputados da oposição, que o consideraram insuficiente. Uma semana depois, a equipe de Guedes reconsiderou aumentar a quantia para R\$300,00 reais. Por insistência dos deputados, as negociações prosseguiram até ser atingido o valor de R\$500,00 reais. O novo valor ganhou apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e agradou o grupo de deputados do chamado “centrão”¹⁵. Entretanto, no dia da votação do projeto, 26 de março, durante as sessões que seguiam o debate, foi costurada uma nova articulação da base aliada do governo. O presidente Jair Bolsonaro anunciou, após ter o aval de seu ministro da economia,

¹³“Pauperização absoluta e relativa configuram duas formas diferenciadas de expressão da pobreza. A primeira (absoluta) remete ao mais extremo grau de privação, em geral associado ao desemprego e à ausência de quaisquer condições de provimento das necessidades sociais básicas. A segunda (relativa) designa o empobrecimento de segmentos assalariados em face da queda no poder de compra de suas remunerações diante de crises ou de políticas de ajuste econômico” (SANTOS, 2012, p. 269).

¹⁴“Governo anuncia R\$ 200 mensais para autônomos de baixa renda”. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/18/governo-anuncia-r-200-mensais-para-autonomos-de-baixa-renda.ghtml>. Acesso em 20 de junho de 2020.

¹⁵ O grupo de deputados pertencentes ao “centrão” são conhecidos pelas suas características de se aliar aos diferentes governos independentemente das bandeiras ideológicas, são conhecidos pela volatilidade de seus posicionamentos.

que o valor do benefício poderia ser ampliado para R\$600,00 reais. O texto foi aprovado e seguiu para a votação no Senado Federal, que o aprovou dia 30 de março, e foi sancionado como lei no dia 02 de abril pelo Presidente da República.

Ao demarcar o valor final do benefício, o Executivo nacional venceu a queda de braço travada com o Congresso, contudo, o custo dessa vitória política significou uma controvérsia em relação às medidas que deveriam ser implementadas o mais rápido possível. Além disso, o jogo estabelecido salienta uma desarticulação entre os dois poderes, problema que acompanha o mandato de Jair Bolsonaro, desde que assumiu a presidência em janeiro de 2019. Nesse sentido, enquanto milhões de pessoas aguardavam a aprovação do benefício, o presidente e a equipe de governo concentravam os esforços na tensão política travada com o poder legislativo, desviando a atenção da resolução dos problemas que atingiam os setores mais vulneráveis da sociedade durante o agravamento da pandemia.

Para além da ampla discussão realizada entre os dois poderes sobre o valor do benefício, a postura do Executivo federal, desde início da pandemia, foi marcada pela subestimação das consequências da mesma no Brasil, tanto no que diz respeito à gravidade da doença quanto em relação ao número de vidas que poderiam ser salvas/perdidas. Nessa emergência sanitária, o fator tempo é fundamental na resolução e prevenção dos futuros problemas que o povo poderia vir a ter. E, nesse quesito, o país já acompanhava o desdobramento dramático da pandemia em outros países como Itália e Espanha, que tiveram os sistemas de saúde colapsados. Diante desse cenário, que assolava até mesmo os países desenvolvidos, no Brasil as discussões entre os poderes e os representantes das esferas estadual e federal tiveram reflexos práticos no enfrentamento da pandemia. A discussão sobre o Auxílio Emergencial representa apenas uma dentre outras pautas que poderiam ter sido resolvidas de forma rápida, dado o avanço da pandemia e as consequências que poderiam ter em um país com profundas desigualdades sociais e com problemas na assistência de saúde pública.

Com a definição dos parâmetros de elegibilidade ao benefício e a instituição do valor, o passo seguinte envolveu o cadastramento da população, bem como o acesso desta ao auxílio mensal. O processo de identificação e verificação do critério de renda dos beneficiários é o sistema do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), “principal instrumento do Estado brasileiro voltado para a identificação, a caracterização e a inclusão de família de baixa renda em programas sociais do Governo Federal, dos Estados e Municípios” (MOSTAFA, 2016, p. 41). Segundo o site do Ministério da Cidadania,

atualmente o Cadastro Único reúne informações de 73,4 milhões de cadastrados¹⁶. Desse modo, ressalta-se a importância desse mecanismo, o qual se constitui como um espaço que possibilita o acesso aos programas sociais do governo federal, por conseguinte contribui com a efetivação de direitos e materialização da proteção social em âmbito estatal.

Em virtude do processo de conhecimento da realidade socioeconômica da população brasileira, a partir das informações contidas no CadÚnico, que subsidiam a realização da identificação, mapeamento e elaboração de análises da situação social das famílias inscritas. Tal processo refere-se, principalmente, no que tange às situações de vulnerabilidades e riscos que estão expostas. Com isso, é possível avaliar a adoção de estratégias por parte do Estado, fundamentando assim o planejamento e a elaboração de ações, programas e políticas públicas - preventivas e/ou protetivas - que busquem contemplar o enfrentamento a situações de vulnerabilidade, falta de autonomia social, sustentabilidade de renda, entre outros.

A partir do registro no CadÚnico, as pessoas que requisitaram o auxílio poderiam acompanhar o trâmite da solicitação por meio de um aplicativo em seu *smartphone* ou pelo site da Caixa Econômica Federal. No caso daqueles que não estavam registrados no sistema mencionado, havia a opção de realizar o cadastro diretamente no site da Caixa e realizar a autodeclaração de renda. Cabe salientar que o maior índice de aprovação do benefício é justamente do grupo de pessoas que estão registradas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família, 96,5% do total. No tocante às pessoas que não são beneficiárias do Bolsa Família, mas possuem registro no sistema mencionado, o índice de exclusão é de 66,35% do total. Em relação aos indivíduos cadastrados pelo site da Caixa ou pelo aplicativo, menos da metade teve o pedido aprovado¹⁷. Aproximadamente 46 milhões de pessoas ausentes do CadÚnico solicitaram o benefício emergencial (VERDI, 2020, p. 47). Nesse sentido, o grande problema de cobertura do Auxílio Emergencial justamente foi para identificar quem estava fora do CadÚnico, como microempreendedores, camelôs, vendedores ambulantes, ou seja, pessoas que não possuíam qualquer tipo de registro oficial sobre a atividade laboral.

A metodologia de pedido e acompanhamento por meio de plataformas digitais, apesar de facilitar o acesso de algumas pessoas ao trâmite de solicitação do auxílio, tem se mostrado

¹⁶Dado disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em 25 de junho de 2020.

¹⁷"Auxílio Emergencial: 96,6 milhões de cadastros processados pela Dataprev, 50,5 milhões foram aprovados". Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/01/auxilio-emergencial-de-969-milhoes-de-cadastros-processados-pela-dataprev-505-milhoes-foram-aprovados.ghtml>. Acesso em 22 de junho de 2020.

altamente ineficiente devido aos sucessivos erros no sistema¹⁸. Para mais, o método é por si só excludente, haja vista o quantitativo de pessoas que não tem acesso à internet, mas são potenciais beneficiários do auxílio. De acordo com a Pnad Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018, divulgada pelo IBGE, uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet, ou seja, 46 milhões de pessoas¹⁹. Nesse sentido, pode se perspectivar o quadro de milhões de cidadãos que foram deliberadamente invisibilizados pelo Estado brasileiro, para além das diversas formas de invisibilização dos grupos mais necessitados do amparo estatal, como as pessoas em situação de rua.

Outro grande problema a ser considerado é o fato de o método escolhido pelo governo federal ter provocado justamente o que o decreto sobre quarentena e isolamento social não recomenda²⁰. As pessoas buscaram constantemente as agências da Caixa à procura de informações e geraram longas filas, comportamento que vai de encontro aos protocolos sanitários internacionais emitidos pela OMS. Como bem pontuou a geógrafa Elisa Favaro Verdi,

Ao contrário do que pensa o ministro da Cidadania Onyx Lorenzoni, as filas em agências da Caixa Econômica Federal para sacar o auxílio em dinheiro não são marca “da nossa cultura”, e sim um retrato da incerteza do dia seguinte. A crise atual explicita que a pequena parte de privilegiados é, na verdade, ainda menor do que se imaginava, pois a instabilidade e a insegurança reinam absolutas ameaçando milhões de pessoas com o agravamento da pobreza e o retorno da fome (2020, p. 48).

Após uma série de críticas públicas pelos veículos de comunicação, a Caixa e o governo adotaram algumas medidas para atenuar as condições de espera pelo atendimento nas agências bancárias. No entanto, como o próprio presidente da Caixa, Pedro Guimarães, mencionou em uma entrevista, não é possível acabar com as filas em se tratando de uma operação que envolve o maior pagamento da história do Brasil, que em 20 dias atendeu 50 milhões de pessoas²¹. A implementação de qualquer novo programa social requer um tempo de adaptação e ajustes tanto para os beneficiários quanto para os provedores. Não obstante, o quadro de crise sanitária

¹⁸ "Erros no app do Auxílio Emergencial lotam agências da Caixa; veja como resolver!". Disponível em: <https://fdr.com.br/2020/06/19/erros-no-app-do-auxilio-emergencial-lotam-agencias-da-caixa-veja-como-resolver/>. Acesso em 24 de junho de 2020.

¹⁹ Dados disponíveis em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em 20 de junho de 2020.

²⁰ Lei Nº13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

²¹ "Centralizar auxílio de R\$600,00 na Caixa criou fila e atraso, dizem analistas". Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/06/auxilio-emergencial-problemas-pagamento-caixa.htm>. Acesso em 26 de junho de 2020.

que gerou a emergência de acesso aos recursos do benefício para a subsistência de milhões de pessoas, a situação exigia a atuação eficiente e rápida dos órgãos responsáveis. Tal como analisou o economista do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Sérgio Firpo, desde o início da implementação, seria possível agregar o sistema bancário como um todo, pois essa união tem capilaridade para chegar aos mais pobres²².

Esta alternativa foi encaminhada a partir do projeto de Lei nº 3047/20 da parlamentar Rejane Dias (PT-PI), o texto previa o acordo com os bancos para tirar a centralização dos pagamentos do Auxílio Emergencial das agências da Caixa²³. O projeto ainda está em vias de tramitação. Assim, a solução proposta para a questão da exposição das pessoas nas filas implica não apenas o envolvimento do banco do Estado, mas uma colaboração dos bancos privados. Porém, na conjuntura neoliberal, constitui-se como uma ação complicada, uma vez que o processo de saque do benefício não envolve a taxaço ou juros em cima da renda, ou seja, não gera lucro às instituições.

Outra alternativa que se apresenta seria envolver os esforços dos estados e dos municípios na distribuição do pagamento. Entretanto, a opção pela centralização da operação dentro da esfera federal representa uma estratégia do governo Bolsonaro para ganhar apoio exclusivo das classes populares. A prática estabelecida é a mesma adotada pelo governo nas discussões com o Legislativo para estipular o valor final do benefício. Novamente, o saldo positivo para o governo demonstra a despreocupação com os setores mais vulneráveis da sociedade e a preponderância das disputas políticas sobre uma pauta de interesse nacional no momento da pandemia. Além de reafirmar a incapacidade de conciliação do chefe de estado e governo do país.

Do ponto de vista econômico, a medida de expansão da proteção social estabelecida pelo Auxílio Emergencial reafirma o protagonismo das políticas de Estado. Contudo, nos moldes em que o auxílio é posto, apresenta-se insuficiente e recai conforme refere Souza (2006), no “fetichismo da economia”, ilusão de que o crescimento econômico por si só é capaz de resolver os problemas estruturais da desigualdade excludente no Brasil. Explica-se a dificuldade de percepção do cunho social desse benefício, uma vez que os efeitos são reduzidos para a ampliação emergencial e temporária de uma renda básica e, de certa forma, para manutenção do *status quo* desigual da sociedade

²² *Ibidem*.

²³ "Projeto prevê acordo com bancos para descentralizar pagamento de auxílio emergencial". Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/666919-projeto-preve-acordo-com-bancos-para-descentralizar-pagamento-de-auxilio-emergencial/>. Acesso em 26 de junho de 2020.

A conjuntura neoliberal determina e agrava as condições do orçamento destinado às políticas sociais em prol da política econômica, visto que a atual estagnação econômica impõe medidas de ajuste do orçamento público “o que permite apenas a existência de mecanismos compensatórios que não alteram profundamente a estrutura das desigualdades sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 164). Os dados mais recentes sobre os beneficiários do Auxílio Emergencial revelam um panorama conhecido sobre quem precisa mais do recurso e as condições de vida. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre os marcadores sociais que condicionam uma maior dificuldade para enfrentar situações excepcionais como uma pandemia.

DESIGUALDADES SOCIAIS: ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS NA PANDEMIA

A crise sanitária acirra contradições sociais que já são pré-existentes nos países periféricos capitalistas, como é o caso do Brasil. O percurso social e geográfico de disseminação da doença pelo território brasileiro evidencia, desde o começo, um recorte social marcado pela inserção do vírus através de pessoas que o contraíram no exterior e usufruíram da melhor assistência médica para enfrentar a pandemia²⁴. Com efeito, tal crise faz emergir desigualdades históricas da formação social brasileira que, em certa medida, ficam latentes em decorrência da falta de visibilidade pública no período que antecede o contexto pandêmico.

Nos moldes propostos, o Auxílio Emergencial constitui-se como uma naturalização das discrepâncias entre classes sociais, raças e gêneros e tende a tornar essa ação estatal paliativa, já que incidem sobre o efeito mais imediato das contradições do capitalismo no Brasil. Conforme Souza (2006), essas intervenções mitigadoras neutralizam substancialmente as possibilidades de intervenção na perspectiva de transformações estruturais.

²⁴ De acordo com dados oficiais do Ministério da Saúde, o primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, tratava-se de um homem de 61 anos de idade recém-chegado de uma viagem à Itália e que recebeu assistência no Hospital Israelita Albert Einstein, um dos maiores hospitais privados do Brasil. Informação disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus> Acesso em 18 de maio de 2020.

O desconhecimento das desigualdades estruturais produzem expressões de desemprego, miséria, racismo, violência doméstica entre outros elementos que atravessam as relações sociais. Posto que, a realidade nacional separa uma classe detentora do capital econômico de toda uma classe que vivencia situações históricas de exclusão social, para qual a venda da força de trabalho é a única forma de inserção assimilada pelas necessidades do modo de produção capitalista. Conformando assim, as determinações históricas que redimensionam a questão social para “mais do que as expressões da pobreza, miséria e exclusão, condensa a banalização do humano” (IAMAMOTO, 2008, p.125).

A estruturação das relações sociais na órbita do capital produz desigualdades que são exacerbadas na sociedade contemporânea, mas também opera transmitindo essencialmente valores individualistas, competitivos e segregadores para reforçar as desigualdades herdadas pela formação socioeconômica do Brasil. De modo que, corrobora para colocar os sujeitos à margem da vulnerabilidade social, de forma naturalizada, descartando a estrutura e a contradições, ocorre a desumanização das relações sociais. No sentido de que,

[...] a questão social expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais – do capital dinheiro e de seu fetiche. Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) -, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2008, p. 126).

No que tange às discussões sobre o Auxílio Emergencial, essa percepção é evidenciada e reforçada pelas brechas que o sistema de cadastramento possui e possibilitou a solicitação do benefício por pessoas que não atendiam aos critérios de elegibilidade. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva com 2.006 pessoas de 72 cidades de todo o país, no período de 20 a 25 de maio, mostrou que um terço das famílias das classes A e B solicitou o Auxílio Emergencial nos últimos meses e 69% destes pedidos foram aprovados. Ao todo, 3,89 milhões de famílias mais ricas têm algum integrante recebendo o auxílio²⁵. Essas pessoas burlaram as regras do programa omitindo a renda familiar no momento do cadastramento no

²⁵“Um terço da Classe A e B pediu o auxílio emergencial.” Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/03/um-terco-da-classe-a-e-b-pediu-auxilio-emergencial.ghtml> Acesso em 20 de junho de 2020.

site da Caixa. De acordo com o Código Penal brasileiro, tal conduta configura crime de falsidade ideológica, com pena que varia de um a cinco anos de reclusão. Para além da questão criminal, a conduta demonstra a falta de leitura sobre a realidade desigual da sociedade brasileira, reiterando a prática de valores individualistas.

A mesma pesquisa indica que os membros das classes A e B tiveram redução da renda devido às consequências econômicas da crise sanitária. No entanto, diferente da maior parte das classes mais necessitadas da renda emergencial, apenas 2% dos mais abastados relataram falta de dinheiro para comprar alimentos e 20% deixaram de pagar alguma conta. Entre as classes mais pobres, que inclui na análise um recorte de raça, 4 em cada 10 brasileiros negros afirmam ter faltado dinheiro para comprar comida durante a pandemia do novo coronavírus²⁶.

A referida pesquisa mostra que a pandemia de fato atingiu todos os segmentos sociais, mas em diferentes medidas e com consequências bem distintas. No tocante à realidade brasileira, constata-se a permanência do legado das desigualdades herdadas da formação socioeconômica da experiência colonial e do longo período escravagista que coadunam, como elenca Silva (2013, p. 162), para o reforço das marcas históricas “do açoite mandonista/patriarcal reproduzido nos troncos próximos às senzalas, às fábricas flexibilizadas e higienizadas pela pouca presença humana – de trabalho vivo”, as quais estão presentes de forma real na vida da maioria da população.

Segundo a Pnad - Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil - realizada em 2018 pelo IBGE, 56,10% da população se declara negra no país²⁷. A mesma fonte revela que as pessoas de cor, raça preta ou parda constituem pouco mais da metade da força de trabalho no país, 54,9%; entretanto, no mundo do trabalho, a população negra detém a maior representação de pessoas desocupadas 64,2% e subocupadas 66,1% em relação à população branca. No que tange à situação de informalidade no trabalho, em 2018, o percentual de pessoas de cor ou raça preta ou parda em ocupações informais chegou a 47,3%, enquanto o de pessoas de cor ou raça branca ficou em 34,6% (IBGE, 2019, p. 2-3). Apesar de ser maioria, a população negra é assolada cotidianamente com a desigualdade racial, característica marcante da sociedade brasileira, sobretudo pelo racismo estrutural se atualizar com o descaso e a violência do Estado.

²⁶ "As faces do racismo". Disponível em: <https://www.slideshare.net/ILocomotiva/as-faces-do-racismo> Acesso em 23 de junho de 2020.

²⁷ Dos cerca de 209 milhões de habitantes do Brasil, 19,2 milhões se declaram como negros e 89,7 milhões se declaram como pardos. O IBGE conceitua a população negra como a soma da população que se declara negra com a que se declara parda, com vistas de garantir a representatividade em todos os indicadores divulgados (IBGE, 2019).

Segundo o Atlas da Violência (2019), a população negra é a principal vítima de homicídios no país, “verificamos a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições” (IPEA, 2019, p. 49). No período de uma década – 2007 a 2017 – o potencial de mortes de pessoas negras supera o de pessoas não-negras. A taxa de homicídios de negros cresceu 33,1% no período, enquanto a de brancos aumentou 3,3%, isto é, a população negra é a que mais morre e de forma mais violenta, como também aponta as taxas do referido atlas.

Ainda em relação ao extermínio das vidas negras, de acordo com os dados do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que analisou 8.963 pacientes negros internados, 54,8% morreram nos hospitais. Entre os 9.988 brancos, a taxa de letalidade foi de 37,9%²⁸. De acordo com o Ministério da Saúde, até o dia 24 de junho, o índice de mortalidade da população negra representa 61% do total de casos de morte por Covid-19 no país²⁹. Por trás desses dados, estão o histórico de baixa qualidade de vida e acesso precário ao sistema de saúde por parte da população negra, o que explica a presença de doenças pré-existentes, vetor de aumento da letalidade da Covid-19.

Somada à questão das situações de violência, o fator pobreza assola uma parte significativa da população negra que, nesse momento de crise sanitária, tornou-se ainda mais vulnerável. Fica evidente que os impactos econômicos foram mais negativos para a população historicamente mais desamparada e isso reafirma as desigualdades reproduzidas pelo racismo estrutural, como já mencionado.

Logo, todas as informações supracitadas evidenciam um processo de (des)proteção social desse segmento com lacunas de políticas públicas de segurança e garantia de direitos humanos. Essa condição reflete o assentimento do Estado brasileiro com a violência letal contra a população negra. De acordo com Almeida (2018), o racismo estrutural está imbricado nas entranhas da organização das relações sociais – econômicas, políticas, culturais – assim, o fenômeno oferece sentido para as relações desiguais e violentas que moldam a vida social contemporânea, mais do que somente preconceito e discriminação, ele é a lógica da indiferença em relação a um grupo estigmatizado.

²⁸ Disponível em: <https://sites.google.com/view/nois-pucrio/publica%C3%A7%C3%B5es?authuser=0> Acesso em 24 de junho.

²⁹ “Covid-19 agrava desigualdades entre brancos e negros brasileiros”. Disponível em: https://exame.com/economia/covid-19-agrava-desigualdades-entre-brancos-e-negros-brasileiros/?utm_source. Acesso em 28 de junho de 2020.

Em decorrência das contradições históricas e culturais, outro recorte que deve ser considerado nesta análise é o de gênero. Dentro dos critérios de elegibilidade, o governo reconheceu a dificuldade enfrentada pelas mulheres chefes de família e/ou mães solo e forneceu o benefício com o dobro do valor, isto é R\$ 1.200,00 reais. Tal fato deve-se à sobrecarga imposta às mulheres abandonadas pelos parceiros, situação que é acentuada no momento em que o país vive uma das maiores crises sanitárias da história. A desigualdade de gênero implica não apenas os cuidados não remunerados com os filhos e/ou parentes, mas também o acúmulo das atividades domésticas.

Além do acréscimo das obrigações mencionadas acima, o desemprego é outro fator que impactou mais negativamente as mulheres nesse período. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), sete milhões de mulheres abandonaram o mercado de trabalho na última quinzena de março, quando começou a quarentena³⁰. Esse retrato deve-se ao tipo de trabalho exercido, à precariedade que estão expostas e aos postos ocupados na esfera produtiva. Nesse sentido, reafirma-se a tradicional divisão sexual do trabalho, que faz com que as mulheres desempenhem tarefas voltados ao cuidado, prestação de serviço doméstico, comércio e estética, enfim, áreas bastante afetadas economicamente pelas medidas de isolamento social e quarentena. Para exemplificar a gravidade do novo coronavírus para essas mulheres, uma das primeiras vítimas fatais da Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro foi uma empregada doméstica negra de 63 anos, que contraiu o vírus da patroa que havia acabado de retornar da Itália³¹, epicentro da pandemia no mês de março.

É necessário pontuar que as mulheres mais pobres, moradoras de regiões periféricas e/ou mais afastadas, que convivem em cômodos pequenos são as que mais podem sofrer com o confinamento. Creches e escolas estão fechadas e essas mulheres não têm onde ou com quem deixar os filhos; dessa forma, receber o auxílio é a única alternativa financeira para pagar as contas e garantir a alimentação de sua família. Conforme explica a socióloga marxista Heleieth Saffioti,

Não se pode generalizar, para todas as mulheres, a mesma forma de opressão a que estão submetidas. É inegável que todas as mulheres sofrem discriminação e opressão de gênero. Essas opressões, no entanto, são vivenciadas de forma diferenciada de acordo com as condições materiais de cada uma” (1992, p. 191).

³⁰“Pandemia faz sete milhões de mulheres deixarem o mercado de trabalho”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/celina/pandemia-faz-sete-milhoes-de-mulheres-deixarem-mercado-de-trabalho-24489196>. Acesso em 24 de junho de 2020.

³¹ “Governo do RJ confirma primeira morte por coronavírus”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em 25 de junho de 2020.

A par disso, a questão da classe social, a questão racial surge como um potencial critério de distinção quanto às dificuldades enfrentadas durante a pandemia. Se o contexto pandêmico afeta, em geral, as mulheres, o marcador da raça emerge como um amplificador das desigualdades pensando na diferença das realidades enfrentadas por mulheres negras e não negras. Tal conclusão está ancorada na Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2018) cujo apontamento revelou que a maioria das mães solo no país são negras (61%). Além disso, 63% dos lares chefiados por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza³².

Aprofundando a discussão proposta, a situação da pobreza evidencia a disparidade nas condições de enfrentamento à pandemia. É o caso das condições materiais no que se referem às questões de ausência de saneamento básico e/ou água encanada de uma significativa parcela da população,

A quantidade de domicílios com acesso à rede geral de esgotamento sanitário ou com fossa ligada à rede atingiu 68,3% em 2019. Ou seja, quase um terço dos lares brasileiros não tinha saneamento adequado. Na região Norte, apenas 27,4% dos domicílios têm esgoto funcionando satisfatoriamente. No Nordeste, menos da metade da população tem acesso à rede: 47,2%. Lavar as mãos regularmente com sabão e água é crucial para a prevenção da contaminação. Os dados do IBGE mostram que, dos 72,4 milhões de domicílios, 97,6% possuíam água canalizada e 88,2% tinham acesso à rede geral de abastecimento de água. Em 85,5% dos lares, a rede geral de distribuição de água era a principal fonte de abastecimento. No Norte, o índice cai consideravelmente para 58,8%. Quanto à distribuição de água por período, 88,5% dos domicílios no Brasil recebiam água diariamente, índice reduzido para 69% no Nordeste (DIEESE, 2020b, p. 6).

Essas condições corroboram para o vírus se propagar com facilidade e causar consequências de grande proporção, uma vez que uma considerável parcela da população não tem sequer condições mínimas de seguir as recomendações estabelecidas pela OMS. Ainda diante desse quadro, a questão de gênero e raça também se sobrepõe. No caso das mulheres negras, 42% não dispõem de saneamento básico em comparação aos 28% das mulheres brancas³³.

Com efeito, a transferência de renda do Auxílio Emergencial não é suficiente para contemplar ações de proteção que historicamente não se encontram instaladas para os mais vulneráveis. Apesar de representar uma medida de proteção social em um momento excepcional como o vivenciado no ano de 2020, o modelo de implementação do benefício previsto pelo governo federal, como já mencionado, não atende aos requisitos mínimos dos protocolos

³² “Um retrato das mães solo na pandemia.” Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>. Acesso em 24 de junho de 2020.

³³ *Ibidem* nota 22.

sanitários internacionais. Tal é o caso da formação de longas filas dos beneficiários em busca de informações ou para sacar o benefício. Dessa maneira, mesmo que as pessoas que mais necessitam desse auxílio estejam em busca do mínimo para garantir a subsistência durante o período que durar a pandemia, ainda estão reforçando a condição de risco de contágios já materializada pelo problema estrutural da falta de saneamento básico.

O retrato do Brasil pré-pandemia já apontava para um quadro preocupante do crescimento da pobreza, principalmente no que diz respeito à extrema pobreza no país, que vem crescendo consideravelmente desde o ano de 2015, atingindo em 2018 o montante de 13,5 milhões de pessoas, as quais sobrevivem com a quantia de R\$145,00 reais por mês, conforme registra a pesquisa citada (IBGE, 2019). Esse contingente é superior à população total de países como Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal.

Nessa perspectiva, torna-se importante destacar que a situação de pobreza coloca os indivíduos em um lugar social definido pela exclusão e subalternidade, que fica mais em evidência nos momentos de crise. Por isso, entende-se a pobreza conforme a perspectiva de Yazbek (2006), como um fenômeno multidimensional e uma categoria política, pois vai além da renda financeira da população, é um produto das contradições das relações sociais firmadas na sociedade capitalista por natureza excludente, de modo que intensifica o embrutecimento humano (YAZBEK, 2006). O atual momento exige medidas protetivas que apontem para superação da pandemia e os efeitos devastadores, que não recaiam somente em políticas estatais compensatórias, pois não rompem com o ciclo de desigualdades e pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualidade pandêmica expõe abertamente os resultados da incessante necessidade de reprodução do capital no decurso da prolongada crise, em que novas estratégias foram sendo produzidas e entrelaçadas nas relações sociais. Perpassa o metabolismo de atuação do Estado, a reestruturação produtiva e os valores compreendidos no conjunto da sociedade. Resultados nocivos de anos de um longo período de privatizações e sucateamento das políticas públicas de proteção social sob a égide da ofensiva neoliberal, os quais se materializam por meio de Propostas de Emendas Constitucionais – PECs e de contrarreformas no âmbito estatal, em que ocorrem processos de regressão dos direitos sociais.

Apesar de caótico, o momento pode e deve ser oportuno para a construção de políticas que, primeiramente, mantenham a vida da população, mas principalmente contribuam efetivamente para a melhora das condições de vida, trabalho e renda no horizonte da construção

de uma sociedade mais igualitária. Visto que, os momentos paradoxos de crise revelam limites e possibilidades que propiciam respostas coletivas no liame das relações entre Estado e a sociedade civil. É por isso, que se deve olhar para o que ocorre no Brasil em meio à sua maior crise sanitária e analisar as importantes implicações para o trato das desigualdades e para vida cotidiana da população.

Diante de todo o exposto, torna-se possível perceber que a crise do novo coronavírus é transversal ao modo de produção capitalista, expressa a letalidade da própria doença concomitante com o desvelamento da dimensão da desigualdade estrutural de determinados segmentos que possuem poucas condições objetivas de enfrentar uma pandemia, tais como: o desemprego, a informalidade, falta de saneamento básico, falta de acesso digital, entre outras. Explicitando, que a condição e o modo de vida da população possuem influência decisiva na sobrevivência a essa crise, que além de sanitária é social.

A medida emergencial de proteção social estabelecida pelo Estado Brasileiro, por meio da implantação do Auxílio Emergencial, atende as demandas mais imediatas da população que aparecem ao contexto mais amplo da sociedade em decorrência da pandemia, as quais materializam a contradição de classes que gera demandas permanentes na vida de parte da população brasileira e se expressam nas desigualdades de classe, raça e gênero. Portanto, conforme a análise do artigo, foi possível constatar que, na crise sanitária, atualizam-se traços da desigualdade social enraizada na formação social brasileira, fruto da natureza das relações sociais gerais do Brasil no capitalismo, chagas históricas que possuem como legado a banalização do sofrimento humano.

A pandemia do novo coronavírus deixa nítida a falácia da gestão estatal neoliberal, ao expor a necessidade da intervenção do Estado brasileiro na regulação das ações econômicas e sociais para proteger a sociedade. Entretanto, tais medidas protetivas devem ser pensadas na integralidade do conjunto das políticas de seguridade social - políticas sociais sanitárias, de geração emprego, de renda mínima permanente – posto que, ao fim da concessão do Auxílio Emergencial, continuarão as desigualdades no interior do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2020a). Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm> Acesso em 31 de maio de 2020.

BRASIL (2020a). Lei ° 13.982, de 2 de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>> Acesso em 31 de maio de 2020.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte/MG: Letramento, 2018.

BEHRING, Elaine Rosetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Boletim de Conjuntura*. N. 21, Mar./2020a. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2020/boletimConjuntura021.html>>. Acesso em: 10 jun. de 2020.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Boletim de Conjuntura*. N. 22, Mar./2020b. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2020/boletimConjuntura022.pdf>>. Acesso em: 10 jun. de 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. In. *Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica*. n.41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 10 jun. de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. In. *Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica*. n.40. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em: 10 jun. de 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP. *Atlas da violência 2019*. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 15 jun. de 2020.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção e gestão da Proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: UNESCO; MDS, 2009.

MOSTAFA, Joana. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. In: *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil* / Rosa M. C. Fernandes, Aline Hellmann, organizadoras. – Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2016, p. 41-43.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SANTOS, Josiane Soares. *“Questão Social”*: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, José Fernando da. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, Rômulo Paes; WENDT, Mirka. Transferências de Rendas. In: *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil* / Rosa M. C. Fernandes, Aline Hellmann, organizadoras. – Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2016, p. 287-292.

SOUZA, Jessé. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. In. SOUZA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 23-54.

TROVÃO. Cassiano José Bezerra Marques. A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um Olhar Macrorregional para a Proteção Social e os Auxílios Emergenciais". *Texto para Discussão. UFRN. DEPEC*, Natal, n. 004, mai., 2020.

VERDI. Elisa Favaro. Quem precisa da Proteção Social?. In: *Covid-19 e a crise urbana* [recurso eletrônico]/Coordenação: Ana Fani Alessandrini Carlos. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 42-49.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

**UMA RELEITURA DA FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA A PARTIR DA
PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS**

**A RE-READING OF THE SOCIAL FUNCTION OF THE FAMILY FROM THE
CRITICAL PERSPECTIVE OF HUMAN RIGHTS**

Recebido em 23/06/2020

Aceito em 29/08/2020

Melissa Andréa Smaniotto¹

Nei Alberto Salles Filho²

Resumo: A perspectiva crítica sobre os direitos humanos é o fundo teórico que respalda a discussão envolvendo a releitura da função social da família contemporânea. Ao definir dignidade como a mesma possibilidade não apenas de reivindicar, mas de obter concretamente bens imprescindíveis para que se tenha uma vida da qual todo e qualquer ser humano é merecedor, Joaquín Herrera Flores é um dos teóricos que supera a ideia de direitos humanos como algo abstrato. A concretização de tais direitos é algo que exige uma ação conjunta de diversos atores sociais, dentre os quais se encontram os integrantes de um arranjo familiar. Este é revestido hodiernamente das características de reinventada, flexível, resiliente, multirracial, pluricultural, a caminho da democratização das relações que a permeiam, oportunidade de convivência de várias gerações, pública e privada, afetiva, base da sociedade, protagonista de inúmeras transformações sociais e dinâmicas. Daí porque, sem excluir outros instrumentos de efetivação dos direitos humanos, a família se traduz em um espaço social propício para fazê-lo. No entanto, é preciso despir-se de uma visão idealizada da compreensão de família e reconhecer que esta é permeada por diversas variáveis que a distanciam da busca por dignidade, em especial a desigualdade de gênero a ser enfrentada como forma de se alcançar a dignidade e, por conseguinte, assegurar direitos humanos nos moldes então delineados.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Dignidade; Família; Gênero; Igualdade.

Abstract: The critical perspective on human rights is the theoretical background that supports the discussion involving the re-reading of the social function of the contemporary family. In defining dignity as the same possibility not only of claiming, but of concretely obtaining essential goods in order to have a life that each and every human being deserves, Joaquín Herrera Flores is one of the theorists who overcomes the idea of human rights as something abstract. The realization of such rights is something that requires joint action by several social actors, among whom are members of a family arrangement. It is nowadays coated with the characteristics of reinvented, flexible, resilient, multiracial, pluricultural, on the path to the democratization of the relationships that permeate it, the opportunity for several generations to live together, public and private, affective, the basis of society, the protagonist of countless

¹ Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG/PR). E-mail: melissa.smaniotto@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0001-7967-9068>.

² Pós Doutor em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Doutor em Educação (UEPG/PR). Mestre em Educação (UNIMEP/SP). Professor na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Docente do programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (Mestrado e Doutorado). E-mail: nsalles@uepg.br. <http://orcid.org/0000-0003-4231-2988>

social and social transformations. dynamics. That is why, without excluding other instruments for the realization of human rights, the family translates into a social space conducive to doing so. However, it is necessary to remove an idealized view of family understanding and recognize that it is permeated by several variables that distance it from the search for dignity, in particular the gender inequality to be faced as a way to achieve dignity and , therefore, to guarantee human rights in the manner outlined at the time.

Keywords: human rights; dignity; family; genre; equality.

INTRODUÇÃO

Tarefa desafiadora é discutir o que se compreende por família no século XXI, bem como delimitar em que consiste a função social deste peculiar agrupamento humano e aproximar ambos da perspectiva crítica de direitos humanos. Esta é a proposição central deste artigo.

A partir do estudo, pretendemos trazer parte de investigações científicas prévias sobre as temáticas então relacionadas, na tentativa de contribuir para a discussão e colocar em evidência nuances que ficam às vezes subentendidas nos debates. Para tanto, o primeiro gesto foi no sentido de despojar-se das amarras impostas pelo ordenamento jurídico vigente e fazer o exercício constante de relembrar que são fenômenos sociais que transcendem, e muito, o que o Direito contempla.

Isso pode até parecer contraditório diante da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que desencadeou em vários países a respectiva constitucionalização desses direitos – da família - os quais muitas vezes ficam apenas assegurados no âmbito formal, todavia sem a concretização esperada ou, ainda, a ideia que predomina quanto a isso, nas palavras do professor de Direitos Humanos Herrera Flores, de que “os direitos humanos se satisfazem tendo direitos” (2009, p. 27). Isso significa dizer que a existência de uma legislação específica e a acolhida de tratados internacionais não se mostram suficientes, em tese, para satisfazer as realidades que envolvem algo tão essencial a cada pessoa bem como à sociedade como um todo.

Diante dessas “deficiências” legislativas é que se abre a possibilidade de falar em uma perspectiva crítica que supere o pensamento hegemônico e, por conseguinte, possa propiciar a reconstrução das concepções de justiça e equidade à luz de uma evidente exclusão social global (FLORES, 2009). Esta exclusão se mostra escandalosamente naturalizada para manter a dominação política, econômica e de conhecimento direcionadas aos interesses de uma minoria.

Interessante notar que há uma expectativa quanto à atuação estatal no sentido de implementar políticas voltadas à efetividade dos direitos humanos, contudo as pessoas que compõem os mais diferentes espaços sociais e integram grupos - comunidades e instituições - não se sentem responsáveis na mesma medida em que exigem tais posturas governamentais.

Indiscutivelmente, há um abismo entre os direitos humanos formalmente assegurados e a realização destes, dependendo da construção de “pontes” que auxiliem no processo contínuo de torná-los palpáveis a todos indistintamente não apenas enquanto indivíduos, mas também como integrantes de inúmeras coletividades em que se inserem. Nesse intrincado jogo social, acreditamos que a família é um dos instrumentos fundamentais para a compreensão do papel dos direitos humanos na medida em que é nesse espaço que inúmeras determinações influenciam e são influenciadas em relação às leis, tanto em suas limitações como em suas possibilidades.

Nesse contexto, é necessário e importante esboçar uma compreensão contemporânea de direitos humanos, assim como discutir o que se entende por função social da família para então relaciona-las e aproxima-las.

PONTO DE PARTIDA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA COMPREENSÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

Atento às transformações histórico-sociais que foram vivenciadas depois da Declaração de Direitos Humanos de 1948, Herrera Flores contextualiza suas discussões em torno do que se entende pelos direitos em questão alertando que atualmente a cultura, a economia, a política e a sociedade de modo geral compõem um cenário consideravelmente diverso comparado ao momento em que foram delineadas aquelas orientações universais que ainda hoje fundamentam legislações e pactos internacionais (FLORES, 2009).

Nessa toada, se encontra a justificativa para uma tendência de reconstrução em relação ao que se entende por direitos humanos ao dizer que são “processos institucionais e sociais que possibilitem a abertura e a consolidação de espaços de luta pela dignidade humana” (FLORES, 2009, p. 19). Seguindo esse raciocínio, teoria e prática precisam estar direcionadas no sentido de desvelar os bastidores de normas positivadas derivadas de imposições ideológicas que deixam a desejar quando se trata de igualdade de oportunidades para gozar dos direitos humanos. Esses não podem ser vislumbrados como privilégio concedido a poucos ou pior, que se traduzam como um reforço de discriminações provocadas pela “divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano” (FLORES, 2009, p. 30). Se assim forem, a dignidade se torna algo inatingível.

Aliás, quando fala em dignidade, Herrera Flores supera a ideia de algo abstrato ou transcendental, considerando-a como “um fim material” (FLORES, 2009, p. 31) que se traduz como ter a mesma possibilidade não apenas de reivindicar mas de obter concretamente bens

imprescindíveis para que se tenha uma vida da qual todo e qualquer ser humano é merecedor, quais sejam: “expressão, convicção religiosa, educação, moradia, trabalho, meio ambiente, cidadania, alimentação sadia, tempo para o lazer e formação, patrimônio histórico-artístico, etc.” (FLORES, 2009, p. 28). Isso significa dizer que legislar sobre direitos humanos não é suficiente para assegurar dignidade se a norma não realiza o que efetivamente descreve. Em outras palavras, “a norma será tanto mais eficaz quanto maior for a aproximação e a atração que o plano da normatividade puder exercer sobre o plano da realidade” (ZAVASCKI, 1994, p. 292).

É exatamente essa a perspectiva que perpassa a discussão crítica dos direitos humanos, demandando condutas sociais que extrapolam ordenamentos jurídicos diante da insuficiência destes em meio à crueldade de uma hegemonia social hierarquizada (FLORES, 2009). Desse modo a proposta é:

[...] criar concepções e práticas que trabalhem política, econômica, cultural e “juridicamente” para transformar esses contextos que condicionam a satisfação das necessidades humanas em prol de um acesso mais igualitário e generalizado aos bens sociais (FLORES, 2009, p. 58).

Esse engajamento ininterrupto em favor da dignidade depende, como já dito, de uma atuação conjunta de atores sociais, instituições (públicas e privadas) e órgãos estatais, pois mesmo havendo uma legislação voltada aos direitos humanos e algumas iniciativas do Poder Executivo federal, além dos estaduais e municipais, são ações isoladas que precisam ser aprimoradas e difundidas para que alcancem os mais diversos espaços sociais.

Entendemos por espaço social qualquer lugar em que se mantêm relações intersubjetivas, por exemplo, o local de trabalho, a igreja, a escola, eventos sociais, comércio em geral, hospitais e o ambiente doméstico que, em regra, é onde convivem os integrantes de uma mesma família. E em todos esses âmbitos, é preciso incentivar práticas propiciadoras da dignidade como resultado da implementação de direitos humanos. É exatamente aí que a família pode ser protagonista de significativas transformações humanas e sociais implicando juntamente no redimensionamento da perspectiva dos direitos humanos.

Portanto, ao tomar a família como centro da reflexão, podemos observar como as relações intersubjetivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas além de impactar na forma como os direitos humanos são pensados – avanços ou recuos – em interface com o universo legal.

A(S) FAMÍLIA(S) DO SÉCULO XXI

Dinamicidade talvez seja a característica mais marcante da família contemporânea, compreendida como “um processo de construção social contínuo, jamais estabilizado, que interage com outras estruturas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e simbólicas” (LEANDRO, 2015, p. 9). Ao utilizar essa ideia podemos admitir que tal peculiar agrupamento humano, cujos vínculos podem ser originados por meio de regras de parentesco e/ou laços afetivos, permeado por variáveis de história e cultura, se constitui em temática de destaque no campo de estudos e discussões voltados às transformações na sociedade.

Este protagonismo envolvendo a temática da família tem sido ininterrupto, se ajustando aos diversos fatores que provocam o exercício constante de rever a noção de arranjo familiar, o que faz com que esse esforço em conceituá-lo seja um grande desafio ao pesquisador do campo das Ciências Sociais uma vez que existem diversas linhas teóricas que orientam as múltiplas definições para a noção de família. Igualmente se identifica uma infinidade de arranjos familiares que não se enquadram nas classificações existentes, os quais, em regra, seguem os padrões predominantemente estabelecidos em sociedade. Seguindo esse raciocínio, Cherlin (2010) enfatiza que “na vida contemporânea, os indivíduos, casais e famílias forjam de forma crescente cursos de vida variados e fluidos” (CHERLIN, 2010 *apud* WALSH, 2016, p. 7). Daí porque a opção em considerá-la como algo incessantemente reconstruído, assim como um fenômeno social impregnado de considerável habilidade para se adaptar às circunstâncias culturais e históricas com as quais se depara. Vale aqui a observação feita por Morin (2013, p. 358), de que “a família morre e sempre ressuscita”.

Além do caráter dinâmico, já mencionado, é inerente à família o esforço de conciliar a parentalidade e a afetividade com as individualidades e interesses de cada um de seus integrantes, o que, conseqüentemente, ocasiona tensões e conflitos. Tentar encontrar um equilíbrio entre o individualismo e a convivência familiar é o que se percebe na sociedade contemporânea, que pode ser assim resumida “numa sociedade caracterizada por uma forte individualização da vida privada, viver num mesmo alojamento obriga cada um dos habitantes a ter em conta os outros, também eles confrontados com esta existência” (SINGLY, 2000 *apud* DIAS, 2015, p. 31). Em outras palavras, o que se repele é a sobreposição de um em relação ao outro, com o intuito de compatibilizar de uma maneira exequível a convivência em um arranjo familiar sem esmaecer a identidade individual daqueles que a compõem, os quais se encontram no limite tênue de superar o egoísmo e pertencer a uma família (DIAS, 2015, p. 31).

Ao que parece, essa postura se encontra intimamente relacionada à afetividade como o canal em que “abre-se à cordialidade na identificação com o outro, caminhando para a compreensão” (SALLES FILHO, 2019, p. 63). Ou, dito de outra forma, como um elemento central para conectar as pessoas que elegem o afeto como o principal elo em suas vidas, eis que tem potencial para se traduzir em algo revigorante, desde que o dever de cuidar ultrapasse uma mera obrigação despertando, de uma maneira espontânea, um desejo de coexistência inspirada pelo tolerar, respeitar, estar atento (SEBASTIÃO FILHO; CRUZ, 2019), entre outros comportamentos altruístas que externam essa parte da psique humana.

A dimensão do afeto, que ultrapassa questões referentes unicamente à orientação sexual, potencializa a formação de famílias a partir do casamento, união estável ou a aproximação entre parentes, assim como as rupturas e dissoluções quando identificada a sua insuficiência ou ausência, ou, no dizer de Morin (2013, p. 358) “como o casal nasce e vive do amor, a cessação do amor por parte de um dos parceiros conduz à sua desintegração”. Ainda é essa afetividade que tende a ser revigorada quando diferentes gerações são entrelaçadas em razão da longevidade estendida aos membros mais velhos da família que partilham suas experiências com os mais novos ou, se traduz em reorganização, preocupações e conflitos geracionais a serem mediados:

Os diálogos intergeracionais serão cada vez mais bem-vindos e necessários, pois todos têm a aprender com os demais, ao longo de toda a vida. Portanto, a revolução nas relações está na forma como nos relacionaremos com pessoas de diferentes formas de viver, que em muitos momentos divergem dos nossos modelos. A resposta a isso é tolerância e respeito às diferenças (SALLES FILHO, 2019, p. 84).

Isso significa dizer que a família contemporânea vive um período de convivência multigeracional (DIAS, 2015). Isso afeta o cotidiano de uma forma considerável a depender do grau de dependência recíproca entre as diferentes gerações que pertencem a um mesmo arranjo familiar. Essa propensão é ilustrada por Walsh (2016) quando afirma que “a maioria dos avós vem cuidando dos seus netos há longo tempo: Mais da metade deles tem sido cuidador primário de pelo menos um neto por três anos ou mais” (WALSH, 2016, p. 14).

Outro aspecto a ser considerado quando se fala em família é a relação simbiótica que ela mantém com o ambiente doméstico, motivo pelo qual se atribui a particularidade de ser privada. Isto porque naquele ambiente são preservadas a intimidade, a privacidade e a autonomia em relação aos demais parentes, à comunidade que a cerca e à sociedade em geral (DIAS, 2015, p. 30). Hodiernamente, no entanto, o arranjo familiar não se restringe ao âmbito

privado e passa a ser vislumbrado como público e privado ao mesmo tempo ao se levar em conta que o Estado exerce interferência nesse peculiar agrupamento humano, vigiando e controlando o desempenho de suas funções, como, por exemplo, o exercício da autoridade parental e a punição para a violência doméstica (DIAS, 2015, p. 30). Contudo, a medida dessa interferência estatal ainda é objeto de intensa discussão, pois se confronta com o entendimento de que a família é o eixo norteador da sociedade, que deve cumprir suas funções a contento, sendo amparada pelo Estado apenas se for estritamente necessário (AMARO, 2014, p. 180).

Curiosamente, pontuar a família como pública e privada não exclui uma divisão de papéis de gênero que ainda se encontra extremamente arraigada, qual seja a noção de que o homem pertence ao espaço público e a mulher diz respeito ao espaço privado (DIAS, 2015). Como um desdobramento disso, aparece o que Beck (2011, p. 154) denomina de “legitimidade sexual-estamental da hierarquia invertida”, assim descrita:

Quanto mais “central” um âmbito é (definido) para a sociedade, quanto mais “poderoso” o grupo, tanto menos representadas estarão ali as mulheres; e vice-versa: quanto mais “marginal” se considera um âmbito de atuação, quanto “menos influente” o grupo, tanto maior a probabilidade de que as mulheres tenham conquistado oportunidades ocupacionais nesses campos. Isto é o que mostram os dados correspondentes em todos os âmbitos – política, economia, ensino superior, meios de comunicação etc.

Esse raciocínio se justifica na medida em que os trabalhos não remunerados, tais como o cuidado com os familiares, as crianças, doentes, idosos e a realização das tarefas domésticas são atribuições em sua maioria das mulheres da família (DIAS, 2015, p. 126). Aliás, até mesmo aquelas que exercem atividade remunerada fora do lar duplicam, ou até mesmo triplicam a sua jornada de trabalho ao cumprir as tarefas profissionais que lhe cabem para chegar em casa e fazer o que precisa ser feito, propiciando que os demais integrantes da família tenham a tranquilidade e a segurança de dedicar-se a outros serviços (DIAS, 2015, p. 126).

Isso explica porque um traço marcante da família contemporânea é o gesto de desnaturalizar os papéis de gênero, algo que tem crescido nas últimas décadas, sobretudo no âmbito doméstico e familiar. Sendo assim, tem-se rechaçado e questionado essa predominância do masculino sobre o público e do feminino em relação ao privado (DIAS, 2015). Nesse sentido, ainda há uma longa desconstrução social a ser feita, eis que se depara com algo reproduzido e internalizado por muitas gerações, que continuam insistindo nesses comportamentos e resistem às transformações que podem amenizar a desigualdade material gritante que existe entre os gêneros. Isso ainda se agrava quando há a necessidade de que haja mais de um provedor para

sustentar condições mínimas de existência e assegurar o básico àqueles que compõem uma mesma família.

Portanto, conciliar vida profissional e vida familiar é algo que precisa ser mais discutido, analisado e proposto à cultura dos homens uma vez que a sobrecarga das mulheres ainda é claramente visível como um traço da sociedade atual, sem repercussão e com pouca alteração no âmbito público e privado. Assim constata Walsh (2016, p. 20):

[...] apesar do crescente envolvimento dos pais e as contribuições ativas dos avós e outros cuidadores para a vida familiar, existe uma pressuposição persistente de que eles “ajudam” ou substituem uma mãe que está trabalhando ou está ausente.

Ao que parece é um processo paulatino para esmaecer o modelo de família patriarcal e hierarquizada que ainda tem seus resquícios permeando os mais diversos espaços sociais, uma vez que é relacionada a uma suposta “estabilidade da família não só aos papéis da mulher como mãe e doméstica, mas também a autoridade do homem sobre a mulher e sobre os filhos” (AMARO, 2014, p. 104). Depara-se, então, com o desafio de democratizar a família, o que passa necessariamente pela substituição da autoridade pela tolerância e da supremacia pela igualdade (MORIN, 2013, p. 359).

Mais do que a simetria de gênero, Morin (2013, p. 363) propõe a complementaridade, inspirada nas sociedades arcaicas em que se harmonizam o feminino e o masculino. Em relação aos genitores, o autor faz uma releitura da autoridade parental contemporânea propondo que o respeito dos filhos pode ser conquistado a partir de uma “ética de vida e de honra” (MORIN, 2013, p. 361), que despertaria nos descendentes a vontade de repetir tal postura e assemelhar-se àqueles que lhe despertam admiração. São novas perspectivas que estão suscitando na família profundas mudanças comportamentais.

Nas últimas décadas, novos cenários provocaram alterações relevantes quanto ao momento de se formar uma família, que não necessariamente exige a celebração de matrimônio, além da decisão de ter filhos ou não e quando fazê-lo (WALSH, 2016, p. 12). O que está implícito nessas opções envolve a situação profissional da mulher que vem ganhando espaço no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que o homem se compromete em cuidar dos filhos e se dedicar aos afazeres domésticos (WALSH, 2016). Mesmo assim é oportuna a observação de Beck (2011, p. 16) ao dizer que “homens são louvados em seu entorno por fazê-lo, enquanto os olhares sombrios recaem sobre a esposa”.

Outro traço marcante da família contemporânea é o envolvimento entre pessoas de diferentes culturas e raças o que dá visibilidade à diversidade, possibilitando o “cultivo do pluralismo cultural, com compreensão mútua e respeito pelas afinidades e diferenças, pode ser uma fonte de força que vitaliza uma sociedade” (WALSH, 2016, p. 17).

Não menos impactante nos arranjos familiares contemporâneos é a austera fase econômica que atinge níveis mundiais e interfere na “formação, estabilidade e bem-estar” (WALSH, 2016, p. 17) alcançando os seus integrantes e pode ser decisiva no sentido de proporcionar ou tolher oportunidades de desenvolvimento e crescimento tanto social quanto pessoal. Lamentavelmente “as imensas disparidades estruturais de hoje perpetuam um vasto abismo entre ricos e pobres, e números crescentes de famílias batalham para garantir sua sobrevivência” (WALSH, 2016, p. 18).

Ainda evidenciamos que a conjuntura econômica e social que cerca cada família pode ser determinante para a formação, manutenção ou desagregação dessa (WALSH, 2016, p. 20). Isso significa dizer que “muitas tensões na vida familiar são geradas por forças mais amplas no mundo à sua volta” (WALSH, 2016, p. 20), como o excesso de atribuições profissionais e a falta de tempo para se dedicar aos familiares, o incentivo ao consumo excessivo, o uso das tecnologias e internet, a mobilidade geográfica e o excesso de informações a que estão todos expostos. Porém, muitas vezes, esses fatores encontram-se num quadro de precariedade dos sistemas de trabalho, saúde e educação, o que pode causar impactos mais determinantes. De outro lado, de uma forma contraditória “o anseio pela ‘família’, ‘lar’ e ‘comunidade’ é intensificada pelas contínuas ameaças da instabilidade global (WALSH, 2016, p. 23). No mesmo sentido se manifesta Beck (2011, p. 162) ao constatar que:

Em todas as formas de vida em comum de homens e mulheres (antes, durante, à margem ou depois do casamento) explodem os conflitos do século. Mostram ali sempre a sua face privada, pessoal. Mas a família é apenas o lugar em que isto ocorre, e não a razão para que ocorra.

É notório que mesmo não sendo o motivo pelo qual tantas adversidades recaem sobre a família, ela se expõe e fica vulnerável às mazelas sociais, tornando-se, em diversas circunstâncias, um meio em que crises, frustrações, aborrecimentos, temores invadem o ânimo de seus integrantes e abalam a estrutura familiar até então existente. Todos esses percalços, no entanto, podem ser superados por meio de atitudes inovadoras, recriadoras, adaptadoras, flexíveis que contribuam para que os vínculos por mais ameaçados que sejam, não se desfaçam

(MELILLO; OJEDA, 2005). Em resumo, a resiliência surge como um diferencial dos arranjos familiares que sobrevivem às inúmeras dificuldades internas e externas que vivenciam:

[...] as famílias estão demonstrando uma resiliência considerável, tirando o melhor partido das suas situações e reconfigurando criativamente a vida familiar. Construindo uma variedade de arranjos domésticos e de parentesco, elas estão criando novas estratégias de relacionamento para adequarem suas aspirações e seus desafios, inventando novos modelos de conectividade humana (WALSH, 2016, p. 23).

Reinventada, flexível, resiliente, multirracial, pluricultural, a caminho da democratização das relações que a permeiam, oportunidade de convivência de várias gerações, pública e privada, afetiva, base da sociedade, protagonista de inúmeras transformações sociais e dinâmica são algumas das características mais marcantes da família contemporânea. Resta saber então o que aproxima os arranjos familiares da perspectiva crítica de direitos humanos já delineada.

A FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA COMO *LOCUS* DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Dentre outras, as características anteriormente atribuídas à família muitas vezes se confundem com as inúmeras funções que esta exerce, ou deveria exercer, tanto a nível público quanto privado, os quais são indissociáveis da vida doméstica que a envolve (BIROLI, 2010). Contudo, atualmente a dignidade tem se sobressaído como algo que deve ser priorizado, independentemente das circunstâncias, por toda e qualquer pessoa, grupo, instituição e poder público o que, por óbvio inclui a família.

É neste ponto que se vislumbra a aproximação entre a perspectiva crítica de direitos humanos e os arranjos familiares, considerando que a militância em favor da dignidade encontra terreno fértil para ser semeada e se propagar nesse peculiar agrupamento humano. É sabido que pelo fato de exercer a função de reprodução biológica tem a família a obrigação de assegurar a sobrevivência dos seus integrantes. Em outras palavras, ao menos em tese, a expectativa quanto ao suprimento de parte das necessidades materiais e imateriais de alguém é direcionado à família, a qual promove, ou deveria promover, a acessibilidade a tais bens em conformidade com o contexto que a cerca. Muito apropriada, neste viés, é a advertência de Flores (2009) ao apontar que é necessário ter a lucidez quanto a essa busca incessante por dignidade que se traduz em um “processo mais amplo que faz com que uns tenham mais facilidade para obtê-los e que a outros seja mais difícil ou, até mesmo, impossível de obter (FLORES, 2009, p. 30).

Seguindo esse raciocínio é preciso retomar, pela linha teórica crítica ora adotada, o que se compreende por dignidade:

Entenda-se por dignidade não o simples acesso aos bens, mas que tal acesso seja igualitário e não esteja hierarquizado “a priori” por processos de divisão do fazer que coloquem alguns, na hora de ter acesso aos bens, em posições privilegiadas, e outros em situação de opressão e subordinação (FLORES, 2009, p. 31).

Nesse sentido, superar - ou pelo menos amenizar - hierarquias e privilégios, bem como repelir opressões e subordinações é um exercício social de corresponsabilidade a ser praticado pela sociedade em geral e nos mais diversos espaços sociais, eis que “os direitos humanos devem ser entendidos e colocados em prática em seus contextos históricos concretos” (FLORES, 2009, p. 34).

Tendo essa compreensão nos é permitido dizer que a entidade familiar, ao que parece, tem razoáveis probabilidades de tornar palpável a dignidade aos seus integrantes porque se trata de um peculiar agrupamento humano que se faz presente no devir histórico, transformando e sendo transformado. Quanto a isso, apenas uma ressalva se faz necessária no sentido de dizer que o raciocínio aqui desenvolvido pretende ir além de uma concepção neoliberal em que o Estado intervém minimamente recaindo apenas e tão somente sobre o arranjo familiar as exigências voltadas à realização dessa almejada dignidade. Isso significa dizer que estamos conscientes de que cada família merece ser considerada em suas peculiaridades, muitas vezes sequer tendo o básico para garantir a sobrevivência de seus integrantes, além de administrar as animosidades internas e externas que são desencadeadas por essa carência predominantemente material.

No entanto, paralelamente às políticas públicas, ou ainda, às iniciativas não estatais a serem implementadas no sentido de suprir as demandas aí envolvidas, sobretudo de bens materiais, a família é um meio significativo na luta por dignidade quando pensamos no exercício de suas funções, em especial na socialização, a qual é incessante e oscila em diferentes graus conforme o ciclo de vida em que seus integrantes se encontrem. Sintetizando: a realidade em que a família está inserida deve ser considerada em razão das mais diversas variáveis que a compõem, porém não lhe retira a aptidão enquanto canal propício a promover pessoas dignas, que vivenciam os direitos humanos nas dimensões então delineadas. Se pensarmos no presente contexto nacional, são inúmeras as circunstâncias que permeiam a convivência familiar, dentre as quais nos deparamos com algumas vicissitudes que são mais visíveis no dia-a-dia na busca incessante por dignidade.

Estamos vivendo, na última década, duras investidas em desfavor do fortalecimento da democracia ainda imatura no Brasil, uma crescente instabilidade política aliada às oscilações econômicas, além de uma disputa intensa quanto à estabilização de valores supostamente majoritários, que tem dividido os mais diversos segmentos da sociedade civil. Isso se desdobra, por exemplo, em questionamento dos instrumentos de combate à corrupção, duvidosa condução das medidas voltadas ao meio ambiente, crises institucionais, conflitos entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, a exposição da fragilidade do sistema de saúde, de educação e de assistência social, além de embates raciais, de gênero e entre classes sociais. Tudo isso agravado, momentaneamente, pela epidemia mundial de COVID-19 que potencializa ainda mais as divergências pontuadas em um país desunido pela polarização ideológica. Esta, inclusive, acentuou-se pela mídia, cujos veículos de comunicação não se limitam ao rádio, televisão e jornal, mas incluem o mundo digital (computadores, tablets e celulares) e virtual (internet e redes sociais), em que informações (confiáveis ou não) se tornaram acessíveis a um toque de mão.

Esse é o cenário turbulento em que a família brasileira - revestida de resiliência e dinamicidade – experimenta no dia-a-dia para concretizar a dignidade, sem excluir as tensões internas que compõem o cotidiano do âmbito doméstico. Conscientes de que precisamos nos despir de uma versão romantizada e idealizada, identificamos, muitas vezes, nos bastidores do arranjo familiar o espaço em que afetos e desafetos e tantas outras emoções se desenvolvem, se reorganizam e trazem à tona os aspectos mais íntimos, mais obscuros e mais frágeis da personalidade humana.

Tendo essa lucidez e delineados superficialmente os contornos da conjuntura brasileira momentânea, em que se pontuaram alguns enfrentamentos visíveis aos arranjos familiares nos é permitido avançar um pouco mais na discussão da perspectiva crítica de direitos humanos, que é multifacetada e possibilita muitos desdobramentos que extrapolam o objetivo ora proposto.

Uma dessas facetas que está em evidência é a igualdade de oportunidades como caminho para o alcance da dignidade (FLORES, 2009). A igualdade, por sua vez, se abre em múltiplos prismas a depender do olhar lançado sobre esta. No entanto, para mantermos a linha de raciocínio dessa discussão teórica, o recorte é direcionado à igualdade concreta haja vista que a igualdade formal é algo juridicamente consolidado no Estado Democrático brasileiro, até porque “tratar as pessoas ‘simplesmente como pessoas’ pode colaborar para a reprodução e naturalização das desigualdades, entre elas as de gênero” (BIROLI, 2010, p. 63).

Nesse enfoque, a igualdade material tem se mostrado ainda muito distante, inclusive aquela que se supõe existente na família brasileira contemporânea mais especificamente quanto ao gênero quando confrontado com a tendência de democratização das relações familiares:

Pode-se dizer que a família é produto de, e reproduz ativamente, relações de poder historicamente estruturadas, sem deixar de ser um ambiente central à definição das especificidades dos indivíduos e dos valores e atitudes, racionais e afetivos, que terão impacto sobre sua participação em outras esferas da vida. [...] o problema de como as relações intra-familiares estabelecem-se, assim como sua conexão com as relações de poder em outras esferas, permanece negligenciado (BIROLI, 2010, p. 52).

Nesse contexto, é ingênuo pensar em democratizar relações familiares ignorando que estão impregnadas de um poder desigual aliado a uma complexa conjuntura nacional, o que desfavorece as lutas em prol da dignidade como a realização máxima dos direitos humanos. Isto porque os aspectos de hierarquia, privilégio, opressão e subordinação foram naturalizando-se de tal modo que se tornaram imperceptíveis ou pior, foram mascarados por uma falsa sensação de igualdade entre os gêneros durante a convivência familiar, que acontece tanto a nível privado quanto a nível público “como partes interligadas de um ciclo de desigualdades entre os sexos” (OKIN, 1989 *apud* BIROLI, 2010, p. 55). Contudo, isso não significa afirmar que o eixo central dessas relações de poder esteja voltado à instituição família, mas sim como a questão de gênero é nesta estruturada:

Na família, a estrutura de gênero, fundada na divisão sexual do trabalho, organiza a opressão, bloqueia as oportunidades das mulheres, e participa da produção dos afetos, das sensibilidades e de auto imagens que certamente não se reduzem à dualidade entre dominador e dominado (BIROLI, 2010, p. 64).

Em outras palavras, a maneira de condução dos arranjos familiares está intimamente vinculada à estrutura de gênero que os compõem fazendo com que essa desigualdade seja justificada, em tese, por diferenças entre o universo feminino e masculino, as quais são amparadas por construções sociais históricas consolidadas e naturalizadas e, por conseguinte, se verifiquem discriminações que destoam da perspectiva crítica de direitos humanos. Se a dignidade tem que ser assegurada por oportunidades semelhantes entre homens e mulheres, a reflexão que vem à tona é buscar caminhos para construir de maneira substancial essa igualdade.

Diversas são as dimensões a serem trabalhadas em prol da diminuição das assimetrias de gênero, dentre as quais algumas são apontadas pelo IBGE em levantamento estatístico. Por exemplo, as mulheres brasileiras afirmaram gastar, em 2016, aproximadamente 73% de tempo

a mais que os homens brasileiros nas tarefas domésticas e essa percentagem aumenta entre as nordestinas e mulheres de cor parda ou preta (IBGE, 2018). E isso impacta diretamente a carga horária parcial assumida pelas mulheres em trabalho remunerado e, conseqüentemente, recebendo um salário menor quando comparadas aos homens, acentuando-se essa diferença também em razão da localização geográfica (Norte e Nordeste) e entre as pardas e pretas (IBGE, 2018). Até o mesmo o grau de instrução revela desigualdade; eis que mulheres ainda que com o ensino superior completo obtiveram renda 37% menor em relação aos homens, nas mesmas condições naquele ano (IBGE, 2018). Confrontadas com os homens, no aspecto educacional, a média de instrução é maior entre mulheres, dentre as quais as pretas e pardas mais uma vez são aquelas que têm um nível instrução mais baixo (IBGE, 2018). Quanto à representação política, em dezembro de 2017 a presença feminina no Congresso Nacional correspondia à porcentagem de 11,3% em cargos eletivos e em ministérios haviam apenas duas mulheres em exercício de um total de 28 ministérios de Estado (IBGE, 2018). Cenário semelhante apareceu na composição dos efetivos nas Polícias Militar e Civil que, em 2013, tinha 13,4% de mulheres nas suas corporações. Também nos setores público e privado a predominância masculina foi identificada em cargos gerenciais equivalendo a 60,9% restando às mulheres 39,1% de tais cargos, sendo que entre estas a cor parda ou negra mais uma vez tinha uma menor representatividade. Mais do que estatísticas esses números trazem embutidos alguns fatores que interseccionam essa desigualdade, quais sejam, se vivem na área rural ou urbana, idade, religião, orientação sexual e etnia, entre outros. E tudo isso vem acontecendo simultaneamente à convivência familiar, que não pode ser descolada dessa realidade.

Essa afirmação se torna possível à medida em que a família protagoniza essas disparidades ao ser o socializador primário de seus integrantes, sendo oportuna a observação de que “a crítica feminista e a perspectiva de gênero, por sua vez, realçam que as relações de gênero nos domicílios resultam de ideologias que atribuem papéis de gênero diferenciados – aprendidos desde cedo no processo de socialização – ainda hoje cristalizados” (ITABORAÍ, 2015, p. 389).

Nessa toada, ter consciência dessa incessante dinâmica familiar, desnaturalizar os papéis de gênero e promover a flexibilização destes - quando se tem a possibilidade de redistribuí-los - pode ser um passo em direção à igualdade e, por conseguinte, à dignidade. No entanto, em um sistema capitalista e patriarcal se percebe uma nítida resistência às propostas que possam provocar mudanças sociais:

A responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que se define, assim, como produtivo e não remunerado seria a base do sistema patriarcal no capitalismo. O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens que se beneficiam coletivamente desse sistema (BIROLI, 2018, p. 28).

Isso significa dizer que a hegemonia dos interesses dos homens é persistente e se tornou invisível a ponto de ser reproduzida e até mesmo defendida pelo lado feminino, sem deixar de ser “uma perspectiva masculina e heterossexual que família e maternidade podem ser idealizadas e mesmo santificadas, enquanto continuam sendo definidas de um modo que onera as mulheres e as torna vulneráveis” (BIROLI, 2018, p. 95). Aliado a isso, é preciso amadurecer a ideia de despir-se da noção de igualdade que tem como parâmetro o homem, visto que foi construída historicamente para assegurar essa hegemonia masculina e incutir a capciosa ideia de que às mulheres foram garantidas liberdade, independência e autonomia suficientes frente às “opções” que a vida em família lhe oferece. Aliás, a própria noção de autodeterminação requer uma revisão, alertando Biroli (2013) que conforme a posição social em que a pessoa se encontra existem oportunidades prévia e hierarquicamente selecionadas. Ou seja, nem sempre a pessoa escolheu estar na condição em que se encontra, embora se conforme com isso, pois existe uma dinâmica social nas entrelinhas do exercício da autonomia feminina que restringe, de maneira velada, as decisões que tomou supostamente de forma voluntária (BIROLI, 2018), inclusive no âmbito familiar. As alternativas que aí se apresentam são revestidas de um ilusionismo provocando a distorcida percepção de que consentir com algumas circunstâncias é um ato consciente e livre quando, em regra, se tem relações de poder bem consolidadas atrás disso. Aliás, “a família permanece, ainda assim, como nexos na produção do gênero e da opressão às mulheres” (BIROLI, 2018, p. 34).

É essa pauta que precisa ser aproximada da perspectiva crítica de direitos humanos, incluindo as exigências direcionadas às mulheres tanto na esfera pública quanto na privada de tal modo que a dignidade destas esteja acima das expectativas quanto ao desempenho de papéis tradicionalmente atribuídos aos universos feminino e masculino. Tais papéis são supostamente exercidos em benefício da família, contudo na maioria das vezes favorecem os homens que a integram, reforçando-se, assim, relações de poder assimétricas e que perpetuam a desigualdade de gênero. Isto é, tendo o arranjo familiar como pretexto se consagra o individualismo de uma forma seletiva e injusta. E essa superação do individualismo que escraviza exige cooperação, mas antes de tudo se faz necessário admitir que existe opressão, subordinação, hierarquia e

privilégio no seio da família. Essa iniciativa torna factível o começo de uma lenta transformação de mentalidade a ser concretizada em gestos que diminuam as desigualdades então existentes.

Paralelamente, mas tão relevante quanto isso, a superação da culpabilização exclusiva dos homens em relação às desigualdades anteriormente mencionadas e a reflexão de que os papéis de gênero se estruturaram em variáveis que vão muito além de diversidade biológica, eis que envolvem interesses capitalistas, colonialistas e patriarcais combinados com questões raciais e classistas se mostram como pressupostos imprescindíveis à reorganização dos papéis de gênero. Todo esse contexto merece ser levado em conta ao se discutir a divisão sexual do trabalho, nas esferas pública e privada, como maneira de perseguir a igualdade substancial entre homens e mulheres, haja vista que a dignidade precisa ultrapassar relações de poder que minam essa pretensão. Não se trata de simplesmente transferir o empoderamento de um gênero ao outro, e sim de desenvolver um equilíbrio em que o masculino e o feminino se complementem. Isto porque só viveremos efetivamente em um espaço democrático quando a cooperação se sobrepor à competição, bem como no momento em que a equidade for aliada ao respeito pelas diferenças e mais do que isso; que a diversidade entre homens e mulheres seja vislumbrada como uma oportunidade de reconfigurar relações familiares e vivenciar os direitos humanos em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

AMARO, Fausto. **Sociologia da família**. Editora Pactor: Lisboa, 2014.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. 2.^a Edição. São Paulo: Editora 34, 2011.

BIROLI, Flávia. Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 51-65.

_____. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

_____. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CLEMENTE, Priscila Küller; MALUCELLI, Andressa Pacenko. Reflexões sobre o superendividamento do consumidor idoso hipervulnerável no mercado de crédito consignado.

In: PEREIRA, Dirce Nascimento; CONSALTER, Zilda Mara (org.). **Famílias na pós-modernidade**: transformações e debates. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

DIAS, Isabel. **Sociologia da família e do gênero**. Editora Pactor: Lisboa, 2015.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz**: sentidos e dilemas. Caxias do Sul, RS. Educs, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica**. n. 38. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012)**: uma perspectiva de classe e gênero. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LEANDRO, Maria Engrácia. Prefácio. In. DIAS, Isabel. **Sociologia da família e do gênero**. Editora Pactor: Lisboa, 2015.

MIELNIK, Franciele; SANT'ANNA, Adriana. Os impactos do estatuto da proteção da infância em face à massa publicidade consumerista: a necessidade de efetivação da tutela jurídica. In: PEREIRA, Dirce Nascimento; CONSALTER, Zilda Mara (org.). **Famílias na pós-modernidade**: transformações e debates. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SMANIOTTO, Melissa Andréa Smaniotto. **Família brasileira contemporânea**: perspectiva jurídica sobre sua função social. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2010.

SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para a paz**: olhares a partir da complexidade. Campinas, SP: Papyrus, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SEBASTIÃO FILHO, Jorge; CRUZ, Taís Vella. A incorporação do afeto nas relações de família: alguns desdobramentos na esfera penal e reflexões sobre os dilemas jurídicos da sua (in)existência. In: PEREIRA, Dirce Nascimento; CONSALTER, Zilda Mara (org.). **Famílias na pós-modernidade**: transformações e debates. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

WALSH, Froma. Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In. WALSH, F. **Processos Normativos da Família: Diversidade e complexidade**. Porto Alegre, Artmed, 2016, p. 3-27.

ZAVASCKI, Teori Albino. Eficácia social da prestação jurisdicional. **Revista de Informação Legislativa**, v. 31, n. 122, p. 291-296, abr./jun. 1994.

QUANDO BALAS PERDIDAS ENCONTRAM CORPOS NEGROS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO ESTATAL NO RIO DE JANEIRO SOB O CONCEITO DE NECROPOLÍTICA

WHEN STRAY BULLETS HIT BLACK BODIES: AN ANALYSIS OF STATE ACTION IN RIO DE JANEIRO UNDER THE CONCEPT OF NECROPOLITICS

Recebido em: 01/07/2020

Aceito em: 20/09/2020

João Gilberto do Nascimento Lima¹

Laura Guilherme Lopes²

Barbara Guilherme Lopes³

Resumo: Valendo-se, no título, de uma das expressões comumente utilizadas em manifestações contra a violência policial, o presente trabalho propôs uma análise da possibilidade de a atuação estatal no Rio de Janeiro travestir-se de necropolítica – conceito criado por Achille Mbembe e explorado ao longo da pesquisa. Partindo do método hipotético-dedutivo, objetivou-se falsear essa hipótese, sob uma abordagem progressivamente específica em relação ao território delimitado no título. Ao longo do primeiro capítulo, traçamos uma análise geral dos mecanismos de controle estatal, examinando suas eventuais incongruências e inefetividades. O segundo capítulo explorou, de forma específica, o conceito de necropolítica e a forma como ela se manifesta nas sociedades atuais. Visando à melhor compreensão desse conceito, a terceira fase de nossa pesquisa examinou os limites do poder do Estado, a fim de demonstrar os excessos que podem evidenciar uma política de morte. Por fim – estudados os elementos de caracterização da necropolítica em um Estado que, ao abusar do poder que lhe é conferido, inverte com sua função originária – o último capítulo deste trabalho analisou se (e como) essa política poderia estar evidenciada no território delimitado. Concluiu-se o Estado do Rio de Janeiro age reproduzindo necropolítica e o genocídio de pessoas negras ao promover as mortes de epistemologias e corpos selecionados e visados pelo controle do sistema penal.

Palavras-chave: Necropolítica; Violência Estatal; Rio De Janeiro; Genocídio.

Abstract: Using, in the title, one of the current expressions used in protests against police violence, this work proposes an analysis of the possibility of state action in Rio de Janeiro to become necropolitics – a concept created by Achille Mbembe and explored during the research. From the hypothetical-deductive method, this hypothesis was questioned through a progressively specific approach in relation to the territory defined in the title. In the first chapter, we made a general analysis of the mechanisms of state control, examining its incongruities and ineffectivities. The second chapter explored, specifically, the concept of necropolitics and how it shows in nowadays societies. For a better understanding of this concept, the third phase of the research explored the limits of the power of the state, in order to demonstrate the excesses which might point to a death policy. Finally – analyzed the elements that define necropolitics in a state where the original function is turned over by abuse of

¹ Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: joaogilberto@ymail.com

² Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: laura-glopes@hotmail.com

³ Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: barbaragl@hotmail.com

power, the last chapter of this work checked if (and how) this policy could be observed in the territory delimited. It was concluded that the state of Rio de Janeiro acts reproducing necropolitics and black people genocide when it promotes epistemologies and bodies' deaths, selected and targeted by the criminal system control.

Keywords: Necropolitics; State Violence; Rio De Janeiro; Genocide.

INTRODUÇÃO

Necropolítica é um conceito criado por Achille Mbembe (2011) para se referir a uma política de extermínio institucionalizada, na qual o Estado, exercendo o biopoder que lhe foi conferido por definição, escolhe quem deve viver e quem deve morrer. Neste trabalho, analisaremos o conceito proposto por Mbembe a partir do território delimitado no título, falseando a hipótese de a atuação estatal no Rio de Janeiro poder ser considerada um exemplo de necropolítica. Para tanto, utilizaremos o método hipotético-dedutivo.

Dessa forma, o estudo será dividido em quatro partes. De início, será feita uma abordagem geral sobre os mecanismos de controle social impostos pelo Estado através do sistema penal brasileiro, com um apanhado histórico sobre racismo e estrutura, para que se possa analisar como se desenvolvem determinadas lógicas violentas. Passe-se, em seguida, para o estudo do conceito e das formas de manifestação da necropolítica de forma ampla, a fim de que se possa fazer um exame das formas de controle no país e dos elementos do racismo.

Partindo para uma análise mais específica e delimitada ao território em análise, o segundo capítulo se dedicará ao estudo do abuso da legítima defesa enquanto sintoma de inversão da função do Estado – que é garantir a vida de seus cidadãos. Nessa lógica, será possível analisar a intervenção estatal em comunidades a partir da ideia de Mbembe, falseando a hipótese de o Estado, ao falhar com a sua função de proteção, estar praticando uma nova modalidade de necropolítica.

O presente trabalho objetiva propiciar, aos possíveis leitores, uma reflexão acerca dos limites dos poderes coercitivos conferidos a um Estado que se pretende Democrático de Direito. Tendo em vista a flagrante fragilidade de nossa recente democracia, ressalta-se a importância da pesquisa para que os discursos questionadores não apenas do poder do Estado, como do projeto de nação pretendido pelas lógicas impostas, possam ser colocados na academia e na sociedade, em busca de novos horizontes e de justiça social.

CORPOS NEGROS: CONTROLE SOCIAL E O SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Desde sua concepção teórica, a criminologia se debruça sobre o estudo do crime, debate este que não pode ser deslocado do contexto socioeconômico, que determina a atuação do estado como agente do sistema penal. Em se tratando de Brasil, impera a questão racial como estrutura, e por consequência, a manutenção de uma ordem racial. O controle desses corpos, diferentemente do que ocorre além da margem (ZAFFARONI, 1991), se dá a partir da transferência do controle escravista, violento e baseado em agressões físicas, para o encarceramento, conforme desenvolve Goés (2017). É a partir dessas ideias que se pretende, nesse capítulo do trabalho, conhecer, problematizar e compreender melhor as forças de controle social que sustentam o sistema penal brasileiro, parte importante para as conclusões pretendidas.

O novo controle, nesse sentido, pode ser entendido como um “novo *apartheid*”, que se escancara através das políticas públicas adotadas ou impostas com o fim do regime escravista – ou seja, a população negra foi expulsa das zonas rurais e excluída das zonas urbanas, sem qualquer auxílio público. O reflexo é a “dicotomia morro-cidade”, perceptível não apenas no espaço, mas também na ideologia da punição, cuja violência pretende manter a ordem racial outrora já existente (GOÉS, 2017).

Isso significa dizer que, tanto a escravatura quanto o atual modo de operar do sistema penal brasileiro, representam a institucionalização do racismo, de forma que o Estado é instrumentalizado a fim de manter o controle e a exclusão social de negros e negras. Não por acaso, a América Latina – periferia do capitalismo, tem como característica as práticas genocidas no exercício do poder, de acordo com Zaffaroni (1991). A partir desse conceito para a análise da região, Ana Flauzina (2008) trabalha com as fontes de sustentação desse controle social em dois níveis: que a forma de atuação está ligada ao pacto social que se sustenta; e que a forma de agir está relacionada aos destinatários.

Esses dois pontos constroem a fonte simbólica que possibilita a construção racista nos processos criminais latino-americanos, pois a tradição de apagamento fornece a base sustentadora de um conseqüente extermínio. Trata-se, nesse sentido, primeiramente do mito da harmonia entre as raças, presente como narrativa oficial das nossas relações que traz consigo uma ideia de democracia racial. Na verdade, conforme o trabalho de Flauzina, essa ideia impossibilitou a recuperação da história e da cultura negra, bem como o reconhecimento como tal. Como referido, a narrativa sustenta o desaparecimento do indesejado, e como política, tem-se genocídio.

Para Schucman (2014), o Brasil traz essa especificidade de etiquetamento nas relações sociais, que transforma as desigualdades em verdadeiros tabus:

Ainda que todas as evidências apontem o racismo como explicação para as desigualdades raciais, o racismo brasileiro tem a especificidade de, em maior ou menor grau, ser velado e sutil. A “democracia racial” faz parte do imaginário brasileiro e constrói um ideal do qual os brasileiros, em sua maioria, não abrem mão.

Soma-se a isso a segunda fonte de sustentação, na medida em que também era necessário o favorecimento de um grupo em detrimento de outros. Dessa forma, a assimetria foi perpetuada através dos mecanismos institucionais que trabalham incansavelmente para garanti-la. Aqui reside, portanto, a engrenagem do sistema penal brasileiro. A este, nesse sentido, é possível atribuir completo sucesso, uma vez que efetiva o extermínio ideologicamente proposto com os instrumentos que possui, como é o caso da violência policial (GOÉS, 2017).

Importa aqui ressaltar que a institucionalização do racismo não foi tipificada no Código Penal de 1940, que não criminaliza ou privilegia diretamente grupos sociais – sendo o próprio racismo um crime tipificado. Contudo, os instrumentos para sua materialização que promovem a seletividade penal, ou seja, a atuação do Estado permite, e como referido, projeta, o extermínio. A programação racista das instituições observa o sucesso através de dois parâmetros, conforme Goés (2017, p. 20), o Direito Penal declarado e o paralelo. No primeiro, a seletividade é demonstrada em razão da imensa maioria de pessoas negras encarceradas, de acordo com o autor:

No Direito Penal declarado, a seletividade racial é demonstrada pelos dados oficiais do DEPEN que expõem sua “clientela”: os negros (pretos e pardos, seguindo a classificação do IBGE) representam, até junho de 2014, 67% da população encarcerada, o que significa que dois em cada três presos são negros (GOÉS, 2017, p. 20).

Já no segundo, o Direito Penal paralelo se apresenta com a opressão policial direcionada e limitada geograficamente, que violenta e assassina em favelas e comunidades. Em outras palavras, a polícia brasileira promove a guerra nos morros, enquanto mantém a segurança nas cidades, de forma que a dicotomia seja preservada e intensificada socialmente ao longo do tempo. Pode-se dizer, portanto, que o papel do direito penal foi manter o modelo de exploração escravista, visto que as (os) escravas (os) libertos não foram absorvidos pelo

capitalismo, resultando não apenas na exclusão geográfica, com as periferias, mas também econômica, com o desemprego.

Coube, assim, ao Estado criminalizar condutas como “vadiagem”, ou mesmo o exercício de religiões de matriz africana e demais características culturais. Isso foi essencial para a criação da figura do criminoso, através do etiquetamento de figuras fenotípicas, de comportamentos indisciplinados em relação a ordem social imposta, e de manifestações políticas (PIRES, 2016). A relação intrínseca entre o racismo e a formação do estado brasileiro acena diretamente para o presente, e a política de morte que atinge corpos negros pela ação pública.

A construção do criminoso atravessa ainda a desumanização que determina a figura do inimigo (PIRES, 2016). Conforme o trabalho propõe acima, há um apagamento subjetivo da população negra, sendo assim, a leitura social é de uma figura inumana que ameaça a segurança de todos – evidentemente, o termo “todos” representa aqueles cuja identidade é respeitada, aqueles que o sistema penal escolhe proteger. De acordo com Pires, baseia-se na invisibilidade e na limpeza social para a efetivação de políticas de extermínio, tudo isso de maneira naturalizada, de forma que as discussões referentes a racismo estrutural não chegam no senso comum.

A partir da ideia de que há de se ficar atento às ameaças dos criminosos construídos, o medo conduz as relações para a segregação, e para essa ratificação atuam os mecanismos de controle: Ministério Público, polícia, Poder Legislativo e Judiciário são exemplos de agências do sistema penal (PIRES, 2016). Para se pensar em racismo estrutural, todas essas instâncias devem ser analisadas e questionadas. Conforme Pires (2016, p. 200):

A partir do momento em que se naturaliza uma imagem depreciativa, subalterna e inumana do outro, estão autorizadas medidas as mais radicais para afastar do convívio social a ameaça representada por aquele ser. Fazer da diversidade sinal de ameaça e do medo o condutor das relações intersubjetivas é produzir um desenho institucional de extermínio da diferença.

É dessa forma que a política genocida se estabelece, e é possível perceber que para além da morte de corpos, a subjetividade de pessoas negras também é constantemente apagada e diminuída. Nesse caso, se refere à morte de epistemologias, na construção da dominação étnica ou racial como política – essa estratégia não apenas serve como base para o genocídio negro no Brasil, como também é em si própria um genocídio de vivências,

experiências e formas de pensamento. Isto é, ao mesmo tempo em que sustenta violências, gera as violências estatais de que este trabalho trata.

Para isso, se utiliza o termo epistemicídio, melhor desenvolvido na sequência, em diálogo com o conceito de necropolítica, uma das facetas, ou resultado, do controle social trabalho neste ponto. Muito antes de balas perdidas encontrarem corpos negros, estes colidem com diversas estruturas historicamente construídas, e atualmente corroboradas no sistema penal do país, portanto, não basta observar, é preciso questionar as esferas responsáveis para que o preto político de morte seja tão bem sucedido em um suposto estado democrático de direito.

O DIREITO DE MATAR E A NECROPOLÍTICA

O controle social exercido no Brasil pelo sistema penal, na figura do Estado, acaba conferindo a esse ator o direito de matar para que possa efetivar as políticas enraizadas ao longo dos anos, conforme desenvolvido no item anterior. É nesse sentido que Achille Mbembe (2003), trabalha o conceito de necropolítica, isto é, política de morte, baseada na concepção biopolítica de Foucault, a partir de uma leitura da política como trabalho de morte, e da soberania como direito de matar. Dessa forma, caberá ao presente ponto desenvolver o conceito de necropolítica e contextualizá-lo na temática do trabalho, para posteriormente possibilitar sua verificação no cenário carioca.

O pensamento do autor traz as políticas de morte como uma macroestrutura que opera sobretudo em países com histórico de colonização. Nesse sentido, argumenta sobre a existência de um direito de matar, cujas bases normativas seriam o estado de exceção e a relação de inimizade, de tal forma que o poder continuamente procura a exceção, a emergência e um inimigo ficcional (MBEMBE, 2003). Conforme já exposto, a construção de um inimigo para o direito penal dialoga com o desenvolvimento da necropolítica, uma vez que projeta suas vítimas para dizimar o indesejado. Conferido de biopoder, portanto, o Estado declara a guerra contra determinados grupos, criando-se um estado de exceção.

Para Mbembe, a necropolítica tem como maior exemplo o Estado nazista, na medida em que a gestão foi completamente permeada pelo direito de matar a partir de questões biológicas. O tema do inimigo, na ocasião, faz com que o Estado entre em guerra contra os estes, e, ao mesmo tempo, exponha seus próprios cidadãos a ela, os quais deveriam ser tutelados, e, assim, “combinava as características de Estado racista, Estado assassino e Estado

suicida” (MBEMBE, 2003, p. 128). Ocorre que a livre escolha entre quem deve viver e quem deve morrer não é, de fato, livre, e não acontece por acaso.

Interessa, nesse ponto, retomar o conceito de epistemicídio, trazido por Sueli Carneiro (2005), e igualmente baseado na ideia do biopoder definido no Brasil de forma racista, mas retirado de Boaventura de Sousa Santos (1997), “para quem o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial” (CARNEIRO, 2005, p. 96). Trata-se do genocídio epistemológico cometido nas relações de poder entre grupos sociais, sobretudo em desfavor dos grupos étnicos, considerados como os Outros nas dinâmicas estabelecidas.

De acordo com Boaventura, essa é uma característica do imperialismo e das regiões submetidas a colonização por ter sido o mecanismo que efetivou o apagamento de culturas e massacre de povos, de forma que a população “estranha” – ou, os Outros, puderam ser eliminados. Mas não somente corpos foram dizimados, como também suas formas de conhecimento, seus saberes e suas crenças. Sueli Carneiro adapta o pensamento ao contexto do racismo brasileiro, com todas as suas excepcionalidades, e expande o entendimento da anulação e subjulgamento de negras e negros em relação a sua racionalidade.

Diante disso, o epistemicídio atinge os sujeitos a partir da negação da sua racionalidade, ou na assimilação cultural que lhes é imposta. Essa forma de controle é bastante perceptível em termos de Brasil, quando se reconhece que a escravidão não teve fim com a Lei Áurea, mas foi se resignificando a fim de manter a dominação através de outros veículos. No campo da educação, o conceito se aplica na produção e reprodução de conhecimento que da mesma forma buscam reafirmar as estruturas sociais expostas sobre o estudante negro (CARNEIRO, 2005), prática que se reproduz e se retroalimenta, dessa forma, se estabelece o cenário ideal para que se questione a humanidade de pessoas negras, restringindo o título de “humanos” aos brancos.

Tem-se, assim, o “Ser” e o “Não-ser”, a partir da negação da humanidade do Outro, e o apagamento de identidade, cultura, e capacidade de criar e reproduzir conhecimento, conforme já mencionado. De acordo com Carneiro, “O Não-ser assim construído afirma o Ser” (2005, p. 99), ou seja, um só existe em razão do outro, e a prerrogativa de dominar a dinâmica cabe apenas a um dos lados. O epistemicídio, nesse contexto, implica:

Essa é uma das conseqüências irremediáveis da dimensão epistemológica do Contrato Racial. Em sua dimensão histórica e existencial enquanto processo inaugural da supremacia branca ocidental tem-se sintetizando as assertivas de Mills.

Nesse sentido, colonialismo/racismo se constituíram num aparato global de destruição de 102 corpos, mentes e espíritos. De vinculação e subordinação da sobrevivência cognitiva do dominado aos parâmetros da epistemologia ocidental (CARNEIRO, 2005, p. 101-102).

O referido contrato racial funciona como um pacto silencioso com o qual se estabelecem os privilégios e as opressões, a base do racismo, e a negação da intelectualidade de pessoas negras é um processo constante para seu sucesso – a possibilidade de matar corpos negros. Na sociedade racista, o epistemicídio “é um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações”, isto é, ultrapassa o corpo material, ao mesmo tempo em que dá a possibilidade do próprio genocídio de corpos.

Nesse sentido, o conceito dialoga com a necropolítica e complementa a ideia quando se fala em genocídio racial no Brasil, uma vez que as complexidades históricas do país trazem características específicas ao modo de controlar corpos. Ainda que o resultado final seja política de morte durante operações policiais, a estrutura percorre a morte de saberes, e interessa estudar essas dinâmicas como conexas para que eventualmente se possa resgatar culturas apagadas – e lutar pelas vidas.

A política de morte e o direito de matar, nesse contexto, coexistem, na ideia de necropolítica para Mbembe. Contudo, para seu pleno funcionamento, são necessárias instituições que, objetivando o controle social, possam revestir-se de racismo na sua estrutura – no Brasil, o sistema penal, de maneira ampla, reivindica esse papel, e a seus agentes são concedidos os direitos. Trata-se do poder que o Estado tem de gerir a vida e a morte, e, portanto, legitimar esse próprio poder (RIBEIRO JÚNIOR, 2016).

Dessa forma, a biopolítica, em Foucault, nas microdinâmicas de poder, assim como regulamenta e controla a vida, controla também a morte com complexas tecnologias de destruição. (MBEMBE, 2011). Essa transição se utiliza da violência estatal sob o pretexto de civilizar, ou, no contexto do Rio de Janeiro, higienizar a sociedade, geograficamente delimitado nas favelas e comunidades pobres, compostas por uma maioria de pessoas negras. Nada obstante, conforme desenvolvido na seção anterior, isso também não se trata de fenômeno isolado na história, pois a escravidão é um exemplo de controle exercido com a necropolítica.

Dessa lógica, se serve o Estado para construir seu inimigo, já apontado ao longo dos anos de escravidão, e reafirmado posteriormente. De fato, o sistema penal brasileiro se vale do inimigo para outorgar o direito de matar a seus agentes militares, com a força violenta

característica. A guerra as drogas, por exemplo, é uma faceta dessa política, institucionalizada pela Lei de Drogas, que atua como um verdadeiro “dispositivo de racismo” (RIBEIRO JÚNIOR, 2016), e assim as intervenções policiais em favelas se justificam pela segurança pública, uma vez que o tráfico de drogas foi eleito como um grande perigo nacional. Mas, como a “guerra às drogas” se torna muito mais uma guerra a pessoas negras, sobretudo a jovens?

Vera Malaguti Batista (2003) trabalha a questão das drogas em relação a juventude negra carioca e problematiza as ações policiais baseadas nas “atitudes suspeitas”, visto que, em verdade, determinados grupos sociais despertam “suspeitas automáticas” (BATISTA, 2003, p. 103). Jovens negros e pardos, portanto, residindo em regiões de tráfico, são imediatamente eleitos como inimigos da sociedade – caráter que se percebe nos próprios processos criminais, cuja vítima é a coletividade. Conforme já foi desenvolvido, sabe-se que essa coletividade tutelada também foi escolhida pelas estruturas racistas para representar o “Ser”, em posição ao “Não-ser”.

Ainda que a política de drogas não seja especificamente o tema que este trabalho pretende analisar, não há como ignorar a temática quando se fala em violência estatal no Rio de Janeiro, uma vez que as engrenagens racistas também atravessam a legislação e, sobretudo, o modo de operação que dela surge. As abordagens policiais, em sua ânsia por criminalização, transformam a dita guerra as drogas em guerra contra pessoas, e a política de guerra é justamente o que Mbembe desenvolve com a questão da necropolítica.

Para Mbembe, “A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar” (2003, p. 123), desse modo, há um lugar específico para a morte e outro para a vida. E nas relações entre biopoder e soberania é possível discutir algumas estruturas de Estado determinantes para o racismo como estrutura, a partir das categorias vida e morte.

Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los (MBEMBE, 2003, p. 128).

A divisão em raças, portanto, aparece como ponto fundamental no controle social, na argumentação do autor, que aponta a necessidade da exceção, da emergência e dos inimigos ficcionais. Pode-se observar, com relativa facilidade, que a violência estatal utilizada no Brasil se guia por todos esses elementos, na medida em que opera em prol da segurança pública, em teoria pela extrema gravidade do problema público, materializado na guerra as drogas. Assim, a racialização de negras e negros determina a divisão entre quem deve viver e quem deve morrer e torna possível as “funções assassinas do estado” (MBEMBE, 2003, p. 128).

Portanto, a questão da soberania se insere aqui para classificar esse poder de controle social. Contudo, a existência de um Estado Democrático de Direito não impede que a política de morte aconteça, como demonstrado, uma vez que diversos institutos brasileiros reafirmam e contribuem para a manutenção de injustiças e do racismo estrutural. Dessa forma, quais os limites do poder estatal na sua atuação, dentro e fora das prerrogativas sistema penal? Cabe a análise das funções estado – seja na manutenção ou na contenção do genocídio no Brasil, a fim de estabelecer as ligações necessárias entre as teorias e a soberania que dispara as balas perdidas, e é o que se pretende a seguir.

TODO ESTADO SE FUNDA NA FORÇA: OS LIMITES DA LEGÍTIMA DEFESA E A INVERSÃO DA FUNÇÃO DO ESTADO

Sabe-se, conforme já trabalhado, que o sistema penal atende a determinados interesses construídos ao longo da história, e que a necropolítica provém da soberania concedida para se decidir quem vive e quem morre. É possível perceber que o Estado concentra o poder do sistema penal no Brasil, através da função de prover a justiça e a igualdade, contudo, quais são os limites desse poder, e a que ele se destina? Nesse capítulo, se pretende analisar a figura do Estado e questionar os limites da legítima defesa, comumente alegada pelos atores do sistema para promoverem mortes indiscriminadamente.

Max Weber (1988, p. 506) caracterizava o Estado como “aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima”. Partindo da máxima weberiana, Bianchi (2014, p. 87) destaca em sua obra que “poder e dominação são os conceitos primeiros dessa sociologia da dominação e aqueles a partir dos quais se tornava possível a reconstrução do conceito de Estado”. Portanto, é possível concluir que o poder do

Estado se sustenta em uma relação de dominação na qual o próprio Estado, por meio de seus representantes, exerce o monopólio da força em defesa da ordem pública. Bianchi (2014, p. 88), em crítica a esta relação, sintetiza que:

O conceito de dominação seria, assim, idêntico ao conceito de “poder de mando autoritário” (Weber, 1999, v. 2, p. 191). O caráter equívoco do conceito de poder é suprimido pelo conceito de dominação, uma vez que este implicaria uma probabilidade e, portanto, permitiria prever em dada relação qual das partes conseguirá impor sua vontade.

A problemática levantada por Bianchi (2014, p. 88) introduz o estudo delimitado no presente capítulo ao propor a reflexão acerca do desvio da função legítima do Estado a partir do conceito de dominação. Sabendo que o poder é atributo inerente ao próprio conceito de Estado, analisamos os limites deste poder no que tange à atuação de seus representantes em atos contra a vida. Quando estes limites são extrapolados, o que se evidencia é a inversão da função lógica do Estado, legitimando-se a violência institucional com base no raciocínio clássico de Hobbes (1588-1679) ao dizer que “o homem é o lobo do próprio homem”.

Valendo-se da premissa proposta por Trotsky de que “todo Estado de funda na força”, a presente subdivisão se dedica ao estudo dos limites da legitimidade dessa força sob o viés do Direito. A legítima defesa é reconhecida pelo Diploma Penal (BRASIL, 1940) como um fator que exclui a ilicitude do ato, reconhecendo-se no caso de “quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”. Tal instituto figura como um dos poucos resquícios de autotutela presentes em nosso atual ordenamento jurídico.

Levando a questão para o espaço-tempo objeto de estudo, questiona-se se a atuação estatal por meio de operações policiais contra o tráfico de entorpecentes nas favelas do Rio de Janeiro estaria abarcada pela escusa da legítima defesa ou se seria um indicativo de inversão da função estatal, neste caso posta como a defesa da vida de seus cidadãos. Analisar-se-á a eficiência deste meio de intervenção no combate à criminalidade em prol da segurança do bem estar da população local, valendo-se de dados estatísticos, da análise de casos e da contribuição de pesquisadores da área.

O Código Penal vigente (BRASIL, 1940) prevê a possibilidade de aplicabilidade da legítima defesa aos casos de erro na execução, ao que a doutrina denomina *aberratio ictus*. Cunha (2017, p. 129) entende que, nesses casos, “a infeliz reação deve ser considerada como se praticada contra o real agressor, não descaracterizando a legítima defesa”. Com efeito,

durante o ano de 2019, alguns casos trouxeram à tona a reflexão acerca dos limites da aplicabilidade da legítima defesa aos casos de *aberratio ictus* no concerne aos recorrentes casos de ações policiais que resultam na morte de moradores das comunidades.

Um desses casos ocorreu em setembro de 2019, quando Agatha Vitória Sales Felix, de oito anos de idade, foi atingida por um disparo desferido por um Policial Militar. O caso ocorreu no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro (RJ), território conhecido pela sequencialidade de confrontos envolvendo operações entre policiais e líderes do narcotráfico.

Em novembro de 2019, o Partido Socialista Brasileiro, por iniciativa do deputado federal Alessandro Molon, impetrou com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em denúncia a abusos cometidos por agentes estatais em intervenções nas favelas do Estado do Rio de Janeiro. Intimado para se manifestar nos autos, Wilson Witzel, governador do Estado, defendeu a política de segurança pública implantada:

Ao assumir o Governo do Estado em janeiro de 2019, a atual Chefia do Poder Executivo deu continuidade ao trabalho de segurança pública que vinha sendo empreendido pelo Exército e foi além: adotou a política de tolerância zero com meliantes que ameaçam o direito de ir e vir da população com armas de grosso calibre. Isso não é violar, com o respeito devido, preceito fundamental da Constituição Federal de 1988. Ao contrário, é cumprir o papel do Estado na repressão ao crime organizado; ao tráfico de drogas, ao roubo de cargas e, em última análise, um regime de terrorismo urbano que os criminosos vinham impondo à população fluminense, sobretudo os mais humildes que residem em comunidades carentes.

Nada obstante, recentemente caso semelhante vitimou outra criança – desta vez o menino João Pedro Mattos Pinto, de quatorze anos de idade. João Pedro estava em sua residência, na cidade de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Na ocasião, a residência de João Pedro foi alvo de disparos durante uma perseguição a supostos foragidos envolvidos com o narcotráfico local. A vítima foi socorrida de helicóptero, mas veio a falecer.

Os casos envolvendo Agatha e João Pedro foram aqui invocados em rol exemplificativo e ilustrativo, sem a pretensão de esgotar os exemplos fáticos envolvendo mortes por *aberratio ictus* em operações policiais. Bem por isso, saindo da análise concreta, a segunda parte desta subdivisão dedicar-se-á a uma análise estatística que possibilitará uma visão ampla e segura acerca da atuação do Estado na promoção da segurança pública.

O “Atlas da Violência” é um levantamento estatístico organizado anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de

Segurança Pública (FBSP). A última versão, feita em 2019, foi a utilizada no presente trabalho. A pesquisa promovida pelo Atlas (2019, p. 25) constatou que “a morte prematura entre jovens (15 a 19 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980”. Os dados indicaram (2019, p. 26) que “entre 2016 e 2017, o Brasil experimentou aumento de 6,7% na taxa de homicídios de jovens”. Em números, na última década, “essa taxa passou de 50,8 por grupo de 100 mil jovens em 2007, para 69,9 por 100 mil em 2017, aumento de 37,5%”.

O exame (2019, p. 49) ainda ressaltou o “aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil”. O gráfico juntado ilustrava que, “no período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%”. Ainda sobre a violência contra a população negra, a pesquisa relembrou o lamentável resultado obtido em 2017, quando esta desigualdade restou evidenciada de forma substancial. Naquele ano, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (incluindo pretos e pardos, segundo classificação do IBGE). Em números, a taxa de homicídio a cada 100 mil negros foi de 43,1; enquanto a mesma taxa relativa a não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Proporcionalmente, naquele ano, para cada homicídio praticado contra uma pessoa não negra, foram registrados 2,7 homicídios contra pessoas negras. O grupo (2019, p. 94) finalizou o levantamento em tom de denúncia às lacunas constitucionais acerca do papel do Governo Federal na Segurança Pública em comparação com a abordagem destinada pela Carta (BRASIL, 1988) à Saúde Pública. Para os autores, a ausência de regulamentação superior justifica a crise de inefetividade deste setor:

Na ausência de uma política nacional de segurança pública, em um país continental como o Brasil, com características tão heterogêneas entre as UFs, em geral, as políticas públicas locais terminam sendo conduzidas pelo empirismo do dia a dia, na base da improvisação e no apagar de incêndio das crises recorrentes, seja em função dos crimes que ocorrem nas ruas, seja dentro dos cárceres, onde há muito o Estado perdeu o controle.

Além disso, os pesquisadores (2019, p. 95) salientaram a importância do estímulo à inteligência policial em detrimento do policiamento ostensivo, propondo um questionamento à eficácia do endurecimento da lei penal desprovido da aprimoração das investigações. A equipe corroborou a tese defendida sob a problemática de déficit de elucidação de crimes graves: em termos nacionais, a taxa sequer é computada; já nos estados que se conhece, “o índice é baixíssimo, algo em torno de 10% a 20%”.

Com efeito, além da morte prematura em circunstâncias semelhantes, João Pedro e Agatha possuíam outros fatores em comum: ambos eram negros e ambos residiam em comunidades. Tais fatores vêm ao encontro das desigualdades levantadas pelo Atlas e ratificam a relevância da reflexão proposta no presente trabalho. Em última análise, no que tange à abordagem proposta por esta subdivisão, o que se pode concluir é que os limites da legitimidade do poder do Estado devem respeitar os limites da defesa da vida e do bem estar de seus cidadãos. Quando este limite é extrapolado, o Estado inverte sua função originária e passa a figurar como pólo ativo nas lamentáveis estatísticas de violência nacional.

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA ENQUANTO NECROPOLÍTICA NO RIO DE JANEIRO: A ATUAÇÃO DO ESTADO NAS COMUNIDADES E O GENOCÍDIO DE JOVENS NEGROS

O estudo desenvolvido nas primeiras subdivisões da presente pesquisa permitiu que se construísse o arcabouço teórico necessário para falsear a hipótese primeiramente levantada: é possível analisar a Política de Segurança Pública aplicada no Rio de Janeiro sob o conceito de necropolítica? A partir deste questionamento, esta última subdivisão visa a relacionar a atuação estatal nas favelas com a morte prematura de jovens negros enquanto sintoma de uma política de genocídio cujo pólo ativo é o Estado.

Em denúncia ao que caracteriza como uma nova modalidade de *apartheid* brasileira, Góes (2017, p. 09) aborda a dicotomia morro-cidade como evidência do medo branco de uma nova grande revolta negra. Valendo-se do paradigma racial-etiológico lombrosiano, o autor (2017, p. 12) ressalta o viés racista intrínseco à chamada “guerra às drogas”:

Outra importante “tradução” do paradigma racial-etiológico lombrosiano demonstra que o racismo é a face oculta(da) da nossa “guerra contra as drogas”, disposta, constantemente, como sendo um engajamento nacional ao programa estadunidense de combate ao comércio de drogas consideradas ilícitas, que colocou, teoricamente, a questão sobre termos de saúde pública, mas explicitando a lógica do extermínio.

Sob esse espectro, Góes (2017, p. 13) conclui que o combate nunca foi à periculosidade toxicológica da droga, mas ao seu uso, por corpos negros, para fins religiosos, curativos ou por “seu simples consumo como instrumento de fuga de um mundo extremamente violento (tal qual o uso do álcool), no qual a (sobre)vivência era quase insuportável”. Nesse sentido, para o autor, o racismo institucionalizado pelo Estado forneceu a legitimidade científica necessária para “manter a estrutura racial intocável, a violência, a

subjugação e o genocídio, modernizado por nossa ‘guerra contra as drogas’ como controle racial”.

Para Zaffaroni (2015, p. 27), “os episódios de massacres estatais, genocídios ou homicídios grotescos massivos cometidos por agentes do poder punitivo” são uma constante ao longo da história civilizada. O jurista destaca que a atuação ativa do Estado garante o prévio condicionamento e a posterior legitimação deste método de controle social, que escolhe quem são os inimigos deste Estado para então eliminá-los. Nessa lógica, o programa proposto por Zaffaroni (2015, p. 27) “classifica os humanos entre próprios e estranhos”, de forma que os próprios estão organizados sistematicamente, de forma análoga a uma sociedade de abelhas. Os estranhos, por sua vez, seriam o restante da população, que não se enquadraram nos moldes sociais e, bem por isso, passaram a ser considerados seres humanos inferiores (“não pessoas”) e inimigos naturais.

Trazendo a comparação de Zaffaroni (2015, p. 27) para o espaço-tempo objeto de estudo, e parafraseando a metáfora de Góes (2017, p. 09) é possível vislumbrar uma organização social que se divide em dois grupos: (1) a cidade; e (2) o morro – o “*apartheid* brasileiro”. Nesse contexto, os integrantes do grupo 1, sistemicamente organizados, exercendo as relações de opressão que lhe foram conferidas por definição e atuando na representação do Estado, escolhem os inimigos deste mesmo Estado. Estes inimigos, também por definição, são os integrantes do grupo 2.

Em entrevista à Ponte Jornalismo, Rosane Borges (2019) asseverou que a atuação estatal no Estado do Rio de Janeiro, mormente no governo Witzel, pode ser interpretada como uma forma de necropolítica devido à militarização da força. Nessa perspectiva, a pesquisadora destacou a relação entre necropolítica e racismo a partir do exame dos locais onde essa força é exercida – que é nas favelas, onde a densidade demográfica da população negra é maior.

Destarte, o racismo estrutural (porque praticado pelo Estado) mantém acesa a ideologia segregacionista salientada por Góes (2017) e Zaffaroni (2015) – que, inclusive, não é uma problemática exclusiva do Brasil. Recentemente, o caso envolvendo George Floyd teve grande repercussão nos Estados Unidos. Floyd era um homem negro e foi asfixiado até a morte por um policial branco, em Minneapolis. O crime, que foi filmado e divulgado na internet, teria sido motivado pelo fato de Floyd, supostamente, estar utilizando notas falsas para fazer compras em um mercado. As últimas palavras de Floyd, “*I can’t breathe*”, foram

utilizadas em manifestos no país. Os protestantes se manifestaram, principalmente, por meio de vandalismos, ateando fogo em viaturas e em uma delegacia de Minneapolis.

A legitimidade do *modus operandi* utilizado pelos manifestantes ao deteriorar bens públicos e privados divide opiniões. Bem por isso, a história de Floyd exemplifica e introduz o próximo assunto a ser abordado nesta subdivisão: a relação entre necropolítica, racismo e capitalismo. Rosane (2019) destacou o elo entre esses três fenômenos, ainda em entrevista à Ponte:

Um sustenta o outro. Em uma análise mais estritamente marxista temos o seguinte: aquilo que o capitalismo acha que não serve mais ele abate, porque são corpos negros. A massa sobrando do mercado de trabalho, o que se faz? O que se faz com o contingente de pessoas que não serão absorvidas pela novas competências técnicas e tecnológicas do capitalismo? Se mate, se exclui. Obviamente que essa mesma massa sobrando são corpos negros, mulheres negras, fundamentais para a acumulação de capital. Corpos que foram escravizados e hoje eles não interessam mais para o capital. A análise mais liberal, financeira, está chamando essas pessoas de desalentadas. São pessoas que estão vivendo nas franjas do sistema social, ficando marginalizadas. Nesse processo de marginalização, a gente cria linhas divisórias de nós e outros. E esses outros podem ser alvo de tudo. Inclusive da morte.

Com efeito, sob a perspectiva dos grupos proposta por Zaffaroni (2015, p. 27), a reação popular às manifestações evidencia muito bem o elo ressaltado pela pesquisadora: enquanto os integrantes do grupo 2 clamam para que o Estado pare de matar pessoas negras, os integrantes do grupo 1 sentem-se aterrorizados (não pelas mortes de pessoas negras, mas pela deterioração de objetos). Nesse sentido, a relação entre capitalismo e necropolítica resta evidente quando a empatia se manifesta sobre objetos antes de se manifestar sobre vidas humanas interrompidas – e, a partir disso, é possível compreender a fala de Rosane (2019) de que “um sustenta o outro”.

O mesmo elo pode ser traçado em relação ao Estado do Rio de Janeiro, ora objeto de estudo. Após a morte de João Pedro, anteriormente abordada no presente trabalho, manifestantes contra a violência policial lideraram um protesto denominado “Vidas negras importam”. A manifestação encerrou após a utilização, pela polícia, de bombas de efeito moral e balas de borracha.

O repúdio, pelos grupos dominantes, às manifestações populares ratifica “o medo branco de uma nova revolta negra” destacado por Góes (2017, p. 09) ao passo que evidencia a inversão de valores da qual decorre a inversão da função do Estado. Mais uma vez parafraseando Zaffaroni (2015, p. 27), conclui-se que os integrantes do grupo 1 silenciam os integrantes do grupo 2 por temer que a revolta destes afetem a sua propriedade privada. Por outro lado, os mesmos integrantes do grupo 1 silenciam quando o Estado, fortemente armado,

invade a propriedade privada do grupo 2, causando a morte de seus integrantes. Quando tudo isso ocorre travestido de uma Política de Segurança Pública, se está diante de uma necropolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas palavras de Angela Davis, “temos que falar sobre libertar mentes tanto quanto sobre libertar a sociedade”. A partir dessa ideia, este trabalho teve por objetivo ocupar o local de fala da academia para tratar do racismo na atuação policial no Rio de Janeiro sob a perspectiva da necropolítica. Afinal, o Estado assume o direito de matar mentes e corpos negros? Para isso, foi encarada primeiramente a estrutura de controle social do sistema penal brasileiro, que se constrói e se sustenta ao longo da história através do racismo, sendo este um elemento central do capitalismo.

Pode-se perceber que, desde a abolição da escravatura, o sistema penal se reinventa para manter um controle de corpos conforme os interesses do projeto de sociedade que se construiu historicamente. Dessa forma, o racismo tem vazão nos institutos criminais a partir do etiquetamento de indivíduos na figura do inimigo, coisa racializada e possível de ser combatida e eliminada. Isto é, o racismo estrutural, entranhado nas instituições públicas e seus agentes, promove o genocídio nas favelas com o aval da sociedade.

Esse aval, no contexto de país escravocrata, também conta com elementos analisados no segundo ponto do trabalho, como é o caso do epistemicídio, ou seja, o genocídio da epistemologia, uma vez que a morte não se restringe aos corpos negros, mas antes disso, e concomitantemente, são assassinadas as inteligências, os saberes, as culturas e as crenças dos povos. Esse processo doloroso complementa a necropolítica utilizada como política de estado – a política de morte, através da qual se estabelece guerra contra determinados cidadãos que a força estatal deveria tutelar.

Restou evidente, ao se avaliar as práticas do Estado, especificamente em se tratando de Rio de Janeiro, que a política de morte se apresenta como um princípio norteador, e a identificação de pessoas negras como inimigos a serem combatidos. Quando se fala em racismo estrutural, é preciso atentar ao passado e analisar o presente como faces da mesma moeda, na medida em que os corpos submetidos a escravidão são hoje atingidos pelas balas “perdidas” de um projeto genocida de higienização social.

Diante dos dados alarmantes de violência policial, resta acertar as contas com esse passado, para que as estruturas sejam sacudidas e os responsáveis pelos interesses em jogo

desde a escravatura possam cair. Por isso, questionar o genocídio de mentes e corpos negros é um assunto constante que merece ocupar muito além de notícias, mas sobretudo as preocupações sociais em matéria de direitos humanos e criminologia.

A partir da pesquisa, foi possível pautar a ilegitimidade do Estado para executar a necropolítica através de suas agências no Rio de Janeiro, diante a vigência do Estado Democrático de Direito, contudo também compreender que as estruturas que a sustentam também fazem parte de um projeto de sociedade que não cabe na democracia, mas vem sendo imposto pelas beiradas durante a história brasileira. Sendo assim, cabe à coletividade o enfrentamento do racismo não apenas com o resgate histórico, mas ainda com o resgate dessas epistemologias apagadas, para que menos vozes sejam caladas e para que menos vidas sejam perdidas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BIANCHI, Álvaro. O conceito de Estado em Max Weber. *Revista Lua Nova*; São Paulo, v. 92, 2014. p. 79-104. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a04n92.pdf>> Acesso em: 26 mai. 2020.

BORGES, Rosane. Ponte Jornalismo. [Entrevista concedida a] Mariana Ferrari. O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil. 25 set. 2019. Disponível em: <<https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/#/>> Acesso em: 31 mai. 2020.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 26 mai. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Relator Ministro Edson Fachin, Brasília, 07 jan. 2020. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2020/01/Witzel-STF.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Caso George Floyd: quem era o americano negro morto sob custódia (e o que se sabe sobre o policial branco que o matou). BBC News Brasil. 29 mai. 2020 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52849871>> Acesso em: 31 mai. 2020.

Em resposta à ação do PSB, STF cobra esclarecimentos sobre política de segurança e violações a direitos humanos no Rio. 06 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/noticias/em-resposta-a-acao-do-psb-stf-cobra-esclarecimentos-sobre-politica-de-seguranca-e-violacoes-a-direitos-humanos-no-rio/>> Acesso em: 28 mai. 2020.

Entenda como foi a morte da menina Agatha no Complexo do Alemão, segundo a família e a PM. Revista G1 Rio. 23 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>> Acesso em: 28 mai. 2020.

Fantástico. João Pedro mandou mensagem para mãe momentos antes de ser baleado: 'Estou dentro de casa. Calma'. Revista G1 Rio. 25 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/25/joao-pedro-mandou-mensagem-para-mae-momentos-antes-de-ser-baleado-estou-dentro-de-casa-calma.ghtml>> Acesso em: 28 mai. 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf> Acesso em 14 jan. 2016.

GÓES, Luciano. Pátria exterminadora: o projeto genocida brasileiro. *Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate*, v. 5, n. 2, maio de 2017, p. 09.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaio: Revista do PPGVA*, Rio de Janeiro - Rj, v. 1, n. 32, p.123-151, dez. 2016. Semestral. Disponível em: Acesso em: 24 jun. 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Barcelona: Melusina, 2011. Traducción de Elisabeth Falomir Archambault

OLIVEIRA, Mariana; D'AGOSTINO, Rosanne. Fachin dá dez dias para Witzel explicar política de segurança pública no Rio. Revista G1 Rio. 05 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/05/fachin-da-10-dias-para-witzel-explicar-politica-de-seguranca-publica-no-rio.ghtml>> Acesso em: 28 mai. 2020.

PIRES, Thula. *Criminalização do racismo: Entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros*. Brasília: Brado Negro, 2016.

PESSÔA, André; QUINTÃO, Rafael. Protesto 'Vidas negras importam' no RJ tem confusão e bombas após encerramento. Revista G1 Rio. 31 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/31/rio-tem-protesto-vidas-negras-importam-em-frente-a-sede-do-governo.ghtml>> Acesso em: 31 mai. 2020.

RIBEIRO JÚNIOR, Antônio Carlos. As drogas, os inimigos e a necropolítica. Cadernos do CEAS: *Revista Crítica de Humanidades*, Salvador - BA, v. 1, n. 238, p. 595-610, 2016. Quadrimestral. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/251/223>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.

Thomas Hobbes: “O homem é o lobo do homem”. **Revista Super Interessante**. 23 out 2015. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/ideias/o-homem-e-o-lobo-do-homem-thomas-hobbes/> > Acesso em: 26 mai. 2020.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. 2v.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. Direito Penal humano ou inumano? *Revista secr. Trib. perm. revis.* Año 3, Nº 6; Agosto 2015, p. 27-47.

Id. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991

DESCRIÇÃO DOS PERFIS SOCIOECONÔMICO E SOCIOCULTURAL DE VÍTIMAS E DE AGRESSORES ENVOLVIDOS EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO DE CASO

SOCIOECONOMIC AND SOCIOCULTURAL PROFILES DESCRIPTION OF VICTIMS AND AGGRESSORS INVOLVED IN CASES OF VIOLENCE AGAINST WOMEN: A CASE STUDY

Recebido em: 25/06/2020

Aceito em: 10/10/2020

Cristina dos Santos Lovato¹

Vanessa Salaibe Motta²

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo identificar o perfil de vítimas e de agressores envolvidos em casos de violência de gênero, em especial, contra a mulher. Trata-se de um estudo de caso que se desenvolveu por meio da análise de seiscentos e dezenove boletins de ocorrência registrados entre os anos de 2018 e 2019, na Delegacia Civil de uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul, na região da fronteira oeste. O acesso ao material de análise foi feito por meio de um requerimento entregue ao delegado de polícia. Em relação ao contexto analisado, os resultados demonstraram que o perfil das vítimas apresenta como características os seguintes aspectos: as mulheres se definem como sendo de etnia branca, com média de 34 anos, e têm baixa escolaridade. Igualmente, os homens se identificam como sendo de etnia branca, com média de 38 anos e são autônomos. A principal tipologia criminal é a ameaça. Observa-se, por fim, que os índices de violência são altos em relação à densidade populacional da região em que se situa a cidade analisada e que isso pode estar relacionado à baixa escolaridade da vítima e do agressor somada a aspectos de ordem cultural, conforme sugerem pesquisas anteriores citadas neste estudo.

Palavras-chave: violência contra a mulher; perfis socioeconômico e sociocultural, fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Abstract: This research aimed to identify the profile of victims and aggressors involved in cases of gender violence, especially against women. It is a case study that was developed through the analysis of six hundred and nineteen police reports registered between the years of 2018 and 2019 at the Civil Police Station of a city in the interior of the state of Rio Grande do Sul, in the western border region. Access to material analysis was done by an application delivered to the police chief. Regarding the analyzed context, the results showed that victims profiles presents the following aspects as characteristics: women define themselves as being of white ethnicity, with an average of 34 years, and have low education. Likewise, men identify themselves as being of white ethnicity, with an average of 38 years, and most of them are self-employed worker. The main criminal typology is the threat. It is observed, finally, that violence rates are high in relation to the population density of the region in which the city analyzed is

¹ Professora da Universidade Federal do Pampa. Doutora em Letras, estudos Linguísticos, pela UFSM, com doutorado sanduíche na Universidade da Califórnia, campus Santa Barbara (UCSB), no Departamento de Educação. E-mail: cristinalovato@unipampa.edu.br

² Graduada no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: vanessasalaibe23@gmail.com

located and that this may be related to the low level of education of the victim and the aggressor, in addition to cultural aspects, as suggested by previous research cited in this study.

Keywords: violence against women; socioeconomic and sociocultural profiles, western border of the State of Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A violência praticada pelos parceiros contra as mulheres pode ser considerada um fenômeno relativamente comum nas mais diversas culturas e se mantém sustentada pela distribuição desigual de bens e de serviços materiais e imateriais entre homens e mulheres, tais como o acesso à saúde, à educação e ao trabalho, sendo relacionada também à violação dos direitos humanos das mulheres (MOREIRA; BORIS; VENÂNCIO, 2011, p. 398). A resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993, apresentada na Assembleia Geral da Nações Unidas, reconhece que a violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que levaram à dominação e à discriminação das mulheres pelos homens e à tentativas de impedir o avanço social e cultural pleno das mulheres.

O documento ainda destaca que a violência contra as mulheres é um dos mecanismos sociais cruciais pelos quais as mulheres são forçadas a uma posição de subordinação em relação aos homens (UNITED NATIONS, 1993). O documento aponta que a violência contra a mulher (VCM) ou violência de gênero (VG) deve ser entendida como englobando, mas não se limitando à: 1. violência física, sexual e psicológica no âmbito familiar, incluindo espancamento, abuso sexual de crianças do sexo feminino, estupro marital, mutilação genital feminina e outras práticas culturais tradicionais prejudiciais às mulheres, violência não-conjugal e violência relacionada à exploração sexual; e 2. violência física, sexual e psicológica que ocorre dentro da comunidade, em geral, incluindo estupro, abuso sexual, assédio sexual e intimidação no trabalho, em instituições educacionais e em outros lugares, tráfico de mulheres e prostituição forçada.

Madureira et al. (2014, p. 601), a partir de dados levantados pela Fundação Perseu Abramo, destaca que, no Brasil, a VCM é um problema grave. Com uma amostra de 2.365 mulheres, uma a cada cinco delas consideraram já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem e que os principais agressores, em uma variação de 50 a 70%, são os próprios parceiros que se aproveitariam da relação de poder desigual para praticar a violência contra as suas parceiras. Entre os anos de 2005 e 2015, no Brasil, 4.621 mulheres foram assassinadas, o

que corresponde a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. No Rio Grande do Sul, no geral, as mortes na população feminina representaram uma taxa de 40,5% de homicídios, entre os anos de 2005 a 2015 (CERQUEIRA et al., 2017, p. 36).

A amplitude desse problema fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendasse que se incrementassem estudos a fim de compreender a dimensão da VCM (SILVA; NETO; CABRAL FILHO, 2009). Houve um indicativo de que o estresse relacionado às más condições de vida e à falta de garantia de acesso a bens e serviços pudessem constituir a base da VCM (D'OLIVEIRA et al., 2009, p. 02), a esse aspecto pode ser acrescentada a desigualdade de oportunidades.

(...) o ufanismo discursivo da igualdade de oportunidades não consegue encobrir a profunda polarização da sociedade ocidental em imagens esculpidas em formatos binários – mulher e homem –, cujos contornos assimétricos delimitam, autorizam, definem os papéis, a ação, o ser no mundo. Na prática social, a violência direta e indireta que povoa o cotidiano das mulheres com agressões físicas, humilhações, palavras, gestos, é apenas um marco de imagens e representações que instauram um corpo genitualmente definido e reduzido a um sexo biológico. (SWAIN, 2001, p. 67).

Butler (2018) destaca que a noção de gênero social se molda à cultura como um construto sócio-histórico que define identidades e associa características biológicas a comportamentos e à aparência física e define a quem pertence a gerência da vida social. “Ao feminino, o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, da inaptidão, do particular; ao masculino, a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal” (SWAIN, 2001, p. 69). Butler (2001, p. 28) também destaca que gênero é uma categoria sociocultural “pré-discursiva” anterior à cultura e sobre a qual as relações sociais são acomodadas. Seria, portanto, uma interpretação cultural do sexo.

A cultura, nessa perspectiva, é entendida como um sistema de crenças e valores que orienta a vida social (MALINOWSKI, 2009) e cuja ação na estrutura social define os papéis sociais e os modos de agir em conformidade com a sistemática imposta pelo sistema cultural vigente. Parece haver um consenso de que esse tipo de violência está profundamente enraizado na maioria das culturas e de que possui origens multicausais (D' OLIVEIRA et al., 2009, p. 02).

À vista disso e da necessidade de uma melhor compreensão da VCM, neste trabalho, é feito um levantamento dos casos de VCM com o objetivo de identificar o perfil de agressores e de vítimas envolvidos em casos de violência de gênero, em especial, contra a mulher. Trata-se de um estudo de caso com dados referentes a um município situado na região da Fronteira

Oeste do Estado do Rio Grande do Sul que faz fronteira com a Argentina. A população estimada é de 40 mil habitantes em situação de baixo índice de desenvolvimento humano, segundo a Secretaria de Segurança Pública (2020) e com indicadores crescentes de casos de VCM. A pesquisa foi realizada por meio da análise documental de boletins de ocorrência coletados na Delegacia da Polícia Civil da cidade sob questão.

A seguir, são revisados os resultados de estudos prévios que descreveram os perfis dos envolvidos em VCM.

PERFIL DE VÍTIMAS A AGRESSORES: UMA REVISÃO DE ESTUDOS PRÉVIOS DO PERFIL DOS ENVOLVIDOS EM CASOS DE VCM

Os papéis sociais começam a ser definidos na cultura a partir da noção binária de mulher/homem. Essas noções são construções sócio-históricas e, por isso, anteriores à existência do próprio ser. A concepção do que é “ser e existir mulher” e do que é “ser e existir homem” interfere nas ações sociais e moldam as estruturadas sociais ao determinarem o modo como as relações de poder e comportamentos de dominação são aceitos pela cultura e pelas instituições .

A distinção de gênero posta entre os atributos vinculados ao masculino e ao feminino fez desenvolver-se cultural e socialmente uma associação do primeiro com o homem, conferindo-lhe poder/dominação/força física entre outros, e do segundo com a mulher, atribuindo-lhe características como fragilidade e submissão. Há uma dessemelhança flagrante na relação de gênero entre homens e mulheres quando se observa o exercício da violência. Esta dissimilitude é marcada por ações agressivas do homem, baseadas na virilidade e consentidas socialmente, o contrário se verificando em relação à mulher, que apresenta uma atitude de subserviência e aceitação da primazia masculina (Saffiotti, 1999). (SILVA; NETO; CABRAL FILHO, 2009, p. 122).

No caso da VCM, a divisão entre os universos masculino e feminino articula e perpassa todo o processo de violência de modo a sustentar uma relação de dominação instituída social e culturalmente do homem sobre a mulher. O gênero faz parte das práticas sociais, enquanto organizadoras das relações sociais, em consonância com os discursos sobre as mulheres, os sistemas de crenças e de valores e as ideologias que compõem determinada cultura e que reproduzem modos de agir na vida social ao longo dos séculos.

Atendendo às orientações da OMS para a elaboração de estudos que auxiliassem na diminuição dos índices de VCM, pesquisas prévias sobre os perfis de vítimas e de agressores identificaram que a maioria das vítimas mulheres de agressão estão na faixa etária entre 24 e 45 anos. Essa “faixa etária também é citada em outros estudos, sendo associada por alguns

autores a um período de maior atividade sexual e reprodutiva” (GADONI-COSTA; ZUCATTI; DELL’AGLIO, 2011, p. 222). Outros estudos reforçam esses dados. Segundo Adeodato et al. (2005, p. 110), a mulher vítima de violência é jovem, casada, católica, tem filhos, baixa escolaridade e renda familiar. Destaca-se ainda a ausência de união estável como um fator de risco para as mulheres (D’OLIVEIRA et al., 2009, p. 02) e que um nível alto de escolaridade da mulher leva a um menor grau de tolerância à violência por parte da mulher (ADEODATO et al. 2005, p. 112).

Quanto ao perfil dos agressores, os estudos apontam uma relação entre VCM e consumo de álcool e drogas, e que o agressor já possui, na maioria dos casos, histórico de agressão a outras pessoas, incluindo os próprios filhos (ADEODATO et al., 2005, p. 111). Em relação à violência praticada, chama a atenção uma cultura de violência relacionada ao gênero masculino. Isso sugere que há uma “reprodução de um padrão cultural hegemônico de violência no processo de socialização masculina” (SCHRAIBER et al., 2005, p. 797).

Vasconcelos et al. (2016, p. 07) destaca que “violência física perpetrada por homens na faixa etária entre 19 e 30 anos pode estar associada à condição cultural do gênero agregada à imaturidade de resolução de problemas afetivos dessa classe adulta jovem”. Há uma predominância de homens alcoolizados durante os episódios de VCM, o consumo dessa droga lícita é comumente mais alta entre os homens (VASCONCELOS et al., 2016, p. 07).

Madureira et al. (2014, p. 602), ao traçar o perfil de agressores presos, evidenciou que a idade de homens agressores variava entre 18 e 66 anos, sendo o índice maior na faixa de 20 a 29 anos. A maioria dos agressores estavam vivendo um relacionamento estável ou eram casados. Quanto ao nível educacional, chama atenção o fato de que a maioria eram alfabetizados, 80% dos sujeitos participantes da pesquisa tinham ensino médio. O analfabetismo foi observado em apenas 10% dos casos; em 82% dos casos os agressores possuíam emprego, predominantemente, na construção civil, seguido por indústria, comércio, agricultura, serviços gerais, aposentados, estudantes, desempregados e sem renda própria, nessa ordem.

Os estudos citados neste trabalho são unânimes em demonstrar que a baixa escolaridade e a situação econômica precária dos envolvidos em VCM somadas a aspectos de ordem social e cultural, como os processos de socialização dos sujeitos identificados com o gênero masculino, são fatores associados ao fenômeno da VCM. A presente pesquisa segue as diretrizes traçadas por esses estudos e apresenta dados de VCM referentes uma cidade situada

na região da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul conforme os procedimentos metodológicos indicados na sequência.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A presente pesquisa é um estudo de caso composto por boletins de ocorrência registrados e coletados na Delegacia Civil da cidade onde os dados foram coletados. Os registros foram acessados na delegacia após solicitação mediante apresentação de requerimento (Apêndice A) ao delegado com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – Lei Geral de Acesso a Informações Públicas. Após o aceite (Anexo A), os dados foram analisados manualmente e tabulados de modo a facilitar a visualização das relações dentro da sistemática de funcionamento da VCM na região de abrangência da pesquisa em confronto com o contexto cultural em que a pesquisa se desenvolveu.

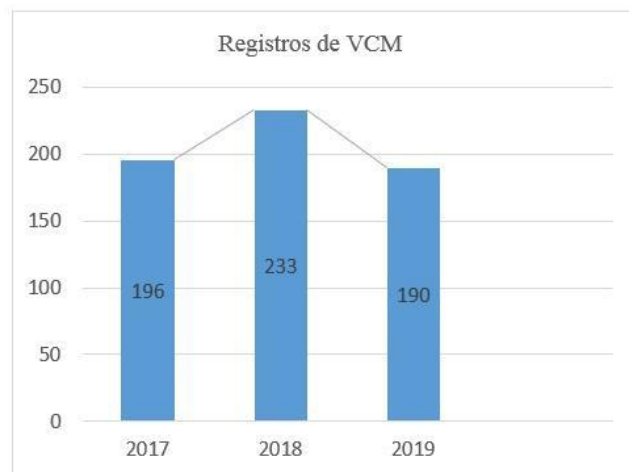
O *corpus* de análise foi composto por seiscentos e dezenove boletins de ocorrência impressos e nos quais havia indícios de VCM. Foi estabelecido como critério para a coleta de material documental um recorte temporal de pesquisa que se restringiu aos anos de 2017, 2018 e 2019. A análise documental no período entre 2017 a 2018 foi feita manualmente. Como não havia uma pasta específica para crimes relacionados à mulher, enquanto vítima de agressão, foi necessário fazer uma pré-seleção entre todas as denúncias registradas no recorte temporal estabelecido para a pesquisa. Após, foi feito um levantamento dos tipos de crime que envolviam a mulher vítima, a saber: estupro, violência doméstica, feminicídio e ameaça. Também foram coletadas informações referentes aos perfis dos sujeitos envolvidos em VCM, tais como *idade, etnia, grau de escolaridade, profissão, relação de parentesco com a vítima e região*.

Para fins de ilustração, foram recuperados alguns registros disponíveis on-line a fim de facilitar a reprodução dos documentos analisados aqui. Ainda, foram mantidas sob total sigilo informações que possam identificar os envolvidos nas ocorrências registradas e analisadas. A seguir, os resultados obtidos são descritos e discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Gráfico 1 mostra os números de denúncias registradas na Delegacia da Polícia Civil da cidade em que a pesquisa foi aplicada, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Gráfico 1: Números de registros VCM.



Conforme pode ser observado no Gráfico 1, em 2017, foram registradas cento e noventa e seis denúncias. No primeiro bimestre do ano, foram sessenta e oito denúncias. No segundo bimestre, houve uma redução, foram registradas vinte e seis denúncias. A partir do terceiro semestre, observa-se um aumento gradativo: no terceiro bimestre, quarenta e duas denúncias e, no quarto bimestre, sessenta denúncias.

No ano de 2018, foram registrados de janeiro a dezembro duzentos e trinta e três casos de VCM. No primeiro bimestre, foram cinquenta e quatro casos e no segundo bimestre, trinta e oito casos. No terceiro, foram registrados cinquenta e seis casos e, no quarto bimestre, oitenta e cinco casos. De janeiro até dezembro de 2019, foram registrados cento e noventa casos de VCM. Observa-se que há um aumento nos índices de VCM nos meses próximos ao final do ano.

A Tabela 1 ilustra o padrão étnico das vítimas envolvidas em casos de VCM.

Tabela 1: Etnia das mulheres vítimas

Etnia	%	Média de idade
Branca	66	
Parda	22	
Preta	12	
		Total: 34 anos

A Tabela 1 indica que 22% das vítimas são de etnia parda, 12% preta e 66% brancas, com média de idade de 34 anos, conforme indicado pelas próprias vítimas, durante o preenchimento do formulário, na delegacia. Grande parte das envolvidas são autônomas, como ilustra o Exemplo 1 e a Tabela 2.

Exemplo 1: Profissão das vítimas de VCM

Inquérito Policial: 1282/2018/152315/A
Data da Instauração: 05/12/2018
Data da Remessa: [REDACTED]

Órgão de Destino: [REDACTED]

Participante: [REDACTED] Presente

Nome: [REDACTED]
Pai / Mãe: [REDACTED]
Data Nascimento: [REDACTED] Sexo: Feminino
Estado civil : Solteiro Grau de Instrução: Ensino fundamental Cor Pele : Branca
Naturalidade: [REDACTED] Nacionalidade: [REDACTED] Cor olhos: Castanho
Documento : Carteira de identidade SSP/RS - RS Número: [REDACTED]
CNH: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Profissão: [REDACTED] CARGO: DIARISTA Condição Física: Normal
Endereço Profissional: [REDACTED]
A vítima deseja representar em juízo? Sim(X) Não() Assinatura: _____

Fonte: Delegacia da Polícia Civil

Há entre as vítimas doze atendentes, três advogadas, nove do lar, uma policial militar, oito professoras, quinze estudantes, seis empresárias e duzentas e setenta e seis autônomas. Das seiscentas e dezenove denúncias registradas e analisadas, verificou-se que cento e cinquenta e quatro mulheres possuem ensino fundamental, noventa e quatro mulheres têm ensino médio, e vinte e cinco possuem ensino superior. Por fim, dezesseis se identificaram como semianalfabetas, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Perfil socioeconômico das vítimas de violência

Profissão	Vítimas
Atendentes	12
Advogadas	3
Do lar	9
Policial	1
Professora	8
Estudantes	15
Empresária	6
Autônoma	276
Ensino fundamental	154
Ensino médio	94
Ensino superior	25
Semianalfabeta	16

A maioria das vítimas se identificaram como autônomas ou “não consta”. Os dados dessa tabela sugerem que há uma relação inerente entre as variáveis índice de violência e grau de escolaridade. Esses dados indicam ainda que o baixo grau de escolaridade e a precária situação econômica deixam as vítimas em situação de vulnerabilidade, e as colocam em uma situação de dependência financeira de seus agressores. Observa-se que a dependência financeira é um dos fatores que dificulta o rompimento e conseqüente fim do ciclo de violência.

A Tabela 3 indica a etnia e a idade dos agressores envolvidos nos casos de VCM.

Tabela 3: Etnia dos agressores envolvidos em VCM

Etnia	%	Média de idade
Mulata	16	
Pardo	22	
Preto	11	
Branca	51	
		Total: 38 anos

Quanto ao perfil dos agressores, a Tabela 3 indica que todos são homens; 16% possuem etnia mulata, com média de 38 anos de idade, 22% pardos, 11% preto e 51% de cor branca. A

Tabela 4 indica a predominância da profissão autônomo. Há também na Delegacia da região de abrangência da pesquisa registros de denúncias de VCM praticada por treze militares, sete advogados, doze professores, seis empresários, quatro veterinários, três fotógrafos, doze aposentados, dezesseis estudantes e quatro mecânicos. Cento e noventa e três homens possuem ensino fundamental, oitenta e três possuem ensino médio; vinte e cinco, ensino superior. Por fim, oito agressores se identificaram como semianalfabetos.

Tabela 4: Perfil socioeconômico dos agressores envolvidos em VCM

Profissão	Agressores
Militares	13
Advogados	7
Professores	12
Empresários	6
Veterinários	4
Fotógrafos	3
Aposentados	12
Estudantes	16
Mecânico	4
Autônomo	233
Ensino fundamental	193
Ensino médio	83
Ensino superior	25
Semianalfabeto	8

O Gráfico 2 ilustra a relação de parentesco entre as vítimas e os agressores, a situação de ex-companheiro/ex-marido acontece em duzentos e dezesseis casos registrados. Em cento e setenta e seis registros, observam-se relações como namorado/marido/companheiro, nove são padrastos, seis são pais, cinco são vizinhos, doze são filhos da vítima, oito são alunos de mulheres professoras, cinco são desconhecidos e sete são tios.

Gráfico 2: Parentesco entre vítima e agressor envolvidos em VCM



Em relação à tipologia da violência, duzentas e dezesseis são atentados contra a vida de mulheres, outras ameaças estão relacionadas à tentativa de pedir a guarda dos filhos e ofensas de baixo calão, geralmente, nesses casos, estão os ex-companheiros/maridos. Cento e oitenta e três casos se enquadram como agressão física, tentativas de homicídio sofridas pelos atuais cônjuge e filhos agressores de suas mães, vinte e cinco casos de estupro, geralmente, praticado por pessoas do núcleo familiar, conforme ilustra o Exemplo 2.

Exemplo 2: Tipologia das agressões: estupro de vulnerável

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Ocorrência Policial nº 3195 / 2018 / 15.23.15

Orgão: 15.23.15
Data Registro: 24/10/2018 as 15:07 horas
Fato: 2045.07 - ESTUPRO DE VULNERAVEL CONSUMADO
Início: 17/10/2018 as 14:00 horas
Local: [REDAZIDA]
Residência
Fatos Complementares:
Forma :
Instrumento:
Atuação :
Vias de Acesso:

Ano: 2018 Número: 3195
Comunicação: Pessoal
Área: Urbana

Histórico

Solicitado por PC/364061202; COMUNICA QUE FOI CHAMADA PELA PROFESSORA ROSELI, VICE DIRETORA DA ESCOLA VICENTE SOLES, A QUAL INFORMOU QUE JULIA DISSE TER SIDO VITIMA DE ABUSO SEXUAL POR PARTE DE CLOVIS MARIENGO, COMPANHEIRO DA PRIMA DE JULIA. QUE JULIA NAO SOUBE INFORMAR A EPOCA EM QUE OS ABUSOS OCORRERAM. QUE JULIA DISSE A COMUNICANTE QUE OS ABUSOS OCORRIAM NA CASA DE SUA PRIMA MONICA ALDERETE. QUE CONFORME JULIA UM DOS ABUSOS OCORREU NA PISCINA QUE CLOVIS TERIA PASSADA A MAO EM SUA PEPECA. QUE O OUTRO DIA SERIA NUMA TARDE. NA CASA DE MONICA DURANTE UM FILME. QUE JULIA DISSE QUE NINGUEM SABIA E QUE CLOVIS DIZIA PARA JULIA NAO CONTAR PARA NINGUEM. QUE ATUALMENTE CLOVIS NAO ESTA RESIDINDO COM MONICA. QUE JULIA ESTA FAZENDO ACOMPANHAMENTO PSICOLOGICO NO CREAS. SALIENTA QUE JULIA CHORAVA MUITO NA ESCOLA E, APOS CONTAR SOBRE O ABUSO SUA FILHA ESTA MAIS TRANQUILA. REGISTRA PARA OS DEVIDOS FINS. NADA MAIS.

Órgão de Destino: 15.23.15

Fonte: Delegacia da Polícia Civil

No Exemplo 2, relata-se um caso de estupro quando uma menina foi abusada sexualmente por seu padrasto. Saffioti e Almeida (1995) destacam que o ambiente familiar legítima uma masculinidade violenta. Segundo os autores (Ibidem, p.33), a residência é um lugar extremamente perigoso para mulheres e crianças de ambos os sexos. As paredes de uma casa respaldam o agressor em função da posição subalterna das mulheres e das crianças e devido ao reconhecimento da autoridade do “pai” instituída pelo patriarcado.

Para Aguiar (2000), o patriarcado pode ser equiparado à escravidão. “Esse diagnóstico gera uma série de demandas normativas críticas de correção das situações de arbítrio de poder dentro do espaço familiar e para além do mesmo” (p. 305). O patriarcado caracteriza-se, assim, por ser um modo de organização social “natural” e dado institucionalmente ao homem que detém poder sobre as mulheres, a família, os filhos, a vida social, a produção e o consumo, a política, a religião, a legislação e a cultura.

Os registros analisados indicaram ainda cinco casos de assédio sexual e injúria sofrido por mulheres no ambiente de trabalho como mostra o Exemplo 3.

Exemplo 3: Caso de injúria e assédio contra a mulher



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Ocorrência Policial nº 3906 / 2018 / 15.23.15

Orgão: [REDAZIDA] Ano: 2018 Número: 3906

Data Registro: 27/12/2018 as 09:12 horas

Comunicação: Pessoal

BO de origem: 983126/2018/173678

Fato: 2015.20 - INJURIA QUALIFICADA - RACA, COR, ETNIA, RELIGIAO OU ORIGEM

CONSUMADO

Início: 20/12/2018 as 14:00 horas Área:

Local: [REDAZIDA]

Fatos Complementares:

Forma :

Instrumento:

Atuação :

Vias de Acesso:

Histórico

Solicitado por PC/364061202: RELATA A VITIMA QUE, NA DATA DE HOJE, AO SE DESLOCAR-SE ATE O DEPOSITO DO LUGAR ONDE TRABALHA POSTO BUFFON, FOI SURPREENDIDA PELO SEU COLEGA LUIZ DEODATO VALE

CASQUEIRO, QUE COMECOU A LHE PROFERIR PALAVRAS DE BAIXO CALAO COMO, MONTE DE BOSTA, LIXO,

QUE NAO VALIA NADA, QUE EMMOMENTO ALGUM REAGIU AS OFENSAS, ACREDITA QUE SEJA O MOTIVO DA MESMA TER COBRADO OS HORARIOS QUE LUIZ NAO ESTAVA CUMPRINDO, POIS FICOU DE RESPONSAVEL PELO POSTO, ALEGA TAMBEM QUE ESSA PERSEGUICAO NAO E DE HOJE, E QUE LEVOU AO CONHECIMENTO DO GERENTE, E O MEMO FOI OMISSO, SIMPLEMENTE DIZIA QUE ERA PARA ACALMAR-SE QUE IRIRA FALAR

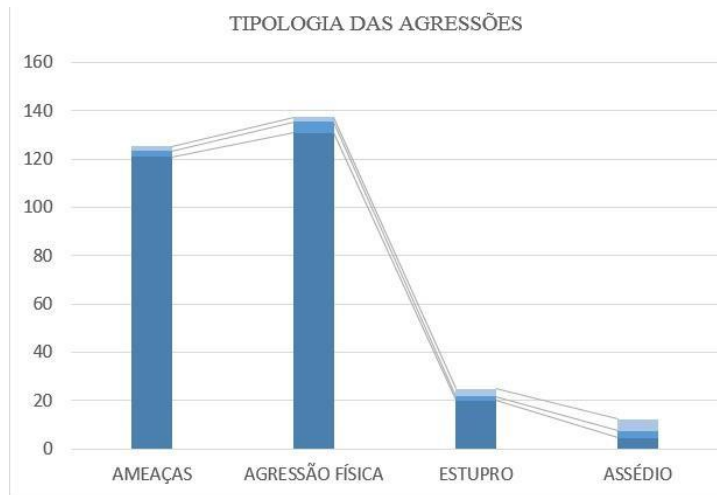
COM LUIZ. ASS: [REDAZIDA]

Fonte: Delegacia da Polícia Civil

O Exemplo 3 ilustra um caso de injúria e assédio moral no ambiente de trabalho em que uma mulher é ofendida com palavras de baixo calão pelo seu colega de trabalho. Segundo o registro policial, ele a perseguia com deboches sobre o aspecto do corpo dela e não queria cumprir ordens dadas por dela. O desrespeito a levou a registrar uma ocorrência por difamação e assédio. A dificuldade de chefiar das mulheres é uma realidade. Segundo Hryniewicz e Vianna (2018), a mulher gerenciar homens pode ser um desafio, pois trata-se de algo incomum na percepção da sociedade no geral. “Por esse motivo, quando as pessoas se deparam com tal situação, elas podem agir com estranheza e não ser tão receptivas ou respeitosas” (HRYNIEWICZ; VIANNA, *Ibidem*, 336).

O Gráfico 3 quantifica os tipos de agressão predominantes de VCM no contexto analisado.

Gráfico 3: Tipologia da VCM no contexto analisado



O Gráfico 3 indica que a agressão física é a tipologia criminal predominante. Ainda, sessenta e nove casos são de violação da Lei Maria da Penha³, quando os acusados voltam a perturbar a tranquilidade das vítimas, porque não aceitam o término do relacionamento, conforme ilustra o Exemplo 4, a seguir.

Exemplo 4: Caso de perturbação da tranquilidade de vítima de VCM



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Ocorrência Policial nº 3338 / 2018 / 15.23.15

Orgão: 15.23.15 - 15.23. [REDACTED] Ano: 2018 Número: 3338
 Data Registro: 06/11/20 [REDACTED] Comunicação: Pessoal
 Fato: 1070.20 - PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE CONSUMADO
 Início: 05/11/2018 as 18:20 horas Área: Urbana
 Local: [REDACTED]

Fatos Complementares:
 Forma :
 Instrumento:
 Atuação :
 Vias de Acesso:

Histórico
 Solicitado por PC/364061202: COMUNICA QUE NO MES DE DEZEMBRO DO ANO DE 2015 CONSEGUIU TOMAR CORAGEM, SAIR DE CASA E CONTAR A SUA GENITORA QUE ESTAVA SENDO VITIMA DE VIOLENCIA DOMESTICA. QUE ATE O MOMENTO A VITIMA RESIDE COM SEUS PAIS E SUA FILHA DE APENAS 07 ANOS DE IDADE. QUE O ACUSADO DESDE ENTAO NAO ACEITA A SEPARACAO E CONTINUA PERTURBANDO. QUE O ACUSADO EFETUA VARIAS LIGACOES DO NUMERO (55) 984628772. QUE ANTERIORMENTE O ACUSADO ENVIAVA MENSAGENS NO APLICATIVO WATSAPP E FOI PRECISO DESABILITAR O APLICATIVO. QUE O ACUSADO QUER REATAR O RELACIONAMENTO. CONTUDO, A VITIMA NAO DESEJA. POIS JA SOFREU DEMAIS COM AGRESSOES FISICAS E PSICOLOGICAS. COMO SE NAO BASTASSE, NA DATA DE ONTEM, O ACUSADO ADENTROU NO MICROONIBUS QUE A VITIMA VAI PARA ESCOLA E FICOU LHE INTIMIDANDO. INFORMA QUE O ACUSADO NAO ESTUDA E NAO TINHA AUTORIZACAO PARA ADENTRAR NO VEICULO. A VITIMA ESTA COM MEDO DO ACUSADO. MANIFESTA O DESEJO DE REPRESENTAR CRIMINALMENTE. REQUER MEDIDAS PROTETIVAS DE URGENCIA. NADA MAIS.

Inquérito Policial: 1184/2018/152315/A Data da Remessa: 28/12/2018
 Data da Instauração: 07/11/2018

Fonte: Delegacia da Polícia Civil

³ Essa lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (LEI MARIA DA PENHA, 2006).

No momento em que efetivaram a denúncia, sessenta mulheres registram a ocorrência sem acionar a medida protetiva, pois convivem com o agressor na mesma residência. Em oito por cento dos casos, o agressor estava sob efeito de bebida alcoólica, e cinco por cento são usuários de entorpecentes.

Em duzentas e oitenta e quatro denúncias, foi feita a solicitação de medida protetiva, conforme o Art.24 da Lei Maria da Penha nº11.340, que prevê que o agressor seja afastado da vítima ou até mesmo, em alguns casos, dependendo do grau de urgência da medida protetiva, seja preso.

O Exemplo 5 relata um dos muitos casos de lesão corporal, quando a vítima sofreu agressões físicas e ameaças de seu companheiro que chegou em casa alcoolizado e sobre o efeito de drogas ilícitas, corroborando o estudo de Adeodato et al. (2005), em que é destacado uma relação entre VCM e o consumo de álcool e drogas.

Exemplo 5: Lesão corporal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL
Ocorrência Policial nº 3168 / 2018 / 15.23.15

Orgão: 15.23.15 - 15.23.15 [REDACTED] Ano: 2018 Número: 3168
Data Registro: 22/10/2018 as 13:57 horas Comunicação: Pessoal
Fato: 2010.18 - LESAO CORPORAL
CONSUMADO
Início: 22/10/2018 as 12:00 horas Área: Urbana
Local: [REDACTED]

Fatos Complementares:
Forma : FORÇA BRUTA
Instrumento:
Atuação :
Vias de Acesso:

Histórico
Solicitado por PC/364061292: QUE CONVIVE COM O ACUSADO HA 1 ANO E 3 MESES. NAO POSSUEM FILHOS EM COMUM. QUE FAZ UM TEMPO QUE ELE E AGRESSIVO, E JA FOI AGREDIDA FISICAMENTE, MAS NUNCA REGISTROU OCORRENCIA, POIS A MAE DELE PEDIA QUE NAO FIZESSE NADA. OCORRE QUE ONTEM (DOMINGO, 21/10), O ACUSADO FICOU O DIA TODO BEBENDO CERVEJA E CHEIRANDO COCAINA E DE NOITE ACABARAM DISCUTINDO, SOFRENDO PUXOES DE CABELO E AMEACAS DE MORTE, QUE NAO CONSEGUIU IR EMBORA NO MESMO MOMENTO, MAS PELA MANHA, FOI PARA A CASA DA SUA IRMA, QUE FICA NA FRENTE. QUE HOJE, POR VOLTA DE 12H, ESTAVA EM FRENTE DE CASA E QUANDO PEGOU O TELEFONE CELULAR PARA OLHAR A HORA, O ACUSADO SE APROXIMOU TENTANDO LHE TIRAR O APARELHO, E NISSO COMEÇOU A SER AGREDIDA, FOI TIRADA DA CADEIRA PELOS CABELOS, LEVOU UM SOCO NO NARIZ E UM CHUTE. MOMENTO QUE A MAE DELA E A TIA ROSELI O SEGURARAM. QUE DEPOIS PEDIU AJUDA PARA A BRIGADA MILITAR PARA REPRESENTAR E REQUER MEDIDAS PROTETIVAS.

Orgão de Destino: [REDACTED]

Fonte: Delegacia de Polícia

O Exemplo 6 ilustra a desobediência do agressor à medida protetiva.

Exemplo 6: Desobediência à medida protetiva



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL

Ocorrência Policial nº 3767 / 2018 / 15.23.15

Orgão: 15.23.15 - [REDACTED] Ano: 2018 Número: 3767
Data Registro: 12/12/2018 as 14:56 horas Comunicação: Pessoal
Fato: 2070.10 - DESOBEDIENCIA - DESOBEDIENCIA ORDEM JUDICIAL
CONSUMADO
Início: 11/12/2018 as 18:00 horas Área: Rural
Local: [REDACTED]
Interior coletivos
Fatos Complementares:
Forma :
Instrumento:
Atuação :
Vias de Acesso:

Histórico

Solicitado por PC/364061202: COMPARECE NESTA DELEGACIA DE POLICIA PARA COMUNICAR QUE O SEU EX COMPANHEIRO DESOBEDECEU ORDEM JUDICIAL - PROCESSO NO. 054/2.18.0002194-6. DISSE QUE NA REFERIDA DATA, O ACUSADO EMBARCOU NO MICROONIBUS ESCOLAR DA FACULDADE, DOS ALUNOS DE MACAMBARA, QUE VAI ATE A CIDADE DE SAO BORJA, MESMO VEICULO EM QUE SE ENCONTRAVA A COMUNICANTE. DISSE QUE O ACUSADO SABIA QUE A COMUNICANTE ESTAVA NO MICROONIBUS, POIS DA PARADA ONDE ELA ESTAVA O ACUSADO PODIA VE-LA. QUE ELE EMBARCOU UMA PARADA APOS. QUE ELE ENTROU MAS NADA FALOU E DESCEU, EM SAO BORJA, ANTES DA COMUNICANTE. REFERE QUE ESTAO SEPARADOS A TRES ANOS E QUE O ACUSADO MANDA RECADOS, POR FAMILIARES DA COMUNICANTE, DIZENDO QUE ELE MONITORA TODOS OS PASSOS DELA E QUE A POLICIA NAO FAZ ANDA CONTRA ELE E TAMBEM, QUE ELE VAI TIRAR A FILHA DELA, QUE ELES TEM EM COMUM, ALEGANDO QUE A COMUNICANTE NAO SERVE PARA SER MAE, PELO FATO DE NAO TOMAR CONTADA ME NINA. DISSE QUE ESSE MOTIVO ERA PELO FATO DA COMUNICANTE ESTUDAR A NOITE EM SAO BORJA. QUE A MENINA TEM SETE ANOS DE IDADE. REGISTRA PARA OS DEVIDOS FINS. NAO AUTORIZA PUBLICACAO.

Órgão de Destino: [REDACTED]

Fonte: Fonte: Delegacia da Polícia Civil

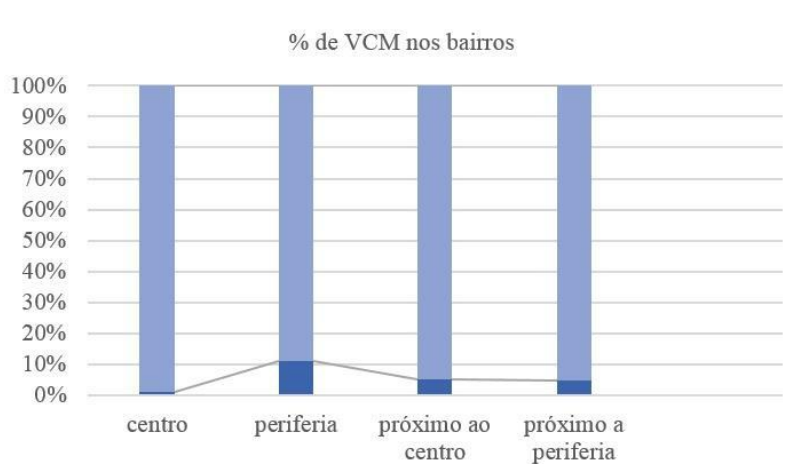
Conforme demonstram os exemplos, a VCM é utilizada como estratégia de controle nas relações intrafamiliares. A violência, nos casos de abuso intrafamiliar, parece ser um mecanismo gerado no cerne do sistema patriarcal, o estupro pode ser considerado, nessa perspectiva, como uma doença de ordem social e cultural e não fisiológica, que envolve a necessidade masculina de demonstrar virilidade por meio da dominação sexual, tal como a dinâmica do sistema de organização social, o patriarcado, sugere.

Os dados levantados parecem ser um indicativo de que a cultura é uma das bases de sustentação da VCM, reproduzida e mantida pelos padrões de comportamento estimulados durante o processo de socialização masculina (SCHRAIBER et al., 2005). O patriarcado, enquanto um sistema social fundamentado no reconhecimento da autoridade e supremacia masculina exige dos homens a renúncia a emoções, à expansividade e à receptividade (SOLNIT, 2017), o que os impede de agir positiva e produtivamente na sociedade em harmonia

com aqueles que não se enquadram nos padrões físicos, comportamentais e culturais de masculinidade.

O gráfico 3, a seguir, ilustra a VCM nos bairros da cidade em que o estudo se desenvolveu e demonstra os índices de violência por região.

Gráfico 3: Índices de VCM por região do município



Os índices de violência se distribuem da seguinte forma: Centro: 20% dos casos; periferia: 55%; bairros próximos ao centro: 10%; e nos bairros próximos a periferia: 15%. A região que apresenta maior índice de VCM corresponde aos bairros periféricos; no entanto, ressalta-se que os índices nos bairros centrais podem ser maiores, pois pressupõe-se que as mulheres moradoras de bairros centrais têm receio de que sua vida íntima venha a público.

Além disso, considerando o Índice Econômico da cidade analisada (Tabela 5), observa-se que os casos de VCM também são altos na região central, onde estaria, teoricamente, a melhor concentração de renda. Verifica-se, assim, a natureza cultural da VCM fundamentada na desigualdade entre os gêneros masculino e feminino.

Ainda, dentro desse contexto, o nível de escolaridade é o ensino fundamental nas regiões de periférica; a maioria das vítimas se encontra em situação de dependência financeira do agressor. Deve-se pontuar que o percentual com ensino superior é relevante se considerarmos que o número de pessoas com ensino superior é pequeno na cidade sob análise. Segundo o IBGE (2010), no Brasil, a taxa de pessoas com ensino superior é de 7,9%; esse enfoque ajuda a evidenciar o caráter cultural da violência. Pode-se considerar também que na periferia está a população de baixa renda, onde existe menos receio de exposição pública diante da violência

doméstica. Por outro lado, nos segmentos com maior renda e escolaridade, supõe-se que exista uma sanção social maior.

Segundo o IBGE (Ibidem), cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07, valor adotado pelo Banco Mundo para definir se uma pessoa é pobre. O Índice de Desenvolvimento Humano da cidade em questão é, segundo a Secretaria de Segurança Pública (2017) e como mostra a Tabela 1, na sequência, baixo. No RS, o índice de desempregados é de 486 mil pessoas; e na cidade analisada, 16% da população recebe 2,4 salários mínimos. Comparando-a a outros municípios, a cidade se encontra na posição de 197/497. 35,7% dos moradores recebem meio salário mínimo/pessoa se comparado com a média estadual.

Tabela 5: Índice de desenvolvimento econômico da cidade analisada

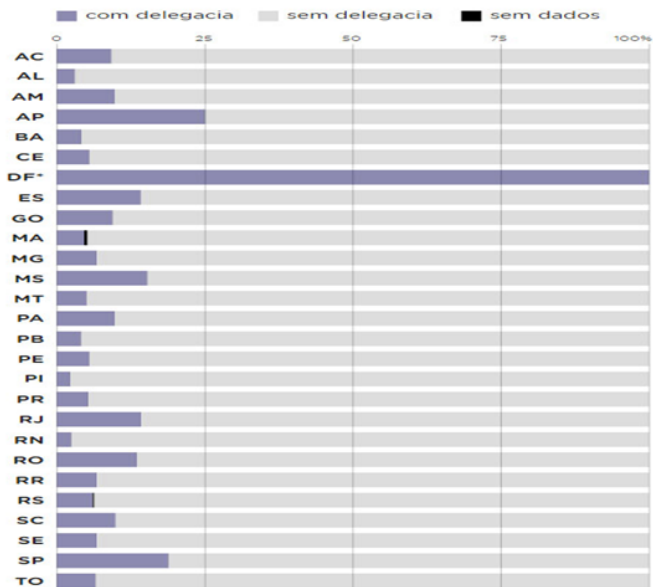
Localidade	Desenvolvimento		População	Desemprego
	Humano			
RS	0,71%			486 mil
Salário mínimo	+2,4%		16,9%	
Município sobre análise/ outros Municípios	187/497			
Cidade analisada/ Brasil	648/5.570			
Meio salário mínimo/ pessoa	35,7%			
Município sob análise/ Estado	116/497			
Município sob análise/ Brasil	3,413/5570			

A falta de sensibilidade do Governo Federal em compreender as distintas realidades que existem na sociedade e em propor políticas públicas efetivas que deem à população acesso à educação pode explicar os altos índices de violência em cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

Outro aspecto essencial na tentativa de coibir a VCM é a presença das delegacias especializadas para oferecer aos envolvidos em casos de VCM atendimento adequando que leve em consideração as especificidades desse tipo de violência. Seria importante qualificar e disponibilizar profissionais para atuar nas redes de atendimento de casos de VCM. Um exemplo que representa o despreparo dos órgãos públicos foi observado na delegacia, durante a coleta de dados para a pesquisa, uma mulher ligou para o Disque 190 – Brigada Militar – relatando que seu ex-marido a estava ameaçando de morte; ela alegou que havia sido emitida uma medida protetiva contra o ex-companheiro e que, por isso, pediu à polícia que a levasse à delegacia para registrar a nova denúncia. Ao chegar lá, os policiais comentaram ironicamente que “agora sim não se pode nem discutir a relação”.

Figura 1: Porcentagem de municípios com Delegacia da Mulher por estado no Brasil

PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS COM DELEGACIA DA MULHER POR ESTADO
Em 2014



Fonte: Estado NEXO

O problema se evidencia ainda mais se consideramos que apenas 403 municípios brasileiros possuem delegacias especializadas para atendimento à mulher. O número corresponde a cerca de 7% do total de 5.565 municípios do país. Observa-se que o Estado do Rio Grande do Sul é um dos estados com o menor número de delegacias, conforme demonstra a Figura 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo identificar o perfil de vítimas e de agressores envolvidos em casos de VCM e verificar os contextos socioeconômico e sociocultural em que essa violência ocorre em uma cidade da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados utilizados são referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019. Quanto ao ano de 2019, não foi mais possível acessar os registros na Delegacia Civil da cidade e nem na Secretaria de Segurança Pública. Por isso, não utilizamos exemplos desse ano. Segundo o delegado na época em que se buscou esses dados, havia novas normas para acesso a essas informações em 2019.

Os resultados da pesquisa indicaram que na cidade analisada o perfil socioeconômico e sociocultural das vítimas apresenta como características os seguintes aspectos: as mulheres se definem como sendo de etnia branca, com média de 34 anos de idade, são autônomas – trabalham como diaristas – e têm baixa escolaridade – ensino fundamental. Igualmente, os

homens se identificam como sendo de etnia branca, com média de 38 anos de idade, são autônomos – não indicaram nenhuma ocupação específica – e têm baixa escolaridade – ensino fundamental –. A principal tipologia criminal é a ameaça.

Ainda, considerando o Índice de Desenvolvimento Humano da cidade analisada, constata-se que os índices de VCM são altos também na região central, onde se supõe que haja uma melhor concentração de renda e qualidade de vida. Esse aspecto evidencia que a cultura machista é uma das bases da VCM. Logo, a desigualdade social somada à cultura parece ser o gatilho da VCM na região analisada. Pode-se considerar, nessa perspectiva, que as interações violentas entre homens e mulheres, no ambiente doméstico, estão vinculadas ao aumento de tensão nas relações de poder pré-estabelecidas na sociedade sobre os papéis sociais relacionados ao que é permitido ou proibido, em termos de normas, direitos e deveres sociais, para mulheres e homens.

Por fim, reitera-se que o enfrentamento da VCM exige a implementação de ações educativas com grupos de agressores para os quais se promovam discussões sobre a violência doméstica, resolução de conflitos, cultura de paz e igualdade de gênero, também programas de apoio às vítimas possibilitando recuperação psicológica e independência financeira.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 108-113, jan. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000100014>.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Universidade Federal de Brasília, Brasília, p. 303-330, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso>; acesso em 16 de set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Violência faz mal saúde**. Brasília: MS; 2006. Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books-MS/06_0315_M.pdf. Acesso mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 29 Set. 2020.

BRASIL. **Lei 12.527**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso

a informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 29 Set. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira; VALENCIA, Luiz Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique; LIMA, Adriana dos santos. **Atlas da violência**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/IPA, 2017. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>; acesso em 03 mar. 2020.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas et al. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 299-311, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000013>.

GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Jornal Estudos de Psicologia**, Campinas, Campinas, v. 28, n. 2, p. 219-227, Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000200009>.

HAUSCHILD, Caroline. **Demonstração do pertencimento do povo gaúcho através do consumo de moda contemporânea**. 2017. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Bacharelado em Administração) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2017.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 331-344, Set. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512018000300331&lng=en&nrm=iso>. Acesso jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174876>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Jornal NEXO**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/09/22/A-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-delegacias-da-mulher-pelo-Brasil>>, 2010. Acesso em nov. 2918.

MADUREIRA, Alexandra Bittencourt et al. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Revista de Enfermagem Escola ANNA NERY**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 600-606, Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400600&lng=en&nrm=iso>. Acesso mar. 2020. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140085>.

MALINOWOSKI, Bronislow. **Uma teoria científica de cultura**. Tradução Marcelina Amaral. Lisboa, Portugal: 2009.

MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENANCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Revista Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 398-406, Ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200021>.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely S. **Violência e gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SSP/RS: **Departamento de Integração, Planejamento e Política de Segurança**. Observatório Estadual da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. 2020.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Men, masculinity and violence: a study in primary health care services. *Rev. bras. epidemiol.*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 790-803, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2012000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000400011>.

SILVA, Maria Arleide da; FALBO NETO, Gilliat Hanois; CABRAL FILHO, José Eulálio. Maus-tratos na infância de mulheres vítimas de violência. **Revista Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 14, n. 1, p. 121-127, mar. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pe/v14n1/a15v14n1.pdf>>. Acesso mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000100015>.

SWAIN, TANIA NAVARRO. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas". **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 67-81, Jul. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000300010>.

UNITED NATIONS. General Assembly Resolution n. 48/104 of 20 December 1993. **Declaration on the elimination of violence against women**. Geneva: Office of the United Nation High Commissioner for Human Rights, 1993. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/ViolenceAgainstWomen.aspx>>; acesso em jan. 2020.

VASCONCELOS, Marilena Silva de; HOLANDA, Viviane Rolim de; ALBURQUEQUE, Thaíse Torres de. Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres. **Cogitare Enfermagem**. Curitiba, v.21, n. 1, p. 01-10, jan. 2016. Disponível em: <

<https://www.researchgate.net/publication/300368252> PERFIL DO AGRESSOR E FATORES ASSOCIADOS A VIOLENCIA CONTRA MULHERES. Acesso mar. 2020.

ARTIGOS LIVRES

O LEGADO TURÍSTICO REPRESENTADO PELA MÚSICA NAS CIDADES DE LIVERPOOL E RIO DE JANEIRO**THE TOURIST LEGACY REPRESENTED BY MUSIC IN THE CITIES OF LIVERPOOL AND RIO DE JANEIRO**

Recebido em: 25/06/2020

Aceito em: 10/10/2020

Gabriel de Almeida Martins¹Juliana Souza Gomes²

Resumo: A música é a representação, modo de expressão e até mesmo um patrimônio. O significado dela perpassa além das letras, concedendo assim um novo significado, gerando uma visão turística através dos seus componentes e de suas cidades. Através desses elementos, grupos sociais podem identificar-se e sentir-se representados com o que é entoado. Cabe ressaltar a ligação existente entre o turismo e a música, redimensionando também a importância dos elementos turísticos, como: a hospitalidade, infraestrutura e o marketing das cidades. Esta pesquisa abordou significados e elementos presentes não somente pela letra da música, mas sim, representações compostas pela banda The Beatles e o ritmo da Bossa Nova. Este trabalho tem como objetivo geral analisar o turismo nas referentes cidades (Liverpool e Rio de Janeiro) em função do legado artístico (dos Beatles e da Bossa Nova). De tal modo, foi importante pesquisar porquê a Bossa Nova não teve a mesma ascensão turística na cidade do Rio de Janeiro, assim dividindo o cenário com outros ritmos.

Palavras chaves: Música, Ritmo, Liverpool, Rio de Janeiro, Turismo.

Abstract: Music is the representation, the form of an expression and a patrimony. Its meaning goes beyond the lyrics by giving a new signification and creating a different perspective of the tourism by means of their components and cities. Through those elements, social groups can identify themselves as well as be represented according to what is chanted. We may emphasise the connection between tourism and music by reaffirming the significance of the tourism elements, such as: hospitality, infrastructure and the marketing of the cities. This research is on meanings and elements which exist not only within the lyrics, but also on representations composed by The Beatles and Bossa Nova artists. This study, in a general way, is about analysing the tourism in either Liverpool and Rio de Janeiro, as given the influence and legacy of both The Beatles and the Bossa Nova movement. That being said, it is important to scrutinise why Bossa Nova hasn't had the same tourism appeal in the city of Rio de Janeiro so that it could share the scenery with other styles.

Keywords: Music, Rythms, Liverpool, Rio de Janeiro, Tourism.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGDTPP. Pós-Graduado em Gerenciamento de Projeto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: gabrieldealmeida07@gmail.com

² Graduada em turismo pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro. As áreas atuantes são hotelaria, turismo e hospitalidade. E-mail: julianasouzag28@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde que um indivíduo nasce, ele está suscetível a influência musical. Seja uma canção de ninar, cantigas infantis, músicas populares ou eruditas, canções antigas ou até mesmo quando combinar o tamborilar de dedos com rimas feitas de última hora. A música está intimamente ligada a sentimentos. É capaz de retratar um momento histórico, descrever algo ou alguém, sensibilizar, trazer reflexão para as pessoas e também para comemorar e enaltecer algo, com danças e, em alguns casos, trajes típicos de alguma cultura (GODOI, 2011). A experiência musical é o espaço de um exercício de “liberdade” criativa e de comportamento, ao mesmo tempo em que se busca a “autenticidade” das formas culturais e musicais, categorias importantes para entender a rebelião de setores jovens (NAPOLITANO, 2002, p. 9).

Segundo Vidal (2008), no Brasil da década de 1950, mais especificamente na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, a Bossa Nova dava os seus primeiros passos: o novo ritmo era uma combinação de sons nacionais e o sofisticado *jazz* americano, que podia ser sensivelmente percebida nos grupos musicais, que tratavam de tornar as composições mais elaboradas e elegantes. Vidal (2008) também apresenta que seus principais artistas colaboravam para que esse novo ritmo pudesse sempre se renovar. Artistas esses que tiveram maior destaque: Tom Jobim, Vinícius de Moraes, João Gilberto e Nara Leão, além de outros que serão citados neste artigo.

Já no cenário internacional, o *rock and roll* – um dos dois ritmos que será retratado neste trabalho – surgiu na década de 1950 nos Estados Unidos, com a forte presença da guitarra elétrica, baixo e bateria (OLIVEIRA, 2011). À época, teve como figura principal Elvis Presley, conhecido como o Rei do Rock. Já nos anos 1960, o destaque vai para a banda britânica The Beatles. Com o sucesso *Love Me Do*, o grupo ganhou o topo das paradas de sucesso na Europa e Estados Unidos (DAVIES, 2015).

Visto que na cidade de Liverpool os Beatles tiveram grande influência no turismo local, lança-se a questão do porquê a Bossa Nova não ter tido o mesmo efeito na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que este ritmo brasileiro se tornou mundialmente conhecido, assim como a banda inglesa. Acredita-se que, pelo fato de os integrantes dos Beatles terem nascido, crescido e se conhecido em Liverpool, os primeiros shows e lugares onde visitaram ajudaram a desenvolver o turismo na cidade, após o sucesso da banda mundo a fora. Já na cidade do Rio de Janeiro, faltou mais valorização da Bossa Nova, além da falta de interesse da população local – poder público, privado e o povo carioca – em tornar o ritmo um produto turístico.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar o turismo nas referentes cidades em função do legado artístico (dos Beatles e da Bossa Nova). Ademais, será explicada a influência dos Beatles na cidade de Liverpool, a influência da Bossa Nova sobre a cidade do Rio de Janeiro e também será ressaltada a ascensão dos Beatles e da Bossa Nova.

Para este trabalho, foram utilizados os seguintes métodos científicos: a pesquisa de campo nas cidades de Liverpool e Rio de Janeiro, onde foram coletados dados para a elaboração de material para esta pesquisa (conteúdo iconográfico e documentos). Pesquisa qualitativa, onde foi feito um levantamento bibliográfico de informações que foram verificadas nas cidades citadas anteriormente e dos Beatles e da Bossa Nova. Por fim, também foi empregado o método explicativo, no qual é falado sobre o fenômeno do turismo nas referentes cidades (Rio de Janeiro e Liverpool), segundo Beni (2001), com base no livro *Análise Estrutural do Turismo* (Sistur).

GRUPOS SOCIAIS, CULTURA, PATRIMÔNIO E DINÂMICAS DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização surge como formas de interações sociais e informações dinâmicas que podem ocorrer a quilômetros de distância, de um ponto ao outro. Deste modo, a globalização se configura e se delimita em um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, conectadas em um sistema complexo, expresso e apresentado para a sociedade (SANTOS, 2002). De tal forma, conseqüentemente, a música se insere no sistema globalizado, integrando diversas formas de expressões e características importantes para a construção dos grupos sociais a qual ela se tornará uma referência (ZAN, 2001; HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Ao que se desenvolve uma ação importante, surge um debate intrínseco dos grupos sociais e suas formas de representações, no que se diz relevante ao papel fundamental da música em seu contexto de patrimônio cultural e sua configuração de identificação, sendo por meio da letra, do som, da importância para uma cidade, nos diálogos da música e a vivência da letra entoada, entre outros fatores. Laraia (2001) constitui o patrimônio cultural como uma forma dinâmica e que sofre transformações (de maneira internas e externas), pois a sacralidade não significa imutabilidade, mas um processo permanente de mudança e adequação (VELHO, 2007). O sujeito está sempre em transformação, abalando suas ideias e como retrata Hall (2006, p. 9) “se descentralizando”, mudando e se modificando ao longo do tempo (VELHO, 2007; HALL, 2006).

Quando se diz respeito à cultura, Santana (2009) afirma que sendo nacional ou de grupo, o indivíduo pode espelhar-se e identificar-se com o que ele observa no meio o qual ele está inserido, fazendo com que cada sujeito tenha a sua particularidade e sejam diferentes entre si. Do mesmo modo, pode-se averiguar o fato da cultura estar integralmente ligada às situações sociais, fazendo com que o indivíduo possa ter uma identificação. Bauman (2012) retrata sobre as questões de identidade e suas possíveis analogias possam ser, possivelmente, fragmentadas.

Sugiro que a imagem mais capaz de apreender a natureza das identidades culturais é a de um redemoinho, e não a de uma ilha. As identidades mantêm sua forma distinta enquanto continuam ingerindo e vomitando material cultural raras vezes produzido por elas mesmas. As identidades não se apoiam na singularidade de suas características, mas consistem cada vez mais em formas distintas de selecionar/reciclar/rearranjar o material cultural comum a todas, ou pelo menos potencialmente disponível para elas. É o movimento e a capacidade de mudança, e não a habilidade de se apegar a formas e conteúdos já estabelecidos, que garante sua continuidade (BAUMAN, 2012, p.51 – 52).

A música, além de ser uma canção, consegue retratar fatores sociais e históricos presentes na sociedade. Ela está ligada a formas econômicas, culturais, urbanas e turísticas (NAPOLITANO, 2002). Segundo Zan (2001), a música está relacionada diretamente a indústria do entretenimento, e a manifestação cultural representada por ela é importante para compreender o grande desenvolvimento dos grupos sociais que este trabalho irá se configurar. Pode-se examinar, por exemplo, a música *All You Need Is Love – Tudo O Que Você Precisa É Amor* – (1967), dos Beatles. A canção foi composta para a apresentação ao vivo do programa *Our World*, em 1967, e transmitida para mais de 20 países concomitantemente, com o propósito de disseminar a harmonia e a união no mundo, já que a época vivida era da Guerra Fria (MEDIUM, 2019).

Dada a canção, é possível atrelar a ela que a música representa um sentido para aqueles que as ouvem através de significados de suas letras e opiniões políticas-sociais que constituem sua capacidade de expressão (BLACKING, 2007).

FORMAÇÃO INICIAL DOS BEATLES

No ano de 1955, na cidade de Liverpool, na Inglaterra, John Lennon havia formado uma banda com seus colegas de escola chamada Quarrymen. Dois anos mais tarde, Paul McCartney foi a um show da banda, ocasião essa em que foi apresentado a John, que convidou Paul para juntar-se à banda (NASCIMENTO, 2012). Ambos iniciaram um trabalho que consistia em compor músicas para a banda em que atuavam juntos e, assim, formaram a dupla

Lennon/McCartney, que ficou extremamente conhecida na história do rock. Em 1958, George Harrison foi apresentado a John. Apesar de ter apenas 15 anos na época, o fato de ser muito habilidoso tocando guitarra, fez com que Harrison fosse aceito por Lennon na banda (NASCIMENTO, 2012).

Nessa altura, a nova banda de John, Paul e George tinham bateristas inconstantes. Ao tocarem num bar de Liverpool chamado *Jacaranda*, conheceram o filho do proprietário, que passou a acompanhá-los com uma certa frequência. Foram para Hamburgo e diversos outros lugares; após conquistarem e terem o prestígio do público, os shows no *The Cavern*³ ficaram cada vez mais frequentes. Apresentado aos Beatles pelo seu empresário – Brian Epstein – George Martin, que era o produtor da gravadora da banda na época, resolveu contratá-los. Porém, nem tudo correu tão bem assim. Devido a conflitos internos, Best, pouco tempo depois, foi demitido (NASCIMENTO, 2012)

Com a saída de Pete Best, foi escolhido Ringo Starr, não tão “estiloso” quanto o antigo baterista. Após seis meses de seu ingresso na banda, aconteceu a chamada Beatlemania: um fenômeno mundial que durou três anos onde, segundo Davies (2015), era uma histeria de adolescentes de diversas classes sociais e que ficavam excitadas em todos os sentidos, além chorarem, gritarem, atirarem-se ao grupo e até mesmo desmaiarem na presença da banda.

É impossível exagerar a Beatlemania, porque a Beatlemania era, em si, um exagero. Para aqueles que não acreditam, todos os grandes jornais do mundo têm milhões de palavras e imagens em seus arquivos, contando tim-tim por tim-tim o que aconteceu quando os Beatles visitaram sua parte do mundo (DAVIES, 2015, p. 263).

Na imagem abaixo, pode-se observar um grupo de adolescentes durante a Beatlemania. A foto foi registrada no museu *The Beatles Story Exhibition*, no Albert Dock, localizado na cidade de Liverpool, Inglaterra.

Figura 1 - Beatlemania, representada no museu *The Beatles Story*.

³ Cavern é um bar na Matthew Street, em Liverpool, onde Brian Epstein viu pela primeira vez o show dos Beatles e, não muito mais tarde, onde a banda estabeleceu a sua identidade (CAVERN CLUB, 2019).



Fonte: Autoria própria (2018).

Como examinado, os Beatles tiveram grandiosa significância em sua vivência na cidade de Liverpool. Logo, deixaram influências e histórias marcadas em alguns pontos da cidade que, muitos anos mais tarde, tornaram-se pontos turísticos na localidade. Através disso, pode-se implicar a visão de Hall (2004) sobre as identidades e a fragmentação do indivíduo a partir da cultura a qual é apresentada e sua fragmentação se torna presente.

FORMAÇÃO DA BOSSA NOVA

Vidal (2008) apresenta que a Bossa Nova foi um movimento de uma geração de músicos que, saturados do estilo musical que estava em alta na época, decidiram inovar com algo que expressasse o estilo de vida que tinham e que fosse compatível ao que era tocado. O processo de rompimento com o legado deixado anteriormente pela música popular brasileira é enaltecido pelos seus artistas (NAVES, 2000), como pode ser observado no trecho a seguir:

Vemos que as músicas inaugurais da nova tendência musical aparecem como canções-manifesto. Desafinado (1958) e Samba de uma nota só (1960), compostas por Tom Jobim, em parceria com Newton Mendonça, introduzem um tipo de procedimento em que letra e música, ao mesmo tempo em que se comentam mutuamente, fazem alusões às novidades musicais. Os elementos de transgressão da bossa nova encontram-se presentes sobretudo em "Desafinado": no momento exato em que se pronuncia a sílaba tônica da palavra "desafino" ocorre, no plano da música, uma nota inesperada, que representa uma transgressão aos padrões harmônicos da música popular convencional (NAVES, 2000, p. 36).

O disco de 1959 intitulado *Chega de Saudade*, com letra de João Gilberto e música de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, reafirma essa ruptura com padrões antigos da música brasileira. Nela, nota-se as novas batidas de violão, individualidade neste ritmo recentemente revelado, após anos de tentativas de seus principais artistas. Com isso, a Bossa Nova num primeiro momento conquistou o público nacional e, posteriormente, o público mundial (VIDAL, 2008).

Dick Farney, um dos precursores do ritmo, sempre foi um fã da música americana. Após lançar a música “Copacabana”, viajou para os EUA em busca de manter sua carreira por lá. Quando retornou, em 1948, visivelmente levado pela música americana – Farney era fã de Frank Sinatra – ganhou seu primeiro fã-clube. (VIDAL, 2008).

Os intérpretes da Bossa Nova, em sua maioria, eram pessoas brancas de classe média que consumiam a música dos EUA através de cinema e discos importados – o que apartava as pessoas de classes mais baixas. A influência sutil americana nos grupos musicais era notada através de refinadas composições e misturas do ritmo brasileiro ao *jazz* americano, além do uso da gravação elétrica – que envolvia o uso da voz e do violão. (VIDAL, 2008; SANTOS, 2006). A relação Brasil – Estados Unidos é incontestável, uma vez que, além da influência americana no ritmo, houve a gravação de um disco de Stan Getz e João Gilberto – disco este que ganhou 4 *Grammys*, um deles na categoria “Melhor Álbum”, que também concorreu com nada mais, nada menos, que The Beatles ⁴(SANTOS, 2006).

Figura 2 - Tom Jobim, Vinicius de Moraes, Ronaldo Bôscoli, Roberto Menescal e Carlos Lyra.

⁴ A emissora de TV, Globo, noticiou o ocorrido (GLOBO PLAY, 2019).



Fonte: Veja Rio (2018).

Na imagem acima, pode-se observar os principais ícones da Bossa Nova. A Bossa Nova ganhou uma objetividade que constitui na sua singularidade como presente na escrita de João Gilberto, que o ritmo ganha contornos importantes e íntimos tanto para o artista, quanto para o público (NAVES, 2000).

A seguir se abordará como o turismo nas cidades do Rio de Janeiro e Liverpool foram desenvolvidos em função do legado da Bossa Nova e da banda The Beatles, juntamente com o marketing elaborado para as respectivas cidades. Igualmente, também será discorrido sobre a infraestrutura destas cidades por meio do Sistur – Sistema de Turismo, de Mário Beni.

O FENÔMENO TURÍSTICO

O fenômeno turístico se estabelece há muitos anos antes de Cristo. Este fenômeno surgiu com antigas civilizações e as sociedades buscado lazer em determinadas regiões. Para além desse conceito inicial, o turismo, desde muito tempo de seu fenômeno, surge como um elemento primordial para economia e como ponto chave para as novas aventuras da humanidade (IGNARRA, 2003). O turismo possui diversas tipologias na atualidade, como: sol e praia, cultural, lazer, entre outros (MARUJO, 2014). É importante destacar que essa pesquisa se situa no turismo cultural, elementos importantes acerca da base da música aqui retratada.

O turismo cultural se relaciona diretamente com a localidade, sua singularidade é importante para elementos que são constituintes da cultura local. Elementos esses formam suas expressões, artes, *savoir faire* (o “saber fazer”) e o patrimônio. Formas diferentes de interações

surgem, e, em determinados momentos a música pode ser tornar um elo importante de ligação para elementos como a arte, no modo se expressar e como é entoado, e também, como um patrimônio para aqueles que produziram (PULIDO; CALLE; VELASCO, 2013). Diversos elementos são capazes de instigar o desejo do turista, que toma para si elementos importantes para sua construção como indivíduo e praticante do lazer (BAUMAN, 2013; IGNARRA, 2003).

No que tange a pesquisa, pode-se notar elementos importantes para o turismo cultural, a forma como é apresentado e como as cidades são preparadas para receber esses turistas. A música está presente tanto em esfera regional, como em esfera nacional e internacional. Para isso, é importante analisar cada elemento e como pode se tornar um atrativo, patrimônio, forma de expressão e até mesmo como uma cidade pode se tornar potencialmente turística através de uma banda (IGNARRA, 2003; BENI, 2001).

Os Beatles e a Bossa Nova formam parte integrante dessa pesquisa como o patrimônio cultural das cidades de Liverpool, na Inglaterra (Reino Unido) e do Rio de Janeiro, no Brasil. O turismo é apresentado em cidades de diversos modos, até mesmo a estrutura é importante ser analisada e seu planejamento para receber turistas. É importante destacar além de elementos de mobilidade urbana, aspectos de conflitos internos nas zonas urbanas, como a violência (RIBEIRO, 2015).

Portanto, para realizar uma análise mais aprofundada sobre o assunto qual o turismo está inserido, uma metodologia empregada será aplicada nas cidades de Liverpool e Rio de Janeiro, para uma perspectiva dessas cidades. Este método é o Sistema de Turismo, o SISTUR, de Beni (2001), será uma importante ferramenta para entender a cadeia produtiva do turismo e a importância do elemento turístico para a população local.

O SISTUR APLICADO NAS CIDADES DE LIVERPOOL E RIO DE JANEIRO

O Sistema de Turismo, conhecido por Beni (2001) como Sistur, é uma importante análise sobre as partes de um conjunto que se interagem para um determinado fim, ou seja, uma estruturação importante para o funcionamento da cadeia produtiva do turismo para que um conjunto de serviços seja adquirido (BENI, 2001). No Sistur, as correlações são um importante meio para manter o ciclo do turismo. Todas as atividades são interdependentes, mas, não são autossuficientes e, com isso, cada atividade depende da outra para interagir com o meio turístico. É importante também frisar que o Sistur, além de estruturar a organização do turismo, é um importante meio para diagnosticar deficiências e desajustes na oferta e a demanda (BENI, 2001).

Nessa elaboração realizada por Beni (2001), pode-se correlacionar as cidades que nesse trabalho serão estudadas: o caso das cidades de Liverpool e do Rio de Janeiro. Para as respectivas análises, será utilizada como base o sistema proposto por Beni (2001), utilizando: o conjunto das relações ambientais, o conjunto da organização estrutural e o conjunto das ações operacionais.

A cidade de Liverpool começou o seu desenvolvimento a partir do advento marítimo. Em 1846, foi criada a Albert Dock, pelo Príncipe Albert, uma doca fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade. A Albert Dock sofreu com o declínio manufatureiro britânico, chegando a sua desativação em 1972. A área passou por diversos planejamentos e projetos para sua volta, mas somente em 1988, o Príncipe de Gales reinaugurou oficialmente a Albert Dock, só que agora com outras atrações. Dentre as atrações estão diversos museus, entre eles está o Museu da História dos Beatles (HAYLLAR, 2011).

Figura 3 - O príncipe Albert, na abertura de Albert Dock. Pictorial Times, 1846.



Fonte: Liverpool Museu (2019).

Albert Dock se tornou em um importante centro turístico, atraindo investimentos e fazendo com que o turismo se destacasse nessa região. Os Beatles assumem outra função importante para a cidade, fazendo com que a cidade possa produzir diversos produtos e serviços exclusivos, carregando assim o nome da banda. O primordial é como o marketing da cidade é trabalhado, que emergiu a partir de um porto importante, como Albert Dock, e se consolidou através de uma banda de rock. São diferentes as características e situações que carregam cada elemento, porém, os que os unem é o turismo nessa cidade (HAYLLAR, 2011; NASCIMENTO, 2012; VARGAS, 1998).

Os Beatles tiveram sua criação em Liverpool, porém, adotaram Londres como seu "território" (NASCIMENTO, 2012). É importante salientar que, a cidade de Liverpool adotou o marketing da imagem, fazendo os Beatles se transformarem nessa atração, criando *souvenirs*, visitas em bares onde Beatles tocaram, entre outras atrações. Os Beatles se transformaram em uma marca e, por outro lado, não somente em uma banda (NASCIMENTO, 2012; VARGAS, 1998).

Associando ao Sistur, pode-se compreender que o sistema utilizado no conjunto das relações ambientais, está ligado a vertente social, econômica e cultural. Esses elementos corroboram pelo que estão designados as relações que os turistas podem sentir atraídos para visitar a cidade, pela marca dos Beatles e em uma pluralidade de fatores, como o status sociais (correlacionando com as redes sociais, visando somente em apresentar para os "seguidores") e a emoção de ver sua banda e a história por trás da mesma (BENI, 2001; MARTELETO, 2001).

Destacando os elementos referentes a superestrutura e a infraestrutura de Liverpool, é imprescindível retratar sobre as políticas de reestruturação urbanas e a fragmentação do território. Uma nova resignação se faz presente no bem-estar dos cidadãos, preparando espaços e infraestrutura sólida pensando primeiramente no morador (KÖHLER, 2014; DE RESENDE, 2019). Consoante Köhler (2014), a parceria público-privado em Liverpool ganhou notoriedade, os espaços públicos foram se reestruturando e cedendo espaço para as privatizações. O poder público ficou responsável pelos espaços de lazer e da infraestrutura básica para o morador e o turista, enquanto o poder privado gerava emprego e renda na localidade, assim se fragmentando no território. Köhler (2014) ainda retrata que, a iniciativa privada foi o agente responsável pela reestruturação urbana.

No conjunto das ações operacionais, assim apresentando as situações de mercado, demanda e oferta da cidade de Liverpool. Para uma melhor compactação do que é retratado nesse conjunto de ações, é importante tratar que Liverpool utiliza de forma planejada o marketing de divulgação de seu território, ampliando a forma de como são representados seus espaços e fomentando bem definidamente seus patrimônios, tanto culturais, materiais e imateriais (NASCIMENTO, 2012; ALMEIDA, 2004; HAYLLA, 2011).

A cidade do Rio de Janeiro retrata contrapontos diferentes dos apresentados na cidade de Liverpool. Permeada e rodeada pela Floresta Tropical, Rio de Janeiro torna-se cenário por sua biota, suas praias, o Samba, Bossa Nova, carnaval e futebol (CASTRO; GUIMARÃES; MONTENEGRO, 1999). Porém, o marketing divulgado pelo Rio de Janeiro compõe somente o carnaval, praia e futebol, o que difere da cidade de Liverpool, que possui seu marketing

centrado bem definido e ordenado em cada patrimônio presente na cidade (CASTRO; GUIMARÃES; MONTENEGRO, 1999; PETROSKI; DE PAULA BAPTISTA; MAFFEZZOLLI, 2013).

Referente ao Sistur, a cidade do Rio de Janeiro está relacionada ao conjunto das relações ambientais. Porém, no que tange os aspectos social e cultural, estes são melhores desenvolvidos se comparados aos aspectos ecológicos e econômicos. O conjunto dessas relações se estabelecem entre si, uma necessita da outra para o fortalecimento de um contorno turístico na cidade. Cabe também as políticas públicas manter e segmentar essas transformações (RIBEIRO, 2015; BENI, 2001; CASTRO; GUIMARÃES; MONTENEGRO, 1999).

Na abordagem da cidade do Rio de Janeiro do conjunto das relações estruturais, a infraestrutura e a superestrutura devem estar ligadas diretamente ao morador local, primeiramente, para depois ser relacionada propriamente ao turista. É relevante pensar sobre aspectos da mobilidade urbana, saneamento básico, resíduos sólidos, entre outros elementos essenciais para o funcionamento primordial da cidade (RIBEIRO, 2015; BENI, 2001). Inicialmente, para a construção do marketing turístico de uma cidade, é necessário que a relação entre gestores e população local esteja bem alinhada, para que não haja conflitos futuros e problemas que possam abalar o meio em que vivem. (IGNARRA, 2003; SANTANA, 2009; BENI, 2001).

O TURISMO E SUA INFRAESTRUTURA NA UNIÃO EUROPEIA E REINO UNIDO

A relação cultural e sua valorização na cidade de Liverpool é importante ser destacada. A cultura e o patrimônio são presentes e perpassados pelos grupos sociais, que ao decorrer dos anos foi se fragmentando e reinventando de acordo com suas próprias representações (HALL, 2006; BAUMAN, 2013). Indubitavelmente, o marketing se forma por essas representações e a busca constante por novidades surgem, com isto, o marketing se torna peça chave de transição de perpetuar um legado e a representação de uma sociedade, no qual se forma sua identidade nacional (HALL, 2006; ALMEIDA, 2004).

As cidades se transformam através do marketing e consoante Almeida (2004), existe a necessidade de conexões, do que é apresentado nas cidades até a venda do seu conceito ou do patrimônio presente nas mesmas. Liverpool adotou a valorização do lugar, assim preparando um ambiente para seu marketing planejado, como o “berço” da banda dos Beatles (VARGAS, 1998; NASCIMENTO, 2012).

Para compreender as análises do marketing é preciso atentar para as situações culturais e turísticas dessa região. Para o presente estudo, é importante destacar que busca descobrir como Liverpool se tornou essa potência do marketing dos Beatles e quem são os frequentadores dessa localidade. Além disso, cabe abranger a importância da cultura para o cidadão local, no qual possam entender como o patrimônio é valorizado no Reino Unido, mais especificamente em Liverpool.

Essas análises serão captadas pelo Gabinete de Estatística da União Europeia (EUROSTAT), no que tange o aspecto cultural e turístico do Reino Unido e mapeando os processos importantes para a Cidade de Liverpool. Abaixo é possível analisar a característica cultural do Reino Unido:

Tabela 1 - Tempo gasto da população do Reino Unido em tempo livre.

	Time spent (hh:mm)	Participation time (hh:mm)	Participation rate (%)
Total	24:00	24:00	100
Free time study	0:03	2:37	2.0
Handicraft and producing textiles and other care for textiles	0:02	1:35	2.1
Teaching, reading and talking with child	0:07	1:03	10.8
Entertainment and culture	0:08	2:01	7.0
Computer games	0:09	1:54	7.8
Computing	0:21	1:07	30.6
Hobbies and games except computing and computer games	0:10	1:20	12.1
Reading books	0:06	1:06	9.7
Reading, except books	0:13	0:59	21.7
TV and video	2:22	2:53	82.0
Radio and music	0:04	0:58	7.6

Fonte: EUROSTAT (2010).

Nesta tabela pode-se analisar que a sociedade do Reino Unido gasta um tempo relativamente acentuado assistindo TV e Vídeo, porém, o tempo de participação em entretenimento e cultura é um ponto importante a ser observado. Ou seja, por mais que a globalização seja presente e crie uma dinâmica digital (VAGAS, 1998), a sociedade britânica ainda participa de atividade de entretenimento e seu relacionamento baseado na cultura.

Na próxima tabela, ainda retratando sobre o conceito da globalização e reafirmando a cultura, é importante destacar sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização dos grupos sociais presentes no Reino Unido. Théry (2008) retrata sobre uma reafirmação de seu território, onde a população se reconhece por suas práticas, costumes e paisagens. Mais para além desse pensamento, estão também ligados a globalização os outros territórios, e, concomitantemente, os territórios digitais (BULHÕES, 2009).

Tabela 2 - Tempo gasto em TV e outros tipos de mídias.

GEO	UNIT	Time spent (hh:mm)	Participation time (hh:mm)	Participation rate (%)
Belgium		2:59	3:17	91.0
Bulgaria		:	:	:
Germany (until 1990 former territory of the FRG)		2:45	3:04	89.4
Estonia		2:46	3:05	89.5
Greece		3:04	3:14	95.1
Spain		2:33	2:53	88.7
France		2:32	3:00	84.2
Italy		1:56	2:18	84.5
Latvia		:	:	:
Lithuania		:	:	:
Luxembourg		2:31	2:50	89.0
Hungary		2:48	3:06	90.1
Netherlands		2:40	2:59	89.6
Austria		2:19	2:39	87.0
Poland		2:34	2:48	91.6
Romania		2:29	2:43	91.5
Slovenia		:	:	:
Finland		2:51	3:05	92.5
United Kingdom		2:50	3:10	89.6
Norway		2:31	2:46	90.8
Serbia		2:49	3:02	92.9
Turkey		2:17	2:41	85.1

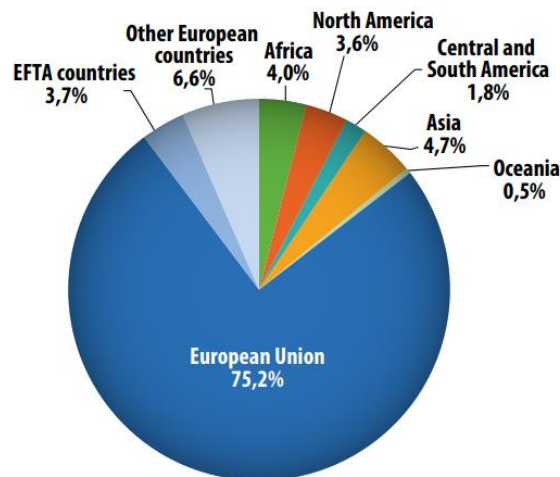
Fonte: EUROSTAT (2010).

E nesse processo de TV ou outros tipos de mídias, os Beatles se encontram entre os artistas de maiores representações. Entre as mídias de maiores audiências está o rádio, onde há uma maior visibilidade dos Beatles através de suas músicas (AIZENBERG; KOREN; SOMEKH, 2012). Através disto, os Beatles vão ganhando mais territórios, tanto no seu país, quanto em outros países, que ganham mais visibilidade passando por gerações. (NASCIMENTO, 2012; AIZENBERG; KOREN; SOMEKH, 2012; HALL, 2006; THÉRY, 2008).

Os Beatles vão se situando como uma atração da Cidade de Liverpool. O marketing constituído pela localidade é importante para a valorização da banda e do aspecto turístico que compõem o território. Diversos territórios se estabelecem, desde os territórios digitais, onde são propagadas as músicas dos Beatles, até o território físico e de espaço, onde a cidade se estabelece como ponto turístico retratando a história da banda e com a venda de souvenirs (NASCIMENTO, 2012; BULHÕES, 2009).

Outrossim, é preciso analisar os pontos de representatividade turística, apresentando suas hospedagens e o fluxo turístico. No gráfico abaixo pode-se observar o fluxo do turismo e movimentação dos turistas da União Europeia. É importante observar que os próprios europeus viajam para países próximos, que se dá pelo fato de o transporte ferroviário ser bem desenvolvido na Europa, ligando um país ao outro (BRAVO, 2000).

Gráfico 1 - Turismo interno na EU.



Fonte: EUROSTAT (2014).

Intensificando as pesquisas, é também preciso analisar os destinos escolhidos pelos próprios europeus. O Reino Unido aparece na segunda colocação de destinos turísticos em noites passadas nos meios de hospedagens segundo a EUROSTAT (2014). Liverpool ganha uma grande atração e vertentes potenciais para receber esses turistas, assim permeando o marketing local dos Beatles (ALMEIDA, 2004; BRAVO, 2000).

Contudo, cabe destacar que a França ainda continua sendo um país receptivo mais visitado da União Europeia e do mundo (EUROSTAT, 2019). A partir desses gráficos e tabelas, pode-se ter uma grande dimensão de determinados países da Europa, principalmente o Reino Unido, onde se localiza a Cidade de Liverpool.

É importante também destacar que a Cidade de Liverpool não somente comporta sua atenção do marketing voltado totalmente para os Beatles, e sim, por meio da globalização e dessas tomadas de território e fragmentação outros grupos sociais surgem, como os torcedores do time de futebol do Liverpool (NASH, 2000). Em paralelo, Liverpool cria duas fontes de marketing para a cidade, promovendo o local e captando recursos econômicos para a cidade através dos Beatles e do clube de Futebol local (NASCIMENTO, 2012; ALMEIDA, 2004; NASH, 2000).

A Cidade de Liverpool está em constante mudança, visto que teve seu ciclo iniciado pela revitalização da Albert Dock – o crescimento econômico que reestruturou a cidade e a (re)idealização do fenômeno chamado Beatles. O processo do legado e cultura é representado pela banda que fez (re)construir seu espaço não somente pela música, mas também pelo marketing divulgado pela cidade, fazendo promover suas histórias e seus legados por meio do

patrimônio e perpetuando o turismo na localidade (HAYLLAR, 2011; NASCIMENTO, 2012; BAUMAN, 2013).

O MARKETING TURÍSTICO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Foi realizada uma pesquisa com os guias Gustavo Gaieski e Aglay Bond da empresa Rio Free Walking Tour sobre o roteiro da Bossa Nova. Gustavo declarou que a empresa possui dois *tour* fixos: Centro Histórico e Herança Africana – além de roteiros diferenciados aos finais de semana para diversos tipos de público. No que concerne ao ritmo brasileiro, o *tour* é realizado no bairro de Ipanema e acontece da seguinte maneira: Começa na Praça General Osório, contando sobre a localidade. Seguem para a Rua Nascimento Silva, Toca do Vinícius (loja de livros e discos dedicados à Bossa Nova) na rua Vinícius de Moraes e finalizam na estátua de Tom Jobim, na Praia do Arpoador. O *tour* é realizado em uma data próxima do aniversário de morte de Tom Jobim e no ano de 2018 contou com cerca de 26 pessoas.

Já no ano anterior, 2017, cerca de 37 pessoas. Gustavo salientou que os passeios da Bossa Nova diminuíram devido à baixa procura e que os turistas preferem ir à praia a ter de ouvir histórias. Ou seja, o público se fragmentou, buscando novos meios de entretenimento, como afirma Hall (2006). Infelizmente, no ano de 2019 teve baixa procura no roteiro e não foi comercializado.

Pode-se compreender como destaca Castro, Guimarães e Montenegro (1999) que o marketing da cidade do Rio de Janeiro está centrado em seu carnaval, praia e futebol, mantendo os modelos de ritmos pouco divulgados para estrangeiros e para turistas da mesma nacionalidade.

A forma como a cidade planeja sua infraestrutura e superestrutura reflete diretamente no turismo. Além disto, existem os conflitos urbanos cariocas e falta de políticas públicas eficientes para determinadas áreas (RIBEIRO, 2015; BENI, 2001; PERO; MIHESSEN, 2013). Para além da análise das estruturas apresentadas, pode-se estender a discursão para o que é vendido na cidade do Rio de Janeiro, e suas formas de propagação cultural na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante também destacar que a Cidade de Liverpool não somente comporta sua atenção do marketing voltado totalmente para os Beatles, e sim, por meio da globalização e dessas tomadas de território e fragmentação outros grupos sociais surgem, como os torcedores do time de futebol do Liverpool (NASH, 2000). Em paralelo, Liverpool cria duas fontes de

marketing para a cidade, promovendo o local e captando recursos econômicos para a cidade através dos Beatles e do clube de Futebol local (NASCIMENTO, 2012; ALMEIDA, 2004; NASH, 2000).

A Cidade de Liverpool está em constante mudança, visto que teve seu ciclo iniciado pela revitalização da Albert Dock – o crescimento econômico que reestruturou a cidade e a (re)idealização do fenômeno chamado Beatles. O processo do legado e cultura é representado pela banda que fez (re)construir seu espaço não somente pela música, mas também pelo marketing divulgado pela cidade, fazendo promover suas histórias e seus legados por meio do patrimônio e perpetuando o turismo na localidade (HAYLLAR, 2011; NASCIMENTO, 2012; BAUMAN, 2013).

No caso Rio de Janeiro como a cidade planeja sua infraestrutura e superestrutura reflete diretamente no turismo. Além disto, existe os conflitos urbanos cariocas e pobreza em determinadas áreas (RIBEIRO, 2015; BENI, 2001; PERO; MIHESSEN, 2013). A presença de destinos consolidados do Rio de Janeiro pode impedir a aparição de determinados ritmos que influenciaram a cidade, fazendo com que os visitantes procurem locais onde possam tirar suas “selfies” e ter um status social nas redes sociais (CASTRO; GUIMARÃES; MONTENEGRO, 1999).

Esta pesquisa teve como propósito mostrar os resultados para o turismo provenientes de ícones que se tornaram mundialmente conhecidos em meados do século XX. Porém, apenas em uma das cidades foi desenvolvido esse resultado – muitos fatores estão envolvidos neste processo, como a infraestrutura oferecida no local, planejamento e marketing. Na cidade de Liverpool, verifica-se a importância de se ter um bom planejamento para que seja oferecido primeiramente aos seus moradores um serviço básico e de qualidade, onde funcionará do mesmo modo para os visitantes. No caso do Rio de Janeiro, observa-se que outros elementos tiveram maior destaque na divulgação turística: apesar de a infraestrutura básica ser falha, a cidade ainda é capaz de receber turistas, mas para destinos de praia e lazer, como futebol e carnaval.

Em ambos os casos, a marca histórica deixada por Beatles e Bossa Nova não foi o motivo primeiro e nem o principal para que as cidades fossem enaltecidas. Entretanto, ainda são procuradas tamanha repercussão e inovação (em termos de música) mundo a fora. No mais, o tema merece ter sua pesquisa ampliada e aprofundada no âmbito do marketing, planejamento e políticas públicas do Rio de Janeiro, em virtude de enaltecer esse ritmo tão rico e original da

cidade, que era tão valorizado internacionalmente na época em que foi criado, como nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

AIZENBERG, Natalie; KOREN, Yehuda; SOMEKH, Oren. **Build your own music recommender by modeling internet radio streams**. In: Proceedings of the 21st international conference on World Wide Web. ACM, 2012. p. 1-10.

ALMEIDA, Clarinda da Costa. **O marketing das cidades**. Gestão e Desenvolvimento, v. 12, p. 9-45, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Zahar, 2012.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. Senac, 2019.

BRAVO, Maria de Lourdes. **O Tráfego de Contentores como parte da Logística Multimodal, com enfoque no Tráfego Europeu**. Tese, Universidade Técnica de Lisboa, 2000.

BULHÕES, Maria Amelia. Experimentos em territórios digitais e paisagens interativas. PORTO ARTE: Revista de Artes Visuais, v. 16, n. 26, 2009.

CARVEN CLUB. **Primeiro bar do Beatles**. Disponível em: <<https://www.cavernclub.com/>>. Acesso dia 19 de novembro de 2019.

CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valeria; MONTENEGRO, Aline. **Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro**. Antropologia urbana. Gilberto Velho (org.), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p. 80-87, 1999.

DAVIES, Hunter. **The Beatles: The Authorised Biography**. Random House, 2009.

DE REZENDE, Rafael Pinheiro. **Mapeamento e gestão de sistemas de infraestrutura urbana metodologia aplicada em sistemas informacionais**. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Engenharia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

EUROSTAT. **Destinos turísticos**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Tourism_statistics>. Acesso dia 19 de novembro de 2019.

EUROSTAT. **Tempo gasto, tempo de participação e taxa de participação na atividade principal, por sexo e faixa etária**. Disponível em: <<https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>>. Acesso dia 19 de novembro de 2019.

EUROSTAT. **Tourism statistics**. Compact Guides, European Union, 2016 edition.

GLOBO PLAY. **Sensibilidade e busca pela perfeição criaram o estilo de João Gilberto.** Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7746984/>>. Acesso dia 21 de novembro de 2019.

GODOI, Luis Rodrigo. A importância da música na Educação Infantil. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia).** Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização.** Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ, v. 5, p. 7-19, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, v. 4, 2006.

HAYLLAR, Bruce. **Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos.** Elsevier Brasil, 2011.

IGNARRA, Luis Renato. **Fundamentos do Turismo.** 2ª. ver. Ampl. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

KÖHLER, André Fontan. **Políticas de renovação e regeneração urbana em Liverpool, Inglaterra: a construção de uma distopia urbana através de parcerias público-privadas.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 16, n. 1, p. 67-84, 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIVERPOOL MUSEU. **História de Albert Dock.** Disponível em: <<https://www.liverpoolmuseums.org.uk/maritime/about/albert-dock-history.aspx>>. Acesso dia 02 de novembro de 2019.

LIVERPOOL MUSEUM. **Albert Dock history.** Disponível em : <<https://www.liverpoolmuseums.org.uk/maritime/about/albert-dock-history.aspx>>. Acesso dia 28 de outubro de 2019.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação.** Ciência da informação, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MARUJO, Noémi. **A Cultura, o Turismo e o Turista: que relação?.** Revista de investigación em turismo y desarrollo local. Vol 7, N° 16, 2014.

MEDIUM. **Como os Beatles ajudaram a mudar a história da televisão.** Disponível em: <<https://medium.com/@danieltozzi008/como-os-beatles-ajudaram-a-mudar-a-hist%C3%B3ria-da-televis%C3%A3o-f3e08ed43ab8>> Acesso dia 08 de fevereiro de 2020.

NAPOLITANO, Marcos. História e música. **Belo Horizonte: Autêntica**, p. 91, 2002.

NASCIMENTO, L. M. de. P. **Não pode comprar meu amor: Beatles e a Beatlemania nos anos 60.** 2012. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

NASH, Rex. **Fandom de futebol globalizado**: torcedores escandinavos do Liverpool FC. Estudos de Futebol, v. 3, n. 2, p. 5-23, 2000.

NAVES, Santuza Cambraia. **Da Bossa Nova à Tropicália**: contenção e excesso na música popular. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 43, p. 35-44, 2000.

OLIVEIRA, Guilherme Walach. **Novo design para a guitarra elétrica: a guitarra do futuro**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

PERO, Valéria; MIHESSEN, Vitor. **Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro**. v. 15, n. 2, 2013.

PETROSKI, Thais Arruda Borin; DE PAULA BAPTISTA, Paulo; MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine Francisco. **Personalidade de cidades e marketing de lugares**. Revista Turismo em Análise, v. 24, n. 1, p. 4-24, 2013.

PULIDO, Juan Ignacio; CALLE, M.; VELASCO, M. **Turismo cultural**. Madrid: Editorial Síntesis, 2013.

RIBEIRO, L.C.Q. **Rio de Janeiro**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as ciências sociais**. Boaventura de Souza Santos (org.). – 2. ed. – São Paulo – Cortez, 2002.

SANTOS, Fabio Saito dos. **Estamos aí**: um estudo sobre as influências do Jazz na Bossa-Nova. 2006.

THÉRY, Hervé. **Globalização, desterritorialização e reterritorialização**. Revista da ANPEGE, v. 4, n. 04, p. 89-96, 2008.

VARGAS, Heliana Comin. **Turismo e valorização do lugar**. Revista Turismo em Análise, v. 9, n. 1, p. 7-19, 1998.

VELHO, G. **Patrimônio, negociação e conflito**. In: LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 249 – 261.

VIDAL, Erick de Oliveira et al. **As capas da Bossa Nova**: encontros e desencontros dessa história visual (LPs da Elenco, 1963). 2008.

ZAN, José Roberto. **Música popular brasileira, indústria cultural e identidade**. EccoS revista científica, v. 3, n. 1, p. 105-122, 2001.

BOND, Aglay. Entrevista concedida aos autores em 22 de novembro de 2019.

GAIESKI, Gustavo. Entrevista concedida aos autores em 22 de novembro de 2019.

**O JORNAL “ATÉ QUE...”: UMA ANÁLISE POLÍTICA NO IMPRESSO DA
DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO**

**THE JOURNAL “UNTIL...”: A POLITICAL ANALYSIS IN THE PRINT OF THE
DIOCESE OF PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO**

Recebido em: 25/06/2020

Aceito em: 10/10/2020

Pâmela Pongan¹

Resumo: O presente tem por finalidade analisar a *coluna do Pastor* e a postura política adotada por Dom Agostinho José Sartori, bispo diocesano de Palmas, no jornal *Até que...*, ao longo do ano de 2002, partindo da prerrogativa de que este seja um dos mais relevantes jornais da região Sudoeste do Paraná com um vasto número de assinantes. Embora correspondendo a um jornal religioso, mantinha dentre suas páginas questões políticas, as quais eram externas e também internas do país, apontadas pelo próprio bispo, essas unidas a suas opiniões a respeito do assunto em tema de cada edição. Partindo deste contexto, buscou-se, por meio da metodologia da análise de conteúdo, através da visão quantitativa e qualitativa, identificar e compreender o discurso político que Dom Agostinho defendia bem como a influência deste ao povo sudoestino, devido ao fato de jornal ter por intuito não apenas informar, mas também formar os fiéis leitores.

Palavras-chave: Igreja Católica; Imprensa; Jornal *Até que...*; Sudoeste do Paraná; Política.

Abstract: The present has as a criterion the Pastor's column and the policy adopted by Dom Agostinho José Sartori, diocesan bishop of Palmas, in the newspaper *Até que...*, throughout 2002, starting from the prerogative that this is one of the most relevant Newspapers of the Southwestern Paraná with a vast number of subscribers. Although it corresponds to a religious newspaper, it kept among its pages political issues, such as which were external and also internal to the country, pointed out by the bishop himself, these united with his opinions regarding the theme of each edition. Starting from this context, it was sought, through the content analysis methodology, through the quantitative and qualitative vision, to identify and understand the political discourse that Dom Agostinho defended as well as the influence of this people to the sudoestino, due to the fact that the newspaper has for not only to inform, but also to train faithful readers.

Keywords: Catholic Church; Press; Newspaper *Até que...*; Southwest of Paraná; Politics.

INTRODUÇÃO

A utilização da imprensa quanto fonte e objeto de pesquisa em História tem seu início na década de 1970. Segundo Leite (2014), embora houvesse um reconhecimento da importância

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Paranaense - UNIPAR. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Passo Fundo – PPGH/UPF, com bolsa CAPES. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Passo Fundo – PPGH/UPF, com bolsa CAPES. Membro do grupo de pesquisa “Núcleo de História Política e Instituições (NUHPI)”. E-mail: ppongan@hotmail.com

dos impressos, devido a sua introdução e difusão no país desde o século XIX, houve resistência por grande parte dos historiadores em escrever a História por meio da imprensa, o que resultou a este período uma pequena quantidade de pesquisas que tinham como fonte jornais e revistas com o objetivo de conhecer a história do Brasil.

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. [...] Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2005, p. 112).

No Brasil, na primeira metade do século XX, os historiadores adotaram duas posturas diante do jornal quanto fonte/documento histórico:

Com desprezo, ao considerar os periódicos como fontes suspeitas, portanto sem validade; ou com enaltecimento, ao encarar o jornal como repositório da verdade, considerando as notícias como relatos fidedignos dos acontecimentos registrados (CAPELATO, 1988, p. 18).

Estas posições passaram a ser criticadas ainda na segunda metade do século XX, entrando em decadência junto com a “noção de documento como espelho da realidade, da verdade e da objetividade” (CAPELATO, 1988, p. 19).

Com a terceira geração dos *Annales*, a renovação marxista e principalmente as contribuições de Michel Foucault, a historiografia abre-se à proposta de novos objetos, problemas e abordagens. A interação com outras ciências humanas e a expansão do campo de possibilidades de pesquisas dos historiadores, fruto da renovação temática, segundo de Leite (2014, p. 824), “trouxeram contribuições metodológicas importantes para a História, além de forçar o historiador a repensar as fronteiras de sua própria disciplina, assim como a própria concepção e análise crítica dos documentos”.

O historiador inglês Peter Burke (1992), afirmou que se os historiadores estão mais preocupados do que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma variedade maior de evidências. Esta ampliação das temáticas e abordagens contribuiu para a expansão do universo das fontes, e a imprensa que antes era tida como fonte suspeita e sem credibilidade, passou a ser considerada como um material de pesquisa valioso e uma das principais fontes de informação e pesquisa histórica. O estudo da fonte jornalística permitiu ampliar os

horizontes para novas reflexões e problemáticas nos conhecimentos sobre as sociedades do passado. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos (LEITE, 2014, p. 824).

Acompanhando tais transformações, a imprensa se mostrou uma importante ferramenta para o trabalho do historiador. Mas, acima de tudo, o historiador deve buscar compreender a sua fonte para melhor interpretá-la. Barbosa (2008), conforme citado por Oliveira (2011, p. 126), aponta a questão das duas “temporalidades”, ou seja, “entre a imprensa que relatou o acontecimento no momento em que este aconteceu e o historiador que o reinterpreta no futuro”.

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a *verdade* dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 2008, p. 87 apud OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Ainda, conforme a autora, “tanto o jornalista quanto o historiador realizam reinterpretações; a diferença é que o primeiro acredita estar construindo a história do presente, e o segundo acredita estar, com a sua reinterpretação do passado, entendendo o hoje” (BARBOSA, 2008, p. 88 apud OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão (OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Então, o historiador/pesquisador, a partir do conhecimento dos fatores que embasam e constroem um texto jornalístico, deve manter um diálogo permanente com o jornal que é seu objeto ou fonte de pesquisa, para analisar e compreender o passado em questão da melhor maneira possível.

O jornal é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas (CAPELATO, 1988, p. 21).

De acordo com Espig (1998), o historiador está obrigado a ter esse cuidado porque a imprensa não informa a história; não adianta retirar dados referentes à sua pesquisa das páginas do jornal e considerar seu trabalho concluído; “Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura mais competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto” (p. 274).

Segundo Remond (1996), a imprensa não pode ser estranha à vida real. Seria uma interpretação abstrata não levar em consideração as paixões, os impulsos, as motivações morais, até mesmo os desinteresses, e que, propriamente falando, desencarnam. Porém, o autor deixa o alerta, que ao trabalhar com a análise de imprensa deve-se tomar cuidado, pois:

O estudo das relações de poder, conflitantes e convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e as Instituições de poder, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas. A história política sabe hoje melhor que outrora o partido que pode tirar do estudo de pequenas comunidades não políticas – todos esses pequenos universos merecem ser estudados pelas decisões e influências políticas que os compõem, porque na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país (REMOND, 1996, p. 224-225).

“Com a ampliação do conceito de fonte, os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente os jornais como fonte e objetos de pesquisa histórica” (LIMA, 2014, p. 824). Assim, segundo o autor, a importância da imprensa periódica na historiografia contemporânea torna-se cada vez mais evidente, a relação estreita entre História e Imprensa nas últimas décadas, tem contribuído de forma significativa para o conhecimento histórico das sociedades do passado, o que levou os historiadores a renovarem seus olhares e readaptarem seus posicionamentos e métodos frente a fonte jornalística.

Neste contexto, surgem variadas metodologias de análise de fonte jornalística, entre as quais optamos para esta pesquisa pela metodologia da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, de 1977, que se trata de “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2016, p. 15) e bastante utilizado no estudo das comunicações.

Assim, segundo Meireles e Cendón,

A análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos

relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Caracteriza-se, assim, como um método de tratamento da informação contida nas mensagens (2010, p. 78).

Esta metodologia permite abordagens quantitativas e qualitativas:

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou *ausência* de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração (BARDIN, 2016, p. 27).

Um procedimento que, de acordo com Bardin, contribui para “lutar contra a evidência de um saber subjetivo”, para superar as incertezas advindas de visões pessoais do pesquisador e ir além das aparências a partir da

[...] descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não possuíamos a compreensão (BARDIN, 2016, p. 35).

A análise de conteúdo ao mesmo tempo que permite descobertas, pela sua função heurística, possibilita a confirmação ou negação das hipóteses ou proposições, por meio da análise sistemática de provas que poderão ser verificadas. Assim, segundo Meireles e Cendón (2010, p. 78), para fazer uso deste método de análise “é necessária a criação de categorias relacionadas ao objeto de pesquisa. As deduções lógicas ou inferências que serão obtidas a partir destas serão responsáveis pela identificação das questões relevantes contidas no conteúdo das mensagens”.

A definição das categorias é um momento crucial deste processo, pois elas são como uma espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É, portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (BARDIN, 2016, p. 43).

Para fazer as descobertas, confirmações e inferências é necessário realizar a descrição dos conteúdos e tirar “partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo” (BARDIN, 2016, p. 45).

O analista trabalha com palavras que, isoladas, podem atribuir relações com a mensagem ou possibilitar que se faça inferência de conhecimento a partir da mensagem. A leitura do pesquisador responsável pela análise não é, portanto, uma leitura à letra, mas o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano (BARDIN, 2016).

Em sua avaliação, um conjunto de categorias boas apresentam as seguintes características: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade. Sendo que “um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos” (BARDIN, 2016, p. 150).

Este instrumental metodológico polimorfo e polifuncional caracteriza-se fundamentalmente como um *exercício de desocultação* fornecendo-nos uma melhor “descrição” dos textos e permitindo-nos avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea (ZICMAN, 1985, p. 94).

A metodologia de Bardin se organiza em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2016).

Torna-se importante ressaltar que para fins desta pesquisa, adotou-se sequência de passos para realização da análise de conteúdo preconizada por Bardin (2016), tendo em vista que se forem seguidas com rigor, poderão conduzir a resultados profícuos e confiáveis. Assim, a análise de conteúdo permite se distanciar de uma historiografia ingênua, com crença na transparência de dados.

O JORNAL ATÉ QUE... E A COMUNICAÇÃO NA IGREJA DIOCESANA DE PALMAS – FRANCISCO BELTRÃO

Por 32 anos, circulou na região Sudoeste do Paraná, em escala regional um jornal de base religiosa: o *Até que...* (Palmas, 1985-2017), idealizado e estruturado por Dom Agostinho José Sartori, segundo Bispo da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, que abrange toda a região sudoestina paranaense. Este tinha por objetivo integrar de “forma rápida e eficiente a Sede da Diocese e as 34 paróquias, com 692 capelas, com os seus 18.725km² e seus 650.000 filhos que tem o direito de ouvir a voz de seu Pai e Pastor” (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS ALUSIVOS À DIOCESE E A DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI - TOMO I, 2004, p. 403).

Tendo seu primeiro exemplar em janeiro de 1985, com distribuição mensal, a sua circulação foi implementada na medida em que as condições permitiram, embora viessem a

maior alcance posteriormente, chegando a todo o território diocesano. O periódico inicialmente foi composto de forma bastante artesanal e com tiragem reduzida. Podendo, assim, ser considerado uma ampliação dos canais de comunicação com as paróquias para além das Cartas Pastorais.

Com o investimento na produção do jornal, este passa a ser impresso na sede diocesana, localizada na cidade de Palmas/PR, em melhor material, além de conter imagens e capa coloridas. Isso também pode ser considerado resultado da cobrança da assinatura do mesmo, a partir do segundo ano de sua existência, já que no início ele era distribuído gratuitamente entre os fiéis nas paróquias durante as celebrações religiosas.

Para estimular as assinaturas, o bispo diocesano emite orientações ao clero para que orientem seus paroquianos a adquirirem o jornal, além de as últimas edições gratuitas estimularem essa ação através de anúncios assinados pelo próprio Dom Agostinho. Assim, o jornal passa a ser de tiragem mensal, com sede própria para sua confecção e editoração.

O segundo bispo de Palmas, Dom Agostinho José Sartori, foi nomeado e empossado em 1970, tendo um dos bispados mais longos da Igreja no Brasil, permanecendo à frente da Diocese até o ano de 2005, sendo afastado ao ser diagnosticado com doença de Alzheimer e Parkinson, após ter dedicado trinta e cinco anos de sua vida e de seu ministério à região Sudoeste do Paraná.

José Benito Sartori, posteriormente seria Dom Agostinho José Sartori, nasceu em Linha Bonita, município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 1929. Aos nove anos de idade, José foi levado para o Seminário da Ordem dos Capuchinhos por Frei Constantino, por vontade de seus pais, onde permaneceu até 23 de dezembro de 1944, quando se transfere, por decisão própria, para o Noviciado dos Padres Capuchinhos, localizado na cidade de Boitiatuba onde ainda pequeno havia iniciado seus estudos.

No ano de 1946, entrou no Convento das Mercês, na mesma Ordem, localizado também na cidade de Curitiba, onde iniciou os estudos seminarísticos, voltados a sua formação quanto religioso, cursando o Estudo Filosófico e Estudo Teológico, formando-se em 1954. Neste período, em 15 de agosto de 1952, ele recebeu de Dom Manuel da Silveira D'Elboux, Arcebispo de Curitiba, a Primeira Ordem do Presbiterato, que “confirmava a vocação do pequeno menino catarinense e realizado, aos vinte e dois anos, seu grande sonho de tornar-se Padre” (NAZARO, 2011, p. 31). Agora, como padre, adotou o nome de Agostinho. Ordenado aos vinte e dois anos de idade, destacou-se no meio eclesial, pois tinha a idade menor do que a exigida pela Igreja para ordenação, sendo justificado como consequência de sua dedicação.

Nomeando-se Frei Agostinho, permaneceu próximo do Arcebispo Dom Miguel, da Arquidiocese de Curitiba, ajudando a organizar a Igreja no Paraná com os movimentos que passaram a se levantar dentro da Igreja, que seriam solucionados pelo Concílio Vaticano II.

Nos anos seguintes a sua ordenação, Frei Agostinho passou a lecionar no próprio Convento das Mercês a disciplina de Teologia Moral para as turmas iniciantes do curso, além de ser professor de Filosofia no Seminário Menor, em Curitiba. “Ele continuou ministrando aulas até 1958, quando foi enviado para Roma” (NAZARO, 2011, p. 55), para cursar o Mestrado em Direito Canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana. Sobre o envio a Roma, descreve em seu diário: “Nunca expressei desejo de ir para Roma, mas era um dos poucos que falava bem o latim e o italiano” (SARTORI, 1958, s/p.). Esta formação deu ao Frei Agostinho a possibilidade de atuar nos Tribunais Eclesiásticos da Igreja e interferir em questões que envolviam as leis católicas.

Frei Agostinho retornou de Roma em 28 de fevereiro de 1961, se estabelecendo novamente em Curitiba, onde foi Professor de Filosofia; Professor de Moral e Direito Canônico; Vice-Reitor do Seminário da Ordem; Reitor dos Teólogos; Reitor do Instituto Teológico de Curitiba; Secretário e Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) do Paraná; Subsecretário do Regional do Sul 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Ministro Provincial dos Capuchinhos da Província dos Estados de Paraná e de Santa Catarina (PRESC). (NAZARO, 2011, p. 55).

Exerceu todas essas atividades desde seu retorno para o Brasil até sua nomeação episcopal para a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão em 16 de fevereiro de 1970, após ser indicado por diversos Bispos que conheciam o trabalho eclesial que realizou nas paróquias por onde passou e nas diversas instituições religiosas que fez parte.

Dom Agostinho José Sartori assumiu a Diocese de Palmas em um momento extremamente delicado, tanto no aspecto religioso quanto político. A Igreja havia finalizado há pouco o Concílio Vaticano II, o que desencadeou tensões nas relações sociais e políticas na Igreja em nível de Brasil e no Paraná, tensões essas que exigiram demandas na administração eclesial de Dom Agostinho (PONGAN, 2019, p. 91).

Desse modo, uma de suas primeiras ações foi a realização e a consolidação de estruturas que promovessem reais condições de assistência e ação aos fiéis católicos que enfrentavam dificuldades, tanto sociais quanto espirituais, que se manifestavam de forma grave por toda a região. Assim, o início de seu episcopado foi marcado pela implementação das mudanças

propostas no Concílio Vaticano II², o que resultou em grande resistência por partes conservadoras da Igreja, que Dom Agostinho enfrentou com maior ênfase, devido sua inclinação à Teologia da Libertação³.

Porém, para melhor compreensão acerca da comunicação na Diocese de Palmas, é essencial refletirmos sobre o que se trata a comunicação religiosa na Igreja Católica. Conforme ALVES (2008), a comunicação na Igreja é o oposto da teologia, pois enquanto esta se atenta especificamente a doutrina, a comunicação se preocupa em como declarar, atentando-se sobre qual a melhor forma de apresentar as proposições teóricas e práticas a respeito da sua verdade, visando não sacrificar a base teológica. Partindo do princípio de que a teologia está ligada diretamente à Revelação Divina, isto é, a um grau mais elevado e soberano, a comunicação obrigatoriamente deve sempre se subordinar à teologia, pois ao contrário, corre-se o risco de provocar distorções e contradições. No Concílio Vaticano II, foi elaborado um documento sobre a comunicação religiosa, a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, que afirma que para se ter uma comunicação através das mídias de forma válida, é imprescindível que esta esteja de consonância com o Magistério da Igreja, as Sagradas Escrituras e a Sagrada Tradição. Desta forma, o propósito da comunicação religiosa é vivenciar e dissertar sobre a doutrina para transmitir aos sujeitos que não são seus fiéis e/ou fomentar naqueles que já são; pois “para uma comunicação eficaz, os fiéis ou os crentes em potencial devem necessariamente ser atraídos pela sua forma de expressar a doutrina” (ALVES, 2008, p. 09).

Nesta perspectiva, inicialmente a comunicação tinha para a Igreja o intuito de transmissão da doutrina. Com o Concílio Vaticano II os meios de comunicação tem sua finalidade repensada e modificada, passando a serem vistos como ferramentas necessárias para expandir o alcance da transmissão de sua doutrina, bem como da mensagem de evangelização por todo o mundo. Na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, de 1965, é apresentada esta postura renovada da Igreja em relação a comunicação, através de uma análise sobre as mídias a partir da perspectiva cultural. E, “diferentemente do Estado, ou das indústrias de cultura, a

² Este foi o 21º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado pelo Papa João XXIII, ocorrido de 1962 a 1965. Foi considerado um dos mais importantes eventos do século XX, marcando a passagem da Igreja da Contra-Reforma e da Cristandade para a modernidade. Promoveu algumas transformações nas ações da Igreja, havendo uma grande abertura para os desafios que o mundo lhe apresentava naquele momento e avançando em direção a uma posição mais progressista, passando a reconhecer a diversidade cultural (MATTEI, 2013, p.10).

³ Teologia da Libertação é “[...] um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica” (LOWY, 2000, p.62).

Igreja Católica age como produtor cultural orientada por finalidades ético-morais” (DELLA CAVA, 1991, p. 131), embasadas em sua doutrina e valores morais.

Della Cava (1991), analisou as bases que definem e fundamentam a visão da Igreja sobre o homem e a realidade social através dos meios de comunicação, e afirma que “o homem está no centro do fenômeno comunicativo e é definido por ele; a Igreja é o interlocutor privilegiado entre as culturas; a sociedade se transforma, pela comunicação, numa grande comunidade” (p. 132).

Após o Concílio Vaticano II, com a publicação, em 1971, da Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, a Igreja Católica “desloca-se de uma postura defensiva, que procurava controlar o conteúdo das mensagens em nome de sua ordem moral, e tenta compreender este novo mundo que emerge à sombra dos sistemas de comunicação” (DELLA CAVA, 1991, p. 137). Ao perceber não ter domínio dos meios de comunicação, foi preciso reorganizar a sua prática evangelizadora. Primeiro, porque o público alvo receptor da mensagem não é mais o mesmo, pois a Igreja passa a visar, com maior força, evangelizar as culturas não-ocidentais e não-europeias, o que exigiu que sua mensagem englobasse também assuntos mais humanos e reais, indo além dos sobrenaturais e metafísicos. Outra alteração necessária, foi a aceitação da autonomia do pensamento individual e da relatividade das verdades, pois a Igreja passa a acatar a “opinião pública”, concordando e permitindo a exposição de ideias e opiniões, mesmo as que a confrontassem e a questionassem. Pois, “como corpo vivo, a Igreja necessita duma opinião pública para alimentar o diálogo entre os seus membros, condição do progresso no seu pensamento e ação” (INSTRUÇÃO PASTORAL COMMUNIO ET PROGRESSIO, Art. 115).

Neste mesmo pensamento, a Igreja reafirma a existência de uma hierarquia das ideias, sobre a qual se faz necessário distinguir as pertencentes da área da ciência, na qual se tem a liberdade e o direito de apresentar suas pesquisas e seus resultados; das ideias religiosas com a finalidade de instruir os fiéis, sendo estas as doutrinas e as verdades reconhecidas da Igreja, diante de assuntos de fé e moral.

Entretanto, é natural a tendência em seus discursos, que a Igreja disserte sobre amplas temáticas das mais variadas áreas, alegando ser necessário para uma completa orientação aos seus fiéis. E, diante da pluralidade de opiniões, cabe ao fiel discernir o que se adequa à sua fé.

Mas é somente no pontificado de João Paulo II⁴, através do documento “Ética nas comunicações sociais”, de 2000, que a Igreja assume uma postura diante dos meios de comunicações, afirmando que estes unificam e transformação a realidade e a humanidade, pois são instrumentos não só de informação, mas também de formação, principalmente para as novas gerações, que já nascem nesta sociedade condicionada pelas massas. O Papa João Paulo II, neste documento, afirma ainda que enquanto no passado eram os meios de comunicação que apresentavam ao mundo os acontecimentos, agora eles são moldados para corresponder aos seus interesses.

O fato é que o campo da comunicação é uma área muito fecunda e essencial para a Igreja Católica, seja no Brasil, seja no mundo, como ferramenta de propagar suas ideias e doutrina, ou de expor seus eventos e acontecimentos, mas sempre se deve tomar cuidado com o que se é propagado pela Igreja e colocado sobre a Igreja (PONGAN, 2019, p. 142).

Visto que,

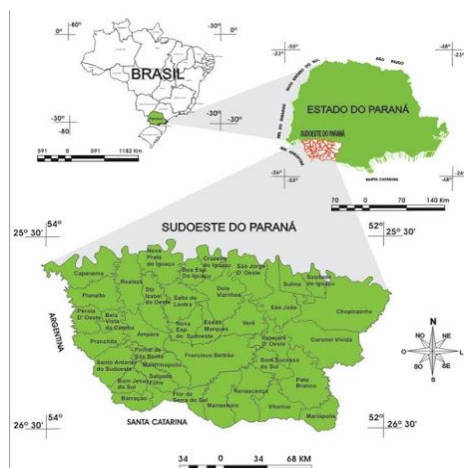
Meios de comunicação de massa, além de serem sinais de presença da Igreja, são estratégias por onde circulam objetivos, proposições e posições, disputas e conflitos e modos de enraizamento desta instituição junto a determinados grupos ou junto à sociedade em geral. Portanto, nestes espaços travam-se diálogos constantes em torno da Igreja, de sua ideologia e de sua cultura e, também, as formas com que esta cultura pode circular ampla e constantemente pelas malhas sociais. Além disso, alguns veículos de informação de posse da Igreja surgem em conjunturas marcantes de determinados períodos da história do Brasil ou da região em que está inserida, como em caso diocesano, com o intuito de nela se posicionar e intervir respondendo aos desafios que são colocados por estas conjunturas, como também para responder a questões internas da própria instituição. E a mídia é, sem meias palavras, um veículo produtor e disseminador de informação e de cultura; age como amplo formador de opinião, pautando-se pelos seus interesses, mas também tentando conciliá-los com interesses gerais (TOSTA et. al., 2007, p.2).

Diante desta perspectiva, é que Dom Agostinho, ao longo de seu episcopado, idealizou, fundou e comandou os meios de comunicação de posse da Diocese de Palmas, que tinham por objetivo não só repassar aos fiéis as informações referentes aos acontecimentos e o cotidiano da Diocese, mas principalmente de transmitir as ideias e opiniões do bispo sobre assuntos relevantes nos aspectos social, político e espiritual. Dentre cinco emissoras de rádio e impressos mantidos pela Diocese de Palmas, destaca-se o Jornal Diocesano *Até que...*, objeto dessa pesquisa.

⁴ O papado de João Paulo II é marcado pela construção de uma Igreja Católica comprometida com a pura espiritualização dos fiéis e manutenção de princípios conservadores (PIERUTTI & PRANDI, 1997, p. 30).

Este jornal circulou por toda a região Sudoeste do Paraná, sendo também o território da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão. Conforme o mapa:

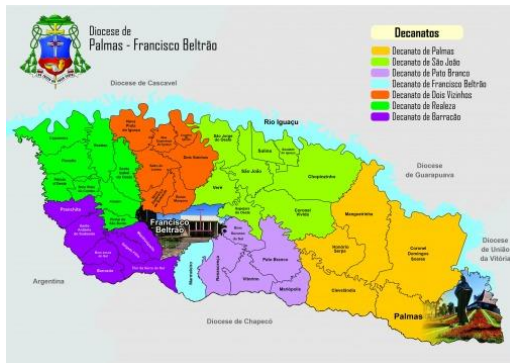
Mapa 1. Localização da região Sudoeste do Paraná



Fonte: CÔRREA, 2016, p. 5.

Esta que tem em toda a sua extensão uma única unificação institucionalizada da Igreja Católica, a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, que abrange toda essa região, sendo uma das mais extensas do Brasil.

Mapa 2. Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, sendo a constituição atual - Plano Diocesano da Ação Evangelizadora - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR.



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana, 2020.

Dom Agostinho, ao longo de todo seu episcopado, dedicou-se a escrita e composição desses materiais para o jornal, mantendo o periódico sobre seus cuidados até o ano de 2012.

No jornal *Até que...* os assuntos são abordados de forma clara, apresentando variados textos em diversificadas temáticas, pois, para Dom Agostinho, o jornal devia “apresentar temas de forma clara, enfocando textos diretos e diversos que vão da abordagem religiosa às outras abordagens de interesse dos cidadãos diocesanos” (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS

HISTÓRICOS ALUSIVOS À DIOCESE E A DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI - TOMO I, 2004, p. 530). Em toda edição havia a preocupação de informar e formar seus leitores sobre questões políticas, sociais, religiosas, econômicas e culturais, apresentando textos para reflexão e notícias, não só de âmbito regional e diocesano, mas abordando assuntos de interesse nacional.

Nessa pesquisa, nosso enfoque se deteve a *coluna do Pastor*, escrita pelo bispo diocesano, onde este dissertava suas opiniões sobre questões políticas de âmbito nacional e internacional. O recorte cronológico proposto refere-se ao ano de 2002, levando em consideração o fato de ser um ano de eleições à presidência da República, cujo resultado final deu a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Partindo do princípio de este ser um veículo de imprensa formador de opinião dos fiéis sudoestinos, e considerando ser o objetivo desta pesquisa a análise da *coluna do Pastor* em suas abordagens políticas, será utilizada a metodologia da análise de conteúdo, pressupondo que esta seja a mais pertinente, pois nos permitirá uma análise do material de forma quantitativa e qualitativa das colunas editadas. Ao mesmo tempo em que nos possibilitará realizar uma leitura que Amorim (2008, p. 22) descreve como “além do aparente, do evidente, e, com isso, aprofundarmos a análise” deste veículo de imprensa quanto fonte de informação e formação para a população do Sudoeste do Paraná.

A POLÍTICA NO JORNAL ATÉ QUE... POR DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI

Após uma ampla pesquisa no *corpus* documental nas edições do ano de 2002, do Jornal diocesano *Até que...*, percebeu-se na coluna assinada por Dom Agostinho José Sartori, que a política era um tema recorrente, tanto em abrangência nacional quanto internacional, além de visualizarmos algumas pequenas mensagens em quadros individuais soltos nas páginas seguintes, na maioria dos casos contendo orientações sobre a campanha eleitoral.

Como o nosso objetivo de pesquisa é a abordagem política feita pelo jornal diocesano e, principalmente pelo bispo Dom Agostinho José Sartori, coube a necessidade de separar o “joio do trigo”, ou seja, separar os textos sobre política dos textos que apenas apreciam esse termo, entretanto não discorriam sobre, ou ainda dos que não eram opiniões do bispo diocesano.

A amostra final foi composta pelas 12 *colunas do Pastor*, somadas a 8 pequenas mensagens que se intercalavam em boxes entre as páginas, revezando-se entre as edições. Depois dessa seleção, realizamos o que Bardin (1979) chama de leitura flutuante.

Após essa leitura, passamos à fase de analisar a coluna e as mensagens em boxes. A partir daí, realizou-se a construção dos eixos temáticos conforme o tema que unia e identificava

as matérias dentro de um mesmo grupo, sendo a unidade em comum. Estes se dividem nas categorias, estipuladas conforme os temas de maior incidência nas matérias de um mesmo eixo. As categorias se dividem ainda em subcategorias, onde as matérias ficam com suas unidades homogêneas, para uma melhor análise, conforme a tabela:

Tabela 1. Eixos temáticos e categorias.

Classes Temáticas	Categorias	Subcategorias
Eleições Nacionais	Orientações quanto ao voto	Importância do voto
		Campanha contrária à reeleição
		Exaltação da democracia
	Propostas dos candidatos	Combate a corrupção
		Distribuição de renda
		Combate a fome
	Presidente Lula	Salvador do povo que sofre
		Defensor da democracia
		Esperança diante dos problemas sociais
Movimentações da Política Externa	Antiamericanismo	Alca
		Submissão brasileira
		Identidade com a América Latina
	Terrorismo	Atentados terroristas
		Guerra do Iraque
		Campanha pela paz
	Correntes do pensamento político	Neoliberalismo
		Comunismo
		Social democracia
Questões internas	Soberania Nacional	Dignidade Nacional
		Autodeterminação dos povos
		Sistema financeiro
	Econômica	Dívida pública
		Papel do Estado
		Modelo de desenvolvimento
	Programas sociais	Distribuição de renda
		Desemprego
		Fome e miséria

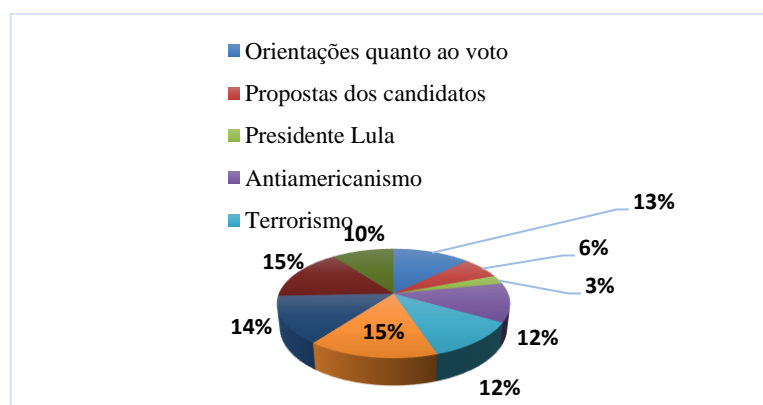
Após definidas as categorias, observou-se em quantas edições cada categoria é abordada ao longo do ano, se tem referência na capa do jornal e nas mensagens em boxes presentes de forma avulsa pelas páginas do impresso. Percebeu-se que houve uma significativa ocorrência dos temas políticos abordados na *coluna do Pastor*, na capa do jornal. Também se notou que as mensagens presentes pelas páginas, dentro de boxes coloridos, faziam referência a uma conscientização sobre o voto eleitoral, já que se estava em um ano de eleição nacional, chegando a ter três por edição, sendo exceção duas edições que abordaram terrorismo e antiamericanismo. Assim, a distribuição se deu da seguinte forma:

Tabela 2. Levantamento quantitativo das categorias em sua apresentação na estrutura do jornal

Seção Categorias	Coluna Pastor	do Capa	Mensagens
Orientações quanto ao voto	10	7	19
Propostas dos candidatos	5	2	0
Presidente Lula	2	1	0
Antiamericanismo	9	3	2
Terrorismo	9	4	3
Correntes do pensamento político	12	5	0
Soberania Nacional	11	6	0
Econômica	12	9	0
Programas sociais	8	6	0

A *coluna do Pastor* foi a seção mais recorrente em abordagem política, sendo também o objeto principal desta pesquisa, tal como exposto no gráfico a seguir:

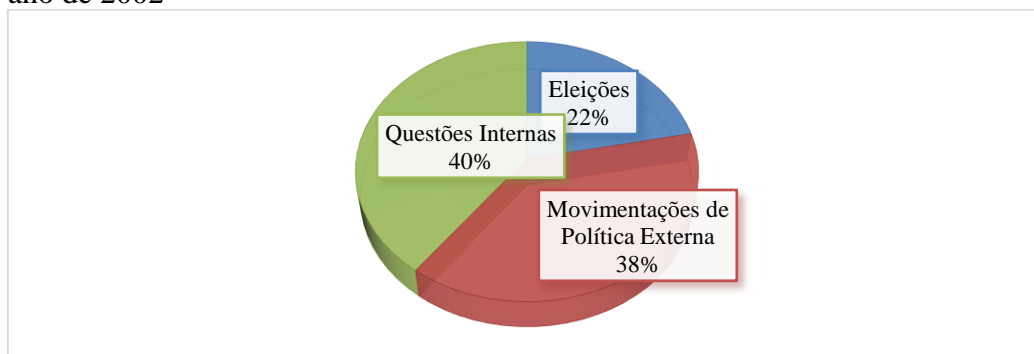
Gráfico 1. Levantamento das categorias conforme sua abordagem na Coluna do Pastor



Desse modo se tem uma noção quantitativa dos temas abordados por Dom Agostinho, em sua coluna mensal no jornal *Até que...*, a partir das categorias desenvolvidas no início da análise de conteúdo. De fato, as abordagens eram bem amplas, indo de questões nacionais a política internacional, bem distribuídas nas edições ao longo do ano. Percebe-se que “Correntes do pensamento político” e “Econômica” são as mais abordadas, assim como “Soberania Nacional”, que ficam entre 14 e 15% das *colunas do Pastor*. “Terrorismo”, “Antiamericanismo” e “Orientações quanto ao voto” vem logo em seguida com 12 e 13%, sendo também temas de forte recorrência nas edições. Já “Propostas dos candidatos” e “Presidente Lula” foram temas presentes, mas não tão enfatizados quanto os primeiros. Isso mostra que uma apresentação sobre o cenário político nacional e internacional se fez mais presente na *coluna do Pastor* do que matérias focadas em candidatos e suas propostas, focando assim em conhecimento político-econômico e sua transmissão a partir das diretivas religiosas e particulares do bispo diocesano.

Com o gráfico abaixo, se tem a noção do índice de cada temática nestas doze edições do ano de 2002:

Gráfico 2. Levantamento da abordagem dos eixos temáticos ao longo das edições do jornal no ano de 2002



Desta forma, percebe-se, o quanto se questionou e apresentou questões políticas de âmbito nacional e internacional a partir da visão de um líder religioso. Mas por que esta escolha de temas? Por que não temas religiosos-espirituais? Qual o interesse em questões políticas internas e externas? Bom, vale lembrar que o bispo diocesano é um administrador e um político, e, neste caso, Dom Agostinho tem sob seu báculo a região Sudoeste do Paraná. Nota-se o alto índice que as questões políticas internas e externas representam nas edições mensais do jornal religioso, indo de temas como economia até soberania nacional e terrorismo.

Em 40% das edições do ano de 2002, esteve presente temas como economia, soberania nacional e problemas sociais, apresentando questões regionais e nacionais. Da mesma forma, 38% destas edições abrangiam também Movimentações de Política Externa, dialogando sobre terrorismo, antiamericanismo e correntes do pensamento político no Brasil e pelo mundo. Esses índices deixam nítido que o jornal, assim como Dom Agostinho José Sartori, trazia em suas páginas o que estava acontecendo no campo político no Brasil e no mundo, apresentando-o com um discurso carregado de opiniões, como veremos no decorrer deste artigo.

Ainda, ao longo destas 12 edições, 22% trouxeram em suas páginas orientações e diretivas sobre as eleições nacionais, lembrando que o jornal *Até que...* não trabalhava com notícias como os demais jornais regionais, mas somente com textos assinados de orientação, informação e apresentação de temas e assuntos propostos pelos autores. Portanto, mesmo sendo um ano eleitoral, onde os holofotes da imprensa estavam na corrida presidencial, o jornal *Até que...*, se limitou a textos de orientação sobre a importância do voto e mensagens de boxes, enquanto a maioria de suas edições trouxeram apresentações do cenário político nacional e internacional.

Assim, nessas doze *colunas do Pastor*, é perceptível que 13% delas tem como tema a política, visando uma conscientização política dos católicos da região Sudoeste do Paraná, principalmente através das opiniões do bispo diocesano sobre os temas que aborda, de forma opinativa, parcial e convicta. Na primeira edição, em janeiro de 2002, Dom Agostinho inicia abordando as eleições nacionais que ocorreriam em outubro, onde diz:

Devemos nos preocupar com os rumos que vêm sendo dados a Pátria com a prevalência do econômico sobre o social e o verdadeiramente humano. É de se pensar e se notar também que a subordinação do Brasil ao sistema financeiro é cada vez maior. Já dizia Nereu Ramos: “A arte da política é a arte de engolir sapos”, portanto não nos surpreendem as alianças de políticos supostamente adversários e de supostas ideologias adversas. Não devem nos surpreender e muito menos nos agradecer (Coluna do Pastor. *Até que...*, janeiro de 2002, p. 08).

E segue comentando sobre a questão da fome e finaliza criticando o projeto da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas⁵:

⁵A ALCA - Área de Livre Comércio das Américas, nasceu de uma proposição apresentada em 1994 na Cúpula das Américas, realizada em Miami, nos Estados Unidos. Nesta reunião 34 chefes de Estado do continente americano conheceram a intenção estadunidense de formar uma área de livre comércio com todos os países americanos. O principal objetivo da proposta é a progressiva eliminação das barreiras ao comércio e ao investimento entre os países americanos com exceção de Cuba. (GUIMARÃES, 1999)

O Brasil vem sendo pressionado a aderir ao projeto da ALCA, o que só iria aumentar a submissão do país e de toda a América Latina aos interesses dos Estados Unidos e de sua economia. O Brasil precisa desvincular-se da humilhante submissão ao regime escravagista do poderio econômico dos Estados Unidos da América. Na minha opinião, e de nós todos, precisamos resgatar a confiança prevista na proclamação da autodeterminação dos povos (Coluna do Pastor. *Até que...*, janeiro de 2002, p. 08).

Deduz-se que, para uma região interiorana agrícola, um jornal de cunho religioso com tais abordagens poderia se tornar um significativo auxiliar na formação da opinião dos leitores, principalmente quando notamos na escrita de Dom Agostinho a seguinte afirmação: “na minha opinião, e de nós todos [...]”, sendo referência a opinião dos leitores, que talvez nem tivessem conhecimento ou opinião formada sobre o projeto da ALCA, mas aqui estava sendo contada como existente e levada em consideração.

Já nesta primeira edição podemos perceber a posição adotada pelo bispo diocesano quanto as eleições nacionais e, principalmente, sua crítica aos Estados Unidos, a qual irá se repetir em outras edições.

No mês de fevereiro, a *coluna do Pastor* inicia refletindo sobre a importância do processo eleitoral. Mesmo não apresentando em nenhum momento menção a partido político ou candidato em específico, fica nítida a sua inclinação por aqueles que pensam em programas sociais, visando melhorar a vida dos necessitados. “Pensemos em nossos irmãos que lutam por uma vida digna na hora do nosso voto, para que eles não sejam ainda mais prejudicados” (Coluna do Pastor. *Até que...*, fevereiro de 2002, p. 09).

Ao final, comenta sobre o terrorismo mundial, lembrando os ataques de 11 de setembro de 2001 e as tensões entre o Iraque e os Estados Unidos⁶.

Seria bom que entendêssemos que a guerra é sempre um terrorismo, assim como a tortura e a pena de morte. A nossa esperança é de que, com essas novas e trágicas lições, a humanidade queira, cada vez mais, superar os fundamentalismos, os imperialismos, os fundamentalismos religiosos e os imperialismos econômicos (Coluna do Pastor. *Até que...*, fevereiro de 2002, p. 9).

Novamente o bispo diocesano expõe uma crítica à política norte-americana. Porém, é na edição seguinte, que a sua coluna vai apresentar o que ele intitula como análise completa da realidade sócio-política brasileira, composta de severas críticas ao sistema econômico. Neste

⁶Em consequência dos atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos entraram em uma relação de alerta e cautela contra seus possíveis inimigos, o chamado “eixo do mal”, composto por Irã, Coréia do Norte e Iraque. Estes serão alvos de uma forte campanha militar dos EUA nos anos seguintes. (KEEGAN, 1995)

afirma: “O capitalismo-neoliberalismo-globalizado sugam o corpo e alma do trabalhador, do povo necessitado” (Coluna do Pastor. *Até que...*, março de 2002, p. 7), e continua, “preocupam-se com o bicho papão do comunismo, enquanto a nova face do dragão e do leão é o capitalismo-neoliberalismo-globalizado. Este que esteve de mãos dadas com os militares na Ditadura Militar brasileira e dos demais países da América Latina” (Coluna do Pastor. *Até que...*, março de 2002, p. 7) e, encerra com “a Igreja é a única arma do povo, que ajuda este povo a ver esta erva daninha em meio ao trigo” (Coluna do Pastor. *Até que...*, março de 2002, p. 7).

Nesta, fica nítida a sua postura política, bem como sua crítica ao governo militar brasileiro de 1965, com o qual teve problemas pessoais direto em consequência de seu envolvimento com assentamentos e pela sua luta pública pela reforma agrária na região. Além de semear a afirmação que a Igreja traria aos seus fiéis a verdade, dando assim veracidade e validade às informações contidas no jornal e, principalmente, às suas ideias apresentadas.

Nas edições seguintes, novamente é abordada a questão das eleições nacionais, novamente sem fazer campanha direta a nenhum dos candidatos, mas demonstrando algumas inclinações, como na seguinte afirmação: “Não nos enganemos, é hora de mudança. Do jeito que está não podemos mais continuar. Seu voto é a nossa oportunidade” (Coluna do Pastor. *Até que...*, abril de 2002, p. 5). Lembrando que entre os que concorreram a vaga de presidente da República, destacaram-se em primeiro turno e disputaram o segundo, os candidatos José Serra (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em outros momentos, novamente Dom Agostinho irá fazer referência a questão social como algo a ser levado em consideração na hora do voto. “Lembremo-nos sempre o voto precisa incluir os irmãos menos favorecidos” (Coluna do Pastor. *Até que...*, maio de 2002, p. 4); E ainda, “graves problemas sociais nos afetam quanto país. Votemos naqueles que apresentam propostas possíveis para melhorar a vida dos que sofrem” (Coluna do Pastor. *Até que...*, maio de 2002, p. 4).

Em uma edição seguinte, o bispo diocesano irá apresentar uma reflexão mais profunda, intitulada “Eleições e Soberania”, sendo destaque inclusive na capa do impresso. Nesta ele afirma:

No capitalismo global só votam os americanos, os brasileiros não votam. [...] acham que o dinheiro compra tudo, até a dignidade dos povos e a soberania das nações. Ora, o assunto é sério demais. A dignidade nacional urge que votemos em candidatos que são nossos, não dos americanos, pois um candidato eleito por eles não teria legitimidade para governar o Brasil. Assim como não se vende a alma ao diabo, não se aliena a soberania de um país por motivos financeiros (Coluna do Pastor. *Até que...*, junho de 2002, p. 3).

A crítica aos Estados Unidos aparece novamente nesta edição, juntamente com a crítica ao sistema financeiro, a globalização e as multinacionais, em um período onde o maior capital investido vinha do exterior. Sem contar a dependência do Brasil ao capital estrangeiro, com a grande dívida externa. Aos poucos, Dom Agostinho, vai abordando estas questões de importância interna e externa, para uma melhor compreensão e conscientização política de seus leitores.

As edições de julho e agosto também foram exclusivamente voltadas à conscientização eleitoral, enquanto a de setembro e outubro não abordaram nada sobre este tema. Estas, por sua vez, carregaram amplos discursos de cunho antiamericanistas e críticas aos problemas sociais presente no país, como o alto índice de fome, desemprego, mortalidade infantil e a má distribuição de renda. Destes, destacamos: “Existe e espalha-se o grande ódio aos Estados Unidos, ao ponto de eu ver uma via-sacra encenada por jovens, onde ao lugar de Pilatos que lavava as mãos, está o presidente Bush, dizendo-se inocente das guerras no mundo” (Coluna do Pastor. *Até que...*, outubro de 2002, p. 10). Mesmo não havendo referência de onde foi tal encenação, a ideia está sendo difundida no impresso diocesano também, onde o discurso defendido pelo bispo diocesano se fortalece e se molda quanto uma ideia fidedigna.

Em todas as edições de janeiro até outubro, mês das eleições, os impressos têm em suas folhas mensagens curtas sobre a importância do voto, dentro de quadros coloridos, avulsos em páginas aleatórias, tendo até mais de um por edição. Elas se repetem entre as edições neste intervalo de tempo, e se encontram entre notícias diocesanas, de temas espirituais e até entre propagandas publicitárias. Destacam-se estas: “O voto não tem preço, mas tem consequências”; “Mudemos o Brasil a partir das eleições”; “É necessário a renovação dos legisladores em nível estadual e federal”; “O Brasil é um país possível e viável”; “O voto é nossa arma democrática” (*Até que...*, janeiro a dezembro de 2002).

Após as eleições em outubro, a capa da edição de novembro traz o título da *coluna do Pastor* em destaque: “Deus abençoe nosso presidente Lula”, onde Dom Agostinho exalta a vitória do candidato popular com discurso em defesa dos menos favorecidos. “A eleição de Lula vem coroar uma série de conquistas que começaram com a luta pelas Diretas Já” (Coluna do Pastor. *Até que...*, novembro de 2002, p. 2). O que fortalece a percepção de que havia uma campanha indireta desde as primeiras publicações sobre as eleições nacionais, favoráveis ao candidato do Partido dos Trabalhadores, considerando que o bispo diocesano tinha por característica de administração episcopal ações e defesa da reforma agrária e de políticas em

prol dos menos favorecidos, o que coincidia com o discurso político adotado pelo candidato Lula em sua campanha.

Encerrando o ano de 2002, Dom Agostinho, apresenta em sua coluna uma mensagem de natal a todos os seus fiéis e leitores, no qual apresenta a seguinte afirmação:

Feliz Natal, presidente Lula! Que você resgate a autoestima da imensa parcela de nosso povo ferido que pela exclusão social, pelo desemprego, pela miséria absoluta e pela fome. Que você possa concretizar as esperanças e os sonhos que você tão bem soube acender durante a campanha. Um abençoado 2003. (Coluna do Pastor. *Até que...*, dezembro de 2002, p. 3).

A política foi abordada nos escritos do bispo diocesano, até mesmo na mensagem de felicitações natalinas, onde apresenta suas lutas diante dos problemas político-sociais, bem como suas esperanças no futuro, no novo presidente brasileiro eleito, e as compartilha com seus fiéis leitores, repassam suas esperanças, juntamente com suas ideias, para aqueles que o viam como uma liderança, uma referência, não só religiosa, mas político-social, justamente por essa exposição de seus ideais e opiniões.

A forma como Dom Agostinho demonstra e defende suas posturas diante de questões políticas evidenciam que ele, mesmo estando a frente de uma Diocese, sabia se envolver e se apresentar neste campo, sem demonstrar medos e receios em expressar publicamente suas ideias e opiniões, bem como de transmiti-las para inúmeros leitores e fiéis que o tinham como liderança. O que podemos concluir através das “cartinhas” que os leitores enviavam ao jornal apresentando seu feedback sobre o mesmo, entre as quais se destaca:

De Francisco Beltrão escreve o grupo de colonos: Sr. Bispo Diocesano Dom Agostinho José Sartori, nós do interior de Francisco Beltrão, queremos agradecer por o Senhor nos ajudar a entender a política, porque nós que somos simples, não sabemos direito sobre essas coisas. O Senhor é a luz de Cristo, o nosso pastor, que não nos abandona, mas nos ajuda sempre. Que Deus sempre o abençoe e lhe de muitos anos pra cuidar da nossa Igreja. (Cartinhas ao Pastor. *Até que...*, dezembro de 2002, p. 13).

Essas “cartinhas” demonstram a simplicidade do povo que se referenciava em Dom Agostinho, tendo assim, uma influência ideológica a partir de seus escritos e discursos. Sua luta diante de problemas sociais ganhou adeptos a partir da sua defesa pública, envolvendo os fiéis mais humildes também nesta causa, seja como os envolvidos que viam no bispo um amigo de luta, seja como mero defensor da causa, influenciado pelo discurso do pastor que unia o

problema em nível terreno e divino, sensibilizando assim, os que não estavam diretamente envolvidos.

Destacam-se, ainda, outras “cartinhas” presentes nesta mesma edição de dezembro de 2002, como:

De Planalto escreve Constantino Libardi, que saudando Dom Agostinho, congratulase com a Comunidade pela apresentação do ABC das eleições que nos tem ajudado muito a compreender o que é a verdadeira política e que política não termina com as eleições, mais continua porque política é tudo que é feito para o bem do povo e para a total libertação do homem.

De Capanema escreve Nilvo Felipe que assim comunica: Reverendíssimo Bispo Dom Agostinho. Quem lhe escreve é o ministro iniciante da Capela de São Sebastião do município de Capanema. É a primeira que escrevo, quero agradecer o Jornal Diocesano, isto nos mostra melhor o caminho a seguir. Usamos o boletim nas reuniões de grupo, reunião do conselho pastoral e dirigentes de grupos.

Da Comunidade São Roque – Planalto – escreve as forças vivas que assim se expressam: Sr. Bispo Diocesano Dom Agostinho José Sartori, eu Geraldino Gelim e Osvaldo Ribeiro, como futuros ministros extraordinários da eucaristia da Comunidade São Roque em conjunto com a liderança da capela resolvemos escrever-lhe pedindo se fosse possível o sr. Vir em nossa comunidade para dar-nos o mandato, pois gostaríamos todos de conhecer-vos pessoalmente... sabemos que sois o bispo dos humildes, dos pobres e que luta pela libertação do povo. Toda a liderança da capela assina a cartinha. (Cartinhas ao Pastor. *Até que...*, dezembro de 2002, p. 13).

Estes relatos nos mostram o quanto o povo sudoestino, assinante do jornal, via no Bispo Diocesano uma referência não só religiosa/espiritual, mas social-política, se embasando nas suas orientações para as mais variadas questões cotidianas. Vale ressaltar, ainda, que assim como Dom Agostinho era ouvido por seu povo, o povo também era ouvido por ele, como na “cartinha” da comunidade São Roque aqui citada, resultou na ida do Bispo diocesano até a capela, assim como solicitado, tornando o Bispo uma pessoa conhecida pela sua humildade e disposição em atender os “pequenos” da diocese.

Estes “assinavam o jornal em busca de uma direção diante dos mais variados dilemas que se apresentavam, a ser dada pelo pastor” (NAZARO, 2011, p.223). Um exemplo dessa “espera” do povo pela orientação de seu pastor, é a pergunta feita através das “cartinhas” com a temática “O Bispo responde”, onde um fiel encaminhou a seguinte pergunta: “Em quem nós, católicos, devemos votar nestas eleições que se aproximam? ” (Cartinhas ao Pastor. *Até que...*, setembro de 2002, p. 06). Sendo a resposta dada por Dom Agostinho:

As eleições estão à porta. E como são importantes estas eleições. O país está cansado. A nação está farta. A bandeira está enxovalhada. É preciso mudar. Aí está a oportunidade ao alcance de nossas mãos: as eleições. Elas podem começar a passar o Brasil a limpo. Mas, em quem votar? Oportuna pergunta que merece uma satisfatória

resposta. Façamos do voto nossa arma. Assim, não se deve votar em candidatos que não se ponham a serviço da comunidade; em candidatos que não entendam da vida do povo e com o povo não queiram comprometer-se; candidatos que não tenham demonstrado honestidade na vida pessoal e no exercício de função pública; candidatos que não visem, com toda a força, a buscar e a promover o bem comum. Candidatos que se dispõem a comprar votos, que fazem promessas mirabolantes e inexequíveis, não merecem votos do eleitor cristão e do cidadão consciente. Daí a importância de se fazer uma espécie de pesquisa em torno da vida progressa de cada candidato. Vote bem, vote em candidato honesto. Se não, curtiremos por mais quatro anos, a consequência do nosso erro. E a situação continuará a mesma. (Cartinhas ao Pastor. *Até que...*, setembro de 2002, p. 06).

Talvez o fiel esperasse um nome, uma orientação direta em quem votar. Porém, a única referência próxima a isso se deu na edição às vésperas da eleição, onde se lê: “Está chegando o dia de votarmos, lembremos acima de tudo que vivemos uma grande comunidade onde somos irmãos. Assim, pensamos em nossos irmãos que lutam por uma vida digna na hora do nosso voto, para que eles não sejam mais ainda prejudicados” (Coluna do Pastor. *Até que...*, setembro de 2002, p. 06). Isso demonstra uma inclinação de Dom Agostinho por um candidato mais social, que apresente propostas voltadas aos mais pobres, e aos seus defendidos, como os indígenas e assentados. Não se pode dar exatidão há quem o Bispo diocesano estava se referindo, pois ao longo da pesquisa não encontramos nada além.

Assim, Dom Agostinho transmitiu a este povo simples do Sudoeste seu discurso com êxito, pois, falava sobre justiça e dignidade, o que conquistou aqueles que sofriam. Desta forma, percebe-se que seus discursos alcançavam e conquistavam o povo humilde, que viam o bispo como uma pessoa de boa índole, que se preocupa com o povo e, porque não, com traços divinos, afinal a Igreja define o bispo como representante de Cristo na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa de análise de conteúdo sobre a política abordada no jornal diocesano *Até que...*, presente na *Coluna do Pastor*, escrita pelo bispo diocesano e redator oficial do periódico, Dom Agostinho José Sartori, fica claro o uso dos meios de comunicação como sinais de presença da Igreja diocesana ao longo da região Sudoeste do Paraná, como instrumento de formação e informações dos fiéis, sendo uma ferramenta estratégica por onde circularam objetivos, proposições e posições da Igreja e do bispo diocesano voltados à sociedade em geral.

Detectou-se ainda, que esse periódico, de posse da Igreja, foi criado com intuito de intervir e se posicionar diante dos problemas político-sociais e espirituais, além de responder a

questões internas da própria instituição. Portanto, nesses espaços travam-se diálogos constantes em torno da ideologia e da cultura cristã.

Nele, Dom Agostinho dissertava de forma concisa e direta suas ideias e pensamentos, tornando público sua postura progressista, sendo um dos poucos bispos a fazê-la. Através do jornal, abordou variados assuntos, dando ênfase a abordagens de viés político, apresentando sobre política interna e externa.

Assim, é visível a importância do jornal *Até que...* na região Sudoeste do Paraná, assim como na Diocese de Palmas, como uma ferramenta de expressão e transmissão das ideias e posições de Dom Agostinho para os seus fiéis, como o “bom pastor” que orienta suas “ovelhas”, não só no âmbito espiritual religioso, como se espera de um meio de comunicação de posse religiosa diocesana, mas principalmente sobre questões políticas e sociais. É óbvio que ele fazia uso desses meios para tais fins, com plena consciência, afinal, ao longo dos anos à frente destes se manteve firme em suas palavras e ações. Desta forma, os fiéis foram sendo, aos poucos, influenciados pelas posições e opiniões de Dom Agostinho, que, foi uma referência religiosa, mas para muitos, foi também uma liderança social e política.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS E FRANCISCO BELTRÃO, PALMAS – PR. *Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori*. Tomo I, 2004..

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS E FRANCISCO BELTRÃO: PALMAS – PR. *Jornal Até Que...* (Palmas, 1985-2017). Ano 2002.

SARTORI, Agostinho José. *Diário Pessoal*. Arquivo familiar.

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS E FRANCISCO BELTRÃO: PALMAS – PR. SARTORI, Agostinho José. *Cartas Pastorais: 1970 a 2004*.

ALVES, Bernardo Veiga de Oliveira. *Comunicação e tradição em Bento XVI*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2008. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Refkalefsky.

AMORIM, Tade-Ane de. Nanotecnologia na imprensa: análise de conteúdo do jornal Folha de São Paulo. *Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Florianópolis, UFSC, Vol. 4 n. 2 (2), janeiro-julho/2008, p. 20-36.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e uso do passado: temporalidades, rastros e vestígios entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN,

Micael (Org.). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: MauadX: Globo Universidade, p. 83-96, 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo: edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BURKE, Peter. A comunicação na História. In: ABREU, Alzira Alves de et all. *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: MauadX: Globo Universidade, 2008, p. 61-82.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral Gaudium et Spes. In: *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Cidade e Região no Sudoeste Paranaense*. Revista Brasileira de Geografia. v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

DELLA CAVA, Ralph. *E o Verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 24, n. 2, 1998.

GUIMARÃES, S. P. *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: IPRI, FUNAG, 1999.

KEEGAN, John. *Guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Bibliex Ed., 2005.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. História e Imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. *Anais do XIV Encontro Regional de História*, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, p. 822-828, 7 a 10 de outubro de 2014.

LOWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTEI, R. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. São Paulo: Ambientes e Costumes Editora, 2013.

MEIRELES, Magali Rezende Gouvês; CENDÓN, Beatriz Valadares. Aplicação prática dos processos de análise de conteúdo e de análise de citações em artigos relacionados às redes

neurais artificiais. *Revista Informação & Informação*. Londrina, UEL, v. 15, n. 2, p. 77 - 93, jul./dez. 2010

NAZARO, Lucy Salete Bortolini. *Dom Agostinho José Sartori: uma história singular na história de Palmas e do Sudoeste do Paraná*. Palmas/PR: Kayganguê, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Revista Historiæ*, Rio Grande, v. 2 (3), p. 125-142, 2011.

PONGAN, Pâmela. *A política sob o Báculo: Dom Agostinho no comando da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão (1970-2005)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SARTORI, Agostinho José. *Voz escrita de Dom Agostinho*. Francisco Beltrão: Berzon, 2008

TOSTA, Sandra Pereira; BALLESTOS, Alexia; GUERRA, Luciana. Jornal de Opinião: história e identidade da imprensa católica em Minas Gerais. *Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia*, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, São Paulo, 31 maio a 02 de junho de 2007.

VALENTIM, M. L. P. *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005, p. 176.

ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*, São Paulo, PUCSP, n. 4, 1985.

O BRASIL NÃO PODE PARAR: A RECENTE RELAÇÃO BRASIL/EUA A PARTIR DA ÓTICA DA EPISTEMOLOGIA CONJUNTURAL

BRAZIL CANT STOP: THE RECENT RELATION BETWEEN BRAZIL/USA FROM THE VIEWPOINT OF CONJUNCTURAL EPISTEMOLOGY

Recebido em: 25/06/2020

Aceito em: 10/10/2020

Jonivan Martins de Sá¹

Resumo: O seguinte trabalho tem por ponto central explorar a relação entre atores políticos brasileiros e norte-americanos a partir da ótica experimental da epistemologia conjuntural. Partindo da pressuposição de que as relações políticas entre os dois países podem ser interpretadas historicamente a considerar o Brasil como um país subserviente frente à potência norte-americana, pretendo explorar a recente tese de Jessé Souza de que as dinâmicas políticas atuais – a relação Bolsonaro/Trump, por exemplo – se dão através desta problemática perspectiva. Nesse sentido, também busco expor a epistemologia conjuntural como aquela que pode nos servir como aporte teórico para a construção de uma análise concisa acerca desta conjuntura específica ao subordina os saberes e discursos envolvidos em uma determinada conjuntura a dinâmicas políticas, econômicas e educacionais, que modificam, por fim, nossa fisiologia cerebral.

Palavras-Chave: Brasil; Epistemologia Conjuntural; Estados Unidos; *Soft Power*.

Abstract: The following work has as its central point to explore the relationship between Brazilian and North American political actors from the experimental perspective of conjunctural epistemology. Based on the assumption that the political relations between the two countries can be interpreted historically to consider Brazil as an underdeveloped country vis-à-vis the American power, I intend to explore Jessé Souza's recent thesis that the current political dynamics - between Bolsonaro and Trump, for example - take place through this old perspective. In this sense, I also seek to expose the conjunctural epistemology as one that can serve as a central theoretical contribution for the construction of a concise analysis about this specific conjuncture when it subordinates the knowledge and discourses involved in a given conjuncture to political, economic and educational dynamics, which they finally change our brain physiology.

Keywords: Brazil; Conjunctural Epistemology; United States; *Soft Power*.

INTRODUÇÃO

O ser humano está fadado a viver o constante embate pela definição do status da realidade. Nesse sentido, desde que temos consciência de nossa própria racionalidade, as forças

¹ Cientista político, mestre em Filosofia e doutorando em Educação pela UFSM. E-mail: jonivanmartins@yahoo.com.br

sociais mais diversas embatem tendo como fim a produção de uma visão hegemônica – que corresponda a interesses específicos de grupos específicos – acerca do que seria a realidade. Na Alemanha nazista, por exemplo, forças ligadas ao Partido Nazista e a potências industriais sistematizaram o discurso de superioridade da raça ariana em detrimento de “espécies inferiores” – como os judeus – e esse discurso fez parte da realidade alemã durante todo o período da Segunda Guerra, moldando as mentes e sentimentos dos habitantes daquele lugar. A maior e mais elaborada *fake news* já disseminada na cultura dita ocidental. O status da realidade foi modificado graças a discursos vinculados à máquina de propaganda nazista, ao discurso moral de superioridade alemã, a dinâmicas científicas que defendiam a superioridade desta “raça” em relação a outras, etc. Muitas são, portanto, as forças que auxiliam nesse processo de moldagem da realidade.

Estas forças possuem seus interesses, assim como os nazistas e agregados possuíam. Parto do pressuposto, praticamente óbvio, de que as principais dinâmicas sociais que influenciam nessa construção do status da realidade são de cunho político, econômico e educacional. Os eixos políticos e econômicos de definição da realidade dizem respeito ao ordenamento – formal ou não – de todo o aparato social tendo em vista o atendimento de demandas específicas vindas de grupos específicos (quase sempre aqueles que denominamos como elites econômicas e políticas); na medida em que os processos de cunho educacional – formais ou não – garantem a perpetuação de uma ordem (política e econômica) específica. Dentro da perspectiva da epistemologia conjuntural, abordagem utilizada de maneira experimental neste trabalho, a relação entre estes três elementos é chamada de *tríplice articulação*, que em conjunto com a produção da linguagem moldam o tecido que constitui a realidade com a qual nós interagimos.

Essa definição do status da realidade diz respeito a simplesmente tudo o que nossa cultura comporta. Como as relações políticas mais diversas, por exemplo. Diante de tudo isso e indo direto ao ponto, este artigo parte da perspectiva de que há uma assimetria histórica nas relações entre Brasil e Estados Unidos e que esta relação – por se dar da maneira como supostamente se dá – auxilia no processo de construção da forma com que nós, brasileiros, interagimos com a realidade nacional. Trata-se, como o leitor poderá evidenciar, de uma leitura altamente experimental, em um esforço de filosofia política, na medida em que a própria epistemologia conjuntural se encontra em sua fase de concepção; se a exponho aqui é tendo em vista as possíveis ressonâncias que isso pode gerar e auxiliar na concepção crítica desta abordagem.

“Assimetria histórica” é um nome bonito para rotular as mais diversas inserções de cunho político-econômico que membros das elites americanas têm efetivado no território nacional

brasileiro, tendo em vista a execução de dinâmicas que influenciam diretamente nos meandros formais e informais da política/economia brasileira. Podemos ter como exemplo fundamental do tipo de dinâmica a qual me refiro o papel central do governo americano na deflagração do golpe cívico-militar de 1964, hoje amplamente documentado², onde os serviços de inteligência norte-americanos influenciaram diretamente na construção de um aparato de formação semântica – ao financiarem órgãos de influência da opinião pública – bem como na organização institucional, inclusive militar, que culminou na derrubada do então presidente João Goulart.

Portanto, parto do pressuposto de que estas relações ainda se dão, onde indivíduos interessados na política e economia brasileira (seja o presidente americano ou membros da elite petroleira, por exemplo), através da utilização do aparato formal das instituições americanas ou mesmo de dinâmicas mais obscuras, buscam meios de influenciar em nossos processos de tomada de decisão tendo em vista estes interesses. Também me parece estar em jogo, prática documentada, a também estratégica e constante busca pela hegemonia no continente americano – hegemonia política e econômica que pertence aos Estados Unidos tão logo as nações do continente começaram suas caminhadas como nações modernas efetivamente, no século XIX. Logo, parto da possibilidade de uma contínua linha que se estende desde estes tempo iniciais às dinâmicas que levaram ao golpe parlamentar deflagrado contra Dilma Rousseff em 2016, ao processo que levou à prisão de Lula – forte favorito nas eleições de 2018 – e a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república. Todos estes episódios teriam como principais articuladores membros da elite política/econômica americana e de uma elite nacional, sem projeto nacionalista, ambos interessados em dividir espólios gerados pelo razoável caos institucional no qual estamos ainda hoje inseridos.

Para analisar essa conjuntura toda utilizo de dois elementos fundantes, ou chaves-de-leitura de base: (1) a obra mais recente do professor Jessé Souza, *Guerra Contra o Brasil*, que explora o pacto entre as elites internacionais e nacionais a partir de dinâmicas que dizem respeito à construção da identidade nacional do brasileiro como um ente naturalmente corrupto, ao recolhimento estratégico dos recursos que seriam gerados a partir do pré-sal e à sabotagem da nossa produção acadêmica (que geraria inevitavelmente um processo de independência tecnológica, em médio prazo, favorecendo a constituição do Brasil como uma potência no continente). Além da recente produção de Jessé Souza, utilizarei (2) a abordagem experimental da epistemologia conjuntural que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em

² Cujas síntese mais expressiva considero o documentário intitulado *O Dia Que Durou 21 Anos*, de direção de Camilo Tavares e produção de Karla Ladeia, de 2012.

Educação da UFSM, nas minhas pesquisas de doutorado. No decorrer deste trabalho elucidarei acerca de tal abordagem – que se estende da fundamentação histórica do conhecimento através de dinâmicas políticas, econômicas e educacionais até à formação de nossas sinapses sob o prisma da neurobiologia, passando pela nossa relação com a linguagem. Então quando rotulo as perspectivas deste trabalho como “experimentais”, me refiro a isso: pretendo mesclar técnicas de análise e exposição que remetem à tradição ensaísta de descrever a história política contemporânea à teoria do conhecimento, filosofia da linguagem e neurobiologia. Esse é o tecido teórico que constitui o seguinte trabalho como um esforço experimental.

Vou iniciar expondo acerca da noção de “império informal” explicitada na obra de Souza (2020) e já utilizada por parte da literatura especializada no mundo todo – como por David Harvey (2005), por exemplo. Mais precisamente de como, através da aplicação do *soft power* atores americanos visam a manutenção de influência decisória nos processos políticos e econômicos no Brasil. Depois disso pretendo expor o que é a epistemologia conjuntural e como esta pode ser um aporte teórico, no mínimo, interessante para que possamos ler esta conjuntura específica. Por fim, pretendo fechar o texto com uma breve reflexão acerca dos movimentos de alguns atores políticos do Brasil contemporâneo, seus discursos mais gerais e de como isso colabora para a efetivação desta influência dos atores extranacionais.

O IMPÉRIO INFORMAL E O *SOFT POWER* AMERICANO

Existe uma estreita relação entre a produção de conhecimento científico (e não científico), a construção das identidades nacionais dos americanos e dos brasileiros e a aplicação de *soft power* no território brasileiro por parte dos americanos. Essa é a tese central da obra *Guerra Contra o Brasil* (2020) de autoria de Jessé Souza. A produção de conhecimentos científicos específicos nas áreas de psicologia comportamental e relações internacionais são o pontapé inicial para a concepção disso que chamamos de *soft power* – “poder leve” em tradução literal, ou poder brando em oposição ou complementariedade ao *hard power*, ou poder da violência física, que se dá através dos aparatos de repressão policial ou militar.

O culturalismo de Samuel Huntington, por exemplo, exposto em seu best-seller *Choque de Civilizações* (1997) pode ser apontado como um dos elementos da formação de um saber acerca da necessidade dos Estados Unidos se impor como potência cultural no ambiente internacional, razoavelmente caótico e não democrático. O argumento de Huntington, segundo a interpretação de Souza (2020, p. 22), vai acabar levando a uma separação entre ambientes civilizados – onde

os EUA ocupa um papel central – e ambientes não civilizados, como o Oriente Médio e a América Latina – a própria expressão da decadência no continente. Assim com o culturalismo de Huntington e seus seguidores – espalhados pelo mundo todo – Souza aponta as obras de Lippmann e Bernays como centrais no que diz respeito à fundamentação de uma abordagem científica que tem como norte fundamental o suposto fato de que as massas devem ser controladas e levadas a comportamentos X ou Y através de sutis ações de uma elite dominante, intelectual, que – sobretudo, no caso de Lippmann – teria esclarecimento e inteligência para decidir acerca dos melhores meios e fins a serem alcançados por uma nação, por exemplo.

Bernays, seguidor de Lippmann, terá um papel preponderante junto à indústria, quando aplica as teses de seu mestre e as suas próprias na busca por moldar a opinião pública (termo central em Lippmann), ou gerar consentimento acerca de questões de geração, por sua vez, lucros a grandes empresas. Bernays através de sua tese da “cristalização da opinião pública” monta um refinado esquema manipulação, baseado em perspectivas da psicologia comportamental, na busca por gerar esse “consenso” (SOUZA, 2020, p. 34).

Então temos parte da produção intelectual americana do século XX voltada às teses culturalistas, onde os EUA ocupam um lugar de destaque como centro do mundo e parte dedicada à produção e moldagem da opinião pública, tendo em vista os mais diversos meios possíveis – gerando lucro para empresas privadas ou ganhos estratégicos para o próprio governo. Lembrando que tanto Huntington quanto Bernays constituíram as relações de financiamento de pesquisas mais bem-sucedidas dentro de suas áreas de conhecimento – junto a conglomerados industriais e o próprio governo americano (SOUZA, 2020, p.72). Bernays, por exemplo, esteve envolvido pessoalmente na deposição do presidente do da Guatemala, criando, assim, uma forma de fazer *soft power* característica dos setores de inteligência norte-americano.

Em sua longa vida, Bernays ainda teve tempo de prefigurar o *modus operandi* dos golpes de Estado patrocinados pela CIA e pelo governo americano na América Latina (e depois no mundo todo) a partir de então. Quando, em 1951, o presidente democraticamente eleito da Guatemala Jacobo Arbenz decidiu fazer uma reforma agrária, ainda que prevendo o pagamento pelas terras desapropriadas em benefício dos camponeses pobres e sem terras, esbarrou em férrea oposição. A United Fruits, grande multinacional americana de frutas tropicais, era dona de 75% das terras da Guatemala e contratou Edward Bernays para criar uma campanha publicitária contra o governo guatemalteco. Bernays se superou nesse trabalho. Usando uma lista de jornalistas influentes ao redor de todo o país construída nos quarenta anos anteriores, ele montou um clima de guerra psicológica no país por meio do que chamava de “mídia blitz”. O “mídia blitz” – uma citação explícita da *Blitzkrieg* nazista – significava a criação de uma agência de notícias, secretamente financiada pela United Fruits, com notícias para toda a imprensa americana de todos os lugares

apenas sobre a suposta e falsa ameaça comunista na Guatemala (SOUZA, 2020, p.38).

Diante destas práticas – e da ótica culturalista, que colocava os EUA como possuidor de uma superioridade moral em relação ao resto do mundo – estrutura-se uma nova forma de fazer política internacional, tendo como perspectiva alavancar empresas norte-americanas no mundo todo, bem como controlar recursos naturais e estratégicos, como o petróleo (HARVEY, 2005), garantindo, assim, hegemonia internacional. Como já disse, foi uma inserção desse gênero que ocorreu no Brasil pré-ditadura, com o financiamento de agências aparentemente civis pelo governo americano, tendo em vista inviabilizar junto à opinião pública as reformas de base propostas por João Goulart – além do envolvimento direto do gabinete do então embaixador americano Lincoln Gordon na articulação em conjunto com os militares responsáveis pela deflagração do golpe. Naquela época, uma inserção militar americana não estava ainda de um todo descartada.

Porem mais barato e estratégico do que uma investidura militar em território estrangeiro é a propagação de ideias onde se dá a impressão de naturalidade do processo – de uma revolução que partiria de dentro do próprio ambiente político-democrático formal, onde haveria uma pressão (democrática) de atores populares pela quebra com um regime. No decorrer de sua mais recente obra Jessé Souza vai explicar, justamente, como se deram as ressonâncias de ideias específicas dentro do Brasil recente de uma maneira tal que o vira-latismo histórico do brasileiro e sua admiração por tudo que vem dos EUA – herança clara da ditadura e da efetivação de dinâmicas já não tão atuais de disseminação de discursos americanistas – acaba se tornando o tempero fundamental da eleição de Bolsonaro e da onda anti-PT, anti-esquerda que ainda estamos vivenciando. Não que isso figure uma defesa cega ao Partido dos Trabalhadores ou algo que o valha, mas esta construção simbólica que se deu sob uma sólida base histórica de subserviência semântica em relação aos EUA se dá em um terreno, no mínimo suspeito: como o surgimento da noite para o dia de sites e mídias especializadas na disseminação de *fake news* estrategicamente postas em ação, gerando um clima de polarização ideológica e disputa pelos espaços públicos.

O *soft power* desde Bernays operaria dessa maneira: disseminando discursos polarizadores em uma determinada sociedade subdesenvolvida, historicamente ligado a uma suposta ameaça comunista, criando um verdadeiro clima de guerra que auxiliaria a atores específicos ocuparem por vias democráticas ou não os espaços formais da representação política. Isso feito, as políticas

econômicas e educacionais vão acabar se alinhando a interesses estrangeiros, sobretudo, norteamericanos. Souza (2020, p.40) aponta como principal razão do golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff sua falta de alinhamento com o capital especulativo em operação no Brasil, bem como o projeto político-social que seria possível construir com os recursos advindos da extração de petróleo do pré-sal, o que colocaria o Brasil em posição de destaque dentro e fora do continente.

Essa mistura de luta pela hegemonia no continente, falta de arranjo entre o governo brasileiro e o capital estrangeiro e a ameaça que uma enorme reserva de petróleo manuseada por uma estatal com tecnologia própria pode representar a quem nutre esperanças megalomânicas de manutenção de uma ordem internacional estável, onde os centros de poder não mudem nunca de lugar, se tornou a conjuntura ideal para a efervescência e aplicação desse *soft power* como forma de dismantelar o que vinha se propondo.

Em 2006, o Brasil descobre o pré-sal, uma das maiores reservas de petróleo do planeta, e já começa a explorá-lo efetivamente a partir de 2008. O marco regulatório do pré-sal prevê um forte controle da Petrobras sobre todas as fases da produção. Em 2012, a presidenta Dilma lança sua ofensiva, respaldada no poderio dos bancos públicos brasileiros, para baixar os juros abusivos, onze vezes maiores que os juros praticados na França, ameaçando a “mamata” dos representantes do capitalismo financeiro americano no Brasil. Foi também nessa época que começou a ser gestado o banco do BRICS como principal estratégia para romper o controle absoluto da economia mundial pelo capital financeiro americano [...]. É nesse contexto que, na esteira da Primavera Árabe, ocorrem as chamadas Jornadas de Junho, em 2013, no Brasil. Esse é o início da revolução colorida, que dá ensejo ao golpe de 2016 e à operação Lava Jato, levando à derrocada do PT, à prisão ilegal de Lula e à consequente eleição do “lambe-botas” de Trump, Jair Bolsonaro, ao poder (SOUZA, 2020, p. 40).

Mas como um analista qualquer pode chegar a essas conclusões sem ter, como no caso da relação EUA/golpe de 64, gravações telefônicas, documentos formalizados e afins que comprovem essa perspectiva? O que temos é a possibilidade de análise dos atores envolvidos na trama e o histórico documentado de inserção estrangeira em solo brasileiro tendo em vista, justamente esse tipo de dinâmica. Separo alguns fatos que podem nos levar a crer na possibilidade de um dismantelamento arquitetado e que ligam, sobretudo, os movimentos de atuação da Lava Jato na prisão de Lula – usando um modelo de processo já utilizado contra um senador republicano que acabou morrendo de maneira misteriosa (SOUZA, 2020. p. 46) – e a eleição de Jair Bolsonaro como aquele que melhor representaria o interesse dos americanos no

Brasil. Peço ao leitor que acesse cada uma das referências e tire suas próprias conclusões acerca destas; as exponho no final deste trabalho sob a forma de anexo.

Tais referências dizem respeito a dois pontos – poderia explorar muitos outros, mas para os fins desta análise onde pretende perceber a atual conjuntura a partir da epistemologia conjuntural, estes dois pontos se tornam chave. (1) A atuação da Lava Jato através de uma extrema midialização do processo que culminou na prisão do presidente Lula e (2) a relação entre Eduardo Bolsonaro e Steve Bannon, ativista de extrema-direita e marqueteiro responsável pela eleição de Donald Trump nos EUA, ligado a Robert Mercer multimilionário operador de fundos de cobertura. Jesse Souza explorou esses dois pontos, dentre outros em seu livro, mas pretendo propor uma abordagem um pouco diferente.

A atuação de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol – juiz e procurador, respectivamente – se dá de maneira nitidamente imparcial no que toca ao exercício de suas atividades. A problemática atuação, exposta pelos vazamentos trazidos à tona pelo jornal on-line *The Intercept Brasil*, dizia respeito desde a proximidade criminosa entre juiz e procurador – os mesmos participavam de grupos privados onde trocavam informações e direcionavam as perspectivas da investigação – à obscura relação destes com agentes americanos que chegaram a visitar os membros da operação em Curitiba, descumprindo normas tratadas em acordos bilaterais entre EUA e Brasil. Ao serem expostos ao público ambos viajaram aos EUA, em compromissos fora de suas agendas oficiais, para só depois se manifestar acerca da questão. Sérgio Moro, já no posto de ministro do governo Bolsonaro, utilizou técnicas de retórica para descaracterizar o conteúdo das mensagens, ora afirmando que estas não eram verdadeiras, ora afirmando que em seu conteúdo não havia qualquer tipo de violação. Nestas mesmas conversas vemos referências “aos americanos” e às articulações que deveriam ser construídas. No anexo I o leitor tem acesso à trama de uma maneira mais clara.

Fato é que além suas proximidades com órgãos americanos – proximidade estas que ambas as partes faziam questão em manter da maneira mais informal possível, mesmo ambas as partes ocupando instituições públicas em seus respectivos países – a Lava Jato direcionou suas atividades a sistemáticos processos de midialização de suas ações, sistematizando vazamentos, sobretudo à Rede Globo – TV de maior audiência no Brasil – criando um clima de guerra e alimentando uma polarização política que vinha sendo construída no país de 2013, com as Jornadas de Junho. Gostaria de chamar a atenção para este aspecto central nesta análise. Já que o que ocorre de 2013 em diante é uma espécie de processo de *educação* das massas que vai ter como resultado o anti-petismo e o anti-esquerdismo ainda latente na sociedade brasileira. As

notícias dos telejornais transmitidos pela Rede Globo podem ser vistas como a propagação de uma noção de consenso, onde os atores supostamente envolvidos nas tramas de corrupção – membros do alto escalão de empresas com Odebrecht e Petrobrás, bem como membros do alto escalão dos governos do PT, dentre eles o próprio Lula – são diariamente expostos como bodes expiatórios do histórico de corrupção institucionalizada no Brasil desde os tempos mais remotos. Jargões como “a culpa é do PT”, por exemplo, são utilizados nesse processo de educação, onde uma mensagem insistentemente disseminada através da espetacularização de ações de um processo penal, no mínimo duvidoso, ganha corpo e auxilia a polarizar a sociedade brasileira entre aqueles que estão “a favor do PT” e aqueles se põem “contra o PT”. Peço que o leitor suspenda o termo *educação*, que é central para as análises a partir da epistemologia conjuntural.

Em conjunto com a operação Lava Jato e essa educação através das grandes redes de TV, temos a relação entre Eduardo Bolsonaro e Steve Bannon. Bannon se tornou uma figura pública conhecida por dirigir sites de extrema direita especializados em disseminar *fake news*, notícias com conteúdo abertamente racista e xenofóbico; possui ligação com o também extremista e multimilionário Robert Mercer, um gênio da matemática computacional que fez fortuna com empresas de tecnologia e fundos de cobertura. Ambos estavam por trás de empresas de *big data*, como a extinta *Cambridge Analytica*. Através dessas empresas Mercer e Bannon organizaram inúmeras campanhas políticas, como a campanha pela efetivação do *brexit* na Europa e a campanha presidencial de Donald Trump, tendo em Bannon seu coordenador central. Bannon pode ser definido como uma mistura de racista de extrema-direita e alguém com capacidades gerenciais bastante competentes, na medida em que iniciou uma espécie de cruzada de extrema direita no mundo todo. No Brasil, foi considerado por Eduardo Bolsonaro como um “conselheiro” (vide Anexo I) de campanha e alguém que ajudaria a família Bolsonaro a eleger seu progenitor à presidência. Por várias vezes Eduardo e Bannon se encontraram e se encontram sempre que o filho de Bolsonaro vai aos EUA. Eduardo foi escolhido por Bannon para se tornar porta-voz sul-americano de uma organização de extrema-direita comandada por ele em toda o mundo, o The Movement.

A operacionalidade da *Cambridge Analytica* e similares diz respeito, basicamente, ao roubo de dados sigilosos de redes sociais, elementos dos perfis pessoais das pessoas – como preferências políticas, por exemplo – e a disseminação de *fake news* tendo em vista estas preferências. A *Cambridge Analytica* foi acusada de roubar dados do Facebook para interferir em diversos pleitos pelo mundo. Na medida em que um perfil era identificado como “possivelmente de direita”, a empresa tentava influenciar o comportamento das pessoas através

da disseminação de notícias falsas sobre adversários políticos. Em um processo muito semelhante como ocorreu no Brasil, com centrais de compartilhamento de notícias falsas via Whatsapp, Facebook e outros. Pode-se perceber nitidamente pistas do método *Cambridge Analytica* em operação no Brasil, sobretudo, entre 2013-2016, quando experienciamos um *boom* de perfis falsos em inúmeras redes sociais e de disseminação de *fake news*, como uma forma de *educar* a opinião pública em relação a aspectos centrais da nossa política.

A relação entre Eduardo Bolsonaro e Steve Bannon e entre os procuradores e juiz brasileiros com membros do judiciário americano nos fornecem indícios de uma estreita interação, já histórica, entre atores com interesses em ambos os países. A relação de subserviência entre Bolsonaro e Donald Trump é bastante didática nesse sentido. Creio ser redundante e até mesmo desnecessário para qualquer consciência mediana identificar uma relação com a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro, onde o juiz Sérgio Moro, que sentenciou Lula à prisão, acaba ocupando o papel de superministro da justiça e da segurança pública – sob vários rumores de que seria indicado pelo presidente a ocupar uma das cadeiras do STF, maior instância do judiciário nacional.

Há uma trama onde seus atores se entrecruzam e suas relações nos levam a forças não-nacionais. Só a busca pela hegemonia política e econômica pode explicar esse interesse de milionários e políticos americanos no que ocorre em nosso quintal, dado o histórico norte-americano no Brasil, na América Latina como um todo e em países do Oriente Médio, com a Síria e o Irã. Dentro do possível, essas relações são mantidas fora dos holofotes da grande mídia e de qualquer formalização institucional por motivos óbvios, assim como não houve nenhuma formalização de acordo entre os militares golpistas de 1964 e os membros da embaixada americana, descartando qualquer análise de cunho puramente institucional. Por isso penso também na existência desse império informal – como Souza (2020) e Harvey (2005) – onde o interesse de atores americanos é defendido a partir de estruturas que parecem legais, sem que estes se exponham. É preciso assumir riscos e ler as entrelinhas das movimentações destes atores, deixando de lado as limitações puramente formais – que deveriam ser vistas, na verdade, como assessórias a qualquer análise de política contemporânea onde o foco é dinâmico e a história ainda está sendo escrita. Reitero, o que está em jogo é o status atual da realidade.

Essa estreita relação entre atores americanos e brasileiros diz respeito ao cenário político atual e vai auxiliar, por sua vez, na leitura das estratégias usadas pelo presidente Jair Bolsonaro que já no primeiro ano de seu governo entrega, por exemplo, o Centro de Lançamento de Alcântara aos usos do governo americano, onde oficiais e cientistas brasileiros têm acesso

restrito. Enquanto escrevo este texto, o mundo percebe em pânico as manifestações grotescas do presidente diante da crise causada pelo corona vírus, sua falta de tato se mostrando contra as recomendações da OMS, seguidas por todas as nações do globo. Bolsonaro gera caos de maneira premeditada, sabotando sistematicamente ações dos estados e municípios e desmandando seu próprio ministro da saúde, chegando ao cúmulo de ordenar o recolhimento de equipamentos essenciais para o tratamento em pessoa infectadas pelo vírus no estado de São Paulo, atual epicentro de contaminação. Nada explica essas ações a não ser sabotagem. Incompetência nenhuma justificaria as ações sistemáticas de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes – que não demorou em auxiliar financeiramente os bancos privados diante da crise – que implodem nossa economia, nosso sistema produtivo e a nossa saúde.

Reitero também que método *Cambridge Analytica* em conjunto com a hipermedialização do processo que culminou na prisão de Lula pode ser vistos como formas de educação da opinião pública tendo em vista a preparação de um terreno que seja bem-vindo e bem visto pelas elites que articulam esse tipo de movimentação. Isso explica em parte o insistente apoio dado a Bolsonaro mesmo diante de uma crise tão grave – voltarei a esse ponto no final. A história dirá. Por agora nos resta a tentativa de analisar as situações que se apresentam. Nesse sentido, na esteira desses processos educativos aos quais defendo a existência – sendo “educação” aqui pensada de uma forma muito ampla – pretendo agora expor os principais elementos da epistemologia conjuntural que nos permitem, a meu ver, analisar estas relações obscuras e aplicação de *soft power* e instauração de um império informal sob a nação brasileira.

A EPISTEMOLOGIA CONJUNTURAL: ENTRE INFORMAÇÃO, LINGUAGEM, CONJUNTURA E SINAPSES

Existem várias interpretações filosóficas possíveis para a gênese do fenômeno do conhecimento. Não discorrei sobre algumas delas, tendo em vista a extensão pretendida aqui. Posso apontar a hermenêutica, a epistemologia histórica e o contextualismo epistemológico como algumas delas. Provavelmente a principal divisão que existe no centro desta questão é se o dado do conhecimento está presente na natureza, como algo a ser descoberto e conhecido ou se este dado é produzido historicamente, na mente humana através de suas experiências e linguagens. A abordagem que exponho aqui diz respeito a esse segundo grupo, onde os conhecimentos emergem de uma relação pessoal e interpessoal dos indivíduos inseridos em um determinado ambiente (ponto conjuntural).

A epistemologia conjuntural propõe uma expansão do conceito do conhecimento tendo em vista essas relações dos indivíduos com o ambiente. Portanto, a semelhança da hermenêutica, não considera somente o conhecimento científico como conhecimento válido, mas sim, como veremos, todo o dado que consiga trazer em si um discurso sistemático acerca de si mesmo (autorreferencialidade) e que seja aceito intersubjetivamente pelos indivíduos inseridos em um ponto conjuntural específico.

Como qualquer abordagem em epistemologia, essa teoria busca construir uma interpretação acerca das origens do conhecimento. A essa questão apresento uma resposta dupla: (1) o conhecimento efetivo, assim como os mais diversos tipos de saberes, nasce da interação entre três grandes dinâmicas sociais (políticas, economias e educacionais) e (2) se armazena em nosso cérebro via sistema nervoso. Então, estas duas instâncias precisam ser consideradas, uma de cunho social e outra de cunho individual, porém se comportam de maneira interdependente. O fato desses saberes se armazenarem da forma com que se armazenam vai depender da correlação destas duas forças, então é o resultado de movimentos que se dão na história de cada um. O conhecimento é fruto da forma com que se articulam essas forças economias, políticas e educacionais na vida de cada um, fornecendo um material específico para ser armazenado pelo cérebro. Há um certo grau de determinismo dos indivíduos em relação ao ambiente, mas não há como mensurar *exatamente* os comportamentos advindos desse armazenamento, embora este possa nos fornecer algumas pistas acerca da forma como um determinado indivíduo se movimentará nas esferas sociais. As abordagens de psicologia do comportamento – conscientemente ou não – são baseadas, dentre outros, nesses fatores de interação social e assimilação de saberes. Esses saberes – para não usar de maneira indiscriminada a noção de “conhecimento” – vão variar, portanto, de acordo com a história de cada um.

Mas como ocorre esse processo? Bem, nos movimentamos na realidade através de mecanismos mentais que extraem informações do ambiente. Cores, formas, texturas, sabores, cheiros, símbolos e conceituação. Todas essas são formas de informação com as quais lidamos em nosso dia-a-dia desde muito tempo. A cor vermelha estampada em uma pedra, por exemplo, contém quando em contato com nosso sistema nervoso a informação de que há uma diferença nítida entre essa cor e a cor azul estampada em outra pedra, por exemplo. Na medida em que a cultura se desenrola, essa diferença de cores pode indicar a predominância de um partido político ou remeter a times de futebol, como Grêmio e Internacional no Rio Grande do Sul. A informação em si que diferencia as cores existe a partir de nosso contato com elas.

Outros exemplos podem ser as informações extraídas de planetas distantes. A partir de refinados processos podemos inferir quais substância tem predominância em determinado planeta através da análise da cor dos raios emitidos pelo planeta. *Extraímos informações pra produzir conhecimento.* A informação é o primeiro dado da relação indivíduo/ambiente. Através da observação ou experiência (através da relação de nossos corpos com o ambiente) percebemos em algum momento que a convivência entre seres humanos e criaturas como crocodilos gigantes da Austrália é perigosa para nós. Esta informação inicial definirá toda uma série de reações que teremos em relação aos crocodilos gigantes da Austrália. E o importante é percebemos que essa aquisição de informações não diz respeito só ao ambiente natural, mas também em relação ao ambiente cultural; como, por exemplo, ao relacionamos o som /a/ ao símbolo gráfico “a”. Há uma informação construída culturalmente que versa sobre uma equivalência entre /a/ e “a” e isso, obviamente, definirá muito de nossa fala e escrita em ambiente cultural. Então as informações são extraídas ou construídas a partir das mais diversas dinâmicas possíveis, mas sempre partindo de uma interação de nosso sistema nervoso com o ambiente, seja ele cultural ou material.

Toda a informação tem a potencialidade de se transformar em linguagem. Há uma relação ontológica entre informação e linguagem. Por exemplo, a informação de diferenciação entre as cores *pode* se transformar em uma linguagem que nos transmite que devemos seguir em frente com nossa motocicleta ou que devemos parar – ou que simplesmente devemos nos manter alertas – como ocorre com um semáforo, por exemplo. Das informações derivam as linguagens que transmitem sentidos. Da informação da correspondência entre /a/ com “a” surge a palavra “Brasil” e todas as outras que utilizam dessa correspondência em suas escritas. A correspondência entre informação e linguagem já se dá, obviamente em terreno inteiramente intelectual. É produto do exercício das nossas faculdades racionais mais refinadas, é o que nos diferencia da grande maioria dos animais – a capacidade de transformar em linguagem complexa as informações que moldamos através da nossa relação com o ambiente.

É no domínio da educação que transmitimos essas linguagens. A correspondência entre /a/ e “a”, a utilização do semáforo, o fato dos crocodilos gigantes da Austrália serem perigosos. Educação e comunicação se confundem nesse processo primitivo. Esse processo de transmissão ou sistematização de um sentido que vem da produção de uma linguagem através de informações se dá a partir do que defino por *síntese de linguagem*. Uma síntese de linguagem é uma sistematização de informações qualquer, onde cada uma ocupa um lugar específico e visa transmitir um sentido específico. Por exemplo, a frase “Deus é brasileiro” consiste em uma sistematização da linguagem (palavras) que nasce através das informações (correspondência

entre /a/ e “a” e as demais letras/sons). Ou uma pessoa que se veste como um integrante da banda Ramones, com jeans rasgado e jaqueta de couro estilo motociclista: cada peça de roupa expressa um sentido específico que remete aos Ramones e é sistematizada de uma forma a produzir essa correlação. Tanto uma afirmativa quanto um modo de se vestir são sínteses de linguagem, pois derivam de uma linguagem – a composição da escrita e a estética da vestimenta – que deriva de informações – a correspondência entre /e/ e “e” e a cor da jaqueta de couro, do jeans e o fato deste estar rasgado nos joelhos. Tudo aquilo que é informação pode se tornar linguagem e tudo aquilo que pode se tornar linguagem pode se tornar uma síntese de linguagem.

Porem nem todo mundo compreende todas as sínteses de linguagem. Nem todo mundo vai compreender o sentido da frase “Deus é brasileiro” ou vai compreender que a pessoa vestida da forma X se veste assim para remeter aos Ramones. Assim como sintetizamos informações em linguagem através de um trabalho intelectual que diz respeito ao nosso cotidiano, ao nosso convívio com outros indivíduos, a transmissão desse sentido também se dá a partir desse convívio e em pontos específicos no espaço-tempo. São saberes disseminados socialmente e que só vão fazer sentido a iniciados que convivem nesses espaços-tempos específicos aos quais dou o nome de *ponto conjuntural*. Um ponto conjuntural é um ponto X que permite que indivíduos compreendam um determinado sentido que advém de sínteses de linguagem específicas – esse ponto pode ser um espaço geográfico (como o Brasil, por exemplo) ou um espaço cultural (como aquele ocupado pelos fãs dos Ramones em fóruns on-line ou festas punk). As sínteses de linguagem só fazem sentido quando conectadas aos pontos conjunturais que as constituem.

Por exemplo, a teoria da duplicidade da forma do elétron dentro da mecânica ondulatória só faz sentido quando expressa para iniciados em microfísica, indivíduos que compartilham o ponto conjuntural material e imaterial que diz respeito à transformação de informações específicas construídas junto ao universo material, transformadas em linguagem (números, letras, palavras) e sintetizadas como sínteses de linguagem através de fórmulas matemáticas e enunciados filosóficos que correspondem a essas fórmulas. Da mesma forma como sentidos morais específicos são transmitidos a indivíduos que convivem em uma determinada sociedade ou cultura. Esses sentidos vêm de informações transformadas em linguagem e em sínteses de linguagem que se disseminam por esses pontos conjunturais. Os pontos conjunturais, obviamente, se entrecruzam – um único indivíduo pode transitar entre inúmeros pontos durante uma vida e ocupar simultaneamente vários deles. É esse transito e essa simultaneidade que vai definir os saberes com os quais esse indivíduo vai ter contato e vai ele mesmo disseminar.

Informações, linguagem, sínteses de linguagem. Ainda há mais um elemento a esclarecer no que diz respeito a essas sínteses. Como a epistemologia conjuntural diferencia um *conhecimento efetivo* de um saber qualquer – como a ligação da cor azul ao Grêmio ou um enunciado moral? Bem, nesse ponto essa abordagem vai propor uma expansão do que é considerado conhecimento de uma forma geral. A natureza do conhecimento deriva diretamente dessa estrutura que inicia com a sistematização de informações através da linguagem. Em um primeiro momento, os movimentos que vão defender a noção de que os elétrons se comportam de uma maneira X dentro dos átomos são os mesmos que definem que o azul é a cor do Grêmio. Quero dizer, obedecem a estrutura informação → linguagem → síntese de linguagem. O que diferencia a ambos, em um primeiro momento, é um movimento que dou o nome de *dupla autorreferencialidade*. Dentro da epistemologia conjuntural existem dois tipos de sínteses de linguagem: as sínteses de linguagem simples e as sínteses de linguagem autorreferentes. As do segundo tipo são as sínteses de linguagem que trazem em sua estrutura, em seu discurso e sentido, a autorreferência, ou seja, trazem em sua formulação uma referência acerca de si mesmas – como e porque são o que são. Porém as sínteses de linguagem autorreferentes dependem de uma estrutura linguística complexa para serem expressas, a linguagem escrita, pensada, falada ou transmitida de alguma forma, na medida em que esse movimento de autorreferência é uma movimento intelectual.

Vamos aos exemplos. “Deus é brasileiro” é uma síntese de linguagem. “Pode-se concluir que Deus é brasileiro ao analisarmos o espírito receptivo, alegre e altruísta do brasileiro médio, características que ligamos à bondade de Deus” é uma síntese de linguagem autorreferente. Provavelmente toda a síntese de linguagem pode se tornar uma síntese autorreferente (mais estudos nesse ponto serão necessários), na medida em que toda a síntese linguagem expressa em linguagem complexa (falada, escrita, pensada, enfim, passível de transmissão) pode criar um discurso sobre si mesma, apontado os percursos históricos percorridos pela ação humana até chegar nesta síntese. Um outro exemplo: “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” é uma síntese de linguagem. “Meninas vestem rosa e meninos vestem azul por que assim organizamos a sociedade desde muito tempo e assim devemos permanecer para que a ordem do social não mude” é uma síntese de linguagem autorreferente.

O que define um saber como conhecimento efetivo é (1) a sua dupla autorreferencialidade, já que, o conhecimento efetivo nasce através da aplicação de um método e o método em si é uma síntese de linguagem autorreferente. Então o resultado da sua aplicação é uma síntese de linguagem autorreferente que nasce através de outra síntese de linguagem autorreferente – que é

o método. Vamos a um exemplo: “o elétron pode se manifestar sob a forma de uma onda em alguns casos e em outros casos pode se manifestar sob a forma de uma partícula, tudo depende da situação onde o fenômeno de propagação do elétron é mensurado e do tipo de experiência que é feita. Sabemos disso através da experiência X e Y” – essa é uma síntese de linguagem autorreferente que diz algo sobre si mesma quando diz “sabemos isso através da experiência X e Y”. Essa síntese só vai possuir a dupla autorreferencialidade se tivermos contato com o método pelo qual se chegou até ela, ou seja, se encontramos em algum lugar de sua exposição o que são exatamente “as experiências X ou Y”. Para o conhecimento ser efetivo, as experiências X ou Y precisam conter em si mesmas autorreferencialidade: “a experiência X chega ao resultado X através da aplicação das formulas X, dos princípios X e dos meios X e é organizada racionalmente, tendo como base os bons resultados históricos de seus resultados” e assim por diante.

O outro elemento que faz de um saber um conhecimento efetivo é (2) o *reconhecimento* deste saber como um conhecimento efetivo dentro de um determinado ponto conjuntural. Algo só vai ser considerado como ciência, por exemplo, quando tiver uma estrutura que forneça essa dupla autorreferencialidade e que este duplo movimento e as sínteses de linguagem que derivem deste sejam reconhecidas como um conhecimento efetivo entre seus pares. Na grande maioria das vezes, outros indivíduos inseridos no ponto conjuntural no qual os propositores estão inseridos irão testar e comparar as hipóteses, chegando assim em um resultado positivo ou negativo acerca da proposição.

Por exemplo, os documentários de revisionismo histórico expostos pelo grupo Brasil Paralelo³ são considerados como científicos por seus idealizadores e expectadores, na medida em que mostram a visão de pessoas formadas em suas respectivas áreas. Porém, para muitos outros cientistas (como o que escreve este artigo) a série não passa de uma forma forçada de propaganda das ideologias da extrema-direita. As sínteses de linguagem expressas ali derivam de métodos e leituras supostamente científicos, possuem dupla autorreferencialidade, mas precisam ser aceitos entre seus pares como conhecimento efetivo para de fato sê-lo. O mesmo pode ser dito acerca do terraplanismo.

Para além da dupla autorreferencialidade e o reconhecimento entre pares, a epistemologia conjuntural ainda traz outras duas variáveis para explicar como se dá o fenômeno do conhecimento: a *tríplice articulação* entre forças políticas, econômicas e educacionais e a *internalização* das informações, linguagens e sínteses de linguagem pelo cérebro humano. A

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCKDjjeBmdaiicey2nImISw>>.

observâncias desses dois elementos vai nos fazer interpretar a relação entre atores políticos e econômicos na política brasileira atual através da aplicação de *soft power*.

A tríplice articulação é o que vai definir as sínteses de linguagem que uma pessoa vai acessar durante sua vida. Quando falo em política, economia e educação não refiro-me somente às disciplinas formais que dizem respeito a esses assuntos. Quando penso em “política”, por exemplo, penso em toda e qualquer relação que traga em si a distribuição formal e não formal do poder. É uma relação política aquela relação de exclusão de pessoas de uma determinada classe social em relação à representatividade política, assim como é uma relação política aquela que se estipula entre pai e filho, onde o pai ocupa um papel de centralidade e comando. No mesmo sentido, quando me refiro à “economia” como toda e qualquer troca de valores que se dê nas dinâmicas sociais mais variadas – desde uma simples troca comercial ao fato deste mesmo pai não ter como comprar os materiais escolares para seu filho. E quando me refiro à educação, penso em toda a dinâmica que envolva transmissão de informações, linguagem e sínteses de linguagem de qualquer tipo – desde o pai ensinar seu filho a atravessar a rua até as diretrizes educacionais escolhidas por um determinado governo para direcionar a educação pública em um determina país ou estado.

Os elementos dessa tríplice articulação se mesclam entre si, formando o tecido que irá definir muito das nossas experiências. Como o fato de uma pessoa viver em um regime democrático representativo e liberal ou em uma república islâmica, por exemplo. Os acessos a pontos conjunturais específicos a suas sínteses de linguagem vai depender dessas dinâmicas mais gerais, dessa tríplice articulação. De certa forma, os grupos que mantem um certo controle sob a economia, a política e a educação mantem certo controle das possibilidades de experiências as quais os indivíduos terão acesso.

As condições de convívio grupal (políticas), as demandas materiais exigidas para sobrevivência (economia) e as possibilidades de transmissão e acesso às informações (educação) não só nos definiram e nos definem como sociedade, mas também definiram e definem constantemente nossa subjetividade e nosso aparato cerebral e do sistema nervoso central como um todo. Podemos pensar acerca desse segundo elemento, por exemplo, através das descobertas da neurobiologia acerca dos fenômenos de plasticidade cerebral e de constituição de sinapses.

Nosso cérebro pode ser definido como um sofisticado equipamento que se modifica com o percurso da vida – a cada novo aprendizado.

[...] do ponto de vista neurobiológico, a aprendizagem se traduz pela formação e consolidação das ligações entre as células nervosas. É fruto de modificações químicas e estruturais no sistema nervoso de cada um, que exigem energia e tempo para se manifestar. Professores podem facilitar o processo, mas em última análise, a aprendizagem é um fenômeno individual e privado e vai obedecer às circunstâncias históricas de cada um de nós (CONSENZA & GUERRA, p. 38, 2011).

Aqui “a aprendizagem” leva em consideração não apenas conteúdos formais, mas todo o tipo de informação que é assimilada e sintetizada em nosso cérebro e utilizada constantemente como forma de interação. Logo, ao percebermos o fenômeno do conhecimento como um produto da interação entre ambiente e cérebro – e a partir das possíveis e necessárias modificações que esta interação causará em ambos, do ponto de vista material – perceberemos o conhecimento de uma forma ampla. As células nervosas, os neurônios, se constituem através das experiências, formando ligações entre si e armazenando os mais diversos saberes em seu interior – esse processo de armazenamento é constante, ocorre durante toda a vida e terá, como dito, ligação direta com as experiências individuais.

As ligações entre neurônios e sua própria quantidade pode variar de acordo com a idade, por exemplo (figura 1). Mas ocorrem modificações da rede sináptica durante toda a vida, bem como a eliminação de neurônios/sinapses não utilizados com frequência pelo cérebro. Assim como nossas visões de mundo, nosso cérebro tem o potencial de variar de acordo com tempo, ora focando em ideias e ideais específicos – quando há a devida estimulação para esse fim – ora direcionando suas atenções a outros pontos. Por isso é possível “mudar de ideia”, por exemplo, acerca de um determinado assunto. É tudo uma questão de devida estimulação que provocará mudanças fisiológicas no cérebro.

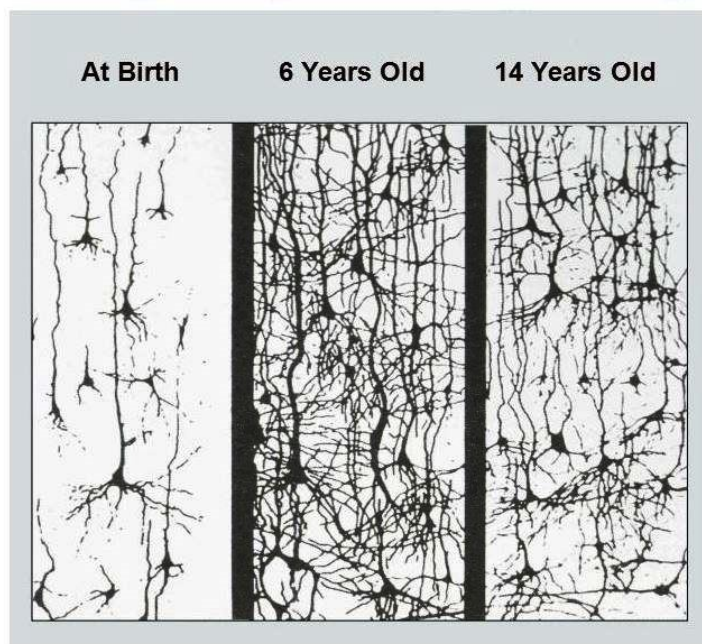


Figura 1 - A densidade neural muda em acordo com a idade. Adaptado de Shore, 1997

As sinapses, essas ligações entre neurônios, são as grandes responsáveis pela nossa capacidade de receber, sintetizar e sistematizar informações que recebemos do ambiente. A qualidade das sinapses diz respeito à facilidade que temos (ou não) de lidar com conteúdos complexos, por exemplo. Os processos de aprendizagem ocorrem “por modificação das forças sinápticas, o que representa uma mudança estrutural irreversível e acumulada no sistema de tal modo que o seu comportamento no futuro depende da experiência no passado” (BRIDI FILHO, BRIDI e ROTTA, p. 05, 2018). Logo, como é bastante simples inferir, o curso de aprendizagem de novos conhecimentos está diretamente ligado à qualidade dos estímulos externos recebidos e à qualidade das sinapses que nascem através destas estimulações. Por isso a relação dos indivíduos com os elementos políticos, econômicos e educacionais de sua própria existência vão constituir um fator preponderante em várias capacidades: como a reflexão crítica, por exemplo. Um indivíduo que não é devidamente estimulado terá maior dificuldade em lidar com conteúdos mais complexos, salvo caso que alguma condição excepcional.

O processo de construção das sinapses se dá através da repetição desses estímulos. Se a leitura de um livro persiste, por exemplo, nosso cérebro construirá sinapses que digam respeito ao conteúdo da obra. Quando mais nos estimularmos nesse sentido, mais detalhes acerca do sentido do que está expresso no livro – ou da nossa percepção acerca desse sentido, nossa interpretação – serão gravados em nosso cérebro. Os saberes e memórias são armazenados em estruturas materiais, podendo ser modificadas ao longo da vida. Podemos dizer que a

constituição de novas sinapses dentro do organismo humano é nosso ponto alto de interação com o ambiente, na medida em que as informações que coletamos e organizamos através de nossas células nervosas como linguagem e sínteses de linguagem modificam a constituição do cérebro em si mesmo. As experiências que vivemos e a assimilação destas através das sínteses de linguagem são constituintes da materialidade do nosso cérebro. Isso evidencia a relevância dessas experiências, na medida em que nosso próprio aparato cerebral é constituído por elas. Sendo o cérebro e o sistema nervoso os responsáveis pela nossa interação e compreensão do mundo que nos cerca.

A essa altura já podemos nos questionar acerca da relevância dos estímulos que recebemos sobre determinado assunto, por exemplo. “Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade“, diz a frase atribuída ao ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels. O ato de repetição é o ato de constituição de novas sinapses. Se antes a grande maioria dos alemães não via nos judeus um problema e a razão de sua própria miséria, depois da institucionalização da propaganda do Partido Nazista, como mostra a história, o povo alemão é educado a perceber os judeus como um problema. A propaganda, as comunicações de massa, etc. são responsáveis por lançar estímulos constantemente que vão acabar definindo muitas das sínteses de linguagem que assimilaremos. Esta é a própria intersecção entre os elementos da tríplice articulação (educação, política e economia, como as forças materiais que constituem nossa vida cotidiana) e a formulação de sínteses de linguagem que constituem um sistema qualquer – o status quo político e econômico, por exemplo, é edificado através da disseminação mais ou menos intencional de sínteses de linguagem em âmbito global, fortalecendo um tipo de dinâmica de trabalho, para citar apenas um elemento dessa manutenção.

Aos poucos uma possível interpretação do ambiente obscuro das relações entre atores políticos e econômicos brasileiros e americanos no Brasil atual através da epistemologia conjuntural vai se tornando possível. Nas próximas páginas pretendo fazer uma relação da atuação de alguns desses atores e a disseminação intencional de sínteses de linguagem que acabam fortalecendo a efetivação de sinapses específicas em indivíduos que sustentam a base da defesa de atores também específicos e fundamentam, do ponto de vista das massas, a representatividade tóxica na qual nossa ordem político-econômica acaba se encontrando.

O BRASIL NÃO PODE PARAR: RISCO E LAVAGEM CEREBRAL

Grupos de WhatsApp que unem pessoas que seguem uma determinada ideologia, por exemplo, tendem a se tornar bolhas semânticas, onde um único estímulo é repetido inúmeras vezes ao dia.

Bem como as pessoas que nutrem seus cérebros diariamente com as mesmas sínteses de linguagem presentes em um telejornal, por exemplo, vão modificar seus cérebros tendo em vista a internalização de um determinado sentido, provocando a efetivação de novas sinapses. É tudo uma questão de estímulo e assimilação. Aqui reside, justamente, o potencial altamente estratégico da aplicação de *soft power*. Diz respeito ao potencial de construção e efetivação de novas sinapses através da disseminação de sínteses de linguagem específicas, que não necessariamente obedecem à dinâmica da dupla autorreferencialidade – que na grande maioria dos casos nem da autorreferencialidade em si.

Quando disseminamos de maneira constante, por exemplo, a frase “Lula ladrão”, nosso cérebro não requer que a síntese de linguagem possua autorreferencialidade nem dupla autorreferencialidade para armazenar as informações presentes, já que, quanto mais simples o estímulo, mais fácil é sua assimilação. São mecanismos cerebrais que são constantemente acionados e que vão reincidir sob a vida das pessoas e seu comportamento em sociedade. Não busco saber, em um primeiro momento se a síntese de linguagem com a qual me deparo é ou não aceita entre os pares que estudam o tema, entre os especialistas e analistas mais diversos, nesse caso. Desde que eu *creia* em sua veracidade e me estimule devidamente, a mensagem “Lula ladrão” vai provocar modificações sinápticas. Primeiro se armazenará no hipocampo e depois construirá sinapses que a correspondam, gerando, conseqüentemente, a defesa de um discurso X ou Y.

A epistemologia conjuntural nos fornece um aparato diferenciado para interpretarmos as possibilidades políticas no Brasil atual através da aplicação desse *soft power* por atores interessados em manter uma agenda político-econômica específica em solo brasileiro. O ataque sistemático a outras instâncias de disseminação de sínteses de linguagem, como as universidades e outros centros de educação pública, por exemplo, se dá justamente como uma forma de manter o bom funcionamento de uma lógica de disseminação específica. Dentro das perspectivas da epistemologia conjuntural e da neurobiologia as teses de Jessé Souza que unem o discurso do vira-latismo brasileiro e a admiração pelos EUA – discursos de operam por sínteses de linguagem presentes em nossa formação informal, disseminadas em nossa cultura massificada – fazem todo o sentido. Sinapses específicas que remetem a esses discursos seriam responsáveis pela aceitação imediata de tudo que diga respeito à potência americana, em um misto sinistro de formação sociocultural defeituosa e ignorância a respeito das potencialidades nacionais do Brasil. Se essa formação se deu de forma intencional ou não, nesse momento não significa muito. O que temos como cenário dado é o fato de que muitas pessoas vêm se manifestando publicamente, sobretudo desde 2013, com um

discurso alinhado aos das supostas benéficas constantes que nos seriam possibilitadas se imitássemos um suposto modelo americano de não regulação econômico.

Essas sínteses de linguagem formam sinapses e legitimam um status quo político e econômico característico. O cume disso é um presidente eleito vir constantemente a público em posição de nítida subserviência em relação ao líder americano, potencializando essas sínteses e essas (prováveis) sinapses, garantindo a ressonância de ideias que, na verdade, são anti-nacionais. E é por isso que alguns de nós acompanham horrorizados a pessoas se manifestando a favor do presidente, mesmo que isso signifique a morte inevitável de muitas pessoas. Refiro-me aos posicionamentos do mesmo a respeito da não necessidade do isolamento social para evitar a transmissão do corona vírus, chegando mesmo a montar uma peça publicitária oficial, onde a frase “O Brasil não pode parar” seria estampada em outdoors e disseminada nas redes. Isso é o resultado de um processo de educação que se dá desde 2013, disseminando sínteses específicas através de redes sociais e da mídia corporativa – por isso destaquei as relações de Eduardo Bolsonaro e Steve Bannon e a alta midialização do processo/julgamento do presidente Lula pelos vazamentos da Lava Jato. Produziu-se com o auxílio explícito de atores político-econômicos americanos uma maquinaria de produção de sentido, de disseminação de sínteses de linguagem e possíveis modificações em nossos cérebros que hoje nos põem em risco.

A confusão mental de alguns é bastante nítida quando expostos a episódios de corrupção envolvendo atores como Sérgio Moro, o clã Bolsonaro e agregados. Porém muitos não hesitam em defende-los como verdadeiros heróis, exaltando, inclusive, em tom bastante servil, sua proximidade “estratégica” com os americanos. Os mesmos americanos que praticamente roubaram insumos hospitalares que seriam centrais no tratamento de pacientes brasileiros infectados por corona vírus. Muito apoiadores de Bolsonaro acabaram se retirando do lado do presidente quando os discursos que pediam o fim do isolamento foram vinculados na mídia. Isso demonstra a possibilidade de reversão, já que nosso aparato cerebral-semântico se modifica com o tempo, de acordo com os estímulos recebidos. Porém um rearranjo das dinâmicas políticas, econômicas e educacionais que constituem o grande ponto conjuntural que caracteriza o Brasil precisa ser sistematicamente pensado e posto em prática pelos setores verdadeiramente progressistas de nossa sociedade ou corremos o risco que as próximas gerações sucumbam às sínteses de linguagem simples e suponham que nelas reside o valor único de nossa existência e de nossa verdade.

Parte da produção científica fez parte de tudo isso por não levar em consideração esses movimentos mais amplos (econômicos, políticos e educacionais), sobretudo, no caso da ciência brasileira, como aponta Souza (2020), que ocupou um papel estratégico na construção da ideia da

necessidade do brasileiro ser submisso a todo discurso que vem dos EUA e a sua suposta superioridade moral; ao passo que no caso da ciência americana, na busca por controlar a opinião pública, houve consciência desse processo, sobretudo por parte de Bernays que inseriu seus saberes e suas práticas em dinâmicas de *soft power*.

Nesse meio tempo, as sínteses de linguagem duplamente autorreferentes e aceitas pela comunidade específica como válidas – que constituem as diversas formas de saberes científicos – ganham centralidade no cenário internacional durante o andamento desta grave crise. É o resultado de um caminho de dois lados: as facilidades de um discurso simples, que oferece alento imediato às nossas próprias frustrações estampa todo seu valor em nossa fisiologia cerebral, facilidade essa estimulada por décadas de estimulação estrutural do discurso da subserviência. Estamos muito longe de uma conclusão. No que diz respeito à constituição crítica da epistemologia conjuntural como chave-de-leitura válida e ao cenário brasileiro como um todo. Mesmo diante de todos os ataques, também sistemáticos, que os mais diversos setores da intelectualidade brasileira vêm sofrendo nesses tempos, é preciso ensaiar uma resposta a tudo o que se põe como conhecimento efetivo, sem, de fato, sê-lo. Apesar de tudo isso, espero ter conseguido colaborar um pouco para o discurso de um diagnóstico mais preciso e para o esforço das ciências históricas em interpretar o que se apresenta a nós como realidade.

ANEXO I – RELAÇÕES OBSCURAS ENTRE ATORES BRASILEIROS E AMERICANOS

VIANA, Natalia Viana, MACIEL, Alice & FISHMAN Andrew. “Desde 2015, Lava Jato discutia repartir multa da Petrobras com americanos”. Em Agência Pública. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/03/desde-2015,-lava-jato-discutia-repartir-multa-da-petrobras-com-americanos/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

FISHMAN, Andrew, VIANA, Natalia & SALEH. “The Secret History of U.S. Involvement in Brazil’s Scandal-Wracked Operation Car Wash, via The Intercept”. Em The Intercept. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/12/united-states-justice-department-brazil-car-wash-lava-jato-international-treaty/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

FISHMAN, Andrew, VIANA, Natalia & SALEH. “Lava Jato fez de tudo para ajudar justiça americana – inclusive driblar o governo brasileiro”. Em The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/12/lava-jato-driblou-governo-ajudar-americanos-doj/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

FISHMAN, Andrew & DEMORI Leandro Demori. “Deltan foi estrela de encontro com bancos e investidores organizado pela XP ‘com compromisso de confidencialidade’”. Em The Intercept Brasil Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/26/deltan-encontro-secreto-bancos-xp/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

GREENWALD, Gleen & NEVES Rafael. “Dallagnol mentiu: Lava Jato vazou sim informações das investigações para a imprensa — às vezes para intimidar suspeitos e manipular delações”. Em The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/08/29/lava-jato-vazamentos-imprensa/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

NEVES, Rafael. “Lava Jato usou denúncia do sítio contra Lula para distrair público de crise com Temer e Janot e proteger colegas”. EM The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/10/13/lava-jato-lula-sitio-jbs/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

VIEIRA, André, PERON, Isadora & MUNIZ, Mariana. “MPF suspende criação de fundação bilionária da Lava-Jato”. Em Valor. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/03/12/mpf-suspende-criacao-de-fundacao-bilionaria-da-lava-jato.ghtml>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

REDAÇÃO. “Pivô de crise, Moro vai aos Estados Unidos, mas não divulga a sua agenda”. Em Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/pivo-de-crise-moro-vai-aos-estados-unidos-mas-nao-divulga-a-sua-agenda/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

ALVES, Cintia. “Em vídeo, procurador dos EUA admite parceria informal com a Lava Jato”. Em GGN. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/justica/em-video-procurador-dos-eua-admite-parceria-secreta-com-lava-jato/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

FREIRE, Diego. “Eduardo trata sobre soberania da Amazônia em reunião com Steve Bannon”. Em Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/eduardo-trata-sobre-soberania-da-amazonia-em-reuniao-com-steve-bannon/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

REDAÇÃO. “Eduardo Bolsonaro se reúne com Bannon em Nova York”. Em Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/eduardo-bolsonaro-se-reune-com-bannon-em-nova-york.shtml>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

REDAÇÃO. “Eduardo Bolsonaro se reúne com Steve Bannon em Washington”. Em Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-se-reune-com-steve-bannon-em-washington/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

BILENSKY, Thais. “Bannon anuncia Eduardo Bolsonaro como líder sul-americano de movimento de direita populista”. Em Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/bannon-anuncia-eduardo-bolsonaro-como-lider-sul-americano-de-movimento-de-ultradireita.shtml>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

REDAÇÃO. “Lobista de Bolsonaro nos EUA promove encontro entre Olavo de Carvalho e Steve Bannon”. Em Revista Fórum. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/global/lobista-de-bolsonaro-nos-eua-promove-encontro-entre-olavo-de-carvalho-e-steve-bannon/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

BRESCIANI, Eduardo. “Filho de Bolsonaro diz que marqueteiro de Trump vai ajudar seu pai”. Em Época. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/filho-de-bolsonaro-diz-que-marqueteiro-de-trump-vai-ajudar-seu-pai-22963441>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

CURA, Maria Eduarda. “WhatsApp confirma envio ilegal de mensagens por grupos políticos em 2018”. Em *Exame*. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/whatsapp-confirma-envio-ilegal-de-fake-news-por-grupos-politicos-em-2018/>> – Acesso em 09 Abr 2019.

GRANVILLE, Kevin. “Como a Cambridge Analytica recolheu dados do Facebook”. Em Folha de S. Paulo Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/como-a-cambridge-analytica-recolheu-dados-do-facebook.shtml>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

LUCENA, Eleonara & LUCENA Leandro. Brasil é alvo de guerra híbrida, diz analista. Disponível em: <<https://tutameia.jor.br/brasil-e-alvo-de-guerra-hibrida/>>. Acesso em 09 Abr. 2020.

REFERÊNCIAS

BRIDI FILHO, Cesar Augusto; BRIDI, Fabiane de Souza; ROTTA, Newra Tellechea. Intervenções Terapêuticas que Promovem Desenvolvimento Sináptico. In ROTTA, Newra Tellechea; BRIDI FILHO, Cesar Augusto; BRIDI, Fabiane de Souza. **Plasticidade Cerebral e Aprendizagem: abordagem interdisciplinar**. Pp.1-22 Artmed: São Paulo, 2018.

CONSENZA, Ramon & GUERRA, Leonor. **Neurociência e Educação: como o cérebro aprende**. Artmed: Porto Alegre, 2011.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. **Choque de Civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

SHORE, Rima. **Rethinking The Brain: New insights into Early Development**. Nova York: Families and Work Institute, 1997.

SOUZA, Jessé. **Guerra Contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

TAVARES, Camilo. **O dia que durou 21 anos**. Direção: Camilo Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RVnf3Ap7guQ>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

FAMA TURISMO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PLANEJAMENTO DA EMPRESA**FAMA TOURISM: A CASE STUDY ABOUT COMPANY PLANNING**

Aline Cristina Corrêa¹
Ciro Francisco Burgos Fernandez²

Recebido em: 10/08/00

Aceito em: 15/10/2020

Resumo: O presente estudo tem por objetivo demonstrar ao leitor o projeto empresarial da Agência de viagens FAMA Turismo, através de estudos específicos que demonstram a viabilidade do negócio. Em primeiro plano foi efetuada a análise da estratégia da empresa. Nessa etapa os gestores realizaram a avaliação de todos os aspectos externos e internos (macroambiente e microambiente) que influenciaram na organização direta e indiretamente. Através destes aspectos foi avaliado o negócio e a estratégia para atingir o público alvo da empresa, além disso, foram analisadas as cinco forças de Porter e suas interferências na organização. Ainda em estratégia, foi estudada a missão, visão e valores, além dos propósitos que a mesma tem com seus clientes. Visto isto, foram abordados no projeto os indicadores que fizeram parte de toda a organização sendo que em cada setor, estratégia, marketing, produção, recursos humanos e financeiros, são inseridos esses indicadores que podem avaliar o andamento da empresa e tomar decisões que possam interferir no resultado. E, por fim, a estrutura organizacional e todos os cargos que a FAMA Turismo irá possuir em seus respectivos departamentos. Para tanto, utilizamos o método bibliográfico documento, com a metodologia qualitativa de caráter exploratório. Como resultados parciais é possível perceber que o planejamento estratégico é fundamental para o desenvolvimento e crescimento das empresas, especialmente, as que atuam com maior intensidade nos períodos de alta temporada.

Palavras-chave: Turismo; Planejamento Estratégico; Organização; Macroambiente; Microambiente.

Abstract: This study aims to demonstrate to the reader the business project of the travel agency FAMA Turismo, through specific studies that demonstrate the viability of the business. In the foreground, an analysis of the company's strategy was carried out. In this stage, the managers carried out the evaluation of all external and internal aspects (macroenvironment and microenvironment) that influenced the organization directly and indirectly. Through these aspects, the business and the strategy to reach the target audience of the company were evaluated. In addition, Porter's five forces and their interferences in the organization were analyzed. Still in strategy, the mission, vision and values were studied, in addition to the purposes that it has with its customers. In view of this, the indicators that were part of the entire organization were addressed in the project, and in each sector, strategy, marketing, production, human and financial resources, these indicators are inserted that can

¹ Bacharela em Administração pela Universidade Dom Bosco. E-mail: aline_harby@hotmail.com

² Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor do Centro Universitário UniDomBosco e do Centro Universitário Curitiba. E-mail: ciroburgos@hotmail.com

assess the company's progress and make decisions that may interfere in the result. And, finally, the organizational structure and all the positions that FAMA Turismo will hold in their respective departments. For that, we used the bibliographic document method, with the qualitative methodology of exploratory character. As partial results, it is possible to perceive that strategic planning is fundamental for the development and growth of companies, especially those that operate with greater intensity in periods of high season.

Keywords: Tourism; Strategic planning; Organization; Macroenvironment; Microenvironment.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A vida útil de uma organização depende de alguns fatores importantes que influenciam nas tomadas de decisões e colaboram com o bom andamento da empresa. Dentre estes fatores o que se pode destacar é o planejamento estratégico que, através dos objetivos preestabelecidos, podem consolidar a empresa no mercado, permitindo que ela se imponha perante seus principais concorrentes. Resende (2008) define planejamento estratégico como o processo que determina a objetividade, estratégias e atitudes para a organização.

Planejamento estratégico para Serteck, Paulo e Guindani (2007) pode ser definido como o que a empresa faz para chegar aos seus objetivos definidos, ou seja, aonde ela quer chegar, como quer chegar e o que fará para atingir suas metas.

Já o negócio pode ser definido como um modo de como se vê o mercado e o que a população pensa quando visualiza a marca da instituição. Corrêa (2009, p. 38) diz que “o negócio é parecido com o que pensamos ou somos e o que planejamos a organização para o futuro”. Já para Fernandes e Berton (2004) o conceito de negócio define a estrutura que a organização possui, analisando as empresas que atendem aos mesmos consumidores, com tecnologias semelhantes, para atender às necessidades dos clientes.

Este projeto viabilizou a empresa FAMA Turismo, cuja finalidade é comercializar passagens rodoviárias, aéreas, marítimas, pacotes turísticos para a família, pacotes especiais para a melhor idade, além de serviços de auxílio-viagem já embutidos nos pacotes.

A empresa está localizada na cidade de Curitiba - PR, na Rua Presidente Arthur da Silva Bernardes, 1878, no Bairro Portão. Segundo pesquisa quantitativa realizada com 100 clientes, a região escolhida, além de possuir um público com renda diversificada, apresenta uma grande concentração de pessoas que freqüentam a região para fins de lazer e trabalho, tornando o local viável para uma agência de turismo.

Figura 1 – O negócio.



Fonte: Os autores adaptado de Degen (1989, p. 54).

Na figura 1 é possível depreender o conceito do negócio da FAMA Turismo, que é proporcionar atendimento para pessoas físicas e jurídicas, tendo como base o atendimento personalizado, a praticidade da venda pela internet e também realizar atendimento corporativo, com o intuito de atender às necessidades de lazer, negócios e estudos dos clientes.

Já análise ambiental é vista por Costa (2007) como um fator de ampla relevância para a organização e pode ser considerada um requisito muito importante para o seu sucesso. Através dessa análise pode-se avaliar as principais energias positivas e negativas que envolvem o setor externo da empresa.

Segundo Aaker (2005), a análise ambiental é o local que cerca a empresa, ou seja, tudo que pode influenciar direta e indiretamente o negócio, identificando prováveis impactos decorrentes de fatores externos da organização. Ainda segundo o autor, análise ambiental é dividida em cinco áreas: Tecnológica, Governamental, Demográfica, Econômica e Cultural.

O ambiente externo da empresa foi formado por quatro elementos cruciais e que juntos formam o macro ambiente da empresa. Esses fatores, para Wright, Kroll e Parnell (2000), influenciam nas tomadas de decisões da organização e são de fundamental importância para o andamento da mesma. Essas forças, denominadas oportunidades e ameaças, estão divididas em quatro grupos: Tecnológicos, Econômicos, Políticos e Sociais.

Para Certo e Peter (2005) ambiente geral ou macroambiente, é denominado como um ambiente sem controle, que não pode em hipótese alguma ser dominado pela organização, devendo esta adaptar-se às variáveis.

A análise Política, Econômica, Social e Tecnológica (PEST) da empresa FAMA Turismo está discriminada na tabela abaixo.

Tabela 1 - Análise Macroambiente.

ANÁLISE MACROAMBIENTE			
	Tendências	Oportunidades	Ameaças
Político	A - Estabilidade Política	X	
	B - Políticas governamentais	X	
	C - Alterações na legislação		X
Econômica	A - Crise Mundial		X
	B - Estabilidade Social	X	
	C - Riqueza Produzida	X	
	D - Globalização	X	
Tecnológicas	A - Meios de Divulgação	X	
	B - Compras pela internet	X	
	C - CRM (Customer Relationship Management)	X	
Sociais	A- Número de filhos por habitante	X	
	B - Estilo de Vida	X	
	C - Valores Sociais		X
	D - Perfil da População	X	
TOTAL		11	3

Fonte: Os autores, (2012).

Como é possível analisar na tabela 1, a análise PEST ou macroambiente da FAMA Turismo apresentou 11 oportunidades e 3 ameaças com relação à empresa. Com relação ao quesito variável político, Honorato (2004) explica que a empresa está inserida em um ambiente onde leis, regulamentações, pressões de grupos de interesse afetam diretamente a organização. A estabilidade política foi considerada como uma oportunidade para a empresa,

pois, segundo o discurso da presidenta Dilma (2011)³ na China, o Brasil obteve grandes oportunidades para abertura de novos negócios, devido à estabilidade econômica e política que o país estava vivenciando. Ainda sobre as tendências político-legais, as políticas governamentais foram vistas também como oportunidades para a organização, visto que o aumento dos incentivos fiscais para abertura, desenvolvimento, manutenção e continuidade de novos negócios para empresários do estado refletia em algo promissor que pode gerar mais oportunidades para a empresa FAMA Turismo.

As forças econômicas têm impacto muito grande na organização, conforme explica Honorato (2004, p. 40):

A situação econômico-financeira do país reflete não só na empresa, como também no consumidor. Moeda desvalorizada, excesso de tributação, juros altos, fazem parte do panorama econômico das empresas brasileiras, agindo diretamente no mercado, influenciando no poder de compra do consumidor e fazendo com que as empresas busquem por alternativas para reduzir o impacto sobre o seu negócio.

Dentre as variáveis, pode-se destacar a estabilidade social, que consiste na estabilidade sócio-econômica da sociedade em geral com relação à empregabilidade e renda. Segundo o site Cidadão do Governo do Estado do Paraná⁴, Curitiba teve a menor taxa de desemprego do país, apenas 4,4%. Nesse sentido pode-se ver que a população tem maior poder de compras e com isso obteve-se maiores retornos do negócio.

O jornal Estadão relata que o Brasil teve um crescimento de 4% no PIB no segundo semestre de 2011 e previu o mesmo crescimento para o ano de 2012. Isso levou a crer que a economia estaria alavancada, intensificando ainda mais a quantidade de dinheiro no mercado, e assim, aumentando o poder de consumo da população na época. Outro item identificado é o câmbio, que se levado em consideração, poderia afetar negativamente a organização. Altas e baixas influenciam na venda de pacotes turísticos para o exterior e poderiam afetar diretamente o negócio. Por outro lado, como houve queda na moeda estrangeira, o mercado poderia novamente se tornar promissor e elevar vendas de pacotes para viagens externas.

A tecnologia teve e ainda tem efeito favorável para as empresas em geral e pode ser considerada um fator-chave para o futuro desenvolvimento das organizações. De acordo com Honorato (2004), as empresas gastam anualmente milhões para poder adquirir produtos eletrônicos e software que ajudem a reduzir custos de produção. Os meios de comunicação, como jornal, rádio, televisão, internet, permitem que a empresa tenha uma divulgação mais

³Notícia retirada do site G1 - Política, postado em 15 de abril de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/04/dilma-assina-acordos-comerciais-na-china.html>

⁴ Acesso em 12 de agosto de 2020. Disponível: <http://www.parana.pr.gov.br/Pagina/Para-o-cidadao>

ampla e com isso possa alcançar novos clientes com maior facilidade. Essa divulgação trouxe maior conhecimento da empresa no mercado e assim trouxe consigo mais consumidores para a empresa.

Insta salientar que as compras pela internet estão sendo utilizadas tanto por brasileiros como por estrangeiros com tanta frequência que já virou rotina comprar via empresas que disponibilizam esse serviço. O *e-commerce*, que é o ato de vender ou comprar pela internet, pode ajudar em vários sentidos a empresa. Para o turismo que disponibiliza serviços para o consumidor, fica difícil para a empresa deixar todos os folders necessários para efetuar uma venda, então, nesse caso, a internet será um aliado forte, pois, depois de cadastrados todos os itens no sistema, a tarefa do comercial será simplificada.

Uma ferramenta que ajuda muito na obtenção e manutenção de novos clientes é o *Customer Relationship Management (CRM)*. O CRM pode ser definido como uma solução capaz de efetuar processos que abrangem negócios com clientes, proporcionando benefícios reais para os clientes e para a empresa. Contudo não foi adquirido este sistema, pois a FAMA Turismo possui os direitos do programa Stur, que fornece todos os itens necessários.

As forças sociais, de acordo com Honorato (2004), fornecem dados sobre a situação atual do país, dos quais podem-se destacar o número de filhos por habitantes, o perfil da população, estilo de vida e valores sociais.

AS ANÁLISES

A análise setorial da organização é definida como o ambiente mais próximo da empresa e, de acordo com Porter (2004), envolve todo o ambiente externo da organização. Esse ambiente externo é constituído de clientes, fornecedores, serviços, produtos substitutos e concorrentes. O autor descreve que esse ambiente externo tem impacto sobre todas as indústrias e cabe aos administradores desenvolver habilidades para lidar com elas. De acordo com Rezende (2008), análise setorial “está direcionada ao segmento, setor ou ramo em qual a organização atua ou atuará e pode ser chamada como as cinco forças de Porter”. Essa análise tem como objetivo identificar como está a situação da empresa no seu setor de atividade.

A meta das organizações em geral, quando avaliadas dentro das cinco forças de Porter, é obter mecanismos de defesa para melhor se defender contra as forças competitivas. Porter (2004, p. 121) descreve que “o conhecimento dessas fontes subjacentes da pressão competitiva põe em destaque os pontos fortes e fracos da organização”. Dessa forma, a empresa pode obter estratégias precisas sem se desgastar em áreas menos importantes.

Portanto, com o intuito de avaliar a situação da empresa no mercado, foi direcionado um estudo que avaliasse a FAMA Turismo de acordo com as cinco forças de Porter. Para obtenção dos resultados foram utilizadas tabelas que mostram uma análise estrutural da indústria. A tabela 2 e o gráfico 1 mostram o resultado da pesquisa obtida. Ao final de cada subitem é apresentado o quadro de análise das cinco forças de Porter, sendo que cada análise considerada ruim para a empresa confere a ela nota cinco e cada análise considerada boa implica em nota zero.

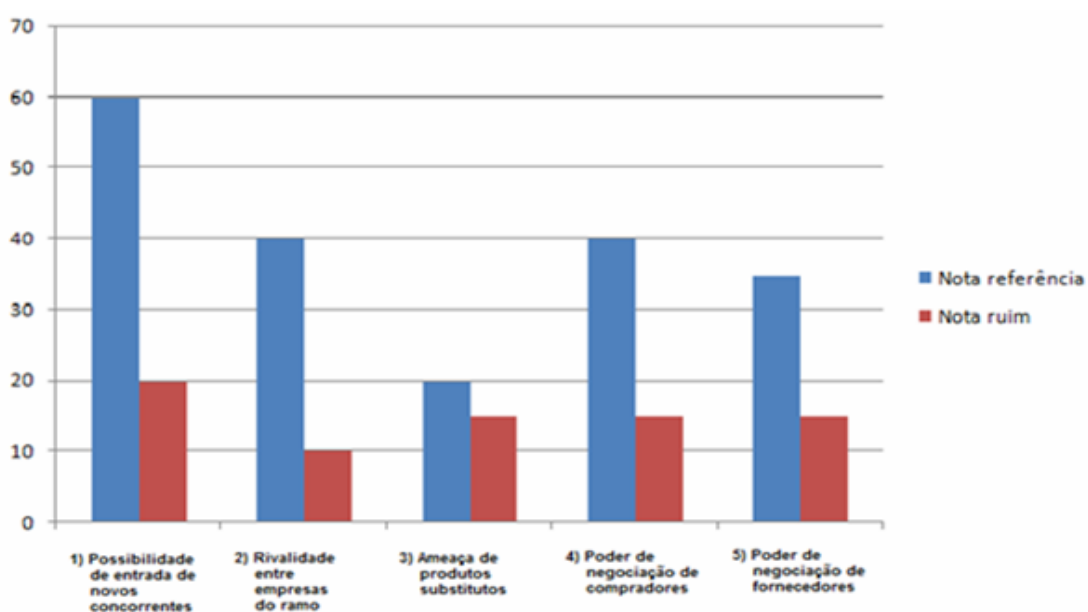
Tabela 2 - As cinco forças de Porter.

Desempenho 5 forças de Porter - FAMA Turismo			
Força	Nota referência	Nota ruim	%
Possibilidade de entrada de concorrentes	60	20	33%
Rivalidade entre empresas do ramo	40	10	25%
Ameaça de produtos substitutos	20	15	75%
Poder de negociação de compradores	40	15	38%
Poder de negociação de fornecedores	35	15	43%
Total	195	75	38%

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 4 -30)

O gráfico 1 mostra o percentual da análise efetuada entre o mínimo e o máximo de impacto que as cinco forças tiveram na FAMA Turismo, a partir do olhar atento e reflexivo apresentado por Porter (2004).

Gráfico 1 - Cinco forças de Porter.



Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 10).

As novas empresas entram no mercado com o intuito de ganhar uma fatia de clientes que estão em segundo plano para outras empresas ou que não estejam satisfeitos com atual fornecedor dos serviços.

A ameaça de entrada em uma indústria depende de barreiras de entrada existentes, em conjunto com a reação que o novo concorrente pode esperar da parte dos concorrentes já existentes. Se as barreiras são altas a ameaça de entrada é pequena (PORTER, 2004, p. 15).

As ameaças desses novos entrantes são importantes para o futuro da organização, pois, se bem postadas no mercado em que atuam, essa nova concorrente deixa de ser uma ameaça e torna-se apenas uma concorrente que não influenciará nos clientes potenciais.

Quanto à ameaça de novos concorrentes que ingressam no setor, observa-se que à medida que um setor recebe novos concorrentes sua capacidade produtiva aumenta. A não ser que o mercado esteja crescendo rapidamente, uma nova entrada intensifica a luta por fatias do mercado, reduzindo os preços e diminuindo a lucratividade do setor (REZENDE, 2008, p. 73).

A partir da análise da tabela 3 é possível visualizar a possibilidade de novos entrantes no mercado.

Tabela 3 - Possibilidade de entrada de novos concorrentes.

Desempenho 5 forças de Porter - FAMA Turismo			
Força	Nota referência	Nota Ruim	%
Possibilidade de entrada de concorrentes	60	20	33%

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 23).

A possibilidade de novos entrantes no mercado tomou um percentual de 33%. Esse percentual demonstra que a empresa FAMA Turismo não precisou se preocupar muito com esse elemento, pois, o custo de abertura de uma nova organização é muito alto e dificulta a entrada de novos concorrentes. O critério utilizado para calcular esse percentual segue no quadro abaixo.

Quadro 1 - Análise de possibilidade de entrada de novos concorrentes.

Possibilidade de entrada de novos concorrentes		NOTAS
1	É POSSIVEL TER PEQUENO PORTE PARA ENTRAR NO NEGÓCIO.	5
2	EMPRESAS CONCORRENTES TEM MARCAS DESCONHECIDAS OU OS CLIENTES NÃO SÃO FIEIS.	0
3	BAIXO INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA, CRÉDITO A CLIENTES E PRODUTOS.	5
4	OS CLIENTES NÃO TERÃO ALTOS CUSTOS PARA TROCAR SEUS ATUAIS FORNECEDORES	0
5	HÁ FACILIDADES PARA CONSEGUIR CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA PRODUTOS	0
6	TECNOLOGIA DOS CONCORRENTES NÃO É PATENTEADA. NÃO SÃO NECESSÁRIOS CUSTOS PARA A PESQUISA.	0
7	EMPRESAS ESTABELECIDAS NÃO CONTROLAM FONTES DE MATÉRIAS-PRIMAS.	0
8	O LOCAL, COMPATÍVEL COM A CONCORRÊNCIA, NÃO EXIGIRÁ GRANDE INVESTIMENTO.	0
9	EXIGÊNCIAS FEITAS PELO GOVERNO NÃO BENEFICIAM EMPRESAS EXISTENTES OU NÃO LIMITAM A ENTRADA DE NOVAS EMPRESAS.	5
10	EMPRESAS ESTABELECIDAS SÃO EMPRESAS FAMILIARES, COM POUCO NÍVEL DE PROFISSIONALISMO E CUSTOS ALTOS.	0
11	É IMPOSSÍVEL UMA GUERRA COM OS NOVOS CONCORRENTES.	5
12	A DEMANDA DO SETOR É SUPERIOR A OFERTA ATUAL.	0
TOTAL		20

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 30).

Um dos motivos de concorrência entre empresas de um mesmo setor é notadamente a guerra de preços. O corte de preços para igualar-se no mercado pode reduzir receitas e consecutivamente o lucro da organização. Porter (2004, p. 18) descreve que:

A rivalidade entre os concorrentes existentes assume a força corriqueira de disputa por posição com uso de táticas como concorrência de preços, batalhas de publicidade, introdução de produtos e aumento dos serviços ou das garantias ao cliente. A rivalidade ocorre porque um ou mais concorrentes sentem-se pressionados ou percebem a oportunidade de melhorar a posição.

Contudo para Rezende (2008, p. 73):

A concorrência intensifica-se quando uma ou mais organizações de um setor detectam a oportunidade de melhorar sua posição ou sentem uma pressão competitiva das outras. Essa pressão manifesta-se com corte de preços, batalhas publicitárias introdução de novos produtos ou serviços ou reformulação de produtos existentes.

A tabela abaixo demonstra o percentual sobre a rivalidade entre empresas do ramo.

Tabela 4 - Rivalidade entre empresas do ramo.

Desempenho 5 forças de Porter - FAMA Turismo			
Força	Nota referência	Nota ruim	%
Rivalidade entre empresas do ramo	40	10	25%

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 30).

A força rivalidade entre concorrentes obteve o percentual de 25%. Isso significa que as empresas rivais no mercado não influenciaram no negócio, sabendo que pacotes turísticos possuem o mesmo valor para todas as agências de viagens. Não que apresente benefício para a empresa, mas sabendo que o foco da FAMA Turismo sempre foi personalizar o atendimento a seus clientes, esse percentual é visto como um ponto positivo. O critério utilizado para avaliar a possibilidade de rivalidade entre empresas do ramo pode ser visto no quadro 2.

Quadro 2 - Análise da rivalidade entre as empresas do ramo.

Rivalidade entre empresas do ramo		NOTAS
1	EXISTE GRANDE NÚMEROS DE CONCORRENTES, COM RELATIVO EQUILÍBRIO EM TERMOS DE TAMANHO E RECURSOS.	5
2	O SETOR ONDE SE SITUA O NEGÓCIO MOSTRA LENTO CRESCIMENTO. UNS PROSPERAM EM DETRIMENTO DE OUTROS.	0
3	CUSTOS FIXOS ALTOS E PRESSÃO NO SENTIDO DO APROVEITAMENTO DE TODA A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO.	0
4	ALTOS CUSTOS DE ESTOCAGEM DE PRODUTOS.	0
5	ACIRRADA DISPUTA DE PREÇOS ENTRE CONCORRENTES.	0
6	NÃO HÁ DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELOS CONCORRENTES.	5
7	CONCORRENTES TEM FORMAS DIFERENTES DE CONDUZIR OS NEGÓCIOS E HA CONSTANTES CHOQUES ENTRE ELES.	0
8	É MUITO DISPENDIOSO PARA AS EMPRESAS E STABELECIDAS JÁ SAIREM DO NEGÓCIO.	0
TOTAL		10

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 30).

Produto substituto é de uma maneira simples um produto que possa satisfazer o consumidor das mesmas maneiras que o produto principal. Rezende (2008, p. 74) define produto substituto como:

Produto ou serviço semelhante que é produzido ou prestado por outras organizações. Tais organizações podem ser chamadas como concorrentes indiretos, ou seja, é quando um cliente deixa de comprar um produto, pagar ou utilizar um serviço da organização em análise para desfrutar do produto ou serviço dessa outra organização com o mesmo resultado.

Esses produtos substitutos para Porter (2004, p.24-25):

Reduzem os retornos potenciais de uma indústria, colocando um teto nos preços que as empresas podem fixar com lucro. Quanto mais atrativa a alternativa de preço-desempenho oferecida pelos produtos substitutos, mais firme será a pressão sobre os lucros da indústria.

Após o estudo foi verificado o percentual dessa força com relação à FAMA Turismo. A tabela 5 definida pelos gestores mostra o percentual obtido na análise no que se refere aos produtos substitutos.

Tabela 5 - Ameaça de produtos substitutos.

Desempenho 5 forças de Porter - FAMA Turismo			
Força	Nota referência	Nota ruim	%
Ameaça de produtos substitutos	20	15	75%

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 30).

A força dos produtos substitutos gerou um percentual de 75%. Esse percentual demonstra que os produtos substitutos são fortes concorrentes da FAMA Turismo. Um dos produtos substitutos que pode afetar a empresa é a viagem por conta, mas, como a estratégia é utilizar o atendimento personalizado, o objetivo é que esse percentual diminua e esteja a favor da empresa. Abaixo segue o que foi utilizado para verificar o percentual acima citado.

Quadro 3 - Análise da ameaça dos produtos substitutos.

Ameaça de produtos substitutos		NOTAS
1	VERIFICA-SE UMA ENORME QUANTIDADE DE PRODUTOS SUBSTITUTOS.	5
2	PRODUTOS SUBSTITUTOS TEM CUSTOS MAIS BAIXOS QUE OS VENDIDOS PELAS EMPRESAS EXISTENTES NO NEGÓCIO.	5
3	EMPRESAS EXISTENTES NÃO CONTUMAM UTILIZAR PUBLICIDADE PARA PROMOVER SUA IMAGEM E DOS PRODUTOS/SERVIÇOS.	0
4	SETORES DE ATUAÇÃO DOS PRODUTOS SUBSTITUTOS ESTÃO EM EXPANSÃO, AUMENTANDO A CONCORRÊNCIA.	5
TOTAL		15

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 28).

O PODER DE NEGOCIAÇÃO

Os clientes ditam o ritmo do mercado e é através deles que as empresas ganham seu lucro e podem chegar do sucesso ao fracasso em questão de tempo. De acordo com Rezende (2008, p. 71):

O cliente pode ser entendido como a pessoa física ou jurídica que paga por um produto ou serviço. O consumidor pode ser entendido como uma pessoa física ou jurídica que utiliza, aplica, usa ou gasta um bem, produto ou serviço. O “*prospect*” ou potencial pode ser entendido como cliente futuro ou consumidor potencial de um produto ou serviço, normalmente identificado antecipadamente.

O cliente é considerado o maior tesouro de uma empresa, seja ela fornecedora de produtos ou serviços. No caso dessa força que trata do cliente a análise foi muito criteriosa e a tabela 6 irá demonstrar o resultado obtido.

Tabela 6 - Poder de negociação de compradores.

Desempenho 5 forças de Porter - FAMA Turismo			
Força	Nota referência	Nota ruim	%
Poder de negociação de compradores	40	15	38%

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 30).

Segundo Porter (2004, p. 65), os clientes, com seu poder de negociação, “Competem com a indústria forçando os preços para baixo, barganhando por melhor qualidade ou mais serviços e jogando os concorrentes uns contra os outros, tudo em função da rentabilidade da indústria”.

O poder de negociação dos clientes gerou um percentual de 38%. Esse percentual demonstra que o poder de barganha dos clientes não é muito alto sabendo que os serviços disponibilizados possuem o mesmo preço e geralmente não são passíveis de descontos. Portanto esse percentual pode ser anulado com as estratégias mencionadas anteriormente. O resultado obtido está descrito no quadro a seguir.

Quadro 4 - Análise do poder de negociação dos compradores.

Poder de negociação de compradores		NOTAS
1	CLIENTES SEMPRE COMPRAM EM GRANDE QUANTIDADE E SEMPRE FAZEM FORTE PRESSÃO POR PREÇOS MENORES.	0
2	PRODUTO/SERVIÇO VENDIDO PELA EMPRESA REPRESENTA MUITO NOS CUSTOS DOS CLIENTES OU DE SUAS COMPRAS.	0
3	PRODUTOS QUE OS CLIENTES COMPRAM SÃO PADRONIZADOS.	0
4	CLIENTES NÃO TEM CUSTOS ADICIONAIS SIGNIFICATIVOS SE MUDAREM DE FORNECEDORES.	5

5	HÁ SEMPRE UMA AMEAÇA DOS CLIENTES VIREM A PRODUZIR PRODUTOS/SERVIÇOS ADQUIRIDOS NO SETOR.	5
6	PRODUTO VENDIDO PELA EMPRESA EXISTENTE NÃO É ESSENCIAL PARA MELHORAR OS PRODUTOS DO COMPRADOR.	5
7	CLIENTES SÃO MUITO BEM INFORMADOS SOBRE PREÇOS, CUSTOS DE PRODUÇÃO E MATÉRIAS-PRIMAS.	0
8	CLIENTES TRABALHAM COM MARGENS DOS LUCROS ACHATADAS	0
	TOTAL	15

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 30).

O poder de negociação de fornecedores no setor de serviços é de suma importância para o ramo turístico. Rezende (2008, p. 72) define-se fornecedores da seguinte forma:

O fornecedor pode ser entendido como quem abastece ou provê produtos ou serviços para a atual organização em análise ou a futura organização a ser estabelecida. O fornecedor para organizações de serviços, por exemplo, consultoria, pode ser também a mão-de-obra ou parceiros de serviços prestados.

Analisando de outra forma, Porter (2004, p.28-29) cita que:

Os fornecedores podem exercer poder de negociação sobre os participantes de uma indústria ameaçando elevar preços ou reduzir a qualidade dos bens e serviços fornecidos. Fornecedores poderosos podem conseqüentemente sugar a rentabilidade de uma indústria incapaz de repassar os aumentos de custos em seus próprios preços.

A força poder de negociação com fornecedores obteve um percentual de 43%. O percentual obtido nessa força não é alarmante, pois o mesmo, não existe no segmento da FAMA Turismo alto poder de barganha de fornecedores e a troca dos mesmos não geraram altos custos para a organização. Então aquele fornecedor que mostrou o melhor serviço foi o escolhido para ser parceiro da empresa. A tabela 7 sintetiza o poder de negociação com fornecedores.

Tabela 7 - Poder de negociação de fornecedores.

Desempenho 5 forças de Porter - FAMA Turismo			
Força	Nota referência	Nota ruim	%
Poder de negociação de fornecedores	35	15	43%

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p.30).

O critério utilizado para se chegar ao resultado acima é demonstrado no quadro 5.

Quadro 5 - Análise do poder de negociação dos fornecedores

Poder de negociação dos fornecedores		NOTAS
1	O FORNECIMENTO DE PRODUTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS É CONCENTRADO EM POUCAS EMPRESAS FORNECEDORAS.	0
2	PRODUTOS ADQUIRIDOS PELAS EMPRESAS NÃO SÃO FACILMENTE SUBSTITUÍDOS POR OUTROS.	0
3	EMPRESAS EXISTENTES NO NEGÓCIO NÃO SÃO CLIENTES IMPORTANTES PAR OS FORNECEDORES.	0
4	MATERIAIS ADQUIRIDOS DOS FORNECEDORES SÃO IMPORTANTES PARA O SUCESSO DO NEGÓCIO NO SETOR.	0
5	OS PRODUTOS COMPRADOS DOS FORNECEDORES SÃO DIFERENCIADOS.	5
6	EXISTEM CUSTOS SIGNIFICATIVOS PARA MUDAR DE FORNECEDOR.	5
7	AMEAÇA PERMANENTE DE OS FORNECEDORES PRODUZIREM ELES PRÓPRIOS O QUE O SETOR FABRICA.	5
TOTAL		15

Fonte: Adaptado de Porter (2004, p. 37).

PROPÓSITOS DA EMPRESA

As empresas em geral são criadas por propósitos, que podem ser observados pelos colaboradores, investidores e clientes através da missão, visão e dos valores. Esses elementos unidos identificam o porquê da empresa estar inserida naquele segmento e qual é o real motivo de sua existência. Para Costa (2005), o propósito da empresa é a sinergia desses três elementos (missão, visão e valores) que em suas plenitudes direcionam a organização para o que ela almeja para si.

A noção de que a missão, a visão e os valores de uma empresa e os seus propósitos andam juntos é vista por Matos e Almeida (2007), como algo desejável e possível e que deve ser necessariamente aceita por seus acionistas e gestores. Além disso, o compromisso que é imposto pelo propósito da empresa tem o intuito de cumprir com os objetivos descritos pela missão.

A visão da empresa é algo que deve demonstrar para seus funcionários a verdadeira função da organização no mercado, ou seja, aonde quer chegar e o que pretende fazer para conquistar seu objetivo. De acordo com Hitt, Ireland e Hoskisson (2008), a visão da empresa

retrata o seu futuro e deve mostrar para os colaboradores sua perspectiva de crescimento para transformar um sonho em algo palpável, com um tempo definido. Por sua vez, Costa (2005), refere-se à visão como uma idealização a ser almejada em um futuro próximo de forma objetiva e inspiradora aos colaboradores.

A visão da FAMA Turismo é ser uma das maiores empresas de turismo de Curitiba até 2022, comprometida com o atendimento personalizado e criar cada vez mais diferenciais competitivos para atrair novos clientes.

Segundo Costa (2005), a missão da empresa tem como objetivo claro identificar qual sua serventia e o porquê de sua existência. Ele cita também que a visão e a missão andam juntas e ambas se complementam para formar um só ideal.

Seguindo o mesmo raciocínio do autor, Hitt, Ireland e Hoskisson (2008) afirmam que a missão da organização é algo sólido e mais completo que a visão e que mostra aos consumidores o que a empresa quer atingir e de que maneira ela atingirá seus propósitos.

A missão da FAMA Turismo é solucionar e atender aos interesses de seus clientes que pretendem viajar, trabalhar e/ou estudar, tendo como base a oferta de serviços diferenciados e de qualidade, de acordo com cada necessidade.

Os valores da organização, se seguidos conforme descritos pelos gestores são importantes para manter e atrair novos clientes. Daychoum (2007) relata que os valores se baseiam nas normas empregadas pela organização, pela conduta e ética proposta para todos que ali procuram algum tipo de produto ou serviço. Para Costa (2005), os valores da empresa são qualidades fundamentais e que devem ser preservadas e incentivadas. Sua característica interna é o que a empresa acredita, idealiza e exerce no dia a dia.

Os valores da FAMA Turismo são:

- Responsabilidade: Oferecer soluções sofisticadas, a fim de garantir satisfação completa para os clientes;
- Integridade: Ética e seriedade em todas as atividades desempenhadas pela empresa;
- Excelência: Busca contínua por alto grau de eficiência;
- Ousadia: Aprimorar e inovar constantemente os produtos e serviços com o intuito de que a renovação seja mais um atrativo para os clientes.

Estes valores representam o jeito de ser e orientam a conduta profissional e pessoal dos funcionários desta empresa, tanto individual como coletivamente. A dedicação e compromisso com os valores tornam a empresa digna de confiança dos clientes, fornecendo a eles serviços superiores que os ajudam a alcançar seus objetivos empresariais e pessoais.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

Objetivos e estratégias empresariais são metas que a empresa quer atingir em um determinado tempo. Fernandes e Berton (2005, p. 98) apontam que:

A Administração por objetivos prescreve que uma empresa siga gerida por meio de metas. Primeiro, as metas abrangentes, para todo o negócio. Essas metas seriam a seguir subdivididas em metas menores, para as áreas e indivíduos. Elas seriam representadas por etapas a serem cumpridas para se atingir os objetivos elaborados. As metas possuem as características de curto prazo e o seu detalhamento está especificado nos planos de ação, que são alvos de acompanhamento e controle, proporcionando aos gestores da empresa a identificação dos pontos de estrangulamento para consecução dos objetivos preestabelecidos.

As empresas trabalham em busca de um objetivo, para Certo e Peter (2005) as organizações consideram o objetivo organizacional uma meta a ser alcançada na qual direciona seus esforços.

As organizações atuais se projetam de tal forma no mercado que os planos e objetivos estratégicos são de suma importância para sua manutenção e obtenção dos resultados que tornem a instituição rentável. Alguns autores como Fernandes e Berton (2005) citam que os objetivos estratégicos possuem um início e fim, ou seja, determina-se o objetivo, trabalha-se em cima dele e estipula-se um prazo para que esse objetivo seja atingido. Esses objetivos devem ser encorpados e em alguns casos transformados em missão e visão para que as instruções passadas pelos gerentes sejam assimiladas pelos colaboradores.

Já Certo e Peter (2005) multiplicam as funções dos objetivos estratégicos, deixando claro que objetivos mal traçados tiram o foco da empresa e diminuem seu desempenho em busca dos resultados. A FAMA Turismo utilizou-se dos seguintes objetivos estratégicos para orientar-se após sua inserção no mercado:

- 1 - Atrair e fidelizar os clientes;
- 2 - Ter o reconhecimento da marca com oito anos de atuação;
- 3 - Obter retorno sobre o capital investido em sete anos.

A ideia inicial decidida pelos gestores da FAMA Turismo foi de elaborar pacotes atrativos para novos clientes e personalizar os serviços sempre em busca da qualidade e satisfação dos consumidores. A FAMA Turismo implantou o CRM na agência (embutido no Stur) e com isso auxiliou e detalhou as preferências dos clientes, enviando pacotes personalizados (via mala-direta), além de ofertar produtos diferenciados de acordo com as pesquisas relacionadas com o programa.

Outra maneira de atrair clientes foi a oferta de cupons com desconto, o que na verdade foi como um programa de milhagens. Esse programa deu descontos especiais para clientes que consomem o serviço da agência rotineiramente.

Para realizar a fidelização foi necessário elaborar um planejamento de pós-venda, ou seja, verificou-se a satisfação do cliente como foco principal e também verificou-se se o serviço prestado estava em conformidade com o esperado, e quais foram os pontos bons e ruins da viagem e o que poderia ser melhorado. Com esta preocupação, acredita-se que a satisfação e a fidelidade obtiveram resultados positivos.

A fixação da marca no mercado é algo importante para qualquer empresa. Para fixar a marca da FAMA Turismo, foi necessário, além de investimentos altos em divulgação nos meios de comunicação, grande investimento em mão de obra especializada para realizar o atendimento personalizado para os clientes.

Outro objetivo citado foi o retorno do capital investido. Quando se inicia a abertura de uma instituição, os empresários visualizam um retorno do capital investido para começar a obter lucro. Com a FAMA Turismo não foi diferente, espera-se que o capital investido retorne aos investidores em sete anos.

Os objetivos funcionais da organização são rotineiramente utilizados para atingir suas metas gerais. Para que elas sejam atendidas, Fernandes e Berton (2005) explicam que há a necessidade da estipulação de objetivos por parte dos encarregados de cada setor. Para essas metas globais serem atingidas “Toda a estrutura da organização deve ser vista como um sistema integrado e interdependente, no qual só sobrevivem se estiverem interligados e afinados em suas ações” (Fernandes e Berton, 2005). Analisa-se que as empresas devem possuir objetivos específicos, e Certo e Peter (2005) compreendem que os setores da empresa devam trabalhar concomitantemente, criando objetivos funcionais para que cada área esteja interligada.

Os objetivos funcionais da FAMA Turismo constam no quadro 6 e são de extrema importância para atingir as metas globais impostas pelos gestores da empresa.

Quadro 6 - Objetivos funcionais da FAMA Turismo.

Objetivos funcionais FAMA Turismo			
ÁREA DE RESULTADO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA UTILIZADA	INDICADORES
MARKETING	1- Atrair e fidelizar clientes. 2- Consolidar a marca FAMA Turismo no mercado.	1- Oferecer pacotes atrativos, efetuar pesquisas de mercado rotineiras para ver as necessidades dos clientes. 2- CRM.	1 - Número de clientes no banco de dados. 2- Índice de satisfação global de clientes.
PRODUÇÃO	1- Diminuir o tempo estimado de atendimento. 2- Melhorar a qualidade do atendimento. 3- Diminuir o número de cancelamentos de reservas efetuadas.	1- Avaliar se a quantidade produzida está de acordo com o esperado na capacidade produtiva. 2- Será utilizada uma caixa de pesquisas digital. 3- Analisar todos os cancelamentos efetuados de acordo com o sistema operacional da empresa.	1- Aumento de produtividade. 2- Índice de satisfação de clientes. 3- Cancelamento de reservas.
GESTÃO DE PESSOAS	1- Reduzir o número de faltas dos colaboradores. 2- Diminuir a rotatividade de funcionários em todos os setores.	1 - Utilizar de entrevistas de absentismo e verificar as reais situações com relação a faltas/ ausências de trabalho. 2 - A partir do resultado obtido, será analisada a rotatividade de colaboradores em uma determinada área e será definida uma estratégia para diminuir o percentual.	1 - Absenteísmo. 2 - Turnover.
FINANÇAS	1- Fazer com que a FAMA Turismo seja uma empresa com rentabilidade positiva. 2- Manter o IBC (Índice de benefício de custo) sempre acima de 1,20.	1- Manter o fluxo de caixa positivo. 2- Elaborar estratégias para aumentar as vendas gradativamente. 3- Focar em prospecção de novos clientes.	1 - Análise do fluxo de caixa. 2- IBC (Índice de benefício de custo)

Fonte: Os autores, 2014.

Na área de marketing foram utilizados dois indicadores que trouxeram melhorias para o setor. O primeiro deles é o número de clientes no banco de dados. Esses dados são automaticamente inseridos no sistema após o fechamento das negociações e possíveis negociações com clientes que liguem ou venham até a agência. A avaliação é realizada posteriormente pelos gestores da gerência e os dados foram utilizados para criação de pacotes turísticos, que foram e são enviados para esses possíveis clientes pelos agentes através de mala-direta e ligações de venda direta.

O índice de satisfação global de clientes foi avaliado em longo prazo. Através dele a empresa pode verificar seu nome com relação ao mercado e se o consumidor se lembra da agência sempre que perguntado. Para se obter esse resultado foram feitas pesquisas semestrais, através das quais era possível avaliar o nome da empresa e o grau de conhecimento da marca FAMA Turismo com relação ao consumidor.

No departamento de produção, foram utilizados três índices para melhoria. A primeira é avaliar se o tempo estimado na capacidade de produção está de acordo com o estimado. Isso é feito para que o tempo de atendimento médio das negociações seja visualizado e possa ser diminuído, aumentando assim a produtividade dos colaboradores. Outro importante indicador foi a disponibilização para o cliente na saída da loja do *toten* de autoatendimento que foi colocado na saída da loja com a função de informar a diretoria sobre a questão da qualidade do serviço prestado. As perguntas são específicas e tem no máximo sete questões rápidas para responder, através dessas perguntas os gestores podem tomar as decisões cabíveis que resultam em melhorias para os clientes. Essas respostas são enviadas para um computador chefe e através destes resultados são avaliados os problemas ocorridos.

Cancelamento de reservas é outro indicador a ser utilizado no departamento da produção. Nele é avaliado mensalmente pelos gestores da empresa o real motivo dos cancelamentos das reservas, tanto de passagens aéreas quanto de viagens de lazer, sempre auxiliando o colaborador que se equivocou, oferecendo-lhe treinamento para que o erro não se repita. Este índice deverá ser de no máximo 1% por agente.

Para os recursos humanos, foi verificada uma situação comum nas empresas, principalmente no turismo, a rotatividade de colaboradores. Nesse primeiro item será utilizado o indicador de “*turnover*” que através dele será possível visualizar a quantidade de funcionários no mês que giram na empresa. Seu principal objetivo é resolver esse problema tão indesejado no turismo. O cálculo que mede o *turnover* é: número de demissões + número de admissões divididos pelo número 2 e divididos pelo número de funcionários.

Para o segundo item será utilizado como indicador o absenteísmo. O absenteísmo tem uma característica um pouco diferente do “*turnover*”, pois ao invés de cuidar da rotatividade de funcionários cuidará das ausências e atrasos na empresa. Esse item tem a missão de analisar em entrevistas o porquê de faltas e ausência no trabalho e diminuir esse percentual, pois faltas de funcionários nos setores causam um desfalque muito grande e atrapalham o andamento da produção.

E por fim foi efetuada uma análise periódica no departamento financeiro, na qual o índice avaliado é o fluxo de caixa. Através deste índice é possível verificar periodicamente a entrada e saída de valores monetários avaliando a rentabilidade do caixa. E por fim, o IBC. Esse índice é importante para a empresa, desde que esteja acima de 1,00. Para a FAMA Turismo foi utilizado como critério um valor acima de 1,20. Para alcançar esse objetivo, é necessário efetuar uma análise de todas as entradas e saídas que ocorrerem no fluxo de caixa, além de observar a variação de um mês para o outro no DRE.

Todos esses indicadores são importantes para o bom andamento dos processos da empresa, sendo através deles que os gestores podem avaliar a eficiência em cada setor, levando em consideração seus percentuais mínimos preestabelecidos em cada índice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento estratégico é fundamental para o desenvolvimento de uma empresa e carece de uma ação de planejamento desde o processo de fundação da empresa. Através da construção da pesquisa foi possível acompanhar o processo de evolução da empresa FAMA Turismo e, a partir dela, constatamos a necessidade da organização para o processo de desenvolvimento econômico e social da empresa.

Além disso, é notório a verificação do processo organizacional como elemento que possibilitou uma ampla estruturação da empresa articulando todas as etapas do planejamento, a saber: marketing, produção, gestão de pessoas e finanças são fundamentais nesse processo de criação e consolidação de uma nova empresa.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A. **Administração Estratégica do Mercado**. 7ª ed. São Paulo: Artmed, 2005.

CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração Estratégica**. Planejamento e Implantação da estratégia. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2005.

COSTA, E. A. **Gestão Estratégica**: da empresa que temos para a empresa que teremos. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração de produção e operações**: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2004.

DEGEN, R.; MELLO, A. A. **O Empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. 8ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DAYCHOUM, M. **Gerência de Projetos**. 1ª ed. São Paulo: Brasport, 2005.

DAYCHOUM, M. **40 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

FERNANDES, B. H. R.; BERTON, L. H. **Administração Estratégica**: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. 2ª ed. Curitiba: Posigraf, 2004.

FERNANDES, B. H. R.; BERTON, L. H. **Administração Estratégica**: 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**: Competitividade e globalização. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MATOS, J. G. R.; MATOS, R. M. B.; ALMEIDA, J. R. **Análise do Ambiente Corporativo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007

PORTER, M. **Estratégia Competitiva**: Técnicas para análise as indústria e da concorrência. 2ª ed. Porto Alegre: Campus, 2004.

SERTECK, P.; GUINDANI, R. A.; MARTINS, T. S. **Administração e Planejamento Estratégico**: 2ª ed. Curitiba: Ibepx, 2007.

WRGHT, P.; KROLL, M.; PARNELL, J. **Administração Estratégica**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.